

AMBIENTE VIRTUAL MOODLE NA FORMAÇÃO DOCENTE DO CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM ARTES VISUAIS DA UNIVASF

Aitla Lidiane Hermógenes de S. Jatobá

aitla.lidiane@univasf.edu.br

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Francisco Ricardo Duarte

francisco.duarte@univasf.edu.br

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Keila Moreira Batista

keila.santos@univasf.edu.br

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise sobre o Ambiente Virtual *Moodle* e a Educação a Distância no desenvolvimento da formação docente do curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Para realização do estudo, foi feita uma pesquisa exploratória com os estudantes, para conhecer a eficiência dos recursos didáticos usados pelos profissionais em educação (professor e tutor) do referido curso. A análise dos dados permitiu construir uma reflexão sobre as ferramentas pedagógicas disponibilizadas no Ambiente *Moodle*; compreender como aconteceu a interação entre professores, alunos e tutores e qual a contribuição do curso para a formação dos alunos, os quais também atuam como professores. Por fim, foi possível concluir que o Ambiente Virtual *Moodle* apresenta-se como um espaço interativo de visão interdisciplinar e Educação a Distância é eficiente para o aprendizado e para a formação profissional.

Palavras-chave: Ambiente Virtual *Moodle*. Formação Docente. Educação a Distância

ABSTRACT

This study presents an analysis of the Virtual Environment Moodle and the Distance Education in the development of a Course in Visual Arts at the Federal University of Vale do São Francisco - UNIVASF. To conduct the study, was performed an exploratory research with students, to know the efficiency of teaching resources used by professionals in education (teacher and tutor) of the said course. The data analysis allowed the construction of a reflection on the teaching tools available in Moodle environment; understand how it happened the interaction between teachers, students and tutors, and the contribution of the course to the students' education, which also act as teachers. Finally, we conclude that the Virtual

Environment Moodle is presented as an interactive space for interdisciplinary and Distance Education vision is efficient for learning and for professional training.

Keywords: Virtual Environment Moodle. Teacher Training. Distance Education

POSTER – COD. A10

INTRODUÇÃO

Com os avanços da Educação a Distância e com o advento das novas tecnologias, procura-se compreender a prática dos profissionais em educação em meio a essas transformações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (BRASIL, 1996), em seu Art. 80, estabelece que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

O ensino, que antes era trabalhado exclusivamente em sala de aula, com a obrigatoriedade da figura do professor e do aluno no mesmo espaço e no mesmo tempo é transformado de forma a possibilitar que o aluno, mesmo em áreas mais distantes, possa adquirir uma formação de qualidade através do uso das Tecnologias de Comunicação e Informação – TIC’s.

Sobre a Educação a Distância, Brasil (2005), em seu Art. 1º institui que:

Caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A EaD utiliza Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA’s, onde é possível o intercâmbio entre professores, tutores e alunos, em espaços e tempo diferenciados. Essa interação, entre outros aspectos, proporciona o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, através de ferramentas que permitem o acesso aos materiais didáticos, a realização de atividades e a comunicação entre os participantes do curso, por meio da conectividade da

internet. Para Dias e Leite (2010) um AVA possibilitado pelo avanço tecnológico, tenta diminuir não apenas a distância física entre alunos e professores, mas também a distância comunicacional.

Esse recurso educacional, o AVA, conecta os participantes do curso para que ocorra a integração no decorrer do ensino e aprendizagem, propiciando ao estudante e ao professor um espaço para comunicação. Fernandes e Oliveira (2012) enfatizam que nos Ambientes Virtuais os alunos possuem maior autonomia de aprendizagem e os professores assumem o papel de facilitadores do conhecimento.

Pensando neste cenário, torna-se importante avaliar a eficiência dos recursos didáticos oferecidos pelo Ambiente Virtual *Moodle* na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, uma vez que este media a interação entre os educadores e discentes na busca e na construção do conhecimento. Para tanto, foi feita a análise do Curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais, promovido a distância, buscando-se compreender como ocorreu a interação dos professores, alunos e tutores, e qual a contribuição do curso para formação de profissionais docentes.

Para Silva e Silva (2012) a avaliação dos Ambientes Virtuais é necessária especialmente na possibilidade que os mesmos têm de auxiliarem a aprendizagem.

Para levantamento desses dados foi realizada uma pesquisa exploratória, através de um questionário aplicado aos alunos concluintes do Curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais da UNIVASF.

1.2 A autonomia no processo de ensino e aprendizagem da Educação a Distância

Uma característica do ensino na Educação a Distância é o perfil diferenciado do aluno. Na maioria das vezes esse perfil é caracterizado por alunos adultos, que já possuem experiências de vida, pessoais e profissionais, tornando necessário que, para o ensino do adulto, desenvolvam-se metodologias aplicadas à andragogia. Para Nogueira (2004), a andragogia deve ser interpretada como um conjunto de princípios teóricos e práticos que movem, em muitos adultos, novas forças para realizar aprendizagens com sucesso.

Assim entende-se que, para o sucesso da aprendizagem na EaD, é necessário dispor de profissionais de educação capacitados para essa modalidade. O professor e o tutor devem aplicar suas práticas pedagógicas com dinamismo, na orientação e mediação dos estudos dos alunos, “embora o professor já não ocupe sozinho o centro do palco, continua sendo essencial para o processo educativo” (BELLONI, 2009).

Na EaD o aluno passa a ser o grande responsável pelo seu planejamento e desenvolvimento educacional, pelos horários de dedicação as atividades, às pesquisas e pela escolha do espaço físico adequado para o estudo, pois juntamente com as orientações dos professores e tutores ele será autor do seu próprio conhecimento.

De acordo com Belloni (2009), essa modalidade de ensino pode contribuir para a formação de alunos mais autônomos. Pelas suas características intrínsecas, a EaD mais do que as instituições convencionais de ensino superior, poderá contribuir para a formação inicial e continuada de estudantes mais independentes, já que a auto-aprendizagem é um dos fatores básicos de sua relação.

Na EaD é importante que os profissionais em educação apliquem metodologias que despertem, nos alunos, o desejo pelos estudos, estimulem a buscar e construir saberes de acordo com as suas experiências. É imprescindível que se conheça os alunos individualmente, as suas peculiaridades e compreenda as limitações de cada um, para assim trabalhar conteúdos significativos e atividades nas quais eles possam opinar e formar conceitos. É nesse contexto que Piaget (1976) firma:

O objetivo da educação intelectual não é saber repetir ou conservar verdades acabada, pois uma verdade que é reproduzida não passa de uma semi-verdade: é aprender por si próprio a conquista do verdadeiro, correndo o risco de desperdiçar tempo nisso e de passar por todos os rodeios que uma atividade real pressupõe. (PIAGET, 1976, p. 61).

Dessa forma, compreende-se que a interação e dinamismo na relação de profissional de educação e aluno faz com que o processo de ensino e aprendizagem possa acontecer de forma na qual se constrói os saberes de forma coletiva, pois o conhecimento está sempre em construção, não é algo pronto e acabado.

1.4 O Moodle como ambiente Virtual de aprendizagem para os cursos de Formação Pedagógica da UNIVASF

O Moodle é caracterizado por plataforma software de livre acesso e gratuito, onde é possível criar Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA's, para o desenvolvimento de cursos a distância. Muito usado pelas Instituições de Ensino Superior na promoção do Ensino a Distância, o Moodle - *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* - é um ambiente de aprendizagem que foi desenvolvido pelo australiano Martin Dougiamas em 1999 (BRITO, 2009, p. 352).

Utilizado na UNIVASF como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, o Moodle agrega uma estrutura administrativa completa de professores, tutores, técnicos e alunos na realização de cursos de Capacitação, Extensão, Graduação, Especialização e de Formação Pedagógica.

De forma síncrona (*on-line*) ou assíncrona (*off-line*), em tempo e espaço diferentes o Moodle através das suas diversas ferramentas de aprendizagens, como fóruns, chat, vídeo-aulas, mensagens, biblioteca entre outros, tem facilitado na formação de profissionais que antes não tinham oportunidade de acesso ao ensino presencial e a uma sala de aula convencional.

1.5 Formação em Magistério

Atualmente tem se buscado promover cursos de formação e capacitação na área do magistério. A formação pedagógica prepara educadores para o exercício da docência e forma esses profissionais para lecionar no magistério em diferentes áreas do conhecimento, preparando-os para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, das práticas e das políticas relativas à educação.

Em 2009 foi criado o Decreto 6.755 (BRASIL, 2009) que estabelece a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. O referido Decreto

institui a formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais.

Nesse contexto, leva-se a refletir sobre a formação docente e suas implicações na prática pedagógica, principalmente durante os processos formativos adquiridos nas instituições escolares. A abordagem atual da formação pedagógica dos professores inclui a discussão sobre questões contextuais, relacionadas com a situação concreta dos docentes.

Diante do exposto, Beluce e Vasconcellos (2011) afirmam que:

A formação de professores é uma área de investigação e de práticas que no âmbito da didática e da organização escolar estuda os processos pelos quais os professores adquirem ou melhoram seus conhecimentos para intervirem profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da instituição (BELUCE e VASCONCELLOS, 2011).

Nessa perspectiva, compreende-se a importância da formação do docente para o aperfeiçoamento da educação do país. Sendo esses profissionais habilitados para o exercício da sua função, podem ter mais propriedade e aprofundamento entre teoria e prática e desenvolver suas atividades didáticas focadas na relação com o contexto social, econômico e cultural, no mundo do trabalho e na formação de indivíduos críticos e reflexivos.

1.6 Curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais da Univasf

O curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais da ¹UNIVASF teve início em 2012 objetivando formar e habilitar em licenciatura, professores bacharéis com exercício docente na área de Artes Visuais e graduados na área de Artes ou Ciências Humanas. O curso, através do Ambiente *Moodle*, oportunizou a habilitação de educadores que atuam nos anos

¹ <http://www.sead.univasf.edu.br/index.php?link=cursos/formacao/artes>

finais do ensino fundamental e no ensino médio da rede pública estadual ou municipal dos estados da Bahia e Pernambuco.

O curso foi totalmente oferecido pelo Ambiente *Moodle*.

Podemos considerar que o *Moodle* vem possibilitando um importante papel na promoção do ensino e da aprendizagem na formação do professor. Formar professores mediante tais dimensões requer uma preocupação com esses profissionais, para que sejam capazes de trabalhar em suas áreas específicas do conhecimento através de situações - problema que impulsionem a construção do conhecimento, buscando suporte em concepções pedagógicas baseadas na pesquisa, no acesso à informação, na complexidade, na diversidade e na imprevisibilidade (OLIVEIRA, 2012).

Percebe-se que o Ambiente Virtual *Moodle* vem possibilitando o crescimento e a formação do profissional, oportunizando a ele aperfeiçoar-se e na sua área de atuação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada como exploratória, pois na concepção de Révillion (2003, p. 21), o objetivo desse tipo de pesquisa é entender razões e motivações subentendidas para algumas atitudes e comportamentos dos indivíduos. Utiliza-se esse tipo de pesquisa para a formação de hipóteses e na identificação de variáveis, que devem ser inseridas na mesma. A pesquisa exploratória proporciona a formação de ideias para o entendimento do conjunto do problema.

Ainda sobre pesquisa exploratória, Selltiz, citado por Gil (2002, p. 41), enfatiza que:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-la mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

O método usado para a realização desta pesquisa tem como base a abordagem quantitativa e qualitativa. É de caráter quantitativo, por mensurar em estatísticas informações obtidas nos questionários, pois método quantitativo “se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento dessas informações por meio de técnicas estatísticas” (TEIXEIRA e PACHECO, 2005, p.60). Nessa perspectiva, esse método se molda a este estudo, uma vez que permite conhecer a opinião dos alunos acerca do seu desenvolvimento no decorrer do curso de Artes Visuais.

Por outro lado, a pesquisa se caracteriza também como qualitativa, pois investiga valores, crenças, hábitos e atitudes, além de estudar a interpretação das informações obtidas pelas opiniões das pessoas pesquisadas. Sobre a perspectiva qualitativa, Minayo (1993) aborda que ela trabalha com muitos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço de relações, de processos e de fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O trabalho foi realizado mediante um prévio estudo bibliográfico. Posteriormente, foi aplicado aos alunos do curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais um questionário *on-line* com questões abertas e fechadas, através da ferramenta Google Drive e o link enviado por e-mail, para 74 alunos concluintes do curso, no período de 19 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014.

2.1 Resultados das questões objetivas e discursivas

Para a análise das respostas do questionário aplicado aos alunos (Apêndice 1), preliminarmente levou-se em consideração o percentual de respostas em cada questão objetiva e análise das respostas discursivas.

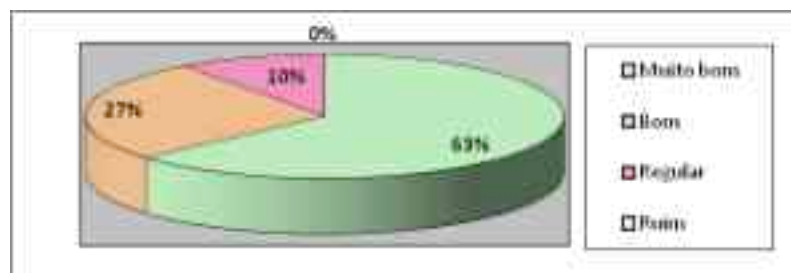
A seguir apresentam-se os resultados relacionados aos questionários e demonstração através de gráficos.

Foram encaminhados 74 questionários, obtendo-se retorno de 30 alunos. Dos discentes que responderam ao questionário, 27 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino, a maioria

tem a faixa etária entre 30 a 45 anos, todos são docentes e apenas um não possui Pós-Graduação.

3 Análise dos resultados obtidos nas questões objetivas

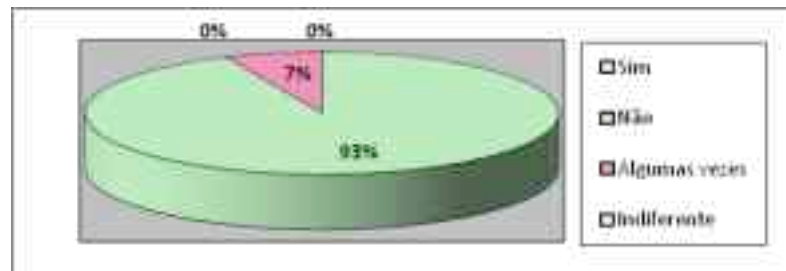
Gráfico 1 – Conceito dos alunos sobre o curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais a Distância.



Fonte: A autora

Percebe-se, que 90% dos alunos consideram o curso muito bom ou bom. Isso demonstra que o curso atendeu às expectativas da maioria dos alunos respondentes, pois mesmo àqueles que ainda não tinham experiência com o ensino a distância, conseguiram desenvolver suas atividades e concluir os seus estudos de forma satisfatória.

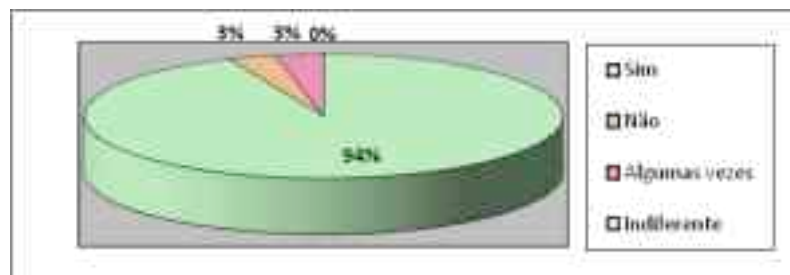
Gráfico 2 – Influência positiva do curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais na formação profissional do aluno.



Fonte: A autora

Ao analisar as respostas, conclui-se que 93% responderam que o curso influenciou positivamente na sua formação profissional. Fica explícito que a partir do curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais, o aluno pode se aperfeiçoar no desenvolvimento da sua profissão e desempenhar suas atividades de docência com mais conhecimento e experiência.

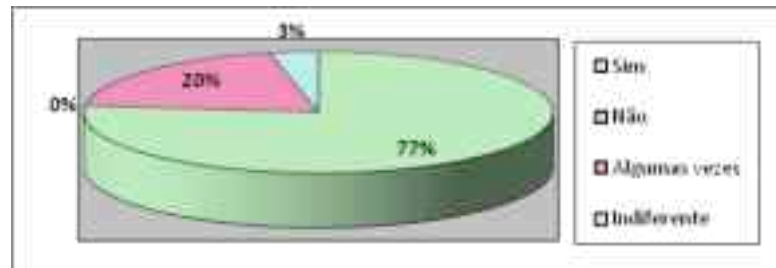
Gráfico 3 – Preparação do aluno para atuar na sua profissão (o magistério), após a conclusão do curso.



Fonte: A autora

Na questão acima, 94% dos alunos acreditam estar mais preparados para atuar na sua profissão após a conclusão do curso. É importante frisar que o curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais foi muito rico, pois a partir da sua conclusão os alunos sentem-se mais preparado para desempenhar as atividades inerentes a sua profissão.

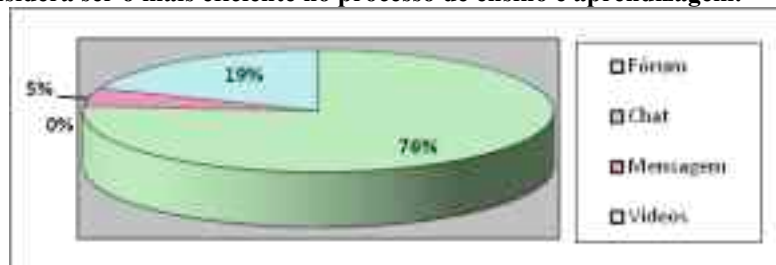
Gráfico 4 – Eficiência do Ambiente Moodle para o processo de ensino e aprendizagem.



Fonte: A autora

O gráfico acima demonstra que 77% dos respondentes acham que o *Moodle* é eficiente para processo de ensino e aprendizagem. Através da análise dos resultados, percebe-se que o Ambiente *Moodle*, é uma excelente ferramenta para desenvolvimento da EaD. Os recursos pedagógicos do *Moodle* contribuem para que alunos e profissionais em educação possam interagir e desenvolver suas atividades obtendo sucesso no ensino e na aprendizagem.

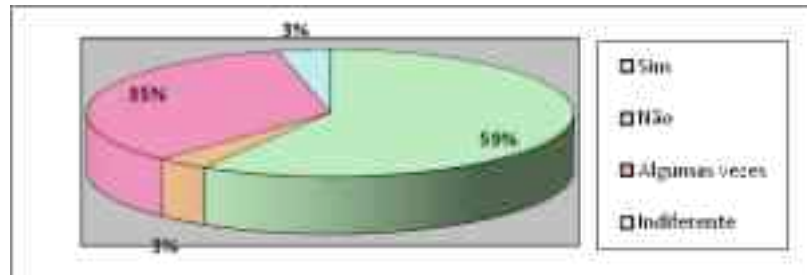
Gráfico 5 – Recurso pedagógico do Ambiente Moodle (Fórum, Chat, Mensagem e Vídeos) que o aluno considera ser o mais eficiente no processo de ensino e aprendizagem.



Fonte: A autora

Dentre os recursos pedagógicos disponíveis no Ambiente *Moodle* (Fórum, Chat, Mensagem, Vídeos) mais eficiente no processo de ensino e aprendizagem, 76% considera Fórum. Observa-se que a maioria dos alunos considera o Fórum como a ferramenta pedagógica mais eficiente do Ambiente *Moodle*. Através dessa ferramenta os alunos se comunicam e compartilham conhecimentos de forma síncrona (em tempo real) ou assíncrona (em tempo diferenciado) e é possível construir juntos os seus conhecimentos.

Gráfico 6 – Oferta de atividades em grupo e com aprendizagem colaborativa pelo Ambiente Moodle.



Fonte: A autora

Ao analisar a opinião dos alunos sobre atividades em grupo e com aprendizagem colaborativa, onde alunos, professores e tutores interagem através do diálogo, da troca de experiência e conhecimento previamente adquiridos, 59% dos alunos consideram que o Ambiente *Moodle* dispõe de recursos que proporcionaram ao aluno a interagir e expor suas ideias de forma coletiva.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS QUESTÕES DISCURSIVAS

4.1 Utilização do *Moodle* como Ambiente de Aprendizagem

Com relação à experiência com a utilização do Ambiente *Moodle* para a realização do curso, os alunos consideram muito significativa, apesar de alguns terem sentido dificuldade iniciais por ser seu primeiro curso a distancia e/ou por não terem habilidade com a informática.

Alguns afirmaram que utilizar uma nova modalidade de ensino, como a EaD, foi uma experiência inovadora, mesmo com algumas dificuldades existentes, encontraram no Ambiente *Moodle* uma experiência significativa, aprenderam a se planejar, adquirir responsabilidade e autonomia na organização dos seus estudos. Outros classificaram o *Moodle* como de simples acesso e criativo no desenvolvimento do curso.

4.2 Avaliação do Ambiente *Moodle* pelos alunos

No início do curso alguns alunos tiveram dificuldades na adaptação com o Ambiente *Moodle*, mas no decorrer aprenderam a dinâmica desse AVA. Eles destacaram a importância das ferramentas disponibilizadas para o processo de ensino e aprendizagem, citaram como exemplo o acervo bibliográfico na contribuição das suas pesquisas e sugerem o uso mais frequente do chat e videoconferência para obterem a participação dos colegas, professores e tutores em tempo real.

Sugerem que as discussões feitas nos Fóruns, as atividades e o material didático fiquem disponíveis no Ambiente *Moodle* por mais tempo, mesmo após concluir o curso, pois o *Moodle* pode ser um instrumento que eles, como docentes, possam recorrer sempre para a suas práticas de sala de aula, bem como para multiplicar seus conhecimentos na formação continuada.

Outro ponto levantado foi a importância da padronização na disponibilização das disciplinas e materiais didáticos pelos professores e atividades com prazos mais favoráveis para a realização e postagem.

De forma geral os alunos apreciaram a experiência de estudar Artes Visuais a distância, pois o Ambiente *Moodle* oferece a oportunidade de construir seus horários de acordo com suas possibilidades e de interagir com vários colegas, professores e tutores.

4.3 Ferramentas disponibilizadas pelo Ambiente *Moodle*

Nas perguntas abertas, referentes à opinião dos alunos sobre as ferramentas pedagógicas (Fórum, Chat, Mensagem e Vídeos) utilizadas no Ambiente *Moodle*, foi

constatado que a maioria dos alunos considerou muito boas para o desenvolvimento dos seus estudos, no entanto o Fórum é a ferramenta mais eficiente no processo de ensino e aprendizagem do curso.

O fórum pode ser visto como “ferramenta” tecnológica que favorece a interação e permite a apresentação de pontos de vista de diferentes pessoas a respeito de um tema particular. Favorece, portanto, a aprendizagem colaborativa, tendo em vista que permite a comunicação e a participação de um grupo de pessoas que buscam objetivos similares (DIAS e LEITE, 2010, p. 107).

Segundo relatos de alunos, os debates nos Fóruns ajudaram muito porque proporcionou o conhecimento coletivo, no qual eles puderam expor suas dificuldades e obter respostas mais rapidamente por partes dos profissionais em educação, tanto dos colegas. Com essa ferramenta foi possível compartilhar ideias e troca de saberes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise deste estudo evidenciou alguns resultados positivos com relação ao o Ambiente Virtual *Moodle* e a Educação a Distância no desenvolvimento da formação docente do curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais da UNIVASF.

Além disso, foi possível refletir sobre os recursos pedagógicos disponibilizados no Ambiente *Moodle*, ao compreender como ocorreu a interação entre professores, alunos e tutores; e qual a contribuição do curso de Formação Pedagógica em Artes Visuais na formação de profissionais docentes.

Ao analisar os dados obtidos, conclui-se que o Ambiente Virtual *Moodle* é eficiente para o aprendizado, e por ser de fácil compreensão para os alunos e possuir ferramentas de fácil acesso contribuiu para o aprendizado e formação dos profissionais.

Acredita-se que, das ferramentas utilizadas no Ambiente *Moodle*, o Fórum obteve um grande destaque pelos alunos, por proporcionar uma maior interação e aprendizagem coletiva. De acordo com os alunos, a ferramenta possibilitou esclarecimentos com relação as suas

dúvidas em tempo real e/ou diferenciado, havendo troca de conhecimento, experiências e reciprocidade por todos na construção de uma aprendizagem colaborativa.

Por fim o estudo mostrou que o Ambiente *Moodle* e a Educação a Distância são eficientes para a formação de profissionais docentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 5 ed. 1 reimpressão, Campinas (SP): Autores Associados, 2009.

BELUCE, Andrea Carvalho; VASCONCELLOS, Maura Maria Morita. **Docência no ensino superior**: Da formação pedagógica à prática educativa. X Congresso Nacional de Educação – Educare. Curitiba: PUCPR, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> Acesso em: 13 jan. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 6.755 de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em: 28 jan. 2014.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 13 jan. 2014.

BRITO, Sérgio da Silva. **Ambiente Moodle como apoio ao ensino em publicidade e propaganda**. In: ALVES, Lynn; BARROS, Daniela; OKADA, Alexandra. *Moodle: estratégias pedagógicas e estudo de caso*. Salvador: EDUNEB, 2009.

DIAS, Rosângela Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a Distância** – Da legislação ao pedagógico. 2 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

FERNANDES, G. Gildásio; OLIVEIRA, Cleidinalva M. Barbosa. **O uso da etnometodologia em pesquisas no ciberespaço**: Um estudo a partir dos ambientes virtuais de aprendizagem. ESUD 2012 – IX Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Recife-PE, 2012, UNIREDE.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M.C.S. **Ciência, técnica e arte**: O desafio da pesquisa social. In: Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

NOGUEIRA, Sônia Mairos. **A andragogia**: que contributos para a prática educativa? Coimbra-PT, 2004. Disponível em: <<http://www.logisticareversa.net.br/uploads/1/6/3/0/1630201/andragogia.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2014.

OLIVEIRA, Carloney Alves de. **A formação do professor de matemática e o uso do Moodle como prática pedagógica**. ESUD 2012 - IX Congresso Brasileiro de e Ensino Superior a Distância. Recife/PE, 19-21 de agosto de 2012. UNIREDE.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Tradução Editora Forense Universitária – Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

RÉVILLION, Anya Sartori Piatnicki. A Utilização de Pesquisas Exploratórias na Área de Marketing. **Revista Interdisciplinar de Marketing**. v.2, n.2, Jul./Dez. 2003, Rio do Sul.

SEAD/UNIVASF. **Graduação em Artes Visuais**. Disponível em: <<http://www.sead.univasf.edu.br/index.php?link=cursos/formacao/artes>> Acesso em: 10 jan. 2014.

SILVA, Christina Marília Teixeira da; SILVA, Angela Carrancho da. **Avaliação da aprendizagem na educação em rede**. ESUD 2012 – IX Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Recife-PE, 2012, UNIREDE.

TEIXEIRA, Rubens de França; PACHECO, Maria Eliza Correa. Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no curso de administração: a quebra de paradigmas científicos. **Cadernos de Pesquisa em Administração**. v.12, n.1, São Paulo: FEA/USP, Jan/mar 2005.



I SIEaDVASF
10.10.2014 a 11.10.2014

I Simpósio de Educação a Distância do Vale do São Francisco

TUTORIA ONLINE EM CURSOS OFERECIDOS PELA UNIVASF NA MODALIDADE À DISTÂNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriela Lemos de Azevedo Maia

gabriela.lam@gmail.com

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Em EAD, o tutor é um elemento importante e indispensável na rede de comunicação que vincula os alunos aos cursos, pois, além de incentivá-los, possibilita a retroalimentação acadêmica e pedagógica do processo educativo. O tutor deve ter suficiente conhecimento da disciplina que tutora e ou domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação tutorial, em suas diversas formas e estilos. O objetivo deste trabalho é mostrar um relato de experiência quando tutora de vários projetos da EaD da UNIVASF (PARFOR, Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e COM-Vidas e PNAP). No PARFOR, considero importante expor minha experiência na tutoria de cursos a distância oferecidos pela UNIVASF por ter participado desta atividade desde o seu início em 2012 no curso de química. Ainda em 2012, fui selecionada no edital para tutor online do primeiro curso de extensão a distância da SEaD/UNIVASF: "Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e COM-Vidas". Esse curso teve duração de quatro meses e uma característica dele, que considero uma vantagem, é que o tutor online se mantinha durante todo o curso. Em 2013 fui selecionada em mais um edital para tutoria à distância, agora para o curso de Especialização em Gestão em Saúde pertencente ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Por ser uma pós-graduação com duração de um ano e meio, com uma disciplina sendo ofertada a cada mês e por ter por regra que todas as atividades seriam corrigidas pelo tutor online, foi dentre as experiências de tutoria a que mais me exigiu demanda de tempo e estudo. A experiência na tutoria online de cursos a distância apresentou-se sempre como algo desafiador. A modalidade a distância era uma novidade para a maioria dos tutores e professores envolvidos nos primeiros cursos, a aprendizagem das ferramentas e da linguagem que essa modalidade de ensino requer foi extremamente enriquecedora. Sair da zona de conforto do ensino presencial onde o professor expõe um assunto, tendo o aluno na sala na hora e dias marcado e passar a ter eles em constantes descobertas, sem a necessidade da presença dos mesmos, requer do professor muito mais preparo e tempo disponível. Concluo dizendo que a experiência na tutoria EaD é muito mais do que apenas envio de mensagens com cunho informativo e/ou explicativo, é cuidado, é zelo, é atenção e respeito. É preciso saber lidar com as palavras, tentar passar sentimento e emoção, com palavras agradáveis, criando um vínculo de confiança que possibilite uma

verdade entre o tutor e o aluno, para que ele se mantenha no curso e tenha ótimo desempenho e aproveitamento das oportunidades oferecidas.

Palavras-chave: Tutoria online; relato de experiência; modalidade a distancia; curso EaD; SEaD/UNIVASF.

POSTER – COD. A11

CURSO DINÂMICO E INTERATIVO: UMA PROPOSTA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV

Keren Priscila da Silva Nóbrega
kerenpriscila2011@hotmail.com
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Wesley Heimard Leite Rodrigues
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Eidson Lima Damasceno
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Tadeu Ferreira Gomes
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

RESUMO

O presente trabalho visa estudar a relevância didático-metodológica e as estratégias de ensino-aprendizagem do curso a distância "Ensino Médio Digital" da Fundação Getúlio Vargas-FGV. Investigam-se as ferramentas e estratégias de aprendizagem nesta modalidade de ensino, bem como, destaca a relevância e acessibilidade do curso para os estudantes. Problematizam-se os recursos dinamizadores do curso e o processo avaliativo do mesmo. O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, estudos no site da Fundação Getúlio Vargas-FGV, livros, artigos e materiais disponibilizados na internet, possibilitando que esse trabalho tomasse forma para ser fundamentado. Tal proposta didático-pedagógica permite ao educando aprimorar os saberes e atualizar seus conhecimentos, especificamente para prova do Enem. Conclui-se que o curso "Ensino médio digital" permite ao estudante uma autonomia e um ritmo próprio para seu aprendizado, além de ser um curso bastante dinâmico e interativo, adotando estratégias e ferramentas de aprendizagem muito diversificadas. Ele oferece ao aluno uma ótima oportunidade para se atualizar e também como suporte de estudos para a prova do Enem.

Palavras-Chave: Educação à distância. Ensino-aprendizagem. Avaliação. Interatividade.

POSTER – COD. A12

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é de natureza básica, objetivando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, contribuindo, dessa forma, para obtenção de conhecimentos teóricos no assunto tratado. Os dados foram coletados a partir de estudos no site da Fundação Getúlio Vargas-FGV, livros, artigos e materiais disponibilizados na internet, caracterizando como uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.182) o objetivo da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” é o levantamento da bibliografia já publicada, auxiliando na análise de pesquisas ou na manipulação de suas informações.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Devido o advento das novas tecnologias, a aprendizagem a distância, sobretudo a internet foi uma grande novidade ao sistema educacional brasileiro. A internet possibilitou que o ensino ultrapassasse as paredes da escola e garantiu que a empresa, o espaço doméstico e o espaço social se tornassem espaços educativos. (GADOTTI, 2000).

A internet permite o acesso a inúmeras informações e cada vez se torna mais acessível entre a população. “A utilização de recursos didáticos e tecnológicos - que vão desde o ensino por correspondência, programas de rádio e TV até a divulgação de cursos interativos pela

internet - permite a construção do conhecimento a distância” (HACK, 2011, p.50) A tecnologia ajuda o aluno a desenvolver suas próprias estratégias de estudo; a mesma deve ser considerada sempre um meio e não o fim para o processo de construção do conhecimento a distância.

Os cursos on-line, por exemplo, possibilitam através da internet, o acesso livre a variados assuntos e permite ao aluno construir o conhecimento de forma autônoma, sendo o gerenciador do seu próprio tempo.

A aprendizagem on-line estruturada na forma de cursos é definida como uma ação cuja mediação tecnológica se faz por meio da conexão em rede para distribuição do conteúdo educacional e desenvolvimento de objetivos definidos antecipadamente (COUTINHO, 2009, p. 331)

O curso “Ensino Médio Digital” da Fundação Getúlio Vargas-FGV, foco de nossa pesquisa, faz parte do programa FGV online, objetivando desenvolver metodologias e soluções específicas à educação a distância. Disponibiliza aos estudantes do ensino médio (ou não), material para complementação dos estudos e também para avaliação dos seus conhecimentos, sendo que o curso é disponibilizado na internet gratuitamente.

Ao acessar o portal do “Ensino Médio Digital” o aluno encontra diversos conteúdos de todas as áreas do conhecimento, tais como: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. Estes por sua vez são divididos em aulas e estruturados a partir das temáticas a serem estudadas. Cada área de conhecimento tem habilidades e objetivos específicos, fornece uma visão geral da temática abordada, visando o desenvolvimento de habilidades e competências que se fazem necessárias para conclusão do ensino médio, alinhada a matriz de referência adotada pelo Enem. Contudo, o curso não oferece um treinamento para aprovação nas provas, mas auxiliam aos estudantes na construção do conhecimento. Além disso, alguns conteúdos trabalhados extrapolam alguns tópicos cobrados pelo Enem.

O curso segue estratégias e ferramentas para o ensino-aprendizagem bem diversificadas e dinâmicas, as aulas prendem a atenção do discente e desperta o desejo de

aprender. Geralmente quem faz a mediação do curso é um personagem (guia). Dentre eles: Machado de Assis, Darwin, Pitágoras, Max Weber, etc. A todo o momento o personagem se comunica e faz perguntas reflexivas, bem como, dão exemplos, indicam vídeos, filmes, dentre outros. O aluno tem acesso a diversos materiais na web, tais como: textos teóricos relativos à temática tratada; atividades pedagógicas; jogos didáticos; vídeos e desenhos animados; textos complementares de diversos tipos; biografias das pessoas citadas nos textos; verbetes de termos técnicos, conceitos, processos; *links* para diversos *sites*.

Para acessar o curso é bastante simples e fácil, basta fazer o cadastrado online e é só participar. Todas as atividades são inteiramente pela internet. O processo avaliativo é realizado ao final de cada aula e caracteriza-se como uma avaliação somativa, Para Polak (2009, p. 154) “a avaliação somativa tem o propósito de classificar o aluno atribuindo-lhe uma nota”, Ela classifica os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos segundo os níveis de aproveitamento do processo ensino-aprendizagem. O discente encontra questões de auto-avaliação, de múltipla escolha, com gabarito e comentários. Além disso, o aluno pode acessar o banco de questões (testes e simulados), os testes avaliam os conteúdos temáticos escolhidos e contemplam questões inéditas de antigos concursos e os simulados são baseados nas competências e habilidades de referencia do Enem. Ao término dos testes e/ou simulados, a pessoa pode ver quantas questões acertou qual a resposta correta de cada questão e o comentário explicando o gabarito de cada uma delas. Os alunos também podem interagir com outros usuários do curso e também podem publicar suas redações do curso de linguagens, códigos e suas tecnologias, e verificar a avaliação do seu trabalho por outros estudantes e comentar trabalhos de outros colegas. Ao finalizar a aula, a FGV disponibiliza uma declaração, confirmando a participação do aluno na aula.

Tal proposta didático-pedagógica permite, com segura flexibilidade, que o aluno se desconecte a qualquer momento, registrando, devidamente, suas conquistas nas informações prestadas, o que o mesmo, quando retornar, terá seus dados guardados. Sendo o espaço da Web, demasiado amplo, e com múltiplas possibilidades de acesso e de conhecimento, o curso da FGV, alia artes inteiras no intuito de fomentar a aprendizagem de maneira gradual e consistente. Ao passo que não impede que o estudante, logre, simultaneamente, em diversos outros espaços virtuais para fazer conexões outras, arrojadas com o conteúdo exposto nas

aulas. Ao passo que há esta abertura para navegar em busca do novo, existe uma pré-programação (objetivo básico da EaD) para que o aluno não suma do lugar do curso, portanto, são controles que estimulam o acesso e a permanência dos vínculos.

Para além do imediatismo da prova do Enem, o curso, produto da tecnologia virtual dispostamente gratuito, abre diálogos com as novas tecnologias do saber, que é o processo que segue o ensino nos mais desenvolvidos projetos de educação pelo mundo inteiro. Sobre esta temática comenta o teórico Lévy (1997, p.72):

Os conhecimentos, por exemplo, apenas podem ser adquiridos após uma larga experiência e se identificam com os corpos, com os gestos, com os reflexos de pessoas singulares. Entretanto, este tipo bem peculiar de memória encamada perde suas características tradicionais sob a ação de um duplo processo. Em primeiro lugar, a aceleração das modificações técnicas, devidas sobretudo à informatização, acarreta uma variação, uma modulação constante, ou mesmo mudanças radicais dos conhecimentos operacionais no centro de uma mesma profissão. A flexibilidade não está relacionada apenas com os processos de produção e os circuitos de distribuição. A exigência de reorganização em tempo real visa também os agenciamentos cognitivos pessoais. Por outro lado, graças aos sistemas especialistas e a diferentes programas de simulação ou de ajuda à modelagem, os conhecimentos podem ser separados das pessoas e coletividades que os haviam secretado, depois recompostos, modularizados, multiplicados, difundidos, modificados, mobilizados à vontade.

Averigua-se então, que os ambientes educacionais e os instrumentos que promovem êxito pedagógico se modulam conforme as mudanças e evoluções sócio-históricas. Cada cultura pode migrar as técnicas que circulam nos espaços epistemológicos (academias, laboratórios, produções teóricas), ao seu *modus operandi*, sem perder a identidade, é possível inovar e manter a tradição da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propostas tecnológicas, como a da FGV, aliam a competência do ambiente virtual enquanto plataforma diversificada de informações à demanda de alunos que buscam aprimorar seus saberes e atualizar seus conhecimentos, especificamente, para a prova do Enem. O curso “Ensino Médio Digital” permite ao estudante uma autonomia e um ritmo

próprio para seu aprendizado, além de ser um curso bastante dinâmico e interativo, adotando estratégias e ferramentas de aprendizagem muito diversificadas. Ele oferece ao aluno uma ótima oportunidade para se atualizar e também como suporte de estudos para a prova do Enem.

O ensino que se debruça por vias diversas vai ganhando formatos e lógicas cada vez mais sensíveis com o jeito de aprender do aluno na mesma medida que possui técnicas eficazes para que a educação se efetive. A vertente EaD de ensino não fica de fora disso, pelo contrário, acompanha de maneira mais voraz todo este processo. Tendo em vista que a sociedade global é suprida pela energia vital do mundo virtual, percebe-se uma paulatina transformação nas ciências que alcançam a todos estes filhos da revolução digital. Portanto é imprescindível nestes tempos pós-modernos, que um novo ideal de ensino-aprendizagem se consolide.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Laura. Aprendizagem on-line por meio da estrutura de cursos. In: LITTO, M. F. FORMIGA, M. M. M (orgs.). **Educação a distância: O Estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo, 2000.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução a Educação a Distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 4. ed. Trad. C. A. Costa. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.



POLAK, Y. N. S Avaliação do aprendiz em EAD. In: LITTO, M. F. FORMIGA, M. M. M (orgs). **Educação à distância: O Estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

**DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS ALUNOS EAD, DE
INSTITUIÇÕES FEDERAIS DOS ESTADOS DE SÃO PAULO,
ALAGOAS, BAHIA E PERNAMBUCO**

Katia Santos Bezerra
Universidade Federal de São Carlos
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Gildemberg Alves dos Santos

gilsantis@live.com
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

Os cursos de educação à distância (EaD) estão cada vez mais presentes nas instituições de ensino superior, apesar de não ser uma forma de educação nova. E por isso as populações estão em processo de transição de pensamentos sociais e educacionais. No entanto, apesar do aumento da democratização e do acesso a tecnologia da informação, alguns entraves ainda são encontrados, principalmente por parte dos alunos de EaD. Desta maneira, o presente estudo teve o objetivo de identificar os problemas e dificuldades enfrentados pelos alunos de EaD, nos estados de: São Paulo – Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP); Alagoas – Instituto Federal de Alagoas – IFAL; Bahia e Pernambuco – Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). O estudo utilizou da metodologia de questionário via mensagem no ambiente *moodle*. Neste questionário foram realizadas as seguintes perguntas: 1. Quais as dificuldades você enfrenta em relação ao ambiente *moodle*? 2. Quais as dificuldades você enfrenta em relação ao professor formador? 3. Quais as dificuldades você enfrenta em relação ao tutor *online*? 4. Quais as dificuldades você enfrenta em relação ao tutor presencial? 5. Quais as dificuldades você enfrenta em relação ao deslocamento para provas presenciais? 6. Quais as dificuldades você enfrenta em relação aos questionários *online*? 7. Quais dificuldades você enfrenta em relação aos fóruns? 8. Quais as dificuldades você enfrenta em relação às vídeoaulas? 9. O que lhe desestimula no curso EaD? 10. O que lhe faria desistir do curso EaD? Os resultados foram divididos por Instituições Federais, (UNIFESP, IFAL, UNIVASF). Para os alunos da UNIFESP, estado de São Paulo, as dificuldades enfrentadas são nos quesitos 2, 6 e 8: Dificuldade de comunicação com o professor formador, os feedbacks são evasivos e os professores pedem para resolver com o tutor online; O tempo para responder os questionários é insuficiente para respostas eficientes; O formato das vídeoaulas não é uniforme. Para os alunos do IFAL, estado de Alagoas, as dificuldades estão relacionadas aos quesitos 4 e 5. Os alunos relataram dificuldade na compatibilidade de horários, com o tutor presencial e com a coordenação do curso; e pela dificuldade de transporte, principalmente para aqueles que residem na zona rural. E para os alunos da UNIVASF, estados da Bahia e Pernambuco, as maiores dificuldades foram nos quesitos 1, 5, 7. A maioria dos cursistas relatou problemas de instabilidade do site *moodle*, relativo ao acesso. No quesito 5, foi relatado pouco relacionamento ou nenhum contato com o tutor presencial. Além disso, foi enfatizadas dificuldades, quanto ao excesso de tópicos similares ou iguais ao tema abordado, fato que, dificulta e confunde os alunos na hora da participação dos fóruns. Os quesitos 9 e 10, em todas as instituições avaliadas, as respostas estiveram relacionados à dificuldades de estudo em tempo reduzido, atrelado ao quantitativo de conteúdo por disciplina. Diante do exposto, verifica-se que os cursos EaD ainda necessitam de ajustes técnicos e didático-pedagógicos. Levando-se em consideração: ser imprescindível o ambiente *moodle* estar sempre ativo; A disponibilidade e eficácia do professor formador para atender aos alunos; E a presença mais efetiva do tutor presencial, para auxílios diversos.

Palavras chave: alunos EaD, ambiente *moodle*; Educação à distância; Entraves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, M. L. **Educação à distância**. 5. Ed. Campinas, SP: autores associados, 2009.

COSTA, J. R. MELO, I. R.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; SOUZA, W. D.; BERNARDES, J. R. A percepção dos discentes sobre o aprendizado e a tecnologia da Educação a distância em ciências contábeis: Um estudo nas Instituições de graduação de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Petrolina, PE: **REVASF**, v.3, n.1, p. 05-26, 2014.

MILL, D. R. S. ; CARMO, H. . Análise das dificuldades de educadores e gestores da educação a distância virtual no Brasil e em Portugal. In: I Simpósio Internacional de Educação a Distância, 1., Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 1., 2012, São Carlos. **Anais do SIED:EnPED**. São Carlos: UFSCar/CIED, 2012. v. 1.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. 174p.

POSTER – COD. A13

ASPECTOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO



Francisco Ricardo Duarte
francisco.duarte@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Mirele Rodrigues Feitosa
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

O presente artigo aborda os aspectos culturais e sua relação com a educação a distância. Trata-se de um estudo de caso, avaliando e discutindo as relações entre cultura e ambiente virtual. O artigo apresenta também como a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, tem utilizado e customizado o MOODLE, ambiente virtual de aprendizagem utilizado na referida universidade. Nos últimos três anos, o MOODLE com suas várias ferramentas que possibilitam a construção de uma aprendizagem colaborativa, tem recebido motivos ligados a xilogravura. Será que essa prática está em consonância com a literatura? Será que na Educação a Distância, tão famosa por seus grandes números, tem espaços para as realidades locais e regionais? Essas e outras questões são discutidas ao longo do presente artigo. Espera-se com o mesmo contribuir para a discussão sobre os impactos da Educação a Distância nas culturas locais e regionais.

Palavras-chave: Educação à Distância, Cultura, Local, Regional.

INTRODUÇÃO

A cultura é uma dos aspectos mais estratégicos relacionado a educação. Constantemente discute-se quem é mais amplo ou mais impactante: se a educação ou a cultura. Como o objetivo de avaliar a relação entre cultura e educação a distância, é que o presente artigo teve como objetivo, discutir, a partir de um caso concreto, como a UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco, situada em pleno sertão e semiárido nordestino tem feito uso dos aspectos culturais em seu ambiente virtual de aprendizagem.

Como metodologia, foi feito um estudo de, a partir do que propõe Yin (2005). Também foram feitas análises do ambiente virtual MOODLE usado pela SEaD – Secretaria de Educação à Distância nos cursos ofertados pela mesma.

Assim, diante das duas perspectivas de se trabalhar os aspectos culturais, sugeridos por Romiszowki (2009, p. 403), que são a internacionalização (processo de globalizar o design, produto, ambiente de um curso, eliminando assim todo e qualquer vestígio de símbolos culturais ou religiosos, tornando-o acessível “para clientelas interculturais” específicas) e a localização (pretende especializar produtos e serviços tornando-os aceitáveis para determinados grupos de por meio do design de interface específico às características de cada cultura), constata-se que a localização tem sido mais utilizado pela UNIVASF, com o intuito de tornar o MOODLE, mais próximo e atraente para seus alunos, através dos recursos da xilogravura disponibilizados em diferentes espaços do ambiente virtual de aprendizagem. Espera-se assim, contribuir, com o presente artigo, para a discussão sobre Educação à Distância e Cultura.

2 METODOLOGIA

2.1 Delineamento da Pesquisa

A pesquisa realizada tem caráter formal e o estudo foi descritivo, como assim estabelecem Cooper & Schindler (1995). Também, foi realizado um Estudo de Caso, fundamentado na metodologia proposta especialmente por Yin (2005).

Segundo Yin (2005, p. 19),

O Estudo de Caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais... Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Assim, fundamentados em Yin (2005, p. 19), acreditamos que a criação, a implantação e a implementação da plataforma MOODLE, adaptado a realidade nordestina é um fenômeno contemporâneo que merece ser estudado, uma vez que tem implicância direta na vida de centenas de estudantes que o utilizam para as suas atividades acadêmicas.

2.2 Problema de Pesquisa

O grande problema de pesquisa que se apresenta quando se estuda a implantação e adaptação do ambiente virtual de aprendizagem: é possível tornar um ambiente de virtual de aprendizagem mais próximo e acessível aos alunos da Universidade Federal do Vale do São Francisco, aproximando o mesmo da cultura local?

2.3 Coleta de Dados

Os dados que compõe o presente artigo foram colhidos através da análise do AVA, utilizado na universidade estudada. Estes dados foram complementados por informações contidas nas matérias de jornais e revistas, nos sites (endereços eletrônicos) da instituição pesquisada, bem como em livros e revistas sobre a temática.

2.4 Análise de Dados

Os dados obtidos nas diversas fontes (páginas dos cursos oferecidos pela SEaD na modalidade à distância, material institucional e promocional da referida instituição, matérias de jornais e revistas etc), foram posteriormente comparados e analisados de forma qualitativa, através de análise documental e análise de conteúdo.

Segundo De Bruyne et al (1991), a análise documental tem como vantagem permitir ao pesquisador dispor de instrumentos “não reativos” para a investigação das fontes secundárias. A análise dos dados consiste na examinação, categorização, tabulação, ou outro tipo de recombinação de evidência, para dirigir às proposições iniciais do estudo (YIN, 2005).

Segundo Yin, (2005) a evidência para estudos de caso podem vir de seis fontes: documentos, registros arquivais, entrevistas, observação direta, observação participante, e artefatos físicos. Entre as fontes que pretendemos usar estão a Documentação, os Registros arquivais e entrevistas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O AVA surgiu como uma solução computacional bastante forte ao oferecer de maneira integrada, funcionalidades associadas à comunicação e compartilhamento de informação, assim como a flexibilização dos espaços e dos momentos de aprendizagem, “possibilitado pelo avanço tecnológico, tenta diminuir não apenas a distância física entre alunos e professores, mas também a distância comunicacional” (DIAS E LEITE, 2010).

Saraiva (2010, p. 65) traz que a utilização do espaço e tempo formam componentes que perpassam o currículo, propiciando aprendizagens não explícitas nos planos de ensino e que por sua vez, são apropriados de forma muito mais efetiva do que o próprio conteúdo, isto

posto, acredita-se nesta mesma aplicabilidade e utilização, não apenas em espaços físicos, mas também nos espaços virtuais, tornando-se, conforme Rocha (2000, apud SARAIVA, 2010, p.65) uma forma arquitetônica com orientação pedagógica que a escola deseja imprimir nos seus processos educacionais.

No caso da Universidade Federal do Vale do São Francisco, o MOODLE é utilizado como AVA. O MOODLE com suas várias ferramentas que possibilitam a construção de uma aprendizagem colaborativa agrega uma estrutura administrativa completa de professores, tutores, técnicos e alunos na realização de cursos de Capacitação, Extensão, Graduação, Especialização e de Formação Pedagógica.

A presença social pressupõe uma presença e um arcabouço cultural, principalmente pelo fato de a cultura ser um processo do qual a educação essencialmente é parte, devendo caminhar lado a lado, estreitando relações com as comunidades e promovendo ações democráticas, porém, as raízes culturais, em geral não são respeitadas em sua integridade e pureza, o estabelecimento de um sistema inteligente de trocas com vantagens para todos, é possibilitado pelos mecanismos da EaD (NISKIER, 2009, p.).

3.1 Educação a Distância e Cultura

Pincas (2001 apud ROMISZOWKI, 2009) afirma que:

cultura um termo geral para as crenças e comportamentos aceitos por comunidades e menciona que o termo “comunidades de prática” tem mudado o foco de comportamentos estabelecidos para que grupos diversos possam funcionar efetivamente. A adoção de um enfoque sociocultural na educação não é fácil pelas contradições envolvidas entre nacionalismo e conectividade global, por exemplo.

E como afirma Niskier (2009, p.30), entre os fatores pensados para o desenvolvimento e integração das políticas econômicas e sociais, a cultura evidencia-se (grifo nosso). Ao trabalhar nossas identidades culturais, em qualquer ponto do grande mapa, seriam levadas em

conta a histórias local e noção de patrimônio, que abrange aspectos materiais e intangíveis (NISKIER, 2009, p. 30).

Deste modo, a localização pretende especializar produtos e serviços, convertendo-os em matéria aceitável a certos grupos por meio de configurações de interface específico às características de cada cultura, o que torna fundamental uma maior e melhor compreensão das heterogeneidades carregadas pelas diferenças nas culturas pedagógicas e linguísticas (ROMISZOWKI, 2009).

É nesse sentido que a Educação à Distância, ao trabalhar com metodologias não presenciais, coloca em confronto o local, o nacional e internacional enquanto níveis distintos e indistintos. O aluno de EaD é ao mesmo tempo local e global (LAITE, 2001, p.33 apud SARAIVA, 2010, p. 81). Neste sentido, percebe-se que os ambientes virtuais das EaD's costumam obedecer a uma espécie de padronização comum a todos os ambientes, o que ao mesmo tempo em que pode ser visto como uma vantagem na interação dos indivíduos envolvidos, pode ser percebido como um ambiente frio e impessoal, no qual a questão da identidade cultural de certo modo põe-se à margem, muito embora na Educação à Distância tenha-se produzido um aglomerado de técnicas e abordagens metodológicas que, com o uso das tecnologias da informação e comunicação, contribuem para a redução da distância transacional e a promoção da proximidade afetiva, relacional e comunicacional tão necessária à aprendizagem (AZEVEDO, 2010 apud SARAIVA, 2010).

Ely (1989, p. 12 apud ROMISZOWKI, 2009, p. 404) entende que tal interatividade “não pode ser cosmética; tem de ser dar de maneira que os valores culturais sejam mantidos e as tradições importantes não sejam violadas”. Tal argumento chama atenção para o fato de que a sobreposição da ideia do homem global, universal, à ideia do homem local, por vezes, é fator para o distanciamento das raízes culturais do indivíduo, neste sentido, Braga (2010, p. 14) ressalta a importância de se partir do local, para depois torna-se universal, pois, quanto mais reconhece-se sua localidade, maior a possibilidade de torna-se um cidadão do mundo, corroborando com este ideário cita Freire que argumenta:

Antes de tornar-me um cidadão do mundo, fui e sou um cidadão do Recife, a que cheguei a partir do meu quintal, no bairro da casa amarela. [...] Eu não sou

antes brasileiro para depois ser recifense. Sou primeiro recifense, pernambucano, nordestino. Depois, brasileiro, latino-americano, gente do mundo (FREIRE, 2006, p.25 apud BRAGA ET AL, 2010, p.14).

3.2 O MOODLE como ambiente virtual de aprendizagem

Atualmente o MOODLE se apresenta como uma das mais importantes ferramentas para o processo de ensino aprendizagem. Esse AVA está presente em mais de 198 países e, no Brasil, é utilizado em mais de 200 instituições como ambiente de aprendizagem (ALVES, BARROS e OKADA, 2009). Ele já é um sistema consagrado em escala mundial, além de ser um software livre, o MOODLE é um sistema robusto o qual suporta a participação de milhares de alunos numa mesma instalação. Temos como exemplos, a Universidade Aberta da Inglaterra que adotou o MOODLE para 200.000 estudantes. Daí a importância do sistema e a justificativa para deter mais 54% de participação no mercado internacional, possuir mais de 25 mil instalações, mais de 360 mil cursos e mais de 4 milhões de alunos em 155 países (SABBATINI, 2007).

Entretanto, um ambiente virtual de aprendizagem pode e deve se tornar “espaços sociais e de interação”(CASTILHO, 2011, p. 68). Assim os ambientes virtuais, devem ser, como afirma Araújo (2005, p. 21 apud Pimentel (2013, p. 35), “ferramentas que contribuem no processo de ensino e aprendizagem, devendo ser utilizados para PREPARAR OS ALUNOS E TORNÁ-LOS CAPAZES DE ENFRENTAR A DINÂMICA SOCIAL” (grifo nosso). Isso acontecendo, os ambientes virtuais e as Tecnologias de Informação e Comunicação, darão para a educação a sua maior e verdadeira contribuição: a interação entre alunos, tutores e professores, “um aspecto crucial na construção do conhecimento” (PIMENTEL, 2013, p. 35).

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Caracterização da instituição estudada

UNIVASF é uma instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, criada com o nome de FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Sua criação foi legitimada pela Lei nº. 10.473 de 27 de junho de 2002 que a conferiu uma natureza fundacional, com sede na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Como todas as Universidades Federais, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, tendo como princípio norteador de seu funcionamento, a indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão. Efetivamente, as aulas tiveram início em outubro de 2004.

No ano de 2009, após cinco anos de funcionamento da UNIVASF, foi criada a SEaD, como um órgão suplementar da administração superior da universidade, responsável pelo fomento, apoio, articulação e execução de projetos institucionais em Educação à Distância.

Em 2010, houve a aprovação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de veículo, além de articulações com lideranças políticas regionais com o objetivo de prospectar demandas e ofertar cursos no polo de apoio presencial do município de Salgueiro PE e de obter a aprovação de cursos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR. No mesmo ano, a Univasf foi vinculada ao MEC, tornando possível a participação na Universidade Aberta do Brasil - UAB, conforme Portaria Nº 1.369, de 7 de dezembro de 2010 (SEAD, 2014).

Em 2011, foram ofertados diversos cursos direcionados à capacitação dos servidores no uso da plataforma virtual de apoio ao ensino adotada pela instituição, o MOODLE (Ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). Além da estruturação da oferta de serviços como web conferência, videoconferência, transmissão por streaming e Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para consolidar essas e outras ações de capacitação dos servidores da instituição, foi aprovado o Plano Anual de Capacitação Continuada (PACC) (SEAD, 2014).

Em 2012, ocorreu a posse de nova gestão da UAB na Instituição. No mês de abril, foram iniciados os cursos de Formação Pedagógica aprovados pelo PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica), com o objetivo de proporcionar a atualização, aprofundamento e complementação de estudos de professores da Educação

Básica em suas áreas específicas, a saber: Artes Visuais, Biologia, Educação Física, Física, Matemática e Química, cursos esses encerrados em junho de 2014 (SEAD, 2014).

Também em 2012, a SEaD, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, criou o primeiro curso de Especialização a distância da Univasf, "Ensino Superior, Contemporaneidades e Novas Tecnologias". Este curso teve suas monografias defendidas no primeiro semestre de 2014. No mesmo ano foi iniciado o primeiro curso de extensão a distância da SEaD: "Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e COM-Vidas". Neste mesmo ano, a SEaD submeteu a proposta de cursos em nível de graduação e pós-graduação ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) junto à CAPES, os quais foram aprovados através do Edital 19/2012. Foram aprovados os seguintes cursos: Administração Pública (Bacharelado) Especialização em Gestão Pública, Especialização em Gestão Pública Municipal, Gestão em Saúde (SEAD, 2014).

No ano de 2013 foram aprovados novos cursos de graduação e pós-graduação por meio da chamada UAB-01/2013. Os cursos de graduação aprovados foram: Pedagogia, Ciências Biológicas e Educação Física. Desses, apenas Pedagogia teve início em 20014. Os demais, embora aprovados, ainda não começaram devido a problemas operacionais nos polos onde serão ofertados (SEAD, 2014).

Foram aprovados ainda, os seguintes cursos de Especialização: Docência em Biologia, Libras, Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias e Ensino de Química e Biologia. Esses cursos tiveram início nos meses de setembro e outubro de 2014. No mesmo mês de outubro de 2014 foi aberto um novo edital para 505 vagas nos cursos de Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Esses três últimos cursos começarão em dezembro de 2014 (SEAD, 2014).

Entre os objetivos da Secretaria de Educação da UNIVASF podem ser citados: a produção de material impresso e audiovisual; a gestão do ambiente virtual de aprendizagem para as atividades a distância; o desenvolvimento de novas metodologias e serviços apoiados em Tecnologia Informação Comunicação em EaD (SEAD, 2014).

4.2 A SEaD e a questão cultural no Ambiente Virtual de Aprendizagem

Desde a sua concepção enquanto secretaria de educação à distância, os dirigentes da SEaD, mais precisamente a antiga gestão da Secretaria de Educação a Distância, planejou que o AVA utilizado na instituição, no caso, o MOODLE, teria características regionais. Como é do conhecimento de muitos, o MOODLE é uma plataforma aberta, utilizada em quase 200 países. Por conta disso, ele tem um aspecto meio “universal”, ou seja, a apresentação gráfica, aqui no Brasil ou em um país do oriente. Entretanto, por ser uma plataforma livre, ela permite alterações e adaptações a realidade local.

Romiszwski (2009, p. 403) afirma que existe na interação homem/computador duas maneiras de se integralizar a cultura no design das Tecnologias de Informação e Comunicação. Essas duas maneiras são: a internacionalização e a localização. Romiszwski (2009, p. 403) define a internacionalização como o processo de globalizar o design, produto, ambiente de um curso, eliminando assim todo e qualquer vestígio de símbolos culturais ou religiosos, tornando-o acessível “para clientelas interculturais específicas” (AYKIN, 2005, apud ROMISZOWKI, 2009).

Por sua vez, a localização, “pretende especializar produtos e serviços tornando-os aceitáveis para determinados grupos por meio do design de interface específico às características de cada cultura” (AYKIN, 2005, apud ROMISZOWKI, 2009).

A UNIVASF tem atuação em todo semiárido nordestino. O Semiárido brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km² e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (ASA, S/D).

Como se sabe, o nordeste brasileiro tem características culturais muito próprias, entre essas características destaca-se o uso da Xilogravura. De acordo com Gaspar (s/d), a Xilogravura é uma Gravura talhada em madeira, de onde se obtém ilustrações populares, muito utilizada, a partir do século XIX, nas capas de folhetos da literatura de cordel. Possivelmente sua origem está ligada aos missionários portugueses que ensinaram a técnica aos índios.

Por ser muito associada a cultura nordestina, a xilogravura foi adotada como principal marca ou design de identificação do ambiente virtual de aprendizagem usado pelos alunos da

educação a distância da UNIVASF. Assim, ainda nos anos de 2010 e 2011, foram buscados os serviços do professor e artista plástico Luiz Maurício Barretto Alfaya.

Na Figura 1 pode-se visualizar a tela de introdução ao MOODLE tradicionalmente usada em todas as universidades, inclusive, na própria Univasf, no MOODLE que serve de apoio ao ensino presencial. Trata-se de um modelo padrão utilizado basicamente em todos os países onde o MOODLE é adotado.



Figura 1: Tela de Acesso ao MOODLE Tradicional

Por sua vez, na figura 2, pode se visualizar a tela inicial acesso ao MOODLE 2, estilizado e que serve de ambiente aos cursos da Univasf oferecidos na modalidade à distância. Observe que a tela está dividida em três áreas distintas: cursos de extensão, ensino de graduação e ensino de pós-graduação. Além de informações importantes na barra inferior sobre o que é o MOODLE, como acessá-lo e os endereços para contatos. O objetivo é tornar o ambiente mais próximo e convidativo para o aluno, quebrando a frieza e impessoalidade tão presentes em ambientes virtuais.

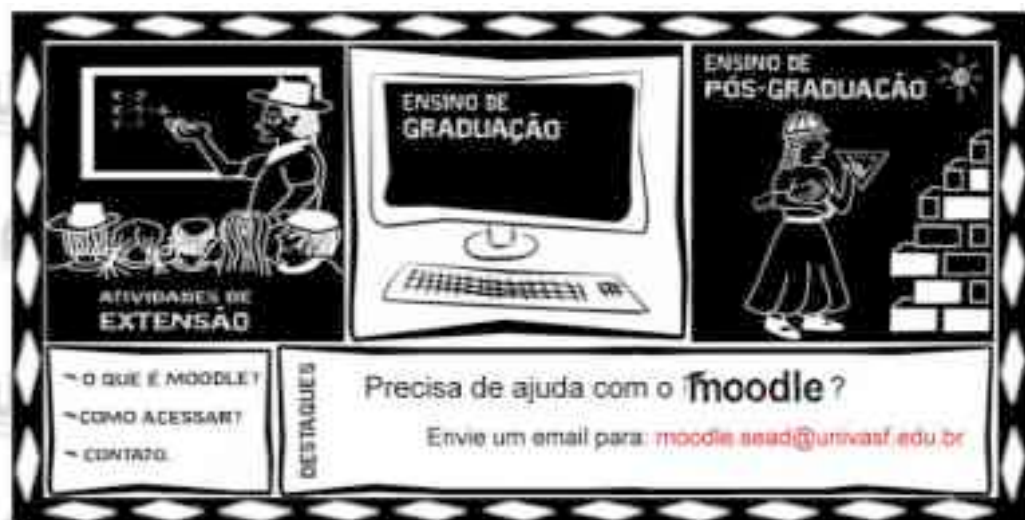


Figura 2: Tela de Inicial ao Ambiente Virtual de Aprendizagem
Fonte: SEaD (2014)

O objetivo é sempre tornar o ambiente mais próximo da realidade cultural do aluno. Fazê-lo se sentir “em casa”, mesmo estando em um ambiente virtual de aprendizagem mediado por computador. Acredita-se, ainda não se tem, no nosso caso concreto, um estudo da percepção dos alunos em relação ao design do ambiente virtual, que isso fará com que o aluno não se sinta tão distante de sua cultura e de sua realidade, enquanto faz um curso na modalidade a distância.



Figura 3: Tela de Acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem
Fonte: SEaD (2014)

Na Figura 3, visualiza-se a tela de acesso ao ambiente virtual. Essa, podemos assim dizer, é “porta” de acesso ao ambiente. Não tem como o aluno entrar no AVA sem passar por esta tela. Estrategicamente ela apresenta um jovem estudando, via computador, e outros já na colação de grau, como que a dizer, que o sucesso na EaD passará necessariamente pela dedicação, esforço e estudo pessoal. Tudo isso em um cenário tipicamente nordestino.

Estando logado dentro do AVA, o usuário tem um leque de opções sobre os cursos em que o mesmo está matriculado, as mensagens recebidas, atualizações no perfil, entre outras opções.



Figura 4: Menu de Opções

Fonte: SEaD(2014)

A abordagem cultural na educação a distância nem sempre é fácil, até porque, na maioria das vezes, a EaD é pensada como sinônimo de massificação, de grandes quantidades de pessoas envolvidas, deixando em segundo plano as características pessoais, as individualidades e até mesmo a subjetividade. Entretanto, tornar ambientes virtuais mais próximos, menos “universais” e mais regionais, poderá, acreditamos e defendemos esse ponto de vista, tornar a aprendizagem mais interessante, mais envolvente e mais próxima para o aluno.

Segundo Niskier (2009, p.30) “ao trabalhar nossas identidades culturais [...] seriam levadas em conta, a história local e a noção de patrimônio, que abrange aspectos materiais e intangíveis”. Ou seja, é uma questão estratégica e de sobrevivência em um mundo que se torna cada vez mais globalizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, procurou-se, através de um estudo de caso, discutir a importância dos aspectos culturais nos ambientes virtuais de aprendizagem, especialmente, no MOODLE, usado por instituições em quase 200 de países e também usado, aqui na UNIVASF, tanto no apoio aos cursos presenciais, como nos cursos da modalidade a distância.

Constatou-se no decorrer das leituras que embasaram nossa pesquisa, que não existe uma preocupação por parte das instituições provedoras de cursos na modalidade à distância na elaboração de ambientes virtuais que contemplem aspectos culturais regionais ou locais, mas sim, é consensual o destaque à oportunidade de inserção dos estudantes das EaD's em ambientes cada vez mais globalizados, à oportunidade de estar em outros locais e relacionar-se

com pessoas de outras localidades sem a necessidade do deslocamento físico. Embora exista a compreensão da importância do desenvolvimento deste olhar global, universal e o quanto este tipo de inter-relação contribui para o crescimento, aprendizagem e desenvolvimento de uma visão crítico dialógica, destaca-se aqui, a importância da construção da identidade cultural local como forma de aproximação e facilitação do uso de ambientes virtuais de aprendizagem pelo discente de EaD e que além disso pode, despertar o sentimento de pertencimento, bem como uma ressignificação da aprendizagem de forma mais íntima.

Com isto, o presente trabalho visa fomentar as discussões sobre a tentativa de personalização dos ambientes virtuais de aprendizagem como forma de aproximação à realidade cultural, abrindo margem para uma pesquisa mais detalhada acerca os impactos deste tipo de intervenção na aprendizagem dos discentes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn; BARROS, Daniela; OKADA, Alexandra. **Moodle: estratégias pedagógicas e estudo de caso**. Salvador: EDUNEB, 2009.

ASA – ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO. **Semiárido**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105>. Acessado em: 09 nov. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa; MELLO, Roseli Rodrigues de. **Aprendizagem Dialógica: ações e reflexões de uma prática educativa de êxito**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

CASTILHO, Ricardo. **Ensino a Distância: EaD - Interatividade e Método**. São Paulo: Atlas, 2011.

COOPER, D. R. e SCHINDLER, P. S. **Métodos e Pesquisa em Administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1995.

DE BRUYNE, Paul , HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

DIAS, Rosângela Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a Distância** – Da legislação ao pedagógico. 2 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

Gaspar, Lúcia. **Xilogravura**. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acessado em: 09 nov. 2014.

MELLO, Braulio Adriano de. SILVA, Denilso Rodrigues da; KURTZ, Fabiana Diniz. **Ambientes virtuais de aprendizagem**: uma discussão sobre concepções, funcionalidades e implicações didáticas. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/tic_literatura/livros/educacao_e_ciberespaco.pdf > . Acessado em: 07 nov. 2014.

NISKIER, Arnaldo. Os aspectos Culturais e a EAD. *In*: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PIMENTEL, Fernando Sílvio Cavalcante. **Sob o olhar da tutoria**: educação online. V. 2. Maceió: EDUFAL, 2013.

ROMISZOWSKI, Hermelina das Graças Pastor. Fatores culturais na EAD: experiências de vários contextos. *In*: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

SABBATINI, Renato Marcos Endrizzi. **Ambiente de Ensino e Aprendizagem via internet**: A Plataforma Moodle. Instituto EduMed. 2007.

SARAIVA, Karla. **Educação a Distância**: outros tempos, outros espaços. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

SEAD/UNIVASF. **Sobre a Sead**. Disponível em: <<http://www.sead.univasf.edu.br/index.php?link=sead> > Acesso em: 09 out. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2005.



**O POLO UAB JUAZEIRO-BA E A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA:
UMA PROPOSTA DE RESSIGNIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS
PREVISTOS POR CURSOS EM EAD**

Rosângela Gonçalves Cunha
Universidade Federal da Bahia
Instituto Anísio Teixeira
Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Edinalva dos Santos
Universidade Federal do Piauí

Jorge Messias Leal do Nascimento
jorge.nascimento@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Leandro Costa dos Santos
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Luciana Vieira de S. Rodrigues
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Rejane Maria P. A. Reis
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Roberta Machado Santos
roberta.machado@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco

INTRODUÇÃO

Tratar sobre o histórico da educação a distância em Juazeiro-Bahia permite refletir sobre a relevância político-social desta modalidade no município, em contrapartida constata-se fontes de informações incipientes sobre o período em que as instituições de ensino superior e os cursos desta modalidade foram implantados. Desta forma, este trabalho abordará o surgimento da Educação a Distância e os impactos sociais previstos pelos cursos sediados no Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em Juazeiro-Bahia.

Segundo o censo demográfico (IBGE, 2010), no semiárido vivem 22.598.318 milhões de pessoas, destacando-se que mais de 8 milhões (38,03%) pertencem à zona rural, onde se encontra a população mais empobrecida com índices de qualidade de vida muito abaixo da média nacional, representa 11,85% da população brasileira e 42,57% da população nordestina.

É neste contexto que está o município de Juazeiro, localizado no semiárido brasileiro, apresenta o maior valor de PIB per capita e índice de desenvolvimento humano quando comparados aos demais municípios do território do Sertão do São Francisco. Este fato, tende a justificar a importância do desenvolvimento educacional nessa localidade, principalmente do ensino superior, e nesse aspecto destaca-se a modalidade EaD, que apresenta dentre suas diretrizes a democratização da educação com qualidade, promovendo a formação inicial e continuada com a construção e aquisição de conhecimentos culturais, além de permitir flexibilização, atemporalidade, extraterritorialidade, interatividade e facilidade de escalonamento, facilitando a diminuição de desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Juazeiro fica localizada na Região Norte do Estado da Bahia, mesorregião do Vale do São Francisco (MI, 2004), a 540 km da capital Salvador, com uma área territorial em torno de 6.500 km² e uma população de aproximadamente 216.588 habitantes (IBGE, 2014)



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/JuazeiroBa>

Os habitantes do município de Juazeiro são oriundos do êxodo das populações da zona rural assim como nordestinos pertencentes a outros estados, que se refugiaram das grandes secas, já que reconheciam no rio São Francisco um “oásis no deserto”, o que proporcionou uma vasta mão – de – obra, aquecendo os setores da agropecuária e agroindústria, trabalho favorecido pela localização de Juazeiro, as margens do Rio São Francisco, de modo que hoje constitui a quinta maior população da Bahia.

Para Souza et al. (2010) esta cidade é considerada um dos grandes centros de desenvolvimento da fruticultura irrigada com destaques para os cultivos de manga, melão, e melancia para exportação, respondendo por 90% das exportações nacionais, além dessas, destaca-se a grande diversidade de uvas o que favorece a produção de inúmeros vinhos. Tudo isso ocorre devido a sua privilegiada localização geográfica.

Contudo o aumento populacional ocasionou a incapacidade de aproveitamento de toda a mão-de-obra migratória de modo que este crescimento desordenado provocou a ampliação da pobreza nesta região. Fator que foi favorecido pela implantação de empresas que se apropriaram do território agrário como reprodução do capital, que conforme Conceição (2005) permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais.

Deste modo, pode-se observar que em todos os setores há necessidade de ações de reparação para a melhoria das condições de vida da população juazeirense. No que se refere à educação, pode-se constatar o seguinte panorama:

A Rede Municipal de Ensino é formada por 115 instituições educacionais, entre escolas e creches, com uma matrícula que totaliza 33.662 alunos. O ensino Médio, prioritariamente de responsabilidade do Estado, é oferecido em 264 escolas, com uma matrícula que corresponde a 22.532 alunos. Este município conta com três instituições de ensino superior presencial, sendo a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), surge como a primeira instituição de ensino federal da região, a qual oferta os cursos de graduação em engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica, da computação, de produção e engenharia agrícola e ambiental, ciências sociais, artes visuais, e; a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), com os cursos de direito, comunicação social, agronomia, pedagogia, engenharia de bioprocessos e biotecnologia; a Faculdade São Francisco de Juazeiro (FASJ), privada, com cursos de publicidade, propaganda, administração, fisioterapia e ciências contábeis.

No que tange a graduação como etapa inicial de formação, e ao analisar o contexto histórico-social de Juazeiro, tais instituições priorizaram cursos voltados para as necessidades locais, na área industrial e agropecuária. Contudo, ao tratar-se da formação continuada com as pós-graduações, *lato sensu* e *stricto sensu*, a UNIVASF oferta pós-graduação em *lato sensu* e *stricto sensu*, a UNEB oferece *lato sensu* e *stricto sensu*, enquanto que a FASJ ministra somente pós-graduação *lato sensu*. Estes cursos foram implementados nos últimos 8 anos, o que promoveu ao longo do tempo uma lacuna quanto à oferta de pós-graduação em outras áreas como: saúde, gestão e outros.

Ao analisar este contexto, observa-se que com o surgimento dos cursos na modalidade à distância, na qual bases legais para esta modalidade de ensino foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº. 5.622, de 2005. As instituições privadas encontraram em Juazeiro um território favorável para sua expansão, de acordo com Pereira (2008) o setor privado é responsável por 73% das matrículas no ensino superior no Brasil, e que este setor concentra suas ofertas de cursos em áreas do conhecimento com custos de implantação baixos. Esta conjuntura favoreceu a expansão da modalidade EaD pelo setor privado, o qual permitiu a implantação dos cursos de graduação e pós-graduação de baixo custo de implantação.

Na primeira década de 2000, a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), surgiu como a primeira instituição privada a oferecer cursos de graduação em EaD no município de Juazeiro-Bahia, ao longo deste período outras instituições privadas se instalaram, como: Rede Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade Anhanguera- UNIDERP, Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Faculdade de Tecnologia Internacional (Fatec) e Unidade de Ensino do Sertão da Bahia (UESSBA), sendo que estas unidades ofertam tanto cursos de graduação como de pós-graduação principalmente licenciaturas e tecnológicos.

Mesmo com essas alternativas na educação superior, percebendo-se a necessidade de ampliação e democratização da oferta neste nível e ainda considerando não apenas a sede do município, mas especialmente toda a região do Vale do São Francisco, o Governo do Estado da Bahia, em parceria com a Prefeitura Municipal de Educação aderiram ao Projeto da Universidade Aberta do Brasil, proposto pelo Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para intensificar a oferta de cursos e programas de educação superior à distância, em parceria com as Universidades Públicas.

A criação dos polos de apoio presencial da UAB na Bahia ocorreu a partir do decreto nº 13.301 de 19 de setembro de 2011, o qual os cria no âmbito do Estado. Estes estão vinculados a Secretaria Estadual de Educação, através do Instituto Anísio Teixeira, e poderão

firmar convênio de cooperação técnica com municípios para compartilhamento da estrutura (BRASIL, 2011).

Esta iniciativa resultou na implantação do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil de Juazeiro, em 14 de Agosto de 2012, como forma de consolidar a adesão ao conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal para a área de educação, especialmente na área de programas voltados para a expansão da educação superior com qualidade e promoção de inclusão social.

Para este município e região San Franciscana o Polo UAB Juazeiro se constitui numa alternativa concreta de atendimento as demandas ainda não contempladas pela educação superior local, as quais compõem a margem, tanto da oferta da formação inicial quanto em relação à possibilidade de formação continuada, já que no Brasil apenas 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009) dos jovens tem acesso ao ensino superior.

Destaca-se a relevância político-social do Polo UAB Juazeiro, tanto em nível de Estado quanto para o semiárido brasileiro, evidenciando o seu papel em dirimir as desigualdades ao acesso ao ensino superior público e de qualidade, assim como permitir a formação continuada para os profissionais da educação e para outras áreas de atuação.

Assim, este polo é pioneiro no que tange a EaD pública e gratuita neste município e se constitui como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades acadêmicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados pelas universidades parceiras. Atualmente tem conceito Capes AA (Apto sem restrições) e sedia diversos cursos em nível de graduação e pós-graduação, totalizando 561 alunos regularmente matriculados.

Tabela 1. Instituições, cursos ofertados, chamada UAB e quantidade de matrículas no Polo UAB de Juazeiro-Bahia.

Instituição	Curso	Chamada UAB	Matrículas
FIOCRUZ	Facilitadores de Educação Permanente em Saúde	UAB I Aperfeiçoamento	11
FIOCRUZ	Gestão em Saúde	UAB I Especialização	15
UFPI	Letras	UAB I Licenciatura	50
UFPI	Pedagogia	UAB I Licenciatura	50

UFPI	Filosofia	UAB I Licenciatura	55
UNIVASF	Administração Pública	PNAP II Bacharelado	75
UNIVASF	Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vida	UAB I Aperfeiçoamento	25
UNIVASF	Gestão em Saúde	PNAP II Especialização	20
UNIVASF	Gestão Pública	PNAP II Especialização	40
UNIVASF	Gestão Pública Municipal	PNAP II Especialização	20
UFBA	Gestão em Políticas Públicas de Gênero e Raça	Especialização	35
UFBA	Ensino de Sociologia para o Ensino Médio	Especialização	30
UFBA	Licenciatura em Matemática	Graduação	50
UNIVASF	Educação Contemporaneidade e Novas Tecnologias	Especialização	30
UNIVASF	Ensino de Química e Biologia	Especialização	30
UNIVASF	Língua Brasileiras de Sinais	Especialização	25
Total de Alunos Matriculados			561

IMPACTOS SOCIAIS PREVISTOS PELOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO SEDIADOS NO POLO UAB - JUAZEIRO-BA

Os alunos egressos do Programa Nacional de Administração Pública (PNAP) deverão ter um perfil que coadune com a perspectiva da gestão pública nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal) e suas necessidades, visando o desenvolvimento de táticas organizacionais na busca de elucidação de soluções inovadoras para os entraves surgidos na

gestão socioeconômica identificada por um gestor público na busca da transformação da sociedade e do país.

Ressalta-se que, o aluno egresso do PNAP adquire durante a sua formação inicial (graduação) ou continuada (pós-graduação), destreza e competências generalizadas abarcando as qualificações que permeiam a formação do profissional moderno como também torna-se detentor de características peculiares com perspectiva para à gestão pública. Em ambas as modalidades, são conferidas ao egresso, competências e habilidades para a prospecção de atitudes necessárias à rotina dos profissionais da administração pública (Brandão, 2014).

Nesse sentido, destaca-se que, o panorama do perfil do egresso do PNAP é embasado na exigência de um profissional proativo, que imprima aptidões ao desenvolvimento de mudanças que resultem na geração de conhecimentos inovadores às áreas correlatas à administração pública, em especial para o Semiárido Baiano, município de Juazeiro-BA, devido à necessidade constatada de profissionais com formação mais generalizada e contextualizada sobre os desafios e desenvolvimento da sociedade local.

Por outro lado, egressos dos cursos de Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Matemática e Química do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) apresentam-se com formação peculiar embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), contribuindo para melhoria da qualidade da educação do nosso País, em especial, ao Submédio Vale do São Francisco, inserido no Semiárido Baiano, devido às necessidades educacionais constatadas nessa região (Batista et al., 2014).

A formação proporcionada aos egressos dos cursos do PARFOR visa à qualificação de professores em exercício do ensino fundamental e médio, como forma de políticas públicas voltadas para assegurar a efetivação do direito social que se expressa no direito à educação - Constituição Federal, Art °6 (Brasil, 1988). Segundo Souza (2014) a criação do PARFOR surge da necessidade de superar o déficit de professores qualificados em atuação na educação básica, possibilitando a expansão dos direitos e equalizando as desigualdades regionais, além de propiciar equidade de acesso à formação continuada aos professores por meio de uma política redistributiva com foco em grupos específicos.

Simultâneo aos cursos do PARFOR, houve a oferta do Curso de Extensão Escolas Sustentáveis e Com-Vida realizado pela UNIVASF e atualmente têm-se os cursos de licenciatura em matemática e pós-graduação (lato sensu) em ensino de sociologia no ensino médio e gestão de políticas públicas em gênero e raça pela Universidade Federal da Bahia, licenciatura em pedagogia, filosofia e letras/português pela Universidade Federal do Piauí, além dos cursos de especialização (lato sensu) em língua brasileira de sinais, educação contemporaneidade e novas tecnologias e ensino de química e biologia pela UNIVASF.

É importante destacar que, além do avanço sócio educacional proporcionado pelo PNAP e PARFOR, os demais cursos supracitados têm configurado resultados substantivos para o desenvolvimento da região, logo, têm-se ampliado a formação de docentes o que naturalmente impactará qualitativamente a realidade local.

Destacam-se também os benefícios proporcionados pelo curso de formação de facilitadores de educação permanente em saúde e Pós-graduação (lato sensu) em Gestão de Saúde, ofertados pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Constata-se que, esses cursos visam à promoção da formação continuada de profissionais da área de saúde e correlatas, embasado, em diferentes práticas e processos educacionais visando à ampliação do pensamento crítico e a capacidade protagonista no desenvolvimento de ações voltadas para solucionar e melhorar o sistema de saúde.

De modo geral, todos os cursos já ofertados (PARFOR e Escolas Sustentáveis e Com-Vida) ou em andamento (todos os outros que constam na tabela) sediados no polo UAB Juazeiro-BA, inseridos nas áreas de educação, administração e saúde têm constituído para essa região alternativa de suprimento do déficit desses profissionais visado avanços e melhorias para o desenvolvimento social local, haja vista, os potenciais impactos positivos que esses têm ocasionados nessa região.

CONTEXTUALIZAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS DOS CURSOS EM EAD

A Educação Contextualizada no Semiárido Brasileiro tem sido pauta nas discussões dos movimentos sociais do campo, instituições de pesquisa e em muitas universidades. Um esforço coletivo que se materializa no exercício de uma prática pedagógica inclusiva, propondo uma nova práxis no sentido de qualificar a educação para contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável do Semiárido. Conforme, se explica em IRPPA (2003):

O sentido atribuído a Educação para a Convivência com o Semiárido (uma pedagogia da vida) está no fato de poder contribuir para que as pessoas assumam uma nova postura diante do meio em que convivem e de que, nesta busca do (re)conhecimento de si (como sujeito histórico) e do lugar (como reflexo dessa história), possam intervir e transformar a ambos. IRPAA, 2003, p.11

O município de Juazeiro foi pioneiro no movimento pela educação para a convivência com o Semiárido, tendo sediado os primeiros encontros para análise de uma proposta educacional sensível às especificidades locais, a cultura popular; ou seja, o anúncio de uma nova concepção que contemplasse as minúcias dessa área e explorasse de forma racional as suas potencialidades. Nasce, dessa forma, um movimento organizado em prol da educação contextualizada, representado pela Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB)¹ que junto a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA-BRASIL)², fortalecem o movimento de construção do paradigma de convivência com o Semiárido que prioritariamente busca “(...) construir diretrizes norteadoras para políticas públicas de educação para convivência com o Semiárido brasileiro, visando com isso alcançar um objetivo maior que é o de contribuir para que a educação escolar produza e fortaleça um saber que favoreça a melhoria das condições de vida das populações dessa região”. (Diretrizes da Educação para Convivência com o Semiárido Brasileiro, I CONESA, 2006, p.03 e 05).

A construção de uma educação contextualizada deve ser discutida e reafirmada dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), locus privilegiado para formação humana, de forma a operar efetivas mudanças no modo de pensar e agir dos estudantes por meio de um aprendizado de valorização da cultura e da sabedoria popular, construindo uma visão crítica e de identificação, ao situar-se nesse espaço e desenvolver habilidades para intervir, criar e

recriar condições reais de convivência com o Semiárido, mesmo considerando as vulnerabilidades propiciadas pelo clima.

Nessa direção, consideramos que as contribuições dos cursos do Sistema UAB ofertados pelas Universidades parceiras, responsáveis pela formação inicial ou continuada, poderão exercer papel fundamental não apenas impactando socialmente, o que é previsto por todos os cursos em qualquer espaço-tempo, mas especialmente potencializando a construção do projeto de desenvolvimento do Semiárido, assim pode-se concretizar um esforço maior de promoção da qualidade social da educação e ainda da requalificação da função social que tem as universidades de dialogar com as várias instâncias sociais. Um novo projeto de desenvolvimento do Semiárido só se efetivará num esforço coletivo no qual toda a sociedade esteja comprometida, que todos os segmentos, no campo e na cidade, estejam trabalhando igualmente na mesma direção.

Para tanto, os cursos e/ou suas abordagens precisam considerar algumas especificidades, pois muitos foram criados para servir a alguns grupos privilegiados e produzem discursos de reprodução e não de modificação da realidade. Por isso, para a efetivação de formações que considerem um novo projeto de desenvolvimento da região do Semiárido, deve ser construída uma nova cultura, uma nova concepção de desenvolvimento, uma nova compreensão sobre esse lugar, novas subjetividades, novos desejos. E nesse sentido, a universidade tem um papel fundamental.

Trazer para a Universidade Aberta do Brasil uma discussão de contextualização da educação, não desconsidera as especificidades dos cursos “abertos” para todos, de todos os lugares, não se defende aqui a territorialização geográfica do conhecimento, o que se propõe é que os cursos planejados para todos, em sua abordagem, considerem as especificidades contextuais através do diálogo entre os saberes locais e globais, para que assim possa promover impactos sociais ainda mais significativos. Como orienta Reis (2005):

A educação contextualizada e para convivência com o semiárido não pode ser entendida como um espaço de aprisionamento do saber, ou ainda, na perspectiva de uma educação localista, mas como aquela que se constrói no cruzamento cultura-escola-sociedade. A contextualização neste sentido não pode ser entendida apenas como a inversão de uma lógica curricular construtora e produtora de novas excludências. REIS (2005) p. 13

Conforme apresentado, é possível comprovar notórios impactos sociais produzidos por cursos que reproduzem conhecimentos referenciais, por isso conjectura-se que se aplicados em intencional sintonia com o contexto dos alunos/sujeitos, multireferencialmente, esse movimento social de mudança – aqui compreendido como impacto social – será consideravelmente ressignificado, traduzido em ações de reafirmação do Semiárido como lócus de significativa identidade territorial que pode ser potencialmente melhor.

Acredita-se que os princípios de inclusão e democratização do acesso ao ensino superior que regem a EaD proposta pela Universidade Aberta do Brasil, o empenho qualificado das Universidades parceiras, e o compromisso do Polo UAB de Juazeiro, que transcende a designação de apenas “espaço de apoio presencial” mas necessariamente espaço que fomenta, motiva e realiza ações educativas que potencializam a educação local, somados a uma abordagem contextual dos cursos ofertados redimensionarão os impactos sociais propostos pelos cursos, porque construirão novos significados da representação do semiárido a partir de Juazeiro e poderão construir uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Batista, K. M.; Pereira, A. N.; Duarte, F. R.; Bezerra, P. F. C.; Silva-Junior, R. G. C. Perfil dos egressos em formação pedagógica a distância em Ciências biológicas da universidade federal do vale do são Francisco. Simpósio Internacional de Educação à Distância. Encontro de Educadores em Educação à Distância. Universidade Federal de São Carlos – SP, 2014.

Brandão, J. M. F. Princípios andrológicos e fatores mediadores da aprendizagem na educação a distância em administração pública / Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA - João Pessoa, 2014. 193f.

BRASIL, Decreto nº 13.301 de 19 de setembro de 2011. Diário Oficial da Bahia, Executivo, pq 1-2.I, nº 20.663, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional.1988. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. 25 eds. Revisada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2000.

CONCEIÇÃO, A. L. A geografia do espaço da miséria. Scientia Plena, Sergipe, vol. 01, n. 06, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Juazeiro, Bahia. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291840&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acessado em: 06 de novembro de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. XII Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico 2010. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO_2010_sinopse.pdf. Acessado em: 01 de novembro de 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro, p. 56. 2009.

INSA, Instituto Nacional do Semiárido. <Http://www.insa.gov.br/censosab>, com base nos dados do IBGE 2010. Acessado em 31/07/2013.

IRPAA. Referencial Curricular de Educação para a Convivência com o Semiárido. Bahia: Juazeiro.2003

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Cartilha – Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro. Brasília. 2004.

PEREIRA, J.M. políticas públicas de educação no brasil: a utilização da EaD como instrumento de inclusão social. Journal Technology Management Innovation, v. 3, n°(especial)1, p-1-12. 2008.

REIS, Edmerson dos Santos Reis. Projeto de doutoramento apresentado a Universidade Federal da Bahia. Bahia: Salvador.2005

SOUZA, C.C.; BRANDÃO, N.; OLIVEIRA, D.C.P.; NEIVA, B.F. Ribeirinhos de Juazeiro (Ba) e Petrolina (PE): Um olhar sobre a riqueza do artesanato local. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano 12, edição especial. 2010.

SOUZA, V. C. Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 58, 2014.



PARA ALÉM DA TUTORIA PRESENCIAL: A EXPERIÊNCIA DOS TUTORES DO POLO UAB JUAZEIRO - BA

Edinalva dos Santos
bicasan2@gmail.com
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Emanoel Ferreira da Silva
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Jorge Messias Leal do Nascimento
jorge.nascimento@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Julyvan Souza Silva
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Leandro Costa dos Santos
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Lindalva Gonçalves Cavalcanti de Souza
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Luciana Vieira de S. Rodrigues
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Rejane Maria P. A. Reis
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Roberta Machado Santos
roberta.machado@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Rosângela Gonçalves Cunha
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Instituto Anísio Teixeira
Secretaria de Educação do Estado da Bahia

RESUMO

O objetivo do trabalho foi relatar as experiências adquiridas pela equipe de tutores presenciais, no exercício de suas funções, para os cursos oferecidos na modalidade à distância no Polo da Universidade Aberta do Brasil de Juazeiro-BA. O estudo adotou uma metodologia qualitativa com a utilização de relatos de experiência para evidenciar a importância e as competências necessárias ao exercício da tutoria presencial, a singularidade da equipe e as práticas exitosas. As discussões giraram em torno de experiências prévias com a educação à distância, a qualificação dos tutores, a composição multiprofissional e a visão interdisciplinar da equipe. Os profissionais discutiram ainda o engajamento com a Educação à Distância, o reconhecimento desta modalidade como meio de democratização do conhecimento e a característica peculiar do Polo UAB Juazeiro-BA que tem sua localização e espaço compartilhados com a Escola de Formação de Professores do Município e, dessa forma, compõe uma rede de colaboração e funciona como um espaço social. Os autores entendem que o bom exercício da tutoria presencial e a inter-relação com todos os atores do processo ensino-aprendizagem estão diretamente relacionados ao sucesso obtido nos cursos.

Palavras-chave: Tutoria Presencial. Educação à Distância. Ensino.

ABSTRACT

The aim of the study was to report the experiences gained by the team of face-to-face tutors in exercising their functions, to the courses offered in distance mode in Pole of the Open University of Brazil Juazeiro-BA. The study adopted a qualitative methodology with the use of experience reports to highlight the importance and necessary to the performance of face tutoring skills, the uniqueness of the team and the successful practices. The discussions revolved around previous experience with distance education, qualification of tutors, the multidisciplinary composition and interdisciplinary team vision. The professionals also discussed the engagement with Distance Education, recognition of this modality as a means of democratization of knowledge and the unique characteristic of Polo UAB Juazeiro-BA which has its location and shared with the School of Teacher Education and the Municipality space, thus composes a network of collaboration and works as a social space. The authors feel that the proper exercise of the face tutoring and the inter-relationship with all stakeholders in the teaching- learning process are directly related to success in the courses.

Keywords: Face-to-face tutoring. Distance Education. Teaching.

INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, define as atribuições do tutor presencial da Universidade Aberta do Brasil de forma objetiva e pontual, porém operacional. No entanto, o perfil da equipe de tutoria presencial do Polo UAB do município de Juazeiro-Ba, mostra-se singular, transcendendo o estabelecido, afinal qual seria a particularidade presente neste grupo?

Este trabalho tentará analisar esta singularidade a partir de um relato de experiência, abordando as atividades desenvolvidas e as características destes tutores do Polo UAB Juazeiro.

Os profissionais envolvidos nesta função apresentam em algum momento da sua formação acadêmica, experiência como aluno da modalidade EaD, o que permite que tais tutores sejam mais perspicazes e sensíveis as necessidades do aluno EaD. Além disto, possui alguma experiência com docência, ainda quem não o é: o que faz ser adequadamente didático todo o processo de orientação; e especialmente, além dos estudos em suas áreas específicas de atuação, a compreensão desta modalidade como possibilidade real de ampliação do acesso à educação de ensino superior.

Conforme Machado e Machado (2004), o papel do professor-tutor precisa ser repensado para que não se reproduzam nos atuais ambientes de educação à distância concepções tradicionais das figuras do professor/aluno.

As atividades destes perpassam desde mediador pedagógico do processo de ensino e aprendizagem, o acompanhamento, a orientação, elucidando dúvidas quanto às disciplinas específicas de cada curso em vigência no Polo, esclarecendo as atividades enviadas pelos professores, assim como na assistência à navegação no ambiente de aprendizagem virtual.

Dessa forma este tutor torna-se o mediador da aprendizagem, aquele que mostra os melhores caminhos que devem ser tomados pelo aluno/cursista, promovendo o fortalecimento e estreitamento da relação entre os cursistas e o processo de tutoria-aprendizagem.

Para Almeida (2001) o professor-tutor atua como mediador, facilitador, incentivador, investigador do conhecimento, da própria prática e da aprendizagem individual e grupal.

Este é o profissional tutor deste Polo, que além de fazer incidir as atribuições já estabelecidas a função, busca manter uma relação sócioafetiva com os envolvidos, alunos e demais funcionários, de cada um, a procurar conhecer suas particularidades a fim de instituir uma relação entre estes, pautada na ética e na respeitabilidade, tendo como legítimo desígnio o bem estar comum em prol de um melhor produtividade.

Todos estes aspectos fazem com que haja um diferencial na equipe de tutores do Polo UAB Juazeiro-BA, logo, as atividades desempenhadas suplantam o que é preconizado pela CAPES. Além das ferramentas, as estratégias que são utilizadas no desempenho da atividade de tutoria, destaca-se o protagonismo desempenhado por essa equipe de tutores, promovendo assim a geração de troca de informações (conhecimentos), resultando em ganhos igualitários aos integrantes dessa relação: tutor/cursistas. Tais fatores entendem-se a rede de colaboração existente neste Polo, com a equipe administrativa e coordenação, além dos benefícios oferecidos na estrutura física e operacional que compõe o Polo UAB de Juazeiro- BA.

OBJETIVOS

Este trabalho propõe relatar experiências adquiridas pela equipe de tutores presenciais do Polo UAB de Juazeiro-BA no exercício de suas funções junto aos cursos de extensão, graduação e pós-graduação (*lato sensu*) na modalidade à distância (EaD) oferecidos pelas Universidades Federal do Vale do São Francisco, do Piauí e da Bahia, além da Fundação Oswaldo Cruz.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, adotaram-se os procedimentos metodológicos qualitativos, segundo Zanella (2005) com descrição (Netto, 2006) de relatos de experiência sobre o perfil da equipe de tutores presenciais lotados no polo UAB de Juazeiro-BA. Desta forma, consideraram-se os seguintes fatores: a importância e competências necessárias para o exercício da tutoria presencial; peculiaridades da equipe de tutores que tem proporcionado sucesso no processo de tutoria.

DISCUSSÕES

O CONHECIMENTO TRANSFORMA A PRÁTICA

O tutor presencial além de dominar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) precisa compreender a lógica que permeia a educação à distância. Segundo Faria (2010) o diálogo, quando acontece nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), se dá fundamentalmente através da ação humana, essa mobilização depende do sujeito que aprende e do sujeito que acompanha. Nesse sentido, as experiências prévias dos tutores do Polo UAB Juazeiro com a EAD permitiram qualificar o trabalho desenvolvido pela equipe. As vivências agregam valor às ações porque geram uma identificação com a modalidade e os sensibiliza na detecção das principais necessidades dos cursistas. Essa identidade motiva e transforma o exercício da tutoria porque gera práticas mais inclusivas, estimula o estudo, a aprendizagem e promovem uma interação efetiva entre os componentes desse processo educacional.

O decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e prevê uma atualização dos tutores envolvidos com a EAD. Para o tutor, envolvimento num processo dinâmico

de ensino-aprendizagem, é imprescindível a participação em cursos de capacitação, simpósios e congressos na área. Esse comprometimento profissional promove o desenvolvimento de habilidades, potencializa ações, fortalece e humaniza a EAD.

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E A VISÃO INTERDISCIPLINAR

A formação acadêmica dos tutores também caracteriza e qualifica a assistência prestada nos polos de apoio presencial. A tutoria no Polo UAB Juazeiro tem em sua composição profissional das mais diversas áreas: humanas, exatas, biológicas e da saúde; essa convivência promove discussões interdisciplinares e um exercício constante de produção de conhecimento tecido a partir de uma rede colaborativa. São diferentes percepções, a partir de cenários e realidades distintas que se complementam e se traduzem nos espaços de discussão e trocas de experiências – as reuniões mensais de equipe.

O compartilhamento de ideias, práticas exitosas, rotinas de acompanhamento e dinâmicas de exercício da tutoria promove a real possibilidade de um suporte que transcende a operacionalização das ferramentas do AVA, mais flexível aos horários disponíveis para estudos dos cursistas e acessível durante todo o horário de funcionamento do Polo. Essa característica estimula o fortalecimento de um vínculo do estudante ao seu polo, motiva estudo e o estimula a buscar informações complementares.

O que se espera para o polo é que ele seja um espaço de produção de conhecimento e o processo de tutoria como propôs Oliveira e Santos (2013) gere uma visão cooperativa e colaborativa do processo de tutoria revelando a abrangência do seu papel como mediador.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO MEIO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A adesão a Educação Aberta e a Distância como política social de inclusão, através da ampliação do acesso a formações em nível superior é imprescindível para se desenvolver, de modo mais eficaz, a atividade de tutoria em cursos EaD.

Naturalmente estará mais consciente do seu papel de tutor aquele que se reconhecer como agente de um processo que equivale não apenas a modificação do espaço-tempo do processo de interação educacional tradicional, mas essencialmente quem se reconhecer elemento fundamental na construção de uma política de expansão educacional de reparação de acesso e permanência em cursos de nível superior.

O perfil de parte significativa dos alunos dos cursos da Universidade Aberta do Brasil é composto por pessoas que tiveram seus direitos de acesso e permanência negados em seu tempo habitual de formação inicial ou continuada e atualmente na condição de trabalhador, idoso, pai, mãe ou residente fora de grandes centros tem a oportunidade de dar continuidade aos estudos.

Podemos mencionar que a EaD não apenas amplia as oportunidades para indivíduos e grupos sociais “confinados” pelo espaço ou pela agenda social. Na verdade ela amplia e confere força a educação, isto resulta em uma arma a mais, e uma arma de considerável alcance (MORAES, 2010).

Conhecer esse panorama e compreender os pressupostos educacionais e sociais que apontam a necessidade da adesão a Educação a distância pública e de qualidade como alternativa concreta de aumento dos índices educacionais no Brasil, faz do tutor presencial do Polo UAB de Juazeiro um profissional que para muito além de bolsista da Capes, é um orientador acadêmico que acumula o compromisso consciente de ser peça fundamental do processo em que está inserido.

ESPAÇO, IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO

Priorizando o conceito de espaço, além da materialidade do espaço físico, mas sim como espaço social, o Polo UAB de Juazeiro tem sede compartilhada com a Escola de Formação de Professores do Município de Juazeiro e este lugar dispõe de salas de aulas, sala

de tutoria, laboratórios de informática, secretaria, sala de coordenação e um espaço de convivência adaptável para auditório.

Esta estrutura favorece um trabalho colaborativo e articulado em todas as suas dimensões.

Outro fator importante e que é bastante positivo no Polo de Juazeiro é o quadro de tutoria presente em todos os turnos e demarcado por encontros internos da equipe que garantem o acompanhamento aos cursistas, independente a qual curso pertença, mediado pelas tecnologias, pela estrutura do espaço físico, que embora agregue outros segmentos, é um espaço genuinamente formativo e pela infraestrutura organizacional (técnica, pedagógica e administrativa), de qualidade.

Tais fatores devem ser somados a rede de colaboração existente neste polo, com a equipe administrativa e coordenação, além da estrutura física e operacional que compõe o Polo UAB de Juazeiro- Ba.

Aprender é planejar, é desenvolver ações, é receber, selecionar e enviar informações, é estabelecer conexões, é refletir sobre o processo em desenvolvimento, em conjunto com os pares, é desenvolver a interaprendizagem, a competência de resolver problemas em grupo e a autonomia em relação à busca, ao fazer e ao compreender. As informações são selecionadas, organizadas e contextualizadas segundo as expectativas do grupo, permitindo estabelecer múltiplas e mútuas relações, retroações e recursões, atribuindo-lhes um novo sentido que ultrapassa a compreensão individual (ALMEIDA & ALMEIDA, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuar na educação envolve os valores que norteiam o indivíduo, e estes estão presentes no pensar, no ser e no fazer, que refletem diretamente nas suas atividades diárias e nas relações entre todos os participantes da EaD, principalmente com o cursista/aluno.

As atividades da tutoria presencial são essenciais para o sucesso dos cursos, porém tais

atividades não devem ser isoladas, e sim inter-relacionadas com todos os atores envolvidos, desde aqueles presentes no polo de apoio presencial como também com as coordenações de curso, de tutoria e tutores online, todos são corresponsáveis pelos frutos obtidos durante o processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. J. Educação a Distância: Formação de Professores em Ambientes Virtuais e Colaborativos de Aprendizagem. São Paulo, Projeto NAVE, 2001.

ALMEIDA, F. J.; ALMEIDA, M. E. B. Educação a distância em meio digital: novos espaços e outros tempos de aprender, ensinar e avaliar. Virtual Educa2003, Miami, USA, 2003.

BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2005a Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf > . Acesso em: 15 nov. 2014.

DE OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes; SANTOS, Lázaro. Tutoria em Educação a Distância: didática e competências do novo " fazer pedagógico". **Revista Diálogo Educacional**, v. 13, n. 38, p. 203-223, 2013.

FARIA, E. V. de. O tutor na Educação a Distância: A construção de conhecimentos pela interação nos ambientes midiáticos no contexto da educação libertadora. *Scientia FAER*, v. 2. Olímpia-SP, 2010.

MACHADO, L.D.; MACHADO, E.C. O papel da tutoria em ambiente de EAD. Anais 11º Congresso Internacional de Educação a Distância Apresentação de Trabalhos Científicos, 7 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TC-A2.htm> . Aceso em : 14 de novembro de 2014.

MORAES, R. C.C. C. Educação a distância e efeitos em cadeia. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140, p. 547-559, maio/ago. 2010.

NETTO, A. A. O. Metodologia da Pesquisa Científica: Guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. Florianópolis: Visual Books, 2006.

ZANELLA, L. C. H. Metodologias da pesquisa. Universidade Federal de Santa Catarina, Secretária de educação à distância. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2007.



I SIEaDVASF
10.10.2014 a 12.10.2014

I Simpósio de Educação a Distância do Vale do São Francisco

ANALISE DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA A PARTIR DA LEI COMPLEMENTAR 131/2009 NOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Jéfilani dos Anjos Silva

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE

Jéssica Ramos Gomes

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE

Josaias Santana dos Santos

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE

Merivanha dos Anjos Silva

meri.anjoss@gmail.com

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a transparência nos atos do Poder Executivo dos estados da região do Nordeste brasileiro, à luz da Lei Complementar 131/2009, Lei da Transparência, que acrescentou dispositivos à Lei Complementar 101/2000. Dentre outros fatores, a Lei da Transparência trouxe regulamentações sobre as finanças públicas e a responsabilidade na gestão fiscal. Conforme essas alterações, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem apresentar, em tempo real, de maneira pormenorizada e em meio eletrônico de acesso público, informações quanto à execução financeira e orçamentária. A pesquisa foi realizada com base na análise das informações disponibilizadas pelos entes em seus sítios eletrônicos e respectivo preenchimento de questionário, desenvolvido com base na Lei de transparência e suas regulamentações. Foi utilizada a Metodologia descrita por Beuren (2008) que está organizada em três grupos: objetivos, procedimentos e abordagem, quanto aos objetivos, tratou de pesquisa exploratória e descritiva; quanto aos procedimentos foi bibliográfica e documental e no que se refere à abordagem, a pesquisa foi qualitativa. O estudo revelou que apesar das normas de transparência e evidenciação na Administração Pública, estas não são devidamente aplicadas pelos entes. Além disso, os achados da pesquisa mostraram que apesar de alguns dispositivos legais serem cumpridos, isso não significa transparência, pois a linguagem utilizada é predominantemente técnica, o que dificulta a compreensão das informações disponibilizadas, revelando assim, mecanismos de controle incipientes, sobretudo quando se trata do controle desempenhado pelo cidadão.

Palavras-chaves: Administração Pública. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. *Accountability* e Evidenciação. Controle Social. Transparência.



I SIEaDVASF
2014

I Simpósio de Educação a Distância do Vale do São Francisco

ABSTRACT

The present article aims to analyze the transparency in the acts of the Executive Power of the states in the region of Northeastern Brazil, in the light of the Complementary Law 131/2009 Law of Transparency, which added devices to Complementary Law 101/2000. Among other factors, the Law of Transparency brought regulations on the public finances and accountability in fiscal management. the Union, the States, the Federal District and Municipalities shall submit, in real time, in detail and in electronic means of public access, information regarding the financial implementation and budget. The relevance of the research is the analysis of the application of standards to encourage transparency in public administration and was based on analysis of available information in their electronic sites with compiling their questionnaires. Developed From the Transparency Act and its regulations. It was used the methodology described by Beuren (2008) that is organized into three groups: objectives, procedures and approach, regarding the goals, this was an exploratory research and descriptive; as regards the procedures was bibliographic and documentary and as regards the approach, the research was qualitative. The study revealed that despite the rules of transparency and emphasizing in Public Administration, these are not properly implemented by loved. Furthermore, the findings of the research showed that although some legal devices are met, this does not mean transparency, because the language used is predominantly technical, which makes it difficult to understand the information provided, thereby revealing, mechanisms of control incipient, especially when it comes to the control played by the citizen.

Key words: Public Administration. Accounting Applied to the Public Sector. Accountability and highlighting. Social Control. Transparency.

INTRODUÇÃO

O Estado representa um pacto social entre os indivíduos, para a obtenção do bem comum. Para que este bem seja alcançado é necessária a utilização de como aparelhamento preordenado à realização de seus serviços, objetivando a satisfação das necessidades coletivas, conforme Meirelles *apud* Kohama (2010), ao definir Administração Pública.

A Administração Pública brasileira, tal qual vista é o resultado de inúmeras mudanças. Adequando-se sempre à sociedade e seu contexto, as ferramentas da Administração já foram utilizadas com o intuito de se alcançar, somente a vontade do governante (modelo burocrático); após algumas mudanças, o foco saiu da vontade exclusiva do governante, o período se caracterizou, dentre outros fatores pela ênfase nos processos (modelo burocrático) e por fim, veio o modelo gerencial, objetivando o alcance do bem público, com foco nos resultados. Atualmente existem características dos três modelos, mas, o gerencial é o que predomina.

Com as mudanças na Administração Pública e a redemocratização do país na década de 1980, a participação do cidadão conquistou um considerável espaço, sobretudo com a promulgação da Constituição de 1988, onde se afirma que todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes.

Com tais mudanças, outro fator que ganhou destaque foi a necessidade de os representantes, aos quais foi delegado o poder de governar, manterem uma administração transparente, com prestações de contas periódicas, com a disponibilização de informações compreensíveis, de modo a possibilitar o efetivo controle social, o que justifica a presente pesquisa.

Com o intuito de promover a evidenciação das informações relacionadas aos atos da Administração Pública, foram editadas algumas normas, que tratam sobre o tema, além da Carta Magna de 1988. Exemplos desta evolução são, a Lei a de Responsabilidade Fiscal de

2000, que dispõe sobre a responsabilidade na gestão fiscal e a Lei de Transparência, de 2009, que trouxe alterações à LRF, tratando da prestação de informações, sobre execução financeira e orçamentária, de maneira pormenorizada e em meio eletrônico de acesso público.

Neste aspecto, o presente estudo visa elucidar a seguinte problemática: os estados brasileiros estão atendendo ao que preconiza a Legislação acerca da Transparência na Gestão Pública?

O objetivo da pesquisa foi analisar se há aplicabilidade da Lei de Transparência nos Estados do Nordeste, através da observação das informações disponibilizadas pelos poderes executivos dos entes, em seus endereços eletrônicos, para tanto, foi realizada revisão de literatura, de maneira qualitativa, exploratória e descritiva.

Com isso a relevância da pesquisa consiste no exame da aplicabilidade dos mecanismos legais de incentivo à evidenciação e transparência na Administração Pública, no entanto, é válido analisar se há eficácia em sua aplicação.

A pesquisa justifica-se na necessidade de se analisar se existe a evidenciação de informações, em meios eletrônicos, sobre execução financeira e orçamentária de modo que possibilite o devido controle social. O desenvolvimento do artigo se deu em cinco seções: introdução, metodologia, referencial teórico, análise dos resultados e considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Administração pública

Conforme Gasparini (2003) o ato de administrar consiste em gerir bens, interesses e serviços, conforme as normas pertinentes, a moralidade e o objetivo de determinado patrimônio, confiado a alguém, que não, necessariamente, seu proprietário. Dessa forma, quando se tratar de bens, interesses e serviços da coletividade, a atividade de administrar estará relacionada ao patrimônio público, portanto deve-se, assim, buscar o bem comum.

Apesar de ser um instrumento que tem como objetivo a busca do bem comum, a Administração Pública, no Brasil, nem sempre foi mantida por este escopo. Houve um

período em que se buscava o bem individual do governante, e não o coletivo, havendo confusão na distinção entre o bem público e o particular, a este período foi atribuído o nome de modelo patrimonialista, conforme Pereira (2013).

Depois de ocorridos alguns acontecimentos na sociedade, como a revolução industrial e o surgimento do Estado Liberal, dando uma nova conotação, quanto à função do Estado, surgiu o modelo burocrático, que teve como base a racionalidade, a impessoalidade e o profissionalismo, com foco nos processos, conforme Gaebler e Osborne (1995).

Por fim, conforme Oliveira (2013), na segunda metade do século XX, surgiu o modelo gerencial, como resposta à ampliação das funções econômicas e sociais do Estado. O modelo teve seu foco nos resultados, ao considerar que o tempo demandado nos processos era demasiado e não garantiam a eficiência e eficácia dos feitos da Administração Pública.

Ainda segundo o autor, é válido ressaltar que a transição entre os modelos ocorre de maneira gradual e contínua e não por ruptura total dos preceitos do modelo anterior, assim, ainda é possível identificar características dos modelos patrimonialista e burocrático coexistindo no gerencial.

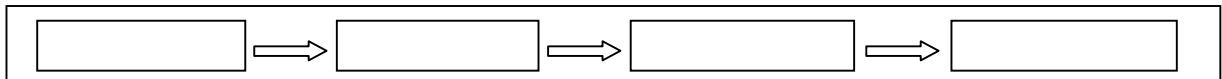
2.2. Orçamento público

Para Guimarães *et al* (2008), o Orçamento Público é um documento legal que contempla, tanto as receitas previstas, quanto as despesas fixadas, a serem realizadas em um determinado período. Anteriormente, os orçamentos representavam apenas documentos de previsão de receita e autorização de despesas com poucas (ou nenhuma) regras predefinidas.

Entende-se por receita na Administração Pública, “as operações de ingresso de recursos financeiros nos cofres públicos, que de acordo com sua origem podem ser receita orçamentária ou extra-orçamentária”, conforme apresentado por Bezerra Filho (2006, p. 49). A receita orçamentária é aquela estabelecida na Lei Orçamentária Anual e a receita extra-orçamentária é a que ingressa nos cofres públicos, mas não pertence ao Estado.

Segundo Furtado (2012), a receita pública possui as seguintes fases: previsão de arrecadação; inscrição do crédito fiscal verificado; liquidação dos débitos, pelo contribuinte e transferência, pelos arrecadadores, ao tesouro do ente, conforme apresentado na figura 1:

Figura 1. Estágios da Receita

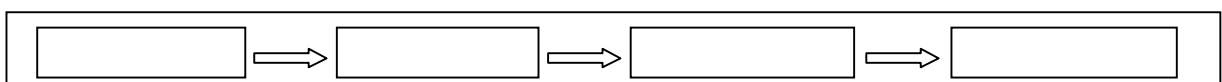


Para Bezerra e Feijó (2012, p. 34) O orçamento brasileiro considera como efetivadas as receitas apenas no momento da arrecadação, por outro lado as despesas são efetivadas no momento da emissão do empenho, sempre em uma perspectiva mais próxima fluxo.

Silva *apud* Furtado (2012, p. 99) afirma que as despesas públicas são “desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”. Também pode ser orçamentárias ou extra-orçamentárias, conforme Carvalho e Ceccato (2011).

Assim como a receita, a despesa pública também passa por determinados estágios, a saber: estimativa, pela Fazenda Pública, de quanto deverá ser alocado, especificando, assim o limite de gastos, para atender às necessidades coletivas; comprometimento de crédito com a pessoa física ou jurídica que está sendo contratada; registro do direito adquirido, em função de fornecimento de produto ou prestação de serviço e, por fim, vem o estágio em que a parte credora recebe pela execução do acordo, o valor será pago por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídas (FURTADO, 2012).

Figura 2. Estágios da Despesa



A base legal do orçamento na Administração Pública pode ser identificada na Constituição Federal, em seu artigo 165, ao tratar de Planejamento-Orçamento, especificando que este se dará em três momentos: Plano Plurianual, que trata de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, possuindo duração de quatro anos, a

Lei de Diretrizes Orçamentárias, envolvendo as metas e prioridades e orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual, que contempla orçamento fiscal, de investimento e de seguridade social. Conforme Furtado (2012) a LOA representa o orçamento, propriamente dito.

Para Kohama (2010), são princípios de sustentação do Orçamento Público: Programação (estabelecimento de objetivos e ações); Unidade (política orçamentária uniformemente estruturada); Universalidade (inclusão de todos os aspectos do programa de cada órgão); Anualidade (período orçamentário de um ano); Exclusividade (deverão ser inseridos, exclusivamente, assuntos pertinentes); Clareza (orçamento definido de forma clara, ordenada e completa) e Equilíbrio (manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas).

2.3. *Accountability*, evidenciação e controle social

Accountability é uma expressão que ainda não tem tradução exata para o português, conforme afirma Bezerra (2009) o que existem são concepções distintas sobre seu significado. O autor a define como a obrigatoriedade de as organizações e ocupantes de cargos públicos prestarem contas, perante a sociedade, em função das responsabilidades decorrentes de uma delegação de poder.

Para Guimarães *et al* (2008), a *accountability* vai além da prestação de contas ao final de cada exercício, tampouco se restringe a veículos oficiais de comunicação, ela é a integração de todos os meios de controle, sejam eles formais e informais. Mostra-se como uma forma de superexposição da administração, que passa a exibir suas contas não mais uma vez ao ano e em linguagem unicamente técnica, mas diariamente e por meio de demonstrativos capazes de ampliar cada vez mais o número de controladores.

Para tanto, é necessário haver a adequada apresentação das informações, ou seja, evidenciação, termo intimamente relacionado à divulgação e *disclosure*, para Ribeiro Filho *et al* (2009, p. 266) “são nomes diferentes utilizados para tratar do mesmo tema”, que conforme os autores trata-se da apresentação das informações de forma clara e evidente, de modo que cause algum tipo de impacto nos usuários.

Para Iudícibus *apud* Ribeiro Filho *et al* (2009, p. 267), a evidenciação é a forma de a Contabilidade fornecer informações úteis para a tomada de decisão.

É o compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

A Adequada disponibilização de informação torna possíveis os controles na Administração Pública. Conforme afirmam Cruz e Glock (2008) o ato de controlar está relacionado ao de Planejar, posto que dê retorno ao processo de planejamento e vise garantir que através da aplicação dos recursos disponíveis, o resultado será alcançado, seja ele produto ou serviço.

Segundo Furtado (2012), o Controle exercido na Administração Pública pode ser Interno ou Externo. O primeiro é de responsabilidade do próprio órgão da administração, onde o ato ou procedimento administrativo teve origem, sendo sua função atuar como articuladora entre as ações administrativas e a análise da legalidade, (SILVA *et al*, 2011).

O segundo, conforme Furtado (2012, p. 187) é aquele executado por “agentes estranhos ao órgão controlado, sendo exercido por um poder sobre outro. (...) Refere-se a um Poder exercido externamente à estrutura e por visar à preservação e ao equilíbrio das instituições políticas democráticas do país”.

Uma forma de controle é o Controle Social, definido pela ESAF (2009, p. 50) como “a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública”. Sendo considerado um relevante meio de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.

Para que haja o devido acompanhamento das ações da Administração Pública, por meio da sociedade, a publicidade mostra-se imprescindível, no entanto, a divulgação, por si só não é suficiente, pois é necessário que haja compreensão por parte dos receptores dessas informações. Platt Neto *et al*. (2007, p. 82) afirmam que “(...) o usuário também é responsável

pela compreensão da informação, devendo, caso precise, estar disposto a estudar o tema. Todavia, o responsável primário da compreensibilidade das informações é a entidade que as divulgam”.

Conforme apresentado pela Escola de Administração Fazendária (2009, p. 47), “quanto mais bem informado o cidadão, melhores condições ele tem de participar dos processos decisórios e de apontar falhas. Isso possibilita a eficiência da gestão pública e contribui para o combate à corrupção.”.

Platt Neto *et al* (2007) afirmam que é dever das entidades a adequada promoção da compreensibilidade das informações. Entretanto, no que disser respeito à administração pública, ela será a responsável por estimular, da maneira mais abrangente possível, a divulgação das informações, sejam elas contábeis ou não, de modo que possibilite o alcance da transparência e, com isso, a realização do controle social.

2.4. Instrumentos legais de suporte ao controle social na administração pública brasileira

Existem inúmeros mecanismos de incentivos à transparência na Administração Pública Brasileira e, conseqüentemente, de controle social. Uma importante ferramenta é a Carta Magna, que conforme Veríssimo apud Coelho, Cruz e Platt Neto (2011, p. 169) apresentou “(...) princípios e regras tendentes a assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos e os deveres de transparência do Estado, que, em última instância, decorrem da própria noção do que seja ‘Estado Democrático de Direito’”.

Um importante mecanismo de transparência na administração pública brasileira se deu com a criação da Lei Complementar n.º. 101 de 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

Com relação à transparência na Gestão Pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 48, apresenta como instrumentos: “os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos”, aos quais deverá ser dada ampla divulgação.

Para Gattringer apud Coelho, Cruz e Platt Neto (2011, p. 168), a Lei de Responsabilidade Fiscal “(...) traduziu-se num código de conduta gerencial para todos os administradores públicos do país, assim como estabeleceu limites para a dívida pública e gastos com despesas de pessoal por nível de governo e Poder”.

A Lei Complementar n.º. 131 de 27 de maio de 2009, também conhecida como Lei da Transparência, acrescentou dispositivos à Lei Complementar n.º. 101, de 4 de maio de 2000, ao “determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A maior parte das alterações trazidas pela Lei de Transparência está relacionada aos dispositivos do artigo 48, seção I, capítulo IX - Da Transparência, Controle e Fiscalização, da

Lei de Responsabilidade Fiscal, acrescenta também dispositivos relacionados aos requisitos mínimos de prestação de informações, legitimidade para realizar denúncias, prazos e sanções.

Há outras normas de incentivo à transparência e participação cidadã, a exemplo da Lei 4.320/64 (recepcionada pela Constituição de 1988), que “estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal” e Lei nº 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso a Informação, que apresenta regulamentação de dispositivos constitucionais, quanto ao acesso a informação, dentre outras coisas.

3. METODOLOGIA

Ferreira (1998) afirma que, para se constituir um conhecimento científico é imprescindível rigor técnico-metodológico, bem como o estabelecimento de critérios de validação, que possam ser utilizados como parâmetros na produção do conhecimento. Para a realização desta pesquisa se faz necessário aplicar adequados procedimentos e metodologia, sendo esta definida por Demo (2009, p. 59) como, “condição necessária para a competência científica”.

A metodologia está organizada em três categorias: quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem (BEUREN, 2008).

Com relação aos objetivos, tratou-se de uma pesquisa exploratória, que conforme Prestes (2005, p. 26), tem como escopo “proporcionar maiores informações sobre o assunto que vai ser investigado” e a descritiva que ocorre sem a interferência do pesquisador, nos fatos (ANDRADE, 2005).

Quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisada bibliográfica em livros, revistas e sites voltados ao tema, também foi utilizada a pesquisa documental a partir de matérias que ainda não passaram por análises aprofundadas, buscando, assim, a verificação da informação bruta, conforme Silva e Grigolo *apud* Beuren (2008).

No tocante à abordagem, foi realizada pesquisa qualitativa, que conforme Richardson (1999, p. 80) tem como objetivo “descrever a complexidade de determinado problema,

analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos por grupos sociais”.

Com relação à coleta de dados, utilizou-se o método comparativo, com o intuito verificar o comportamento dos Estados nordestinos no período de 15 de maio de 2013 a 15 de junho do mesmo ano, em relação ao cumprimento da LC 131/2009, quanto à disponibilização de informações sobre execução financeira e orçamentária em endereços eletrônicos, observando as semelhanças e diferenças entre os agentes pesquisados, conforme Marconi e Lakatos (2007).

O questionário foi respondido com base nas informações disponibilizadas pelos poderes executivos dos Estados do Nordeste, nos seguintes endereços eletrônicos:

Tabela 1. Endereços eletrônicos

ESTADO	SIGLA	ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Alagoas	AL	http://www.transparencia.al.gov.br/
Bahia	BA	http://www.senhaaberta.ba.gov.br/
Ceará	CE	http://transparencia.ce.gov.br/
Maranhão	MA	http://www.portaldatransparencia.ma.gov.br/
Paraíba	PB	http://transparencia.pb.gov.br/
Pernambuco	PE	http://www2.transparencia.pe.gov.br/
Piauí	PI	http://transparencia.pi.gov.br/
Rio Grande do Norte	RN	http://www.transparencia.rn.gov.br/despesas.aspx
Sergipe	SE	http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/setp/index.html#

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos sites dos Poderes Executivos dos Estados Nordestinos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

É válido ressaltar que esta pesquisa tem como objetivo analisar a aplicabilidade dos dispositivos trazidos pela Lei de Transparência, assim, as obrigações como: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); prestações de contas, bem como o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da

Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e suas versões simplificadas, previstas no *caput* do artigo 48, da LRF não serão analisadas.

Elaborado a partir das especificações da Lei Complementar nº. 131/2009, bem como na sua regulamentação, apresentada pelo Decreto 7.185/2010, o questionário foi preenchido com base nas informações disponibilizadas, nos endereços eletrônicos dos Poderes Executivos dos Estados nordestinos: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, que devem apresentar tais informações, desde maio de 2010, conforme prazo estabelecido na Lei de Transparência. Através de pesquisas realizadas nos portais de transparência de cada estado foi possível verificar a Aplicabilidade Parcial (AP), a Não Aplicabilidade (NA) e a Aplicabilidade Total (AT) dos principais itens da Lei da Transparência. Abaixo segue a análise dos dados extraídos dos portais:

Tabela 2. Análise de eficácia da Lei de Transparência nos Estados Nordestinos

Estado	L	A	E	A	B	E	I	N	E
Aspectos									
O ente disponibiliza informações, em tempo real, sobre sua execução financeira e orçamentária em meio eletrônico de amplo acesso?	P	A	P	P	P	A	P	P	P
A publicação sobre execução financeira e orçamentária ocorre de maneira pormenorizada?	P	A	P	P	P	A	P	P	A
As informações dos entes e órgãos da federação são disponibilizadas de forma consolidada?	A	A	A	A	A	A	A	A	A
É possível acessar as informações sem a necessidade de cadastros ou senhas?	T	T	T	T	T	T	T	T	T
O endereço eletrônico permite o download de relatórios e demonstrativos disponibilizados?	A	A	T	T	T	T	T	T	T
Há usabilidade e acessibilidade no endereço eletrônico do Estado?	P	P	T	T	T	T	P	T	P
Existe mecanismo que proporcione integridade e fidedignidade das informações exportadas?	A	A	A	A	A	A	A	A	A
É realizada a divulgação quanto ao valor do empenho, liquidação e pagamento das despesas?	T	A	T	T	T	T	P	P	P
Existem informações sobre o processo licitatório realizado, assim como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo?	T	A	T	A	T	T	A	T	A

Existe publicação sobre a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa?	P	A	T	T	T	T	P	T	P
É identificada a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária?	T	A	T	T	T	T	T	T	T
Há informações sobre os bens adquiridos e serviços tomados?	T	A	T	T	T	A	A	P	P
É discriminada a fonte do recurso que serviu para financiar o gasto por unidade orçamentária?	T	A	A	T	T	A	A	A	T
É possível pesquisar uma despesa, especificando o fornecedor através de Razão Social ou CNPJ?	T	T	T	T	T	A	T	T	A
Os valores das receitas são discriminados por cada unidade gestora do recurso público?	T	A	T	A	T	A	A	T	A
São disponibilizadas informações sobre a previsão das receitas?	T	A	T	A	T	T	A	T	A
Os lançamentos das receitas são divulgados?	T	P	P	A	P	P	A	A	A
É realizada a divulgação sobre a arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários?	P	P	P	P	P	P	P	P	A
É possível pesquisar uma receita, especificando a fonte?	T	A	T	A	T	A	A	P	A

Fonte: Elaborada pelos autores (2014), com base na Lei de Transparência e regulamentações.

Os sete primeiros aspectos da pesquisa estão relacionados à disponibilização das informações, bem como à usabilidade dos endereços eletrônicos, ou seja, o nível de satisfação e compreensão do usuário, quanto às informações disponibilizadas, conforme Torres e Mazzoni (2004). Neste sentido, foi possível constatar que todos os entes disponibilizam informações sobre sua execução financeira e orçamentária, entretanto, nenhum o faz em tempo real, conforme previsto na LC 131/2009, especialmente, no que tange aos dados relacionados às receitas, conforme identificado nos Portais dos Estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Verificou-se que os entes não exigem cadastros ou senhas, o que facilita o acesso, entretanto não disponibilizam informações de maneira consolidada, tampouco apresentam mecanismos que proporcionem integridade e fidedignidade às informações exportadas. Quanto à usabilidade, verificou-se a presença de glossários em alguns *sites*, entretanto, muitos apresentam caminhos complexos, dificultando o acesso à informação.

Nas sete questões seguintes foi analisada a disponibilização de informações sobre despesas, onde se constatou que, seja de maneira parcial ou total, praticamente todos os Estados apresentam informações sobre valores de empenho, liquidação e pagamento, sendo a Bahia o único Estado a não atender a este requisito, assim também como não identificada a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, ao contrário dos outros Estados. Por outro lado, verificou-se que Pernambuco é o único Estado que não possibilita a pesquisa de despesa, especificando o fornecedor através de Razão Social ou CNPJ.

A terceira e última parte da pesquisa está relacionada às receitas, onde foi possível notar que as informações não são detalhadas como deveriam, em cerca de cinco estados os valores não são discriminados por cada unidade gestora do recurso. Além disso, as informações divulgadas são na maior parte dos estados, divulgadas por totais, atendendo assim parcialmente ao que determina a lei.

Com base na tabela a seguir, constatou-se que o Portal de Transparência da Paraíba é o que apresenta maior grau de aplicabilidade da LC 131/2009, atendendo totalmente à cerca de 70% dos requisitos, em contrapartida, a Bahia está em último lugar, ao verificar o não atendimento a 78,95% dos mesmos requisitos.

Tabela 3. Resultados da Pesquisa

Estados Nível de Cumprimento	AL		BA		CE		MA		PB		PE		PI		RN		SE	
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)
Atende totalmente	11	87,69	2	10,83	12	65,19	9	47,37	11	68,62	8	42,11	4	21,05	9	47,37	8	21,05
Atende parcialmente	5	26,52	2	10,83	4	21,05	1	15,79	4	21,05	2	10,53	6	31,58	6	31,58	5	26,32
Não atende	1	15,79	15	78,05	1	15,79	7	36,84	2	10,53	9	47,57	9	47,57	4	21,05	10	52,63
Total	12	100,00	19	100,00	18	100,00	19	100,00	19	100,00	19	100,00	19	100,00	19	100,00	19	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores (2014), com base nos resultados obtidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado no decorrer da pesquisa é possível constatar que a Lei Complementar 131/2009 representou um marco para a transparência na Administração Pública do país, bem como um importante mecanismo de incentivo à participação do cidadão,

ao considerar a possibilidade de se realizar um controle tempestivo e eficiente, nos casos de aplicabilidade plena da norma.

Entretanto, constatou-se que a aplicabilidade desta norma nos Estados Nordestinos mostra-se incipiente, tanto no que diz respeito à divulgação das informações em tempo real, quanto na estrutura dos endereços eletrônicos, que, em alguns casos, se mostram com problemas de usabilidade, com caminhos complexos e uma linguagem predominantemente técnica, dificultando a pesquisa e a compreensão, por parte do cidadão.

Conforme previsto no artigo 73-A, da LC 131/2009, “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar”. Assim, entende-se que o controle externo não está sendo adequadamente executado, seja ele realizado entre os Poderes ou exercido pelo cidadão.

Destarte, pode ser verificado o cumprimento do objetivo da pesquisa, quanto à análise de aplicabilidade da Lei de Transparência pelos Poderes Executivos dos Estados Nordestinos. Assim, são apresentadas as seguintes sugestões para estudos futuros: a) análise do acompanhamento, quanto a aplicação da LC 131/2009, pelos órgãos competentes, do controle externo; b) estudo sobre a necessidade de adequação do profissional contábil, quanto à apresentação de compreensíveis ao cidadão; c) análise da percepção do cidadão, quanto à existência da Lei de transparência; e d) análise da percepção do cidadão, quanto às informações disponibilizadas pelos entes.

O estudo apresenta limitações relativas aos dados coletados que se referem apenas aos apresentados nos sites do governos do Nordeste do Brasil e os seus resultados podem não refletir a realidade de outras regiões. Sugere-se para futuros estudos a ampliação para as demais regiões do País.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Portal da Transparência**. Disponível em <<http://www.transparencia.al.gov.br/>> Acesso em 27 de junho de 2013.

BAHIA. **Portal da Transparência**. Disponível em <<http://www.senhaaberta.ba.gov.br/>> Acesso em 28 de junho de 2013.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEZERRA, Josenaldo de Oliveira, **O Controle Interno Frente à *Accountability*: o estudo de Caso do Estado de Roraima**. Manaus, 2009. Disponível em <http://www.ppgcc.ufam.edu.br/attachments/027_O%20Controle%20Interno%20Frente%20%C3%A0%20Accountability%20-%20o%20Caso%20do%20Estado%20de%20Roraima.pdf> Acesso em 20 de junho de 2013.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Pública: Teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BEZERRA FILHO, João Eudes; FEIJÓ, Paulo Henrique. **A nova contabilidade aplicada ao setor público: o futuro chegou!** Recife: Revista TCE-PE. v. 19, p. 28-61, 2012

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 26 de junho de 2013.

_____. **Decreto nº. 7.185 de 27 de maio de 2010**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm> Acesso em 22 de junho de 2013.

_____. **Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm> Acesso em: 23 de junho de 2013.

_____. **Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 26 de junho de 2013.

_____. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm> Acesso em 22 de junho de 2013.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm> Acesso em 24 de junho de 2013.

_____. **Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Relação Estado – Sociedade**. 4. ed. Brasília: ESAF, 2009. (Série Educação Fiscal. Caderno 2).

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Márcio. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CEARÁ. **Portal da Transparência**. Disponível em <<http://transparencia.ce.gov.br/>> Acesso em 27 de junho de 2013.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle Interno nos Municípios: Orientação para Implantação e Relacionamento com o Tribunal de Contas**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

COELHO, Mary Cristine; CRUZ, Flávio da; PLATT NETO, Orion Augusto. **A informação Contábil como Ferramenta de Auxílio no Exercício do Controle Social**. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 163-184, jul./set. 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, Rosilda Arruda. **A pesquisa científica nas Ciências Sociais**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998.

FURTADO, Fábio. **Administração Financeira e Orçamentária: direito financeiro simplificado, teoria e questões**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2012.

GAEBLER, Ted; OSBORNE, David. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. 9. ed. Brasília: MH comunicação, 1995.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

GUIMARÃES, Isac Pimentel et al. **Transparência na Administração Pública Municipal: Um estudo de caso sob a ótica dos fundamentos da *Accountability***. Bahia: SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2008. Disponível em <http://www.aedb.br/seget/artigos08/458_Administracao%20Publica%20e%20Accountability.pdf> Acesso em 15 de junho de 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARANHÃO. **Portal da Transparência**. Disponível em <<http://www.portaldatransparencia.ma.gov.br/>> Acesso em 28 de junho de 2013.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Modelos teóricos de Administração pública**. Disponível em <http://concursospublicos.uol.com.br/aprovaconcursos/demo_aprova_concursos/administracao_publica_02.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2013.

PARAÍBA. **Portal da Transparência**. Disponível em <<http://transparencia.pb.gov.br/>> Acesso em 26 de junho de 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da Administração Pública burocrática à gerencial**. Disponível em <<http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Bresser1.pdf>> Acesso em 28 de junho de 2013.

PERNAMBUCO. **Portal da Transparência.** Disponível em <<http://www2.transparencia.pe.gov.br/web/portal-da-transparencia>> Acesso em 26 de junho de 2013.

PIAUI. **Portal da Transparência.** Disponível em <<http://transparencia.pi.gov.br/portaltransparencia/faces/views/receita.xhtml>> Acesso em 26 de junho de 2013.

PLATT NETO, Orion Augusto et al. **Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira.** Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** 3. ed. São Paulo: Rêspel, 2005.

RIBEIRO FILHO, José Francisco. **Estudando Teoria da contabilidade.** São Paulo: Editora Atlas, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas.

RIO GRANDE DO NORTE. **Portal de Transparência.** Disponível em <<http://www.transparencia.rn.gov.br/despesas.aspx>> Acesso em 26 de junho de 2013.

SERGIPE. **Portal de Transparência.** Disponível em <<http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/setp/index.html#>> Acesso em 26 de junho de 2013.

AVALIAÇÃO EM EAD: CONCEITO ENTRE OS PRECONCEITOS

Keren Priscila da Silva Nobrega
kerenpriscila2011@hotmail.com
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Eidson Lima Damasceno
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Wesley Heimard Leite Rodrigues
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Eliã Simeia Martins S. Amorim
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

RESUMO

O presente trabalho visa abordar as problemáticas e discussões referentes a avaliação do ensino-aprendizagem em EaD (Educação a distância). Discutirá sobre os conceitos e os tipos de avaliação, pontuando as suas etapas e sua pertinência na educação, afirmando que a avaliação deve ser contínua. Analisa os tipos, ferramentas e instrumentos na avaliação em EaD, problematizando os entraves e críticas referentes a tal modalidade de ensino. Por último, buscam-se soluções para tais entraves e apresenta estudos comparativos e exemplos de programas que têm dado certo. Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, os dados foram coletados exclusivamente através de materiais já existentes (pesquisa na *web*, livros, artigos, periódicos, etc.), que possibilitaram que este trabalho tomasse forma para ser fundamentado. Dessa forma, fora concluído que as múltiplas formas de avaliação em EaD devem se inter-relacionar, pois o amplo campo de trabalho educacional, que ganha dimensões exclusivamente virtuais, demanda interações dialética no ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Ensino-aprendizagem. Educação a Distância.

ABSTRACT

This work is about the problems and discussions related the assessment of teaching- learning in DE (Distance Education). Discusses about concepts and types of assessment, scoring their steps and their relevance in education, stating that the assessment should be ongoing. Analyzes the types, tools and instruments in assessment in DE, discussing the obstacles and criticisms concerning such kind of education. Lastly, look for solutions to these obstacles and presents comparative studies and examples of programs that have worked. This work characterized that research bibliographic, the data was collected exclusively through existing materials (Web research, books, articles, periodicals, etc), that enabled this work to take shape to be substantiated. Thereby, concluded that the multiple forms of avaliation in DE, must to interrelate, because the ample camp of educational work, wins dimensions exclusively virtual, demand dialectic interactions of teaching-learning.

Keywords: Assessment. Teaching-learning. Distance Education.

POSTER – COD. A18

INTRODUÇÃO

Com a constante evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a sociedade inicia um processo de construção de novas culturas, passamos a viver na cultura digital. Nessa nova configuração social as pessoas têm fácil acesso a vastos e variados tipos de informação, que podem ser acessados através de uma simples sintonização da TV em um telejornal, ou visitando um site de notícias na internet, que por sua vez pode ser conectada por um *smartphone* e outros equipamentos portáteis, dentre várias outras possibilidades.

A educação não ficou de fora dessas mutações, criaram-se novos espaços de conhecimento, que pode ser qualquer lugar em que o sujeito se encontre. A educação transcendeu os muros da escola e supera até mesmo os limites físicos, isto é, não é mais fundamentalmente necessário que professores e alunos estejam presentes em um mesmo espaço físico para iniciar o processo de ensino-aprendizagem. Esta modalidade de ensino é denominada Educação a Distância (EaD), que chegou ao Brasil aproximadamente em 1904 através da profissionalização em datilografia por correspondência (ALVES, 2011) e, há quem diga que a EaD teve sua gênese nas cartas paulinas, nas quais o apóstolo Paulo passava seus ensinamentos cristãos à vários povos.

Ainda hoje a EaD é tema de discussões e boa parte da população se mostra preconceituosa com esse tipo de ensino. Dentre o emaranhado de questões que a EaD envolve, o presente estudo delimita-se à discussão da avaliação no âmbito dessa dinâmica educacional.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo/atividade é de natureza básica, pois não se pretende executá-lo na prática, mas sim contribuir para a obtenção de conhecimento teóricos no assunto ora tratado. É também explicativa, uma vez que se propõe a explicar o tema em questão e salientar algumas fragilidades, bem como, possibilidades de superação das mesmas. Os dados serão coletados exclusivamente através de materiais já existentes (pesquisa na *web*, livros, artigos, periódicos, etc.), o que caracteriza uma pesquisa bibliográfica. Quanto à abordagem esta se

define como qualitativa, pois aqui o objeto em questão envolve sujeitos, logo não é possível expressar dados numéricos no âmbito da subjetividade.

3. CONCEITO E TIPOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é uma das etapas mais importantes no processo de ensino-aprendizagem. É um processo natural que tem por objetivo fazer com que o professor tenha uma noção de como os conteúdos estão sendo assimilados pelos alunos, bem como saber se as metodologias adotadas estão surtindo efeito na aprendizagem dos alunos. Desse modo, deve-se deixar claro que avaliação é uma atividade-meio e não atividade-fim, esta última visa somente à classificação, aprovação ou reprovação dos discentes. Segundo Rodrigues (2002, p. 60) “ela deve ser vista como meio para análise, detecção e diagnóstico dos problemas de desempenho dos alunos através dos seus resultados”. A avaliação é um processo de investigação, tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores e não tem somente um caráter classificatório.

A avaliação é vista como uma verificação da aprendizagem do aluno, bem como, um suporte de ajuda ao processo de ensinar e aprender. É um processo que coloca em destaque os fatos, as atuações, os resultados parciais (processo) e finais (produto) do processo ensino-aprendizagem. De acordo com Azzi (2005, p. 187)

A avaliação desempenha funções que a legitimam e a tornam indispensável no processo educativo. Sua função mais evidente e reconhecida é a pedagógica, que visa, principalmente, à verificação da aprendizagem dos alunos, à identificação de suas necessidades e à melhoria (regulação) do processo de ensino-aprendizagem. Essa função complementa-se com a função social de certificação dos alunos, compreendida como declaração de domínio das competências curriculares enunciadas em uma proposta pedagógica.

Segundo Steban (1999 apud RAMOS; FRISKE e ANDRADE, 2007) “avaliar é interrogar e interrogar-se” é um espaço onde o conhecimento está em processo de construção e reconstrução. Para Libâneo (1991, apud SANTOS, sem data, p.1)

A avaliação é uma atividade didática essencial para o trabalho docente. Por apresentar uma grande complexidade de fatores, ela não pode ser resumida a simples realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas fornece dados quantitativos que devem ser apreciados qualitativamente.

Tanto na Educação a distância quanto em cursos presenciais, existem três modalidades de avaliação muito conhecidas e que devem cumprir basicamente três funções didático pedagógicas: Diagnóstica, formativa e somativa (HAYDT, 2000 apud RODRIGUES, 2002) cada uma delas com sua função específica.

A função diagnóstica é iniciada geralmente no início do ano ou semestre, ou início de uma unidade de ensino. Segundo Polak (2009, p. 154) “a avaliação diagnóstica não é mensurável em termos de nota, mas é importante para conhecer o grau de educabilidade cognitiva do aluno”. Se refere a identificação do nível inicial de conhecimento na área a ser estudada. Objetiva detectar as dificuldades específicas da aprendizagem, tentando identificar suas causas, ajudando o aluno a progredir na aprendizagem e o professor reorganizar a sua prática pedagógica.

A função formativa é feita ao longo do processo ensino-aprendizagem, para alguns estudiosos é considerada uma ferramenta de “controle”, visa detectar se os objetivos estabelecidos foram alcançados pelos alunos e fornecer dados para aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem. Para Santos (sem data, p.2)

A avaliação formativa é basicamente um orientador dos estudos e esforços dos professores e alunos no decorrer desse processo, pois está muito ligado ao mecanismo retro-alimentação (feedback) que permite identificar deficiências e reformular seus trabalhos, visando aperfeiçoá-los em um ciclo contínuo e ascendente.

A avaliação formativa se utiliza de vários instrumentos para ajudar no aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem, tornando-se uma avaliação muito significativa nos cursos de EAD. (POLAK, 2009, p. 154).

A avaliação somativa acontece no final do ano, do curso, do semestre letivo ou ao final de uma unidade de ensino. Para Polak (2009, p. 154) “a avaliação somativa tem o propósito de classificar o aluno atribuindo-lhe uma nota”. Ela classifica os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos segundo os níveis de aproveitamento do processo ensino-aprendizagem.



Fonte: Arredondo (2002 apud POLAK 2009)

A avaliação na modalidade de Educação a Distância, como em qualquer outra modalidade de ensino, sustenta-se na interdependência das funções diagnóstica, formativa e somativa, com ênfase na sua continuidade. Para Azzi (2005, p. 187)

A avaliação de desempenho num programa de educação a distância na formação de professores deve, portanto, ser contínua, cumulativa, abrangente, sistemática e flexível, de modo que permita: a) acompanhar o desempenho escolar de cada aluno, identificando aspectos que demandem atenção especial; b) identificar e planejar formas de apoio aos alunos que apresentam dificuldades; c) verificar se os objetivos específicos propostos estão sendo alcançados; d) obter subsídios para a revisão dos materiais e do desenvolvimento do curso.

Para o processo de avaliação é imprescindível estabelecer relações entre o conhecimento e a realidade do educando, e principalmente saber quem é esse estudante de EAD. De acordo com Polak (2009, p. 155):

A avaliação do aluno em EAD, independentemente do modelo adotado, deve ser feita continuamente, mediante etapas predefinidas e socializadas, de forma que o aluno tenha ciência de como, quando e por quem será avaliado. A socialização prévia dos critérios de avaliação minimiza o poder do avaliador, desmistifica a avaliação e torna o processo avaliativo natural e inerente ao processo ensino-aprendizagem.

4. AVALIAÇÃO EM EAD

O advento das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) desencadeou na sociedade mudanças nas mais diversas dimensões – negativas ou positivas, a depender da forma e finalidade que se dá ao uso das TIC –, como na cultura, valores, normas e etc., as pessoas (re) inventaram novas formas de conceber o mundo e nele intervir. Nessa transformação fora incluída, também, a educação escolar, as diversas mídias agora fazem parte do contexto educacional que acabou ampliando as possibilidades de ensino-aprendizagem, transcendendo até mesmo os limites físicos da sala de aula. Esta nova configuração é denominada Educação a Distância – EaD.

A modalidade EaD existe no Brasil a aproximadamente um século e ainda é alvo de discussões ferrenhas. As opiniões são diversas, muitos se posicionam a favor e outros não aprovam esta configuração de ensino. Geralmente quem se coloca a favor enxerga vantagens como: Atingir um maior número de estudantes, não é preciso estar no mesmo local do professor para ter acesso às aulas, pode ter acesso aos materiais da aula e até mesmo a aula sem sair de casa, dentre outras. A EaD se molda, por tanto, à demanda da sociedade “sem tempo” na qual estamos inseridos.

O conceito de EaD trazido por Dohmem em 1997 enfatiza a autonomia de aprendizagem:

Educação a Distância é uma forma sistematicamente organizada de auto estudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias. (DOHMEM, 1997 apud ALVES, 2011 p. 85)

O fato de a EaD não exigir todo o tempo a presença física do aluno, imputa ao mesmo grande autonomia, assim a qualidade do processo de aprendizagem depende fundamentalmente do próprio aluno. Esse autodidatismo pode ter um impacto negativo em nossa sociedade, pelo fato de, em muitos casos, alimentarmos uma cultura de preguiça e menoridade intelectual, na qual diversas pessoas buscam apenas aquilo que lhe é solicitado e não extrapolam os limites dos conteúdos que lhes são disponibilizados. Vale lembrar que na modalidade presencial também é de fundamental importância ir além do que é mostrado em sala se quiser formar conhecimentos perspicazes.

Em relação à aprendizagem, de que forma verifica-se se há ou em que nível ocorre? Adentramos então ao campo da avaliação, que será explanada em três partes: Avaliação do aluno, avaliação do curso e avaliação do tutor.

4.1 Avaliação do Aluno

Boa parte dos cidadãos passaram pela educação básica estimulados a decorar o máximo de conteúdos possível para se sair bem nas provas e, assim que terminavam, todo conteúdo é descartado para dar lugar ao conteúdo da unidade seguinte. Essa prática pode ser associada – além de outros aspectos que não convém discorrer na presente temática – ao fato de que a avaliação, geralmente aplicada como instrumento de mensuração e punição, acaba deixando o ensino-aprendizagem como um coadjuvante e toda atenção dos educandos é direcionada à obtenção de um bom resultado na avaliação.

A avaliação é sim importante para verificar os resultados do que é trabalhado em sala, mas o erro está na sua finalidade, isto é, em o que fazer com os resultados obtidos. Nessa perspectiva a avaliação, tanto na EaD como no ensino presencial, deve ser utilizado como

instrumento de redefinição de estratégias de ensino, modificação de práticas para que se possa contemplar o maior número de estilos de aprendizagem e assim superar as fragilidades que forem identificadas.

Na EaD a avaliação é feita presencialmente conforme dispõe na Portaria nº2, de 10 de Janeiro de 2007

§ 2º Os momentos presenciais obrigatórios, compreendendo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório, conforme o art. 1º, § 1º, do Decreto nº 5.622, de 2005, serão realizados na sede da instituição ou nos polos de apoio presencial credenciados.

É relevante, segundo Polak (2008), atentar-se para não reproduzir o modelo de avaliação presencial, sendo a mais significativa para a EaD a avaliação formativa, que se utiliza de várias classificações e busca aperfeiçoar o ensino-aprendizagem. Em relação ao sistema on-line de avaliações o processo formativo é somado a elementos como, portfólios, fóruns, chat, seminários virtuais, atividades de fixação, etc.. Para facilitar todo o processo de avaliação foram criados ambientes virtuais colaborativos de aprendizagem como, Moodle, AINet, TelEduc e outros, que ainda se encontram em busca de aperfeiçoar as interações e comunicações com o educando.

4.2 Avaliação do Curso

Os cursos EaD são alvos de pesadas críticas e preconceitos em nosso país, são estigmatizados como ensino de baixa qualidade e rápidos em demasia. Isso se dá pelo fato de que, além de muitos cursos oferecerem aula uma ou duas vezes por semana, muitas instituições funcionam de forma irresponsável ao primar pelo recebimento do capital e ignorar a qualidade do ensino.

Infelizmente esse cenário é uma realidade no Brasil, antes de ingressar em uma instituição de ensino a distância, é necessário que se avalie alguns aspectos os quais

elencamos: Ver se a instituição é reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura, identificar se os profissionais são competentes, observar convênios e parcerias da instituição, verificar a qualidade dos recursos educacionais, dentre outros. O crescente aumento na oferta de cursos EaD é notório e preocupante no que concerne à qualidade dos mesmos, porém, a competitividade pode ser proveitosa por, de certa forma, forçar a concorrência a buscar superar a qualidade de ensino das demais.

É importante não generalizarmos os entraves à todas instituições, pois da mesma forma que há o tipo já mencionado, existem também as instituições sérias e que se empenham na melhoria dos seus cursos e se preocupam com a qualidade da aprendizagem do seu alunado.

4.3 Avaliação do Tutor

Nos ambientes de interação e aprendizagem virtual cada um que acessa é um produtor de informação (passível de verificação) e pode contribuir com seu conhecimento, nesse sentido a quantidade de informação gerada pode ser muito volumosa e essa saturação de informação fomenta a necessidade de um mediador, o tutor. Este deve dominar bem as TIC e ter conhecimento na disciplina que está atuando.

Em todo processo educacional há objetivos que se desejam alcançar, para chegar ao ponto almejado tem-se como uma grande aliada a avaliação. Esta é conceituada por Bentes (2009) como:

[...] a reflexão transformada em ação, pois subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos e educadores, tendo em vista garantir a qualidade do processo educativo. (BENTES, 2009, p. 167)

Bentes (2009) nos mostra quatro tipos de avaliação do tutor, a primeira é a auto avaliação, aqui ele deve estar consciente das ações que realiza e avalia-se a si mesmo na tentativa de melhorar suas práticas profissionais; a segunda é a avaliação do tutor pelo aluno, aqui o aluno avaliará as contribuições do tutor para o seu aprendizado, se o tutor exercia sua

função com seriedade, pois um problema bem comum de se encontrar é o aluno enviar sua atividade, receber a nota e no entanto não ter um retorno sobre em que errou ou acertou; a terceira é a avaliação pela instituição, aqui a instituição espera que o tutor atenda às suas exigências como, qualificação continuada, colaboração para o processo de ensino-aprendizagem e etc.; por fim, a avaliação do tutor pelo professor especialista, que consiste no bom funcionamento da parceria entre o professor e tutor, pois quando o professor passa determinado conteúdo ele espera que o tutor dê o suporte adequado aos alunos, se o rendimento dos educandos for a baixo do esperado é sinal de que o tutor não exerceu sua função adequadamente.

Fica claro, por tanto, que a avaliação na EaD não pode ser resumida a avaliação do aluno e do curso, mas deve ser dada a devida importância à avaliação do tutor. Esse profissional é o mediador, que se fizer seu trabalho coerentemente, facilitará de forma significativa o processo de ensino-aprendizagem, ficando explícita a sua grande relevância na modalidade de EaD.

5. ATUAIS CRÍTICAS, SOLUÇÕES PARA OS ENTRAVES E EXEMPLOS DE PROPOSTAS REAIS DE AVALIAÇÃO EM EAD.

Dada a dimensão da abordagem EaD enquanto intervenção educacional e/ou prática de ensino, os entraves, as problemáticas e as críticas passam, paralelamente, a surgir conforme uso, abuso e mal uso das ferramentas associadas a tal abordagem didática. Para tanto como ampliar a educação interativa em EaD para grupos maiores, por exemplo, sem perder a interação, o espírito de colaboração, a competência didática e o respeito da classe pedagógica é um desafio que a educação a distância tem que enfrentar com maestria.

Os dispositivos existentes procuram responder aos interesses e padrões a que a instituição que os criou defende, e isto significa que não existe apenas a viabilidade educacional em jogo, mas também necessidades empresariais, profissionais, que fomentem o ensino e que se beneficiem com aqueles(as) que foram instruído adequadamente. Os cursos técnicos e superiores à distância, representam esta via de mão dupla, sobre a demanda do mercado e a possibilidade de trabalhar educação de fácil e adequado acesso.

Ainda associada à massificação dos cursos EaD e a relação dos mesmos com os interesses ideológicos das instituições, cresce a crítica quanto a divisão didático-pedagógica entre objetivos e objetos de aprendizagem, haja vista que tais propostas, que são duramente atacadas, possuem caráter consoante à superficialidade de conteúdo, má resolução de avaliações e desrespeito a efetividade da aprendizagem do aluno. Fortificando a crítica, geralmente de senso comum, quanto à ineficácia dos cursos à distância.

Imaginar que os objetivos de aprendizagem são negativos é errado, o problema que existe é a maneira como o designe instrucional trata os objetivos; se acontecer de maneira rígida, muito trabalhada em formatos de avaliações engessadas, por exemplo, pensar numa taxonomia que enquadre os interesses e impossibilite novas formatações e construções de saber, permite-se perceber o quão notório e descabido são os resultados de tais objetivos. Por isso, propor objetivos de aprendizagem inflexíveis e com especificidades que não permitem amplitude e correlações com outros saberes, é demasiado improdutivo do ponto de vista da boa intervenção educacional.

Para atenuar a aridez inclusa na maioria de tais objetivos de aprendizagem é necessário haver flexibilidade naquilo que se queira resultar com o curso EaD. Portanto uma solução é definir os objetivos do curso inteiro e não de aulas e/ou unidades; tecer objetivos de aulas pode não promover a educação enquanto processo de construção e a apropriação do aluno vai levar resultados imediatos e que não podem ser definidos, e isso não respeita o tempo, disponibilidade e a aplicação do mesmo aluno (recordando que existem estilos e estilos de aprendizagem)

Com a internet e a disseminação das informações, nos cursos à distância deve existir também a disseminação de conteúdos em torno das temáticas trabalhadas, tanto quanto há alunos com saberes muitos diferentes; por isso ao se determinar os objetivos de aprendizagem

pode perder-se em respeito para com o saber prévio do aluno, mas se houver organização no curso com atividades mais dinâmicas, interativas, inclusive os alunos ocupando posições de professores, enquanto atividade pedagógica de exercitar o que se aprendeu, é então possível conciliar uma pedagogia da aprendizagem construtivista com os objetivos de aprendizagem.

No que se refere aos objetos de aprendizagem diferente de objetivos, estes são conceitos novos em EaD, e trazem a polemica desde o nome, pois permite entender a classificação da palavra objeto, como coisificação daquele que aprende, da educação ali executada, colocando numa categoria de algo, de pedaço de informação/saber a ser trabalhado. Portanto, objetos de aprendizagem, representam expressões de pequenos conteúdos, ou seja, pequenos objetos, que juntos complementem um curso numa sequência lógica de aprendizagem. Por isso quando se pensa em objetos pensa-se em segmentar, fragmentar essa sequência, tornando o ensino atomizado.

Tal segmentação pode ser interessante num ponto de vista de designe instrucional, em casos mais específico de plataformas EaD, mas estabelecer os objetos de conteúdos enquanto fragmentados, não assegura integralidade do aprender já que um saber está diretamente relacionado à outro. Entretanto na interação com o curso, o que existe são os sujeitos ativos, pessoas dotadas de potencial em aprender. Uma alternativa a esse fatiamento dos conteúdos está nos moodle's, pois sendo mais genéricos e portáteis (com possibilidade de estender a outras plataformas), permite a execução desses blocos separados de conteúdos e ainda integrá-los com os temas gerais dos cursos.

Algumas alternativas pra esse choque anterior entre objetos e objetivos de aprendizagem é trabalhar com projetos que são propostas realizadas no decorrer do curso, projeto é alguma coisa que pode ser construída individualmente ou em grupo e que vai fugindo de controles e modelos engessados, e isto por ser profícua faz surgir demandas quando há liberdade na construção do saber.

A auto-avaliação, as avaliações entre grupos e assumir papel provisório de tutor para averiguar respostas de outrem, são alternativas que potencializam os métodos de avaliar e todo o processo de ensino-aprendizagem. Para tanto os cursos podem criar conteúdos que possuem questões interativas no meio da unidade e que o aluno procura acertar para progredir. A lição bem feita fica sendo um material auto-instrucional e interativo, como também

acontecem em atividades efetuadas por moodle, com envios de tarefas de artefatos digitais para conseguir progredir nos assuntos. Tudo isso pode ser combinado com relatórios estatísticos na tentativa de assegurar aquilo que o aluno professa nas questões com a constância de acesso no decorrer do curso.

Exemplos de trabalhos com êxito tanto na interatividade como nas avaliações, que serão apresentados neste pequeno trabalho, são os cursos auto-instrucionais das plataformas online da Fundação Getúlio Vargas, do site de ensino de língua estrangeira Duolingo, o site do VEDUCA que contém dezenas de cursos com direito a certificação, o site da khanacademy que visa disseminar o ensino da matemática, os AVAS (ambientes virtuais de aprendizagem), e todos os moodles e cursos superiores que trabalham de forma mais duradoura e ampla cursos inteiros, como por exemplo, a UNOPAR, a AHANGUERA, os IES, dentre outros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade de Educação a distância tem sido importantíssima na formação educacional dos estudantes. Mesmo com tantas problemáticas acerca de tal modalidade, acredita-se que esta traz grandes benefícios e acessibilidade aos estudantes. Dessa forma, torna-se importante que este ensino EaD proporcione ao indivíduo a construção do conhecimento de forma autônoma e que saiba adequar-se as formas avaliativas.

A interação entre as pessoas é fundamental, mesmo o curso sendo a distância é possível estabelecer diálogos. Além disso, é de suma importância a flexibilização das formas de avaliação. Não basta classificar e ordenar os alunos por notas no final do curso, o mais importante é o processo de ensino aprendizagem. A qualidade é bem melhor que a quantidade. A avaliação do aluno tem que ser contínua e mantendo a interdependência das modalidades diagnóstica, formativa e somativa.

REFERÊNCIAS

DOHMEM, G. apud ALVES, Lucineia. **Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Abed. 2011, vol. 11. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/2011/artigo_07.pdf. Acesso em: 01 de Out. de 2014.

AZZI, Sandra. A avaliação de desempenho do aluno na EAD. In: ALMEIDA, M. E. B. MORAN, J. M.(orgs). **Integração das Tecnologias na Educação.** Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Portaria nº2, de 10 de Janeiro de 2007.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf>. Acesso em: 16 de Out. de 2014.

BENTES, Roberto D. F. **A avaliação do tutor.** In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (org) Educação a Distância – o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p.166-169.

POLAK, Y. N. S. **Avaliação do aprendiz em EAD.** In: LITTO, M. F. FORMIGA, M. M. M (orgs). Educação à distância: O Estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

RODRIGUES, Alessandra Pereira. **E-Avalia- Um agente para a avaliação do ensino aprendizagem em educação a distância.** Porto Alegre: PPGC da UFRGS, 2002.

RAMOS, K. D; FRISKE, H; ANDRADE, S. R. **Avaliação na Educação a distância mediada por tecnologias: possibilidades e critérios.**2007. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/55200790110PM.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2014.

SANTOS, J. F. S. **Avaliação no ensino a distância.** Revista iberoamericana de Educación. Disponível em < <http://www.rioei.org/deloslectores/1372Severo.pdf>>. Acesso em: 13 de out. 2014

USO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A DOENÇAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CAMPANHA DE HANSENÍASE

Brunna Oliveira Lima
brunnynhalima@hotmail.com
Programa de Valorização da Atenção Básica – PROVAB

Deise Ferreira Rigaud de Santana Nascimento
Programa de Valorização da Atenção Básica – PROVAB

Lícia Alene Alves da Silva
Programa de Valorização da Atenção Básica – PROVAB

Carlos Dornels Freire
carlos.dornels@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Ricardo Santana de Lima
ricardo.lima@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Neste trabalho apresentaremos um relato de experiência do resultado do impacto da utilização do aplicativo *WhatsApp* como ferramenta inovadora no enfrentamento às ações da Campanha de Hanseníase realizada com os educandos da rede pública municipal, de 5 a 14 anos, do município de Juazeiro-Ba. A expansão na produção e abrangência das tecnologias inovadoras tem possibilitado utilizá-las para diversos fins, o que nos instigou a discutir seu uso como meio de interação e aprendizagem móvel. A coleta de dados foi realizada a partir da execução da Campanha de Hanseníase e a concomitante troca de informações por meio do aplicativo. Os resultados demonstram que trazer a utilização do WhatsApp frente à construção das ações educativas em Hanseníase possibilitou troca de saberes, viabilizou o melhor uso do tempo e a união de profissionais distintos.

Palavras-chaves: Tecnologias inovadoras. WhatsApp. Hanseníase.

ABSTRACT

In this paper we present an experience report of the result of the impact of using WhatsApp application as an innovative tool in dealing with shares of Leprosy Campaign held with the students of the public health system, 5-14 years of Juazeiro, Bahia. The expansion in the scope of production and innovative technologies have made it possible to use them for various purposes, which prompted us to discuss their use as a means of interaction and mobile learning. Data collection was carried out from implementation of the Campaign for Leprosy and concomitant exchange of information through the application. The results demonstrate that the use of WhatsApp to bring forward the construction of educational activities in leprosy

Keywords: Innovative technologies. WhatsApp. Leprosy.

INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, tem ocorrido uma evolução e expansão das tecnologias móveis, as quais têm criado novas oportunidades de mudança nas formas de relacionamentos e comportamento de seus usuários, bem como no processo de construção e aplicação da aprendizagem (CASAS, 2009). Essa mobilidade tecnológica tem aumentado a acessibilidade, frequência, e velocidade da comunicação tornando-se um meio comum e essencial do cotidiano dos consumidores (VATANPARAST; QADIM, 2009).

Cada vez mais o setor público brasileiro tem se beneficiado com o uso das tecnologias as quais já estão sendo utilizadas em diversas áreas como de planejamento urbano, meio ambiente, segurança e na saúde pública.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU, o número de usuários de telefones celulares aumenta ao mesmo tempo em que a população mundial cresce, enquanto esta alcança setes bilhões de pessoas, destes seis bilhões têm acesso a telefones móveis, o que mostra que o alcance a tecnologias desse tipo é maior do que as condições básicas de saneamento existentes, onde 2,5 bilhões de pessoas não possuem banheiro em casa.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE completa afirmando que de 2005 para 2011, a população de 10 ou mais de idade, cresceu 9,7%, enquanto o contingente de pessoas que utilizaram a internet aumentou 143,8%, ou seja, em seis anos o número de internautas no país cresceu 45,8 milhões.

Utilizando desse crescimento tecnológico e do alcance de usuários que ele possibilita, trazemos a discussão a utilização do aplicativo *WhatsApp* como Ambiente Virtual de Aprendizagem, rompendo com os métodos tradicionais de ensino, no processo de construção e aplicação de ações no serviço de saúde, bem como meio de socialização virtual, visto que é

uma rede de funcionalidades simples e mais restrita o que possibilita uma comunicação mais íntima entre os usuários.

Neste trabalho, apresentamos os resultados do processo de aplicabilidade de tecnologias inovadoras frente à Campanha de Hanseníase no município de Juazeiro-BA. Utilizamos o *WhatsApp* como ferramenta de sociabilidade e vínculos e meio de disseminação de conhecimento entre os profissionais envolvidos no projeto. Dessa forma apresentamos o novo contexto de uso das redes sociais, dada à convergência tecnológica que favorece sua mobilidade e crescimento para a área de ambiente virtual de aprendizagem, trazendo a forma como essa tecnologia tem influenciado o comportamento dos consumidores e seu impacto no desenvolvimento das ações de enfrentamento à doença.

O trabalho foi dividido nas seguintes fases: na sessão 2, apresentamos a revisão da pesquisa acerca do avanço e influencia que as tecnologias inovadoras estão proporcionando nas diversas áreas sobretudo quando utilizadas nas ações de saúde; na sessão 3 trazemos a metodologia com o passo a passo de como o projeto foi construído, bem como a forma de utilização da tecnologia mencionada; a sessão 4 trás a execução do projeto abordando a Campanha de Hanseníase a nível Nacional e Juazeiro o local de estudo, o impacto da utilização do *WhatsApp* na campanha e os resultados alcançados, e conclui-se com as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de educação tem se modificado com o passar do tempo e a expansão da tecnologia vem sendo utilizada no processo de aprendizagem, modificando-o positivamente. Nesta sessão, descreve-se a tecnologia recorrida na execução desse projeto, destacando todas as suas vantagens e benefícios.

2.1 WhatsApp

A trajetória tecnológica de uso de equipamentos móveis iniciada no Japão em meados de 1999 tem afetado potencialmente o cenário crescente de desenvolvimento dessas tecnologias, criadas para serviços de socialização simples dos usuários e como mecanismo para garantir a disseminação de conhecimento com seu público alvo.

Diante dessa nova possibilidade de ensino e aprendizagem surge o que Laouris e Eteokleous (2005) denominaram de *Mobile Learning* (M-Learning) ou aprendizagem móvel, totalmente voltada para comunicação e educação através de dispositivos móveis. Neste contexto, Saccol, Sachlemmer e Barbosa a conceituam como,

“processos de aprendizagem apoiados pelo uso de tecnologias da informação ou comunicação móveis e sem fio, cuja característica fundamental é a mobilidade dos aprendizes, que podem estar distantes uns dos outros e também de espaços formais de educação” (p. 23).

O *WhatsApp* aplicativo de troca de mensagens via celular é hoje o mais popular no mundo e apresenta um amplo crescimento no Brasil, devido a sua principal funcionalidade que é a interação, tornando-se meio de comunicação entre os usuários.

A proporção de adeptos que esse aplicativo atinge tem atraído cada vez mais essa proposta de utilizá-lo como meio de aprendizagem móvel, o que provoca uma receptividade positiva na sociedade. Rajasingham (2009) afirma que os modelos educacionais que rompem com os métodos tradicionais de ensino estão se tornando cada vez mais plausíveis com a ajuda da crescente evolução da tecnologia de informação.

Vavoula (2005) destaca que a aprendizagem não deve estar desconectada das atividades cotidianas, mas sim ligada aos processos mais comuns do dia a dia, como ler, fazer compras, enfim entretenimento de um modo geral.

O uso de novas tecnologias pela sociedade contemporânea amplia o potencial comunicativo, proporcionando a troca de informações sob diferentes formas. O telefone celular, portanto, tornou-se um dispositivo de múltiplas convergências midiáticas (LEMOS, 2007).

Diante disso, a cultura de convergência mostra-se como um conceito amplo. O recebimento de informações, por exemplo, já não é mais considerado como passivo, pois o receptor quer seja ele usuário, telespectador ou leitor, também é produtor e disseminador. Com o *WhatsApp* o indivíduo, portanto, pode emitir e receber informações em tempo real de qualquer parte do planeta. A convergência passa a não ser apenas das tecnologias, mas, sobretudo, da cultura e do modo de agir da sociedade (JENKIS, 2009).

Esse contexto apresenta o que se conhece como cibercultura que segundo Lemos (2003), parte do princípio de que as novas tecnologias são utilizadas como ferramentas de “efervescência social no compartilhamento de emoções, convivialidade e de formação comunitária”. A comunicação instantânea permite contatos tanto para programação de encontros sociais, bate papos ocasionais, ou até mesmo discussões temáticas.

Estudos sobre o uso do *WhatsApp* em educação como o dos autores Rambe e Chipunza (2013) investigaram quanto o aplicativo pode ajudar o estudante no acesso e apropriação de recursos educacionais gerados de maneira coletiva, isso evidencia a utilização do aplicativo como plataforma de desenvolvimento de trabalho em todas as dimensões.

Antigamente um dos principais mediadores da conexão entre os indivíduos eram os computadores, hoje essa conexão está cada vez mais acessível, fácil e ampla. Lemos (2013) aponta que a associação entre a cibercultura e a tecnologia então gerando novas formas de sociabilidade, vínculos e aprendizagem. Segundo ele, a cibercultura redefiniu a percepção espaço-temporal e de comunidade e indivíduo, onde essa conectividade generalizada tem possibilitado novas articulações sociais e modalidades de troca de saberes.

3. METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se do resultado do impacto da utilização do aplicativo *WhatsApp* como ferramenta inovadora no enfrentamento às ações da Campanha de Hanseníase realizada com os educandos da rede pública municipal, de 5 a 14 anos, do município de Juazeiro-Ba. Utilizou-se a metodologia da pesquisa qualitativa visto que o estudo apresenta a experiência dos membros envolvidos na campanha frente ao uso do

WhatsApp como ambiente de aprendizagem móvel. De acordo com Granger (1982), um verdadeiro modelo qualitativo descreve, compreende e explica, trabalhando exatamente nesta ordem.

A coleta de dados foi realizada a partir da execução da Campanha de Hanseníase e a concomitante troca de informações por meio do aplicativo. Os dados demonstram tanto a parte da aprendizagem adquirida por meio das discussões no meio de comunicação adotado, quanto à perspectiva de resultados da Campanha em si, tanto na logística de diagnóstico de casos quanto da importância social através da desmistificação do preconceito que há em torno da doença.

A ideia foi a de que a distância entre os membros da campanha se estreitasse através do uso do *WhatsApp*, e esse fosse não só meio de vínculo como de conhecimento sobre técnica de avaliação das manchas, por exemplo, visto que o aplicativo possibilita contato e resposta imediatos. Os dados resultantes serão abordados no decorrer do trabalho.

4. O PROJETO

A Campanha de Hanseníase promovida pelo Ministério da Saúde (MS) é um projeto realizado todos os anos com o objetivo de diagnosticar precocemente a Hanseníase em crianças e jovens em idade escolar. Devido ao número de educandos a serem examinados nessa campanha, aliado ao curto tempo e à necessidade de comunicação constante entre os membros do projeto, decidiu-se utilizar um aplicativo que estreitasse a distância e possibilitasse comunicação direta e rápida entre eles, no caso utilizou-se o *WhatsApp*.

De acordo com o MS (2014) a campanha intitulada “Hanseníase, verminoses e tracoma têm cura. Faça essa lição de casa e proteja-se” pretende beneficiar mais de nove milhões de estudantes do ensino fundamental da rede pública, ela é uma parceria feita com estados e municípios com o objetivo de aumentar o diagnóstico precoce e, com isso, diminuir a ocorrência destas doenças no país.

A proposta é a realização de ações de educação em saúde nas escolas, com a busca ativa de casos de hanseníase, onde os casos suspeitos são encaminhados à rede básica de saúde para confirmação e início imediato do tratamento. Segundo o MS (2014) a nível nacional a campanha atende a alunos em aproximadamente 60 mil escolas da rede pública de ensino, localizadas em 1.227 municípios de todas as unidades da Federação.

Para o ministro da Saúde, Arthur Chioro, a importância da campanha se dá porque consegue atingir não só os escolares, mas também as pessoas que convivem com eles. Explica assim,

“a busca ativa de hanseníase nas escolas, associada às ações de educação em saúde, motiva as crianças a envolver os familiares e a comunidade na divulgação dos sinais e sintomas da doença, o que favorece o diagnóstico precoce, tratamento e a consequente eliminação da doença como problema de saúde pública”.

A campanha no município de Juazeiro-Ba se deu da seguinte forma, a identificação dos casos foi realizada por meio do formulário de autoimagem, com perguntas sobre sinais e sintomas da doença e se há ocorrência de algum caso na família. Este formulário foi entregue aos educandos, sendo esses orientados quanto ao preenchimento pelos pais ou responsáveis, com a sua ajuda, e devolvido em seguida à escola. Após a devolução e posterior avaliação dos formulários, os escolares que apresentaram sinais sugestivos da doença foram encaminhados para avaliação nas unidades básicas de saúde ou no Centro de Saúde III do município e, se confirmado o diagnóstico, o estudante receberá tratamento gratuito, e seus familiares deverão ser examinados.

Durante as visitas às unidades escolares foram encontradas algumas dificuldades, que acabaram por comprometer parcialmente o andamento do trabalho. Muitos estudantes não preencheram a ficha de autoimagem ou se quer devolveram, sendo necessário realizar a inspeção do corpo, afim de possível detecção de manchas sugestivas de hanseníase e preenchimento do formulário; outra dificuldade foi a cobertura total das escolas, devido o número de alunos faltosos.

De fato, esse projeto contribuiu significativamente e serviu de modelo quando ele trouxe o *WhatsApp* como ferramenta de interação e meio de aprendizagem móvel. Os usuários

de tecnologias de redes móveis buscam ter experiências prazerosas, hedônicas e multissensoriais, sendo que estas experiências tornam-se mais utilitárias quando agregadas ao estudo e trabalho.

Sendo assim, o *WhatsApp* pode ser usado como ferramenta de rede social para aproximar e fidelizar os usuários, por ser uma rede de sociabilização mais restrita e íntima, que possibilita a criação de grupos, propícios a discussões temáticas e meios de tirar dúvidas, como aconteceu na campanha.

Além disso esse projeto mostrou à comunidade a importância da educação em saúde acerca da Hanseníase, visto que o município é endêmico para tal e de fato, é um problema de saúde pública que só pode ser controlado quando a sociedade geral contribui com os profissionais de saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato demonstrou a utilização do *WhatsApp* como um ambiente de aprendizagem móvel e interação entre os membros da Campanha de Hanseníase 2014 do município de Juazeiro-Ba. Tal proposta de utilização de tecnologias é vista como inovadora e tendenciosa a expandir, já que há um crescente uso do *M-Learning* como ferramenta de ensino e apoio à educação presencial.

Trazer a utilização do aplicativo frente à construção das ações educativas da Hanseníase possibilitou troca de saberes, viabilizou o melhor uso do tempo e a união de profissionais distintos. Lévy (2009) acerta quando ele diz que o século vinte foi prodígio em diversas áreas, principalmente na comunicação. Da revolução industrial à revolução eletrônica, a cultura contemporânea tem sido construída a partir dessas modificações.

De acordo com o Ministério da Saúde (2014), o Brasil registrou 31.044 casos novos da doença em 2013. Nove estados já alcançaram a taxa de eliminação como problema de saúde pública (menos de 01 caso por 10 mil habitantes): Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Essa campanha além de ter forte impacto na saúde da população por detectar casos de Hanseníase e iniciar o tratamento dos indivíduos, traz consigo um cunho social muito importante que é a desmistificação do preconceito que existe em torno dessa doença, o qual muitas vezes dificulta o acesso dos profissionais aos indivíduos com características suspeitas, ou mesmo pós-diagnóstico alguns se recusam a iniciar o tratamento ou abandona sem finalizá-lo.

Diante dessa experiência, é fato que a prevalência de Hanseníase no município de Juazeiro-BA é um importante indicador de saúde, visto que a campanha atua tanto no campo da promoção, quanto na prevenção e recuperação da saúde da população. É importante que haja um maior esclarecimento da comunidade em geral sobre a situação de saúde do município, no que diz respeito aos aspectos epidemiológicos, para que ocorra uma maior conscientização da sociedade quanto à importância das ações de saúde, pois ação em saúde só se faz com a participação do profissional e da comunidade. Por outro lado foi uma experiência enriquecedora e serviu de modelo para que outros setores de trabalho utilizem de tecnologias inovadoras para melhor o serviço e a aprendizagem dos profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

CASAS, A. L.L. Marketing Móvel: Tendências e oportunidades no Marketing eletrônico. São Paulo: Saint Paul, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). BUSCA ATIVA E TRATAMENTO DE HANSENÍASE E VERMINOSES NAS ESCOLAS: 89% DOS ESTADOS JÁ INICIARAM CAMPANHA. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD realizada em 2005- 2011. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/comentarios.pdf. Acesso em 05 nov 2014.

GRANGER, G. G., 1982. Modèles qualitatifs, modèles quantitatifs dans la connaissance scientifique. In: Sociologie et Sociétés (G. Houle, org.), vol. XIV, n° 1, pp. 07-15, Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal.

LAOURIS, Y., e ETEOKLEOUS, N. (2005). We need an education relevant definition of mobile learning. Retrieved 05 nov, 2014.

LEMOS, André. Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LEMOS, André. Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos Dispositivos Híbridos Móveis de Conexão Multirredes (DHMCM). Comunicação Mídia e Consumo, São Paulo, Vol. 4, n°10, p.23-40, ju 2007. Disponível em <http://revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaeconsumo/article/view/5016/4640>. Acesso em 05 nov 2014.

LEMOS, André. Cibercultura – Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed.34, 2009.

ONU. ONU: dos 7 bilhões de habitantes do mundo, 6 bi têm celulares, mas 2,5 bi não têm banheiros. Disponível em <http://www.onu.org.br/onu-dos-7-bilhoes-de-habitantes-do-mundo-6-bi-tem-celulares-mas-25-bi-nao-tem-banheiros>. Acesso em 05 nov 2014.

RAJASINGHAM, L.. Breaking boundaries: Quality eLearning for global knowledge society. International Journal of Emerging Technologies in Learning, 2009.

RAMBE, Patient; CHIPUNZA, Crispin. Using mobile devices to leverage student access to collaboratively-generated resources: A case of WhatsApp instant messaging at a South African University. In: INTERNACIONAL CONFERENCE ON ADVANCED ICT13. Hainan, China: Atlantis Press, 2013.

SACCOL, Amarolinda; SCHLEMMER, Eliane; BARBOSA, Jorge. M-learning e u-learning: novas perspectivas de aprendizagem móvel e ubíqua. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

VATANPARAST, R.; QADIM, H.Z. A Cross-Cultural Study on Mobile Internet Usage International Journal of Information Management, v.29, p.249-254, 2009.

VAVOULA, G. N. D4.4: A Study of Mobile Learning Practices: Internal report of MOBlearn Project, 2005.



POTENCIAIS DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS SELETIVOS (SIPECS)

Eliezer N F Andrade
eng.eliezer90@gmail.com
Secretaria de Educação a Distância - Universidade Federal do Vale do São Francisco

Mírian L Pereira
mirian.pereira@univasf.edu.br
Secretaria de Educação a Distância - Universidade Federal do Vale do São Francisco

Francisco R Duarte
francisco.duarte@univasf.edu.br
Secretaria de Educação a Distância - Universidade Federal do Vale do São Francisco

David F M Neri
david.neri@univasf.edu.br
Secretaria de Educação a Distância - Universidade Federal do Vale do São Francisco

RESUMO

A facilidade no acesso à formação acadêmica (graduação e pós-graduação) tem promovido um crescimento intenso e veloz no surgimento de novas instituições de ensino e a necessidade de modernização das já instaladas, objetivando atrair candidatos para a realização dos cursos que ofertam. Os sistemas de seleções são ferramentas essenciais para a realização de um processo seletivo no cenário acadêmico, podendo ser utilizados tanto nas seleções de cursos a distância quanto nas presenciais. Contudo, boa parte dos sistemas que estão no mercado são incompletos e dispõem apenas de rotinas de inscrição e de acompanhamento, mas não de rotinas integradas que prevêm , recebimento de documentos, processo avaliativo, resultado, interposição e análise de recursos administrativos, bem como de outros controles como os de despesas e receitas, relatórios e gráficos com a implementação de filtros de pesquisas. O objetivo deste trabalho é o de apresentar os potenciais do sistema, desenvolvido pelo presente trabalho, que oferece todos os recursos para a realização de um processo seletivo, realizando o planejamento, execução e o controle de todas as etapas de um processo seletivo. O SIPECS foi concebido em módulos, permitindo que os usuários – internos e externos - utilizem-no, simultaneamente, de acordo com perfis pré-estabelecidos. Logo, uma das vertentes da sua concepção é o compromisso com a preservação do meio ambiente e com a racionalização dos recursos. Desse modo, a tramitação de documentos, em todas as suas etapas, inclusive no processo avaliativo, é realizada integralmente no sistema, descartando a circulação física destes. Além disso, comprova-se que a redução do tempo empregado implica, positivamente, a diminuição do cronograma de atividades e dos custos pertinentes à sua realização. Dentre outras facilidades, destaca-se por: permitir que o órgão demandante planeje a realização do processo seletivo, estimando as receitas e controlando as despesas, elabore o cronograma, bem como obtenha o controle de todo o seu

desenvolvimento; possibilitar que os usuários acompanhem a tramitação do certame, desde a inscrição até a publicação do resultado final; acompanhar o trabalho e o desempenho dos avaliadores; controlar o pagamento das taxas de inscrição, interagindo com o Sistema de Transferência de Arquivos (STA) do Governo Federal; garantir que as solicitações de isenção sejam analisadas e processadas, imediatamente à sua apresentação, por meio da integração com o Sistema de Isenção de Taxa de Concurso (SISTAC) do Governo Federal; receber e promover a tramitação de todos os documentos requeridos pelos editais; realizar as etapas próprias do processo avaliativo, compreendendo a avaliação, a interposição/análise/resposta aos recursos, resultado final; permitir a inclusão de novos módulos sob demanda; possibilitar a integração de bancos de dados. Diante do apresentado as instituições que tenham preocupação com a eficiência na prestação dos seus serviços, que zelam pela transparência, economicidade e segurança do processo, que têm responsabilidade com o meio ambiente, que se preocupam com o controle e prestação de contas, que buscam oportunizar a participação de um maior número de candidatos, que desejam minimizar etapas burocráticas, que querem reduzir custos operacionais e humanos, que desejem otimizar o seu tempo, conhecendo o SIPECS, enxergarão a oportunidade de contarem com uma ferramenta que elevará a sua produtividade e trará confiabilidade a todos aqueles que dela se utilizarem.

Palavras-chave: processos de seleção; sistemas; cursos de ensino a distância; planejamento, controle.

POSTER – COD. A20

AS TECNOLOGIAS LEVES NA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE CRÍTICO NA UTI: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Emanuelly Vieira Pereira
emanuely.v.p@gmail.com
Faculdade Kúrius – FAK
Universidade Federal do Ceará – UFC

João Gabriel Cordeiro de Brito
Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA

RESUMO

Os processos assistenciais na área da saúde requerem o uso de diversas tecnologias. As tecnologias leves em saúde merecem destaque nos cuidados diretos ao cliente, momento em que é necessário proporcionar vínculo e acolhimento. A utilização destas tecnologias na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) ao paciente crítico é indispensável para a melhoria do seu prognóstico. A pesquisa objetivou ressaltar a importância das tecnologias leves na sistematização da assistência de Enfermagem de forma humanizada ao paciente crítico na UTI. Realizou-se um estudo bibliográfico, exploratório com abordagem qualitativa. Verificou-se que as tecnologias leves são capazes de propiciar um acolhimento por parte do profissional de saúde aos sujeitos assistidos, e influenciam diretamente na implementação da SAE, pois facilitam a obtenção de informações úteis à prestação do cuidado. Neste sentido, as práticas humanizadas ao paciente crítico na UTI podem contribuir significativamente para a melhora em seu prognóstico. Contudo, apesar da maioria dos enfermeiros conhecerem as tecnologias leves, sua utilização na prática é dificultada pela rotina diária e complexa de trabalho. Faz-se necessário a implementação de relações mais humanas que propiciem o estabelecimento de vínculos, reconhecendo os direitos dos clientes envolvidos e valorizando os princípios éticos que norteiam a profissão de enfermagem. Verificar sua relevância na aplicação do processo de enfermagem ao paciente crítico, tornando-se necessária sua utilização em todas as fases da SAE para qualificar a atenção em saúde e potencializar a

resolubilidade das ações, o que contribuirá significativamente para a melhoria do quadro clínico dos mesmos.

Palavras-chave: Cuidados de enfermagem. Tecnologia. Terapia Intensiva.

ABSTRACT

The care processes in healthcare require the use of various technologies. The soft technologies in health deserve emphasis on direct customer care, time when it is necessary to provide bond and host. The use of these technologies in the Care System Nursing (ASN) for critical patients is essential for improving the prognosis. The research aimed to highlight the importance of soft technologies in the systematization of nursing care to critical patients in a humane manner in ICU. We conducted a bibliographical study and exploratory qualitative study. It was found that soft technologies are able to provide a reception by the health professional for the subjects attended, and directly influence in the implementation of the ASN, because they facilitate obtaining useful information on care provision. In this sense, the humanized practices to critical patient in the ICU may contribute significantly to the improvement in his prognosis. However, although the majority of nurses know soft technologies, their use in practice is hampered by the complex daily work routine. It is necessary to implement more human relationships that facilitate the establishment of bonds, recognizing the rights of customers involved and appreciating the ethical principles that guide the nursing profession. Verify their relevance in the application of the nursing process to critical patients, making necessary their use in all phases of ASN to qualify the health care and to potentialize the resolubility of actions, which significantly will contribute to improving of the clinical condition of them.

Keywords: Nursing Care. Technology. Intensive Care.

POSTER – COD. A21

INTRODUÇÃO

O Ser Enfermeiro necessita da presença do Ser Cliente para estabelecer relações mútuas, que dão origem ao Ser Enfermagem, devendo este atender às necessidades humanas básicas dos clientes em qualquer ciclo da vida.

De acordo com a teoria da homeostasia, o cliente comunica continuamente e de diversas formas, informações sobre ele mesmo, seu meio sócio cultural e suas condições de saúde. É através da comunicação e observação que o enfermeiro colhe tais informações e detecta as necessidades afetadas, aplicando tecnologias adequadas na produção do cuidado (SMELT; BARE, 2011).

Quando tais informações não podem ser verbalizadas pelo paciente devido ao estado clínico do mesmo, o enfermeiro deve, por meio da observação sistemática, saber colher as informações de que necessita, seja dos familiares ou mesmo do paciente pela observação crítica e analítica.

As tecnologias em saúde podem ser classificadas em duras, leve-duras e leves, e estas se interrelacionam à medida que surge a necessidade de implementá-las na assistência. As tecnologias duras são equipamentos tecnológicos tais como máquinas, normas e estruturas organizacionais; as leve-duras referem-se aos saberes bem estruturados que operam no

processo de trabalho em saúde, como o processo de enfermagem; e as leves são tecnologias relacionais utilizadas na produção de vínculo (MERHY, 2002).

O processo de enfermagem caracteriza-se pela interação e dinamismo das seguintes fases: Histórico de Enfermagem, Diagnóstico de Enfermagem, Plano Assistencial ou Meta, Plano de cuidados ou Prescrição de Enfermagem, Avaliação e Prognóstico (SMELT; BARE, 2011).

Dentre essas fases, tendo em vista o uso das tecnologias leves, merece destaque a terceira: o *Plano de cuidados ou prescrição de enfermagem*, na qual se realizam os cuidados diretos ao cliente, momento em que é necessário proporcionar vínculo e acolhimento entre enfermeiro e cliente. Deste modo, o enfermeiro realiza cuidados específicos, nos quais o diálogo, a empatia e a conquista da confiança do cliente favorecem a obtenção de informações mais concisas e fidedignas (MERHY, 2002).

A utilização destas tecnologias na Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) ao paciente crítico faz-se necessária e indispensável, visto que, o mesmo é a dinâmica das ações sistematizadas e interrelacionadas que visam à assistência ao ser humano em todos os estágios clínicos e ciclos da vida.

Quando o paciente que irá receber os cuidados de enfermagem encontra-se em estado crítico, a obtenção de tais informações é dificultada. Contudo, elas continuam sendo essenciais para a melhora do prognóstico do mesmo por subsidiarem o estabelecimento de intervenções eficazes e efetivas dentro do plano assistencial.

Assim, o enfermeiro deve saber que ferramentas utilizar e como as utilizar para que se obtenham os dados de que necessita para o estabelecimento do plano assistencial e a prestação contínua dos cuidados.

Diante dessas considerações, o presente trabalho contribuirá de forma significativa para ressaltar a importância da utilização das tecnologias leves de saúde na SAE como instrumento que viabiliza a prestação do cuidado de forma humanizada, sistematizada, eficaz e efetiva, contribuindo de forma relevante para o prognóstico do paciente.

Este artigo tem como objetivo principal ressaltar a importância das tecnologias leves na sistematização da assistência de Enfermagem de forma humanizada ao paciente crítico na UTI e ainda conceituar tecnologias leves do cuidar em saúde; enfatizar as relações

interpessoais humanizadas como instrumento do cuidar; informar como ocorre a utilização das tecnologias leves na Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE) ao paciente crítico na UTI.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho deu-se através de pesquisa bibliográfica, exploratória, com abordagem qualitativa, reunindo uma gama de informações disponíveis nos referenciais teóricos que tratam da temática.

Segundo Marconi e Lakatos (2010) um estudo bibliográfico abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo.

A pesquisa exploratória oferece uma explanação geral sobre determinado fenômeno, proporcionando uma maior familiaridade com o problema e levantamento bibliográfico. O estudo exploratório é utilizado quando o problema a ser estudado é pouco explorado (OLIVEIRA, 2008).

Do ponto de vista de abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa, pois não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (FIGUEIREDO, 2008).

A obtenção dos dados ocorreu por meio dos recursos eletrônicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) no idioma Português, com textos publicados na íntegra. Além de livros, artigos, manuais do Ministério da Saúde e monografias e teses de mestrado que abordavam o tema. Inicialmente a busca de dados ocorreu pelos títulos e pelos resumos dos trabalhos encontrados através dos descritores. A partir desta etapa, os artigos selecionados para fazer parte da amostra serão analisados e fichados, e os resultados obtidos compõem os resultados deste estudo.

Foram utilizados trabalhos que pudessem ressaltar os principais objetivos da revisão sistemática, uma vez que é característica primordial da pesquisa bibliográfica, o uso sistemático de obras, livros que trazem textos científicos relacionados ao tema em questão. Foi realizada uma pesquisa no banco de dados dos artigos mais relevantes, compreendendo

aqueles que correspondem à literatura atual (últimos 10 anos) utilizando-se as seguintes palavras-chaves: tecnologias em saúde; tecnologias leves; humanização; assistência de enfermagem ao paciente crítico e UTI, além disso, selecionou-se livros que abordavam o tema proposto.

Foram excluídos do estudo artigos não científicos, bem como artigos científicos não relevantes para o tema proposto, ou datados antes do período proposto, totalizando 26 trabalhos analisados.

Os textos foram revisados em sua totalidade, extraindo fragmentos importantes para o trabalho em forma de citação indireta e direta. Não foram realizadas entrevistas ou pesquisas com pacientes e profissionais da área, não sendo necessária aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho fundamenta-se no entendimento das tecnologias leves utilizadas em saúde, nas teorias e formas de cuidado ao paciente crítico, bem como nas relações e implicações no processo de enfermagem e humanização da assistência ofertada.

Para a prestação dos cuidados na área da saúde são necessárias a adoção de intervenções e recursos tecnológicos que auxiliem na prestação dos mesmos. Classificam-se as tecnologias de saúde em três categorias, sendo elas: Tecnologias duras: são os equipamentos, normas, rotinas e estruturas organizacionais; Tecnologias leve-duras: são os saberes estruturados no processo de saúde; Tecnologias leves: referem-se as relações de produção de vínculo (SILVA; ALVIM; FIGUEIREDO (2008); MERHY (2002).

Embora ambas se interrelacionem, as leves são primordiais para o acolhimento ao cliente e viabilização de intervenções para o seu benefício, a medida em que passa a conhecer suas necessidades de cuidados (SILVA; ALVIM; FIGUEIREDO, 2008).

As tecnologias leves são definidas como o toque, o acolher, as relações e o vínculo de cuidado, sendo de suma importância na assistência à saúde da população, pois facilitam a

responsabilização compartilhada, a adesão ao tratamento e a garantia de uma assistência humanizada e integral (MERHY, 2002).

Portanto, trata-se de respeitar, acolher e atender o sujeito em seu sofrimento, em grande medida, fruto de sua vulnerabilidade social, para assim identificar suas necessidades humanas básicas afetadas e poder intervir de forma efetiva (ROCHAA *et al.*, 2008).

A noção de cuidado não se refere ao nível de atenção do sistema de saúde ou ao procedimento técnico simplificado, mas à ação integral, que tem significados e sentidos voltados para a compreensão de saúde como direito de ser (PINHEIRO; GUIZARDI, 2006).

Ao utilizar as tecnologias leves no atendimento durante os processos gerenciais, o enfermeiro produz um cuidado humanizado, afetivo, acolhedor e resolutivo, contrapondo-se ao mecanicista e fragmentado orientado pelo modelo biomédico de assistência a saúde (ROSSI, 2003).

A Política Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHA) elaborada pelo Ministério da Saúde visa promover mudanças no atendimento de saúde no Brasil pelo aprimoramento da relação terapêutica entre profissionais e clientes, inter-profissionais e do hospital com a comunidade, propondo um conjunto de ações integradas para modificar o padrão da assistência secundária nas instituições públicas brasileiras (PRADO; SANTOS, 2008).

A humanização ao mesmo tempo em que contribui para o processo terapêutico do paciente, colabora com a qualidade dos serviços de saúde, sempre fazendo uso dos valores que a conduz: participação, autonomia, respeito, solidariedade (AMESTOY; SCHAWRTZ; THOFERN, 2006).

A prática da humanização está diretamente ligada à maneira que o sujeito vê o outro, buscando reciprocidade e ajuda mútua, e tudo que seja indispensável para tornar a instituição adequada à pessoa humana e a preservar seus direitos, ou seja, o paciente como o principal usuário deve receber uma boa qualidade no atendimento, no que se diz respeito a sua singularidade (AMESTOY; SCHAWRTZ; THOFERN, 2006).

Na perspectiva hermenêutica heideggeriana, o cuidado é caracterizado como aquilo que dá sentido a existência humana (AYRES, 2004). A própria palavra “homem”, para

Heidegger, significa *ser-aí* ou *presença*, pois é na presença que o homem constrói o seu jeito de ser, seu existir e sua historicidade (BRUNS; HOLANDA, 2003).

Partindo de um olhar semelhante, propõem-se que uma atitude ética implica numa disponibilidade pessoal, em que cada profissional permite ser afetado por uma outra via não-teórica e de não-isenção: a dos sentidos, dos afetos e a da abertura ao outro, que exige ainda uma abertura a novos diálogos e a uma contínua reflexão (CARVALHO; BOSI; FREIRE, 2008).

O enfermeiro é responsável por supervisionar o trabalho da equipe técnica, garantindo a qualidade da assistência prestada. Contudo, muitas vezes o cuidado devido aos usuários é deixado de lado devido à insuficiência de profissionais, incapacidade das empresas em arcarem com os custos ou mesmo pela resistência dos profissionais em desempenharem as atividades técnicas (ROSSI, 2003).

O atendimento ao paciente crítico teve início em 1854, na guerra da Crimeia, com Florence Nigthingale no intuito de reduzir a morbimortalidade dos pacientes hospitalizados pela implementação das medidas assistenciais propostas (CHEREGATTI; AMORIM, 2010).

O gerenciamento do cuidado em saúde estava embasado em satisfazer as necessidades dos usuários voltadas a questões de sobrevivência e controle de doenças, atualmente veem-se os usuários como sujeitos em ação e não como apenas vulneráveis às necessidades de serviços de saúde. Gerenciar deve ir além dos fazeres burocráticos, e se concretizar no desenvolvimento de um trabalho coletivo pela articulação de diversos saberes (ROSSI, 2003).

A UTI caracteriza-se como uma área de assistência a pacientes críticos que necessitam de cuidados de Enfermagem especiais e contínuos, exigindo do Enfermeiro conhecimento científico, habilidade técnica e avaliação criteriosa para assim, planejar e desenvolver intervenções eficazes na prevenção de complicações. Uma vez que, por meio da identificação e conhecimento do quadro clínico do cliente, o enfermeiro subsidia a Sistematização da Assistência de Enfermagem (DUARTE; ELLENSOHN, 2007).

Isso somente se estabelece quando há uso adequado das tecnologias do cuidar. Enfatiza-se que o cuidado deve incorporar elementos que favoreçam a recuperação do paciente e a tecnologia do ambiente não deve interferir negativamente na assistência prestada (CHAVES *et al.*, 2007).

O cuidado acontece na relação entre o profissional e o usuário, em momento ímpar, dinâmico e contingencial, estabelecendo-se de forma distinta dos diferentes encontros entre os sujeitos, tendo em vista as subjetividades, necessidades e intenções dos mesmos, nos momentos de interação (ROSSI, 2003, p. 105).

O tipo e a complexidade dos cuidados vão depender muito do quadro clínico do paciente, o que vai demandar a utilização de tecnologias adequadas. A UTI caracteriza-se como uma área complexa, dotada de monitorização contínua que admite pacientes potencialmente graves ou com decompensações de um ou mais dos sistemas orgânicos, fornecendo cuidados intensivos de 24hs por meio de equipamentos específicos e outras tecnologias destinadas ao diagnóstico e tratamento. Podendo amenizar, assim o sofrimento do paciente, independente de seu prognóstico (CHEREGATTI; AMORIM, 2010).

O cuidado no trabalho de enfermagem possui intrínseca relação com o corpo para ser desenvolvido como a habilidade de estar aberto à possibilidade de experimentar novas formas de cuidar, de perceber o que acontece ao redor, de ter escuta (CARDOSO; SILVA, 2010, p.02).

A percepção das necessidades afetadas dos pacientes ocorrem prioritariamente por meio da utilização dessas técnicas que se configuram como tecnologias leves do cuidar em saúde (MERHY, 2002).

A internação em Unidades de Terapia Intensiva traz inúmeras implicações para o cliente e a família, exigindo da equipe interdisciplinar, a realização de cuidados com especificidade, em especial destaca-se as ações de enfermagem devido ao maior tempo que demandam nos cuidados diretos aos pacientes (OLIVEIRA *et al.*, 2006).

O envolvimento contínuo e afetivo do profissional muitas vezes não centraliza a atenção aos usuários, pois isso deve ir além das práticas afetivas, implica em resolutividade, respeito à integridade e dignidade dos sujeitos (ROSSI, 2003).

O cuidado humanizado nem sempre faz parte do cotidiano hospitalar, contudo, deve permear todas as ações assistenciais ofertados aos pacientes em todos os estágios e ciclos da vida (AMESTOY; SCHAWRTZ; THOFERN, 2006).

A incorporação das tecnologias leves do cuidar no cotidiano de enfermagem é uma ferramenta importante para efetivar um cuidado mais humano. No entanto, ainda faz-se necessário a reflexão sobre a temática e a busca pela melhoria da qualidade dos sujeitos (RODRIGUES; FONTANA, 2011). “Humanização não é apenas a mudança de área física, é principalmente uma mudança no comportamento e nas atitudes frente ao paciente, familiares e outros profissionais” (RIBEIRO; JATOBÁ, 2010, p. 50).

As mudanças no trabalho industrial e nos serviços estão influenciando o setor saúde, destacando o uso intensivo de equipamentos de tecnologia de ponta. O autor afirma que essa entrada de equipamentos não deve anular a dimensão típica da produção do ato cuidador (FRANCO; MERHY, 2009).

O Processo de Enfermagem deve englobar todas as tecnologias utilizando-as de acordo com as necessidades individuais. Ao utilizar as tecnologias duras e leve-duras, as relações humanas tornam-se parte de um plano assistencial de base tecnicista, necessário em certos momentos para a manutenção da saúde. Porém, mesmo nesses momentos onde a técnica prevalece, o estabelecimento de vínculos não é dispensado. Ressalta-se que o Processo de Enfermagem caracteriza-se como uma tecnologia leve-dura, no entanto, encontra-se alicerçado na produção de vínculos (ROSSI; LIMA, 2005).

A prestação da assistência direta ao paciente implica o ouvir e sentir as emoções, com atenção e tranquilidade, buscando nas queixas do paciente, ou mesmo no toque, no observar, a resolução dos seus problemas com resolutividade e de forma criativa, destacando os sentimentos como elemento produtor do cuidar ao ligar-se a subjetivação pela construção de relações (CARDOSO; SILVA, 2010).

O acolhimento aos usuários centra-se na escuta de suas necessidades e anseios, respeitando-se a individualidade, cultura, crenças e autonomia dos sujeitos em decidir quanto aos aspectos assistenciais propostos, definindo a caracterização do atendimento ofertado (ROSSI, 2003).

As tecnologias leves são capazes de propiciar um acolhimento por parte do profissional de saúde aos sujeitos assistidos, na medida em que contextualiza o sujeito em seu meio sócio-cultural e familiar. Por meio do cuidado terapêutico, baseado no diálogo e na escuta sensível, o enfermeiro identifica problemas e necessidades do cliente (SILVA; ALVIN; FIGUEIREDO, 2008).

Ayres (2004b) afirma que é necessário articular a intervenção técnica com outros fatores não tecnológicos, visto que “nunca, quando assistimos à saúde de outras pessoas, mesmo estando na condição de profissionais, nossa presença na frente do outro se resume ao papel de simples aplicador de conhecimentos” (AYRES, 2004b, p. 84).

Desse modo, o cuidado reserva que a assistência à saúde não pode ser tratada como um produto e que os usuários não são objetos manipulados, mas sim seres humanos complexos e com particularidades que necessitam ser respeitadas e atendidas de forma única e integral (PINHEIRO; GUIZARDI, 2006).

Assim, a oferta de serviços de saúde requer atualização constante exigindo das instituições e de seus trabalhadores respostas cada vez mais rápidas e resolutivas, materializada na relação profissional paciente, onde o enfermeiro estabelece seu processo de trabalho a partir dessa e da interrelação com outros profissionais (ROSSI, 2003).

A SAE configura-se como instrumento do processo de gerenciamento do cuidar em saúde e caracteriza-se por ações sistematizadas e interligadas no intuito de suprir as necessidades do cliente por meio de um plano assistencial individualizado que pode requerer o auxílio de outros profissionais de saúde para sua efetivação plena (SMELTZ; BARE, 2011).

Quando os profissionais prestam uma ação conjunta podem obter melhores resultados dentro do plano assistencial proposto e assim reduzir os riscos de complicações e melhorar-se o estado clínico do paciente.

As tecnologias leves são capazes de propiciar um acolhimento por parte do profissional de saúde aos sujeitos assistidos, na medida em que contextualiza o sujeito em seu meio sócio-cultural e familiar. Por meio do cuidado terapêutico, baseado no diálogo e na escuta sensível, o enfermeiro identifica problemas e necessidades do cliente (SILVA; ALVIN; FIGUEIREDO, 2008).

Ao identificar as necessidades humanas básicas afetadas pode-se traçar o plano assistencial dentro do processo de enfermagem pela utilização da SAE e assim determinar o tipo de cuidado de acordo com o grau de complexidade requerida. O plano individualizado amplia as possibilidades de melhora rápida e redução de complicações por ser específico para suprir as demandas do paciente.

O paciente busca na instituição de saúde um tratamento mais humano, atencioso e respeitoso, o conforto emocional e a preservação da sua vida. Respeitar o próximo requer um caráter profundamente afável. Atualmente com a prática da humanização ocorrem progressos significativos transformando toda essa rotina hospitalar (AMESTOY; SCHAWRTZ; THOFERN, 2006).

De acordo com a literatura estudada quando o paciente passa a receber carinho, afeto, ocorrem melhoras na sua situação clínica, assim o processo de hospitalização pode afetar seu desenvolvimento, interferindo na qualidade de vida. Neste sentido as práticas humanizadas ao paciente crítico na UTI podem contribuir significativamente para a melhora em seu prognóstico.

O estabelecimento do vínculo profissional-cliente deve permear todas as fases do processo assistencial, sendo relevantes para a aquisição de dados e implementação do plano terapêutico individualizado e de acordo com as necessidades do paciente. Para tanto, a produção dessa integralidade se faz através das relações, do vínculo, do toque, do olhar, do acolhimento, a qual remete a utilização das tecnologias leves para a promoção dessa assistência humanizada e integral (DESLANDES, 2006).

Ao avaliar a utilização e compreensão dos enfermeiros sobre as tecnologias leves, constatou-se que apesar da maioria dos enfermeiros conhecê-las, sua utilização na prática é dificultada pela rotina diária e complexa de trabalho, na qual se observa momentos de impessoalidade, mecanicidade e desumanização, principalmente em ambientes de grande tensão como a UTI (ADAMS *et al.*, 2011).

Constatou-se também que a não aplicação do Processo de Enfermagem a esses pacientes muitas vezes deve-se ao acúmulo de funções e a sobrecarga de trabalho presentes em todas as atividades realizadas pelos enfermeiros, o que impede a realização de uma

assistência integral e humanizada no momento de atender ao cliente e família em suas necessidades humanas básicas afetadas (ADAMS *et al.*, 2011).

O cuidado em saúde permite a auto-compreensão e a (re)construção contínua e simultânea dos projetos de vida dos usuários através da responsabilização compartilhada. Dessa forma, reposiciona-se o conceito de cuidado, antes entendido apenas enquanto técnica, para o lugar de dialogicidade, dando-se ênfase que além dos vários equipamentos utilizados no atendimento ao paciente crítico, as tecnologias leves ainda apresentam-se como uma das ferramentas que viabilizam as demais tecnologias como as leve-duras como o processo de enfermagem.

Constatou-se também que a não aplicação do Processo de Enfermagem deve-se ao acúmulo de funções e a sobrecarga de trabalho presentes em todas as atividades realizadas pelos enfermeiros, o que impede a realização de uma assistência integral e humanizada no momento de atender ao cliente e família em suas necessidades humanas básicas afetadas (ADAMS *et al.*, 2011).

A presença do cuidado nas dimensões do processo de viver, adoecer e morrer dos sujeitos, envolvendo ações e atitudes dos enfermeiros que se fundamentam - além das técnicas e procedimentos - na sensibilidade, criatividade e intuição. O tipo de cuidado a ser dispensado indica quais tecnologias são necessárias, resultando no ato sistematizado e organizado que favoreça a manutenção da saúde, o conforto, o bem estar, uma vida saudável e uma morte tranquila (ROCHA; PRADO; CARRARO, 2007).

O cuidar na área da saúde é um processo contínuo e permanente na prestação da assistência aos pacientes em todos os ciclos da vida e em todas as condições clínicas. Faz-se necessário que o profissional de saúde saiba escolher e utilizar as tecnologias de saúde para que obtenha bons resultados na assistência. Neste contexto, as tecnologias leves são indispensáveis para a efetivação do cuidado, visto que estas resgatam a singularidade, identidade, autonomia e cidadania dos sujeitos. O enfermeiro pode demonstrar afeto e preocupação às necessidades e expectativas dos clientes, valorizando uma visão holística em detrimento do modelo biomédico verticalizado e descontextualizado e assim contribuir para o melhor prognóstico do paciente crítico (KOERICH, 2006).

As tecnologias leves devem ser utilizadas, principalmente, na obtenção do histórico de enfermagem através da anamnese, visto que é o ponto de partida para a realização das demais fases que consolidam uma assistência integral. Porém, tendo em vista que o processo de anamnese desses pacientes é dificultada pelo estágio clínico, a sua utilização dentro do plano assistencial torna-se mais marcante nesses casos, visto que este momento caracterizado por um processo de vínculo, acolhimento e relação intersubjetiva entre profissional e cliente pela prestação dos cuidados específicos e individualizados (MERHY, 2002; ROSSI; LIMA, 2005).

Na realização dos seus processos de trabalho a enfermagem articula inúmeros elementos pelo uso de variadas tecnologias, visando identificar estratégias que influenciem na relação estabelecida com o usuário e na qualidade da assistência ofertada. A nível hospitalar a implementação desses processos são fundamentais para a prestação do cuidado e a obtenção de resultados significativos ao se levar em consideração que os usuários encontram-se vulneráveis e necessitando de cuidados específicos e individualizados (CARDOSO; SILVA, 2010).

Assim, para que a Sistematização da Assistência de Enfermagem atenda às reais necessidades dos sujeitos, faz-se necessário a utilização de ferramentas tecnológicas. As tecnologias leves destacam-se como porta de entrada para o acolhimento do usuário e a obtenção de informações que irão subsidiar as formulação das demais fases do processo e contribuir na definição de intervenções que implicam na qualidade dos serviços prestados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta pesquisa bibliográfica evidenciam que as tecnologias leves de cuidado são de suma importância na assistência à saúde da população, pois facilitam a responsabilização compartilhada, a adesão ao tratamento e a garantia de uma assistência humanizada e integral. Com isso, pôde-se verificar a sua relevância na aplicação do processo de enfermagem ao paciente crítico, tornando-se necessária sua utilização em todas as fases da SAE, com destaque para a terceira fase.

Observa-se ainda que de acordo com a literatura, há conhecimento acerca das tecnologias leves pelos enfermeiros, porém estas, frequentemente não são utilizadas, o que dificulta uma assistência integral e humanizada baseada nas necessidades e expectativas dos clientes tão essenciais quando se apresentam em quadros clínicos graves.

Este trabalho apresenta conceitos essenciais para enfatizar a importância das tecnologias leves na aplicação do processo de enfermagem, no qual se ratifica a relevância das mesmas no trabalho e sistematização da assistência de enfermagem, uma vez que se amplia a discussão sobre humanização na atenção à saúde e sua necessidade para a produção de vínculo entre profissional e cliente para a prestação do cuidado.

Deve-se ressaltar que os profissionais de enfermagem não só conheçam as tecnologias leves de cuidado, mas que façam delas uma estratégia fundamental na aplicação do processo de enfermagem para qualificar a atenção em saúde e potencializar a resolubilidade das ações, o que contribuirá significativamente para a melhoria do quadro clínico dos pacientes.

Com isso, faz-se necessário a implementação de relações mais humanas que propiciem o estabelecimento de vínculos, reconhecendo os direitos dos clientes envolvidos e valorizando os princípios éticos que norteiam a profissão de enfermagem para que assim, se consiga resultados significativos na evolução clínica e conseqüentemente no prognóstico dos pacientes críticos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F.; RODRIGUES, F. C. P.; FONTANA, R. T. As tecnologias leves na assistência de enfermagem em uma unidade de terapia intensiva. **RevEnferm UFPE online**, 5(Esp.): 417-25, mar-abr, 2011. Disponível em: < Acesso em: mar. 2012.

AMESTOY, S.C.; SCHAWRTZ. E; THOFERN. M.B. A humanização do trabalho de enfermagem para os profissionais de enfermagem. **Rev. Acta Paulista de Enfermagem**, v.19, n. 4 São Paulo. Out./Dez 2006.

AYRES, J. R. Norma e formação: horizontes filosóficos para as práticas de avaliação no contexto da promoção da saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 9 (3): 157-64, set. 2004a.

BARAÚNA, T. Humanizar a ação, para humanizar o ato de cuidar . **Rev. o mundo da saúde**, v.27 n.2, p. 304-307, 2003.

BARAÚNA, T. Humanizar a ação, para humanizar o ato de cuidar . **Rev. o mundo da saúde**, v.27 n.2, p. 304-307, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília. Ministério da Saúde. 2004.

BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. **Psicologia e fenomenologia: reflexões e perspectivas**. Campinas: Editora Alínea, 2003.

CARDOSO, G. B.; SILVA, A. L. A. O processo de trabalho na enfermagem: articulação das tecnologias do cuidar. **Rev. enferm.**, UERJ, Rio de Janeiro, jul/set, 18(3): 451-5, 2010.

CARVALHO, L. B.; BOSI, M. L. M.; FREIRE, J. C. Dimensão ética do cuidado em saúde mental na rede pública de serviços. **Revista Saúde Pública**, v. 42, n.4, p. 700-706, 2008.

CHAVES, E. M. C. *et al.* Humanização e Tecnologia na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. **Revista Nursing**, 10(113): 467-70, 2007.

CHEREGATTI, A. L.; AMORIM, C. P.. **Enfermagem: Unidade de Terapia Intensiva**. SP: Mantinari, 2010.

DESLANDES, S.F. **Humanização dos Cuidados em Saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

DUARTE, A. P. P.; ELLEN SOHN, L. A operacionalização do processo de enfermagem em terapia intensiva neonatal. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 15(4): 521-26, 2007.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e Metodologia na pesquisa científica**. 3 ed. São Caetano do Sul ,SP :Yendis , 2008.

FRANCO, T.T.B; MERHY, E.E. Mapas analíticos: um olhar sobre a organização e seus processos de trabalho. In CARVALHO, S.R; FERIGATO, S; BARROS, M.E. **Conexões: saúde coletiva e políticas de subjetividade**. São Paulo: Hucitec, 2009. P. 301-21.

KOERICH, M.S. **Tecnologias de cuidado em saúde e enfermagem e suas perspectivas filosóficas**. Texto contexto Enferm, Florianópolis, v. 15, p. 178-85, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica** -5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, B. C. *et al.* O processo de trabalho da equipe de enfermagem na UTI neonatal e o cuidar humanizado. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 15(Esp): 105-13, 2006.

OLIVEIRA, B. R.G.; COLLET, N.; VIERA, C.S. A humanização na assistência à saúde. **Rev. latino- americana de enfermagem**, 14 (2): 277-284, Mar./Abr., 2006.

PINHEIRO, R.; GUIZARDI, F.L. Cuidado e Integralidade: por uma Genealogia de Saberes e Práticas no Cotidiano. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R.A. **Cuidado: as fronteiras da integralidade**. Rio de Janeiro: Cepesc/UERJ, Abrasco, 2006. P. 21-35.

PRADO, C.; SANTOS, S. N. Reflexões sobre o processo de humanização da equipe de enfermagem. **Revista Nursing**, v.11 n.119, p.189-194, 2008.

RIBEIRO, R.F.; JATOBÁ, M.C. **Enfermagem em unidade de terapia intensiva**. São Paulo: Martinari; 2010.

ROCHA, P. K. *et al.* **Cuidado e tecnologia: aproximações através do Modelo de Cuidado**. **RevBrasEnferm**, Brasília, jan-fev; 61 (1): 113-6, 2008.

ROSSI, R.F; LIMA, M.D.A.S. Acolhimento: tecnologia leve nos processos gerenciais do enfermeiro. **RevBrasEnferm**,v. 58, n. 3, p. 305-10, maio-jun, 2005.

ROSSI, F. R. **Tecnologias leves nos processos gerenciais do enfermeiro: contribuição para o cuidado humanizado**, 2003, 120-f, Trabalho de conclusão de Curso- Mestrado de Enfermagem, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SILVA, D. C.; ALVIM, N. A. T.; FIGUEIREDO, P. A. Tecnologias leves em saúde e sua relação como o cuidado em enfermagem hospitalar. **Esc Anna Nery RevEnfer**, 12(2): 291-98, Jun, 2008.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 11^a ed. V.4, 2011.

VANTAGENS E LIMITAÇÕES DO USO DA TECNOLOGIA PARA O PROCESSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Elis Magalhães Santos de Freitas

elis-magalhaes@hotmail.com

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar quais as principais vantagens e limitações do uso da tecnologia para o processo de educação a distância. Para tanto, são apresentados conceitos de diversos autores sobre o tema. Na fundamentação teórica vê-se a contextualização da EaD no Brasil e no mundo, bem como o uso da tecnologia como principal ferramenta da educação a distância. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, o estudo é caracterizado como qualitativo. Quanto aos fins é considerado descritivo e exploratório, e quanto aos meios é um estudo bibliográfico. Assim sendo, utiliza-se de artigos e livros que tratam do papel da tecnologia para a modalidade EaD. Por fim, foi feita uma análise do material encontrado, concluindo-se que no que se refere às mais relevantes vantagens da tecnologia para o ensino a distância, há um posicionamento comum a todos os autores no que tange aos aspectos de capacidade de reprodução do que se discute e aprende nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). Em contraponto, percebe-se que o uso inadequado da tecnologia ou o uso com pouca exploração do potencial tecnológico já se configura como sendo a mais relevante das limitações, ou seja, a crítica não é sobre a tecnologia em si, mas do uso que se faz dela.

Palavras – chave: Ensino a Distância. Tecnologia. Vantagens. Limitações.

ABSTRACT

This study aims to identify the main advantages and limitations of using technology for the process of distance education. It presents the concepts of various authors on the subject. On theoretical grounds one sees the context of distance education in Brazil and worldwide, as well as the use of technology as a primary tool of distance education. With respect to the methodological procedures, the study is qualitative and characterized. On ends is considered descriptive, exploratory, and as to the means is a bibliographical study. Therefore, we use the articles and books that deal with the role of technology in distance education mode. Finally, an analysis was made of the material found, concluding that with regard to the most relevant advantages of technology for distance learning, there is a common position for all authors in relation to aspects of reproductive capacity than discussing and learning in virtual learning environments (VLEs). In contrast, we realize that the inappropriate use of technology and use with little exploration of the technological potential has already been configured as being the most relevant limitations, ie, the criticism is not about the technology itself, but the use to which make of it.

Keywords: Distance Education. Technology. Advantages. Limitations.

POSTER – COD. A22

INTRODUÇÃO

O sistema educacional passou por diversas modificações no que tange aos aspectos pedagógicos, ferramentas didáticas, estilos e prática, as quais são influenciadas pelas evoluções do contexto social, político e econômico de cada nação. É nesse espaço mutável que surge novas formas de difusão do ensino, novos canais de aprendizagem e interação, novas ferramentas de intermediação para o processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto evolutivo, alguns autores passam definir a educação a distância, seu papel e trajetória no universo de formação de pessoas.

A educação a distância (EaD) passa a incrementar essa inovação no contexto educacional e passa a ser alternativa para democratização do ensino, redução de custos e quebra de barreiras em termos de distâncias geográficas (MELO, 2013).

Para Garcia (*apud* SANTOS, 2010), Educação a Distância (EaD) é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que substitui o contato pessoal professor/aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria, que possibilitam a aprendizagem independente e flexível dos alunos.

Petri (*apud* SANTOS, 2010), por sua vez, compreende a Educação a Distância como uma modalidade de se fazer educação pela democratização do conhecimento, onde o conhecimento deve estar disponível a quem se dispuser a conhecê-lo, independente do lugar, do tempo e de engessadas estruturas formais de ensino. Sem dúvida é uma alternativa pedagógica que hoje dispõe o educador e as instituições educacionais.

Ao analisar a atuação da EaD hoje, é evidente que a mesma é auxiliada pelo uso de tecnologias de comunicação e informação, com destaque para a internet, que hoje é sinônimo de interatividade, diminuindo as distâncias e permitindo a aprendizagem colaborativa (ALENCAR *et al.*, 2011).

Corroborando com a perspectiva de definição da EaD, pode-se considerar que:

[...] é uma modalidade de educação na qual professores e alunos estão separados e que para um curso nessa modalidade exista é necessário um planejamento realizado por instituições que utilizem tecnologias de comunicação, bem como sistemas de gestão e avaliação, mantendo a eficácia do ensino e da aprendizagem (MAIA; MATTAR, 2007, p.6).

Na prática, o que tem acontecido no Brasil quanto a EaD, são promessas do governo de ofertar sistemas educacionais eficientes, gerando expectativa para a sociedade que clama para que esses sistemas sejam concretizados e possam ser disponibilizados não somente para a elite, como de praxe, mas também à parcela da sociedade menos favorecida. Dessa forma, a EaD se torna uma alternativa pertinente e que pode ser um grande marco para a propagação de educação de qualidade para todos (MELO, 2013).

Faz-se necessário ressaltar que apesar da contribuição da tecnologia para o processo de educação a distância, percebe-se que a mesma pode limitar o processo de aprendizagem, sobretudo se levarmos em consideração que os locais que menos possuem oportunidades de educação presencial, são aqueles que menos se tem condições favoráveis de utilização tecnológica, o que acaba enfraquecendo a ideia de democratização do conhecimento, como propõe alguns autores.

Desta forma, o presente trabalho, de cunho descritivo e bibliográfico, tem como objetivo discutir sobre a importância da tecnologia, buscando responder o seguinte problema de pesquisa: **Quais as principais vantagens e limitações da tecnologia para o processo de educação a distância?**

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção discutiremos como se deu a evolução da educação a distância no mundo e no contexto brasileiro, bem como, o uso da tecnologia como principal instrumento no processo de ensino e aprendizagem a distância.

2.1 Trajetória da EaD no mundo e no Brasil

A nova geração de sistemas de EaD se desenvolveu por todo o mundo simultaneamente, com êxito principalmente na Inglaterra na década de 1970 com a *Open University*, a qual se

tornou paradigma para os demais sistemas devido a sua qualidade e ao método de produção de cursos, a forma de articular as tecnologias comunicativas existentes e a preocupação com a investigação pedagógica. Outras nações também foram referência como Venezuela e Espanha (CASTRO e NUNES, 1996).

De acordo com os referidos autores, no contexto mundial, esse novo método de ensinar a distância foi registrado através do anúncio de aulas por correspondência por volta de 1728 em Boston, porém com o passar dos anos países como Cuba, Canadá, Austrália, Bangladesh, China, Índia, Indonésia, Japão, Rússia, Portugal, Espanha, Venezuela e Inglaterra, cada um explorando maneiras e recursos metodológicos distintos para transmissão das aulas.

O grande marco da evolução dos cursos a distância foi quando se passou a utilizar ao invés das correspondências, os impressos, facilitando e expandindo o processo de ensino-aprendizagem. Outro aspecto relevante foi a Segunda Guerra mundial, a qual acelerou programas de treinamento que utilizavam técnicas de EaD e outras tecnologias que promovessem capacitação em menor tempo. Segundo Castro e Nunes (1996), durante o período de 1960 à 1980 a televisão educativa atuou como elemento impulsionador para o processo de evolução da EaD.

Sob a percepção de Belloni (2008), a EaD complementa a era tecnológica e industrial e representa uma maneira de se industrializar a educação. Ensinar a distância pode representar um processo industrial de trabalho na medida em que sua estrutura é baseada no modelo fordista que prevaleceu no final da Segunda Guerra mundial. Corroborando, Petters (1983 *apud* Belloni 2008) afirma que alguns princípios fordistas são importantes para compreensão da EaD, são eles: a racionalização, a divisão do trabalho e a produção em massa.

Tais princípios caracterizam a evolução do ensino a distância na medida em que o mesmo acompanha as transformações no contexto social, econômico e político, muito embora alguns autores criticam essa visão pois acreditam que são as bases fordistas aplicadas à EaD que incentivam o comportamento passivo do estudante considerado como objeto e como um público de massa, características por alguns apontadas como desvantagens nessa modalidade de ensino.

No Brasil, assim como outros avanços na área da educação, a EaD passou por muitos progressos, bem como, estancou em alguns momentos por questões políticas conforme cita Alves (2007, p. 09):

Há registros históricos que colocam o Brasil entre os principais do mundo no desenvolvimento da EaD, especialmente até os anos 70. A partir dessa época, outras nações avançaram e o Brasil estagnou, apresentando uma queda no *ranking* internacional. Somente no final do milênio é que as ações positivas voltaram a acontecer e pudemos observar novo crescimento gerando nova fase de prosperidade e desenvolvimento.

De acordo com o referido autor, a história da EaD no Brasil é dividida pelos recursos didáticos utilizados para intermediar professor - aluno. Assim como no contexto internacional, os primeiros cursos a distância no Brasil foram oferecidos através de correspondência por volta de 1900. Os materiais didáticos eram enviados através de ferrovias. Depois das correspondências, os cursos passaram a utilizar rádios, em seguida, porém por um curto período, o cinema e na década de 1960 a TV educativa apresentou grande contribuição enquanto recurso educacional para os cursos a distância.

Além dos recursos didáticos e tecnologias citadas que marcaram a trajetória da propagação do ensino a distância no Brasil, não se pode deixar de citar os computadores que posteriormente foram maximizados em termos de utilização com o advento da internet. Nesse sentido, Alves (2007) afirma que as universidades foram os primeiros canais no Brasil que trouxeram computadores para fins educacionais, fato que aconteceu por volta de 1970.

Auxiliando na descrição da história da EaD no Brasil, Maia e Mattar (2007) classificam essa trajetória em fases. A primeira geração é caracterizada por correspondência, a segunda geração desenvolvida com o auxílio de novas mídias e universidades abertas, a terceira geração marcada pela EaD on-line, a qual explora recursos como multimídia, hipertexto, rede de computadores além da integração de novas tecnologias de informação e comunicação. Por volta de 1995, com o advento da Internet, um novo espaço passa a compor o ensino a distância, as redes, aumentado o dinamismo e a interatividade nos ambientes de aprendizagem. Porém mesmo após experiências desenvolvidas, a educação a distância apenas

passa a ser oficializada por volta de 1996 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MAIA; MATTAR, 2007).

Em termos de ensino superior, Alves (2007) acrescenta que a UnB em 1973 passa a oferecer cursos voltados a modalidade a distância, porém apenas em 1996 com a LDB modificada a EaD passa a ser possível em todos os níveis, desde a educação básica até cursos de pós- graduação. Em meados do ano de 2007, de acordo com o referido autor, as estatísticas apresentam que no Brasil, aproximadamente 158 instituições foram credenciadas pelo governo federal para utilizar essa modalidade no nível de graduação, pós graduação *lato sensu*. Também devem ser considerados em termos estatísticos muitas empresas que ministram cursos através das universidades corporativas.

Diante dessa trajetória evolutiva, na qual se institucionaliza o ensino na modalidade a distância, é importante conscientizar-nos que essa característica pode implicar em risco caso não seja gerida adequadamente para essa realidade, transformando o processo de ensino e aprendizagem uma mera mercadoria (MELO, 2013). Percebe-se que, se bem planejado e executado, a EaD traz grandes contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a tecnologia tem papel fundamental e complementar para execução dessa modalidade de ensino. Assim, discutiremos a seguir, as principais contribuições de estudiosos dessa área sobre os impactos do uso da tecnologia para a execução do ensino a distância.

2.2 A tecnologia como principal ferramenta do ensino a distância

De acordo com Nova e Alves (2003), a proliferação das redes de comunicação digital proporciona possibilidades e perspectivas para o mundo educacional. Esse processo, que vem sendo chamado de Revolução Digital, diz respeito à criação de grandes sistemas de rede de comunicação integradas, com suportes de armazenamento e transmissão de dados digitais.

Através das redes os indivíduos e grupos criam novos espaços de interação e de aprendizagem. Qualquer usuário pode trocar informações, articular ideias, tanto individualmente quanto coletivamente, e, desta forma, partilhar novos sentidos com os demais. Os novos paradigmas epistemológicos apontam para a criação de espaços

educacionais que privilegiem a co-construção do conhecimento, diálogos e interatividade. Isto significa uma nova concepção de ambiente de aprendizagem: comunidade de aprendizagem constituída de ambientes virtuais de aprendizagem, mais conhecido como AVA (MARQUES, s.d.).

A referida autora aborda, ainda, que os ambientes virtuais de aprendizagem ultrapassam um simples conjunto de páginas web. Devendo existir interatividade entre os participantes; através de comunicação online, construção de pesquisas, descobertas, desafios e soluções. O conteúdo do curso deve ser fluido, dinâmico e estruturado.

Desta forma, Nova e Alves abordam as vantagens da tecnologia para o processo de ensino/aprendizagem:

Primeiro, pela sua capacidade de reprodução. Códigos numéricos são muito mais facilmente reprodutíveis do que páginas escritas, fitas magnéticas, tanto do ponto de vista da rapidez, quanto do custo. Segundo, pela facilidade de transporte nas redes de transmissão de dados. Terceiro, devido à maleabilidade e à flexibilidade dessas informações. As possibilidades de transformação tornam-se quase infinitas, assim como muito mais rápidas. Quarto, devido à sua capacidade de se atualizar em diferentes interfaces; é por isso, por exemplo, que podemos ver a representação imagética de uma música. [...] Com o desenvolvimento cada vez mais acelerado dessas capacidades e das próprias interfaces, visualizamos muitas conseqüências para o universo do conhecimento. Dentre estas, a possibilidade de armazenamento e facilidade de acesso. [...] Temos também a possibilidade de integrar, com maior facilidade, rapidez e criatividade, diversos tipos de mídias. (NOVA; ALVES, 2003, p. 08).

Hawdrigde (1983 *apud* NUNES, s.d.) aborda a idéia de que a nova tecnologia informativa depende mais da eletrônica e fundamentalmente compreende três tecnologias convergentes: computação, microeletrônica e telecomunicações. De acordo com o referido autor, essas novas tecnologias trazem contribuições extraordinárias para o ensino a distância. Nunes (s.d., p. 14) aborda ainda que:

Os avanços na área de microcomputação indicam uma tendência excepcional para a educação, quando da universalização, baixo custo, da multimídia e da “realidade virtual”. Esta última, quando melhor desenvolvida, será muito útil certamente para o ensino de matérias que requerem exercícios e experiências simulados.

Logo, algumas características presentes nas boas plataformas de EaD podem ser resumidas em disponibilizar material didático virtual (com links); oferecer ferramentas para avaliar o progresso e o desenvolvimento dos discentes; ter ferramentas para administrar avaliações, testes e exercícios, mantendo os resultados armazenados; facilitar a criação e edição de páginas na internet, com cadastro de usuários e portfólios individuais; oferecer uma variedade de ferramentas de comunicação (MARQUES, s.d.). Além disso, o uso da tecnologia proporciona o envolvimento de um grande número de pessoas ao mesmo tempo e em regiões distantes (NUNES *apud* RUMBLE; OLIVEIRA, 1992).

De acordo com Belloni (2002), a tecnologia como eixo pedagógico central, pode ser uma estratégia de grande valia, desde que se considere estas técnicas como meios e não como finalidades educacionais, e que elas sejam utilizadas em suas duas dimensões indissociáveis: ao mesmo tempo como ferramentas pedagógicas extremamente ricas e proveitosas para a melhoria e a expansão do ensino e como objeto de estudo complexo e multi-facetado, exigindo abordagens criativas, críticas e interdisciplinares, e podendo ser um “tema transversal” de grande potencial aglutinador e mobilizador.

Assim sendo, alguns autores abordam que a tecnologia pode também limitar o processo de aprendizagem se não for bem utilizada:

Há muitos críticos da utilização da tecnologia comunicativa na educação. Grande parte das observações contrárias a utilização de modernas tecnologias na educação dá-se não por causa da tecnologia em si, mas, principalmente, pelo uso que dela se faz. Por um lado, não se prepara os profissionais da educação para tirarem o máximo proveito da tecnologia e, por outro, esta tem, em várias ocasiões, servido simplesmente como meio de fixação de uma mensagem única e acrítica (NUNES, s.d., p. 14).

Para Nova e Alves (2003), o que se constata é que existe um aproveitamento muito reduzido do potencial de interatividade que a tecnologia proporciona, seja nas experiências de EaD, seja na produção de softwares e jogos didáticos, na utilização da informática na

educação formal presencial. Os referidos autores abordam, ainda, que uma das mais significativas limitações técnicas que as redes de comunicação digital, a exemplo da Internet, encontram na atualidade diz respeito à velocidade de transmissão de dados. Desta forma, essa modalidade de educação é acessível primeiro para elites econômicas e só então se tornam uma realidade para a maioria da população.

Assim sendo, vê-se que a questão da democratização do ensino, defendida por muitos, acaba sendo limitada por questões técnicas no que diz respeito a velocidade da tecnologia. Podemos perceber, por exemplo, que a maioria dos locais onde menos existem universidades físicas, é onde também se tem baixa conectividade e redes de internet, o que dificulta a possibilidade de um ensino a distância.

Além disso, Marques (s.d.) aborda que o uso da tecnologia como ferramenta de ensino pode gerar práticas instrucionistas, sendo centradas na distribuição de conteúdos com cobrança coercitiva de tarefas e sem mediação pedagógica, com pouca tutoria e limitadas ao gerenciamento burocrático, prevalecendo a distribuição em massa.

Jonassen (1996, p. 70 *apud* TUROFF, 1995; SELFE, 1988; BALES, 1990; SEATON, 1993; NALLEY, 1995; BURGE, 1993), por sua vez, afirma que:

Embora muitas pessoas percebam que o uso das tecnologias seja implicitamente inovador, o uso da tecnologia na aprendizagem a distância tem freqüentemente repetido os mais ineficazes métodos de instrução ao vivo, face a face. Quando tecnologias interativas são usadas para a apresentação de palestras aos estudantes em localidades remotas com potenciais de interação limitada ou inexistente, nenhuma inovação é apresentada. As tecnologias devem preferencialmente ser usadas para proporcionar aos estudantes a oportunidade de interagir e trabalhar juntos em problemas e projetos significativos, e juntar-se a comunidades de alunos e profissionais. A tecnologia deve estender o melhor das práticas em sala de aula para localidades distantes, ao invés de reproduzir o pior.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa qualitativa, justificando-se que o fenômeno estudado dificilmente pode ser quantificado (CRESWELL,

2010). Para a classificação, utiliza-se da taxionomia proposta por Vergara (2006), que apresenta dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, este estudo é considerado descritivo e exploratório. Segundo a referida autora a pesquisa descritiva mostra peculiaridades de determinado fenômeno; não tendo obrigação de explicar os fenômenos apresentados, ainda que sirva de embasamento para tal explicação. Cooper e Schindler (2003) mostram ainda que os estudos descritivos atendem a diversos objetivos de pesquisa: descrições de fenômenos ou características associadas com a população-alvo; estimativa das proporções de uma população que tenham essas características e descoberta de associações entre as diferentes variáveis.

No que diz respeito as questões exploratórias, Cooper e Schindler (2003, p. 131), aborda o seguinte:

A exploração está de alguma forma associada a antigos vieses de pesquisa qualitativa: subjetividade, não-representatividade e planejamento não-sistemático. Uma visão mais inteligente é que a exploração economiza tempo e dinheiro e não deve ser menosprezada.

Desta forma, esse trabalho busca fazer uma reflexão sobre a utilização da tecnologia no processo de educação a distância; identificando as vantagens e limitações desse instrumento primordial para essa modalidade de ensino.

Quanto aos meios, a pesquisa é considerada bibliográfica. O estudo bibliográfico tem como objetivo identificar as várias maneiras de contribuições científicas que foram realizadas sobre determinado fenômeno (JUNG, 2004). De acordo com Cruz e Ribeiro (2003), este tipo de estudo traz a possibilidade de analisar elementos de trabalhos realizados anteriormente sobre o mesmo tema estudado, além de poder identificar e selecionar os métodos e técnicas a serem utilizados, e fornecer subsídios para a pesquisa.

O levantamento bibliográfico foi feito pela internet, buscando artigos e livros que tratassem do papel da tecnologia para a modalidade de educação a distância. Desta forma, foi possível identificar a visão de diversos autores sobre o tema, o que possibilitou a análise

acerca da problemática desta pesquisa, que diz respeito à identificação das vantagens e limitações do uso da tecnologia para o processo de educação a distância.

4. RESULTADOS

Nessa seção buscamos identificar, de acordo com os autores abordados na fundamentação teórica, quais as principais vantagens e limitações que o uso da tecnologia proporciona a educação a distância.

Os novos paradigmas educacionais passam a representar um contexto adequado para que as vantagens do uso da tecnologia apresentadas pelos autores citados possam ser melhor exploradas, sobretudo no que tange o modelo de criação dos novos espaços para o processo de ensino e aprendizagem, o qual surge com foco na interatividade, criatividade, compartilhamento do conhecimento e dinamismo.

A nova concepção desse ambiente de aprendizagem, apesar de propício para exploração das vantagens do uso tecnológico, exige habilidade dos profissionais que lidam com esses ambientes de “novo” formato. É crível que esses profissionais possam utilizar o potencial permitido a partir do uso da tecnologia para que a mesma de fato possa agregar valor aos processos de ensino/aprendizagem e não sirvam meramente de reprodução dos métodos ineficazes de instrução do ensino presencial.

De acordo com Belloni (2002; 2009), as técnicas devem ser utilizadas como meio e não como finalidade educacional. Nesse sentido percebe-se uma grave limitação quanto a preparação dos profissionais que fazem uso da tecnologia nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, os quais reduzem a utilidade vantajosa da tecnologia à prática ultrapassada instrucionista, que segundo Marques (s.d.) apenas compartilha conteúdo e controla o discente coercitivamente e sem efetivo acompanhamento pedagógico.

Desta forma, no que se refere às mais relevantes vantagens da tecnologia para o ensino a distância, de acordo com os autores citados, percebe-se um posicionamento comum a todos no que tange aos aspectos de capacidade de reprodução do que se discute e aprende nos AVAs; a capacidade de atualização dos conteúdos e informações em diferentes interfaces; a

facilidade de acesso ao ambiente de aprendizagem e de armazenamento de dados; a oferta de uma variedade de ferramentas de comunicação e a possibilidade de integração, com maior rapidez e criatividade, sobretudo integração de pessoas em regiões diferentes, proporcionando uma maior democratização no ensino.

Em contraponto, percebe-se que o uso inadequado da tecnologia ou o uso com pouca exploração do potencial tecnológico já se configura como sendo a mais relevante das limitações, ou seja a crítica não é sobre a tecnologia em si, mas do uso que se faz dela.

Outro aspecto negativo percebido quanto ao uso da tecnologia na educação a distância se refere ao aproveitamento reduzido do potencial de interatividade possível a partir das técnicas comunicativas, proporcionadas através do aparato tecnológico, podendo assim acontecer devido a falta de capacitação junto aos que utilizam os AVAs. Por fim, anulando o argumento de democratização como vantagem da EaD, a velocidade de transmissão de dados pode representar uma barreira aos menos privilegiados em termos de acesso a rede de internet e aqueles que estão em locais precários para conectividade.

Para facilitar a visualização da identificação das principais vantagens e limitações que o uso da tecnologia proporciona a educação a distância, elaboramos um quadro comparativo abordando esses dois aspectos.

Vantagens do uso da Tecnologia	Limitações do uso da Tecnologia
Capacidade de reprodução do que se discute e aprende nos AVAs.	Uso inadequado da tecnologia ou o uso com pouca exploração do potencial tecnológico acaba comprometendo a eficácia da modalidade de ensino.
Capacidade de atualização dos conteúdos e informações em diferentes interfaces.	Aproveitamento reduzido do potencial de interatividade possível a partir das técnicas comunicativas, por falta de capacitação.
Facilidade de acesso ao ambiente de aprendizagem e de armazenamento de dados.	Dependência de uma boa velocidade de transmissão.
Oferta de uma variedade de ferramentas de comunicação.	
Possibilidade de integração, com maior rapidez e criatividade.	

Integração de pessoas em regiões diferentes, proporcionando uma maior democratização no ensino.

Tabela 01: Vantagens e Limitações do uso da tecnologia para a educação a distância.
Fonte: Elaboração das autoras.

5. CONCLUSÃO

Uma agenda de estudos em relação ao ensino na modalidade a distância tem acontecido nos últimos anos com o objetivo de analisar algumas questões relacionadas ao papel e perfil dos que compõe essa realidade, a estruturas pedagógicas e formas de gestão dos cursos nesse contexto. Na era digital, a tecnologia passou a conduzir a estrutura dos cursos a distância e representar o elo de interatividade entre aprendizes e gestores pedagógicos e a partir desse posicionamento no contexto de ensino a distância que a tecnologia passou a integrar essa agenda de estudos.

Diante da revisão bibliográfica feita nesse estudo, concluímos que aspectos positivos e negativos permeiam o processo de ensino/aprendizagem quando se trata do uso da tecnologia na modalidade EaD, que as vantagens desse uso advêm do potencial permitido através da tecnologia comunicativa, facilitando a integração das pessoas e dinamizando o compartilhamento do conhecimento e a co-construção do mesmo e que as limitações referem-se significativamente mais a maneira que se usa a tecnologia do que a tecnologia em si.

Pesquisas apontam que assim com no ensino presencial, falhas tanto pedagógicas como técnicas são apresentadas no ensino a distância, sobretudo no que tange o uso limitado ou inadequado das ferramentas tecnológicas, conforme apresentado como sendo umas das mais relevantes limitações do uso tecnológico na EaD.

De acordo com Melo (2013), na conclusão de sua pesquisa, alguns autores afirmam que a forma de conduzir recursos tecnológicos não representa em sua totalidade à solução para os problemas dos cursos de EaD, porém sabe-se que a forma como esses recursos estão sendo conduzidos interfere diretamente para melhor aproveitamento ou não do aluno em termos de aprendizagem e que a partir do uso inadequado da tecnologia comunicativa forma-se pessoas acríticas, dependentes e reprodutoras do que lhe é compartilhado.

No ensino presencial assim como no da modalidade a distância, sabe-se que o perfil ideal de um aluno deve ser composto de autonomia e independência no seu processo de aprendizagem, no entanto, quando se usa a tecnologia como meio e não como finalidade, a tendência é imperar a técnica do instrucionismo, na qual a reprodução e controle coercitivo conduzem o processo de ensino/aprendizagem, reduzindo a capacidade de ação, criatividade e pensamento crítico dos aprendizes.

Por fim, podemos concluir que uma vez identificadas **quais as principais vantagens e limitações da tecnologia para o processo de ensino/aprendizagem a distância**, é possível modificar algumas visões e práticas de gestão para que os cursos na modalidade a distância possam de fato utilizar-se da gama de recursos e possibilidades, tornando o processo de aquisição do conhecimento mais significativo numa dinâmica ativa e elemento chave para o sucesso dos cursos e alunos. Nessa perspectiva, a visão sobre gestão dos cursos de EaD, costumeiramente institucionalizada e meramente mecânica daria espaço para uma gestão mais eficaz no que se refere à qualidade do processo de aprendizagem e formação de pessoas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. **A educação a distância no Brasil**. Instituto de Pesquisa Avançada do Brasil em Educação, Brasil, 2007.

ALENCAR, A; GUIMARÃES, F; MATIAS, F; OLIVEIRA, R. **O Moodle como ferramenta didática. Evento Online Assíncrono. Promoção Texto Livre e FALE/UFMG**. 2011. Disponível em: <<http://ueadsl.textolivre.pro.br/2011.2/papers/upload/57.pdf>> Acesso em: 16 de abril de 2013.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 5ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BELLONI, Maria Luiza. **Ensaio sobre a educação à distância no Brasil**. Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 78, abril, 2002.

CASTRO, P.F. de; NUNES, I. B. **A história da EAD no mundo**. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Orgs). **Educação a distância: o estado da arte**. 3ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. – 7 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. - 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, C; RIBEIRO, U. **Metodologia científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2003.

JONASSEN, David. **O uso das novas tecnologias na educação à distância e a aprendizagem construtivista**. Em aberto, Brasília, ano 16, nº 70, abr/jun, 1996.

JUNG, C. F. **Metodologia para pesquisa e desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

MAIA, C; MATTAR, J. **ABC da EAD**. 1ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARQUES, Bárbara Maria. **Educação à distância: limites e possibilidades no ensino superior**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_VII_Coloquio/Barbara%20Marques.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2014.

MELO, Izabele Soares de. (2013). **Curso de Administração Pública EAD da Universidade Estadual da Paraíba: Influências da abordagem didática em EAD na construção e sucesso na aprendizagem**. Trabalho de conclusão de especialização, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, Brasil.

NOVA, Cristiane; ALVES, Lynn. **Educação à Distância: Limites e Possibilidades**. In: **Educação à distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade**. São Paulo: Futura, 2003, p. 5 – 27.

NUNES, Ivônio Barros. **Noções de educação à distância**. [s.d.]. Disponível em: <<file:///C:/Users/Win-7/Downloads/NOCOESEAD.PDF>>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

SANTOS, J. F. **Avaliação no Ensino a Distância**. Revista Iberoamericana de Educación, 2010. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1372severo.pdf>> Acesso em: 18 de junho de 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2006.



**APRESENTAÇÕES DE
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC) DOS ALUNOS DO PROGRAMA
NACIONAL DE FORMAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PNAP)**

SISTEMA EDUCACIONAL NO SEMIÁRIDO BAIANO: ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

Sandra Marly de Souza Faustino
sandramarly_faustino@hotmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Thiago Magalhães Amaral
thiago.magalhaes@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Jorge Messias Leal do Nascimento
jorge.nascimento@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Em Juazeiro – BA existem 297 escolas, englobando os ensinos fundamental, médio e pré-escolar, além de universidades. A inserção do profissional da assistente social na educação possibilita o fortalecimento das políticas sociais e vínculo entre escola, família e sociedade, combatendo desigualdades sociais. Objetivou-se determinar a atuação do assistente social nas escolas públicas e discorrer sobre as contribuições deste profissional para a educação no município de Juazeiro-BA. Realizou-se visitas aos secretários municipais de educação e esporte, desenvolvimento e igualdade social e Diretoria Regional de Educação de Juazeiro-BA. As informações foram obtidas através de questionário em 20% das escolas das redes públicas e privadas do município, entrevistando-se em cada escola, professores, coordenador pedagógico e diretor. Os resultados permitiram concluir que, dos 124 entrevistados, 54 atuam no sistema privado da educação (88,8% no ensino fundamental e 11,2% no ensino médio) e, no público, dos 66 profissionais, 78,78% atuam no ensino fundamental e 21,22% no médio.

Dos 120 questionados, 40% afirmam ter profissional da área de serviço social atuando na escola e 60% negaram a presença deste na escola. Constatou-se que é essencial inserir o profissional da assistência social para que a intervenção nas questões sociais em âmbito escolar seja acompanhada com eficiência.

Palavras-chave: Assistente social, Educação, Sociedade.

ABSTRACT

In Juazeiro – BA there are 297 schools, encompassing primary, secondary and pre-school, as well universities. The insertion of the professional social worker provides education and strengthening social ties between school, family and society policies, tackling social inequalities. This study aimed to determine the role of the social worker in the public schools and discuss the contributions of this work for education in Juazeiro-BA. Visits were conducted to municipal secretaries of education and sport, development and social equality and Regional Education Board of Juazeiro. The information on the role of professional social service area were obtained by questionnaire in 20% of schools in the public and private networks of the city, interviewing in each school, teachers, pedagogical coordinator and director. The results showed that, of 124 respondents, 54 work in the private system of education (88.8% in elementary schools and 11.2% in high school) and, in public, of 66 professionals, 78.78% work in education elementary and 21.22% on average. Of the 120 respondents, 40% report having professional social service area acting at school and 60% denied the presence of this in school. It was found that it is essential to enter the professional social care for that intervention in social issues in the school setting is accompanied with efficiency.

Keywords: Social Worker, Education, Society.

DEFESA DE TCC PNAP – 01

INTRODUÇÃO

O serviço social no contexto escolar já é um setor de absoluta importância e que atua de forma significativa, tanto na tríade escola-família-comunidade, quanto com o corpo de colaboradores que compõem a escola. Conforme afirma Montaña (2007), é necessário “saturar-se de conhecimento crítico”, para dar passos maiores diante dos novos horizontes profissionais. De acordo com Souza (2009) o profissional da assistência Social se constrói e se reconhece na área de educação a partir do conhecimento dos saberes e competências pertinentes para intervir neste contexto estando esse habilitado a não apenas trabalhar com os diversos perfis de educadores e suas respectivas realidades sociais, mas também, por possuir capacidade profissional de atender às necessidades de todos os sujeitos que trabalham na educação de crianças, jovens e adultos, bem como, pelo trabalho junto à comunidade, família e demais sujeitos onde à escola está inserida.

Tanto o Serviço Social, quanto a área educacional, possuem um projeto ético-político voltado à construção da cidadania, com vistas à solidificação de uma sociedade mais justa e democrática e o atual contexto social exige que todos se envolvam na luta pela melhoria da qualidade de ensino e por uma educação que contribua para o fortalecimento da sociedade.

Diante do exposto, os profissionais que atuam na educação precisam buscar uma compreensão qualificada das atuais questões sociais para melhorar os conflitos nas escolas, nas famílias e principalmente dentro da sociedade que é onde estão inseridos os futuros cidadãos, caso contrário, corre-se o risco de reproduzir, através de sua prática, as discriminações já sofridas pelos alunos e suas respectivas famílias fora do ambiente escolar. Neste sentido, acreditamos que o Assistente Social, a partir da reflexão sobre a natureza de sua função no universo educacional possa se colocar na condição de interlocutor das discussões sobre a educação estimulando a luta pela construção de uma nova sociedade, aglutinando novos parceiros na esfera educacional.

No Brasil, a inserção do profissional da assistência social no espaço da escola teve início, mesmo que timidamente, ainda na década de 1930. Yamamoto (1992) reporta que, nas décadas de 1940 e 1950, expressões da questão social como analfabetismo, evasão escolar e pauperismo eram também identificadas na escola e vinculadas à área de atuação do Assistente Social, o que fez com que o profissional fosse identificado como necessário no contexto escolar. É nesse período que o Assistente Social, efetivamente, ocupa esse espaço, juntamente com os demais lócus de atuação profissional, como saúde, empresa, jurídica. Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases que, em seu Capítulo XI, intitulado “Da Assistência Social Escolar”, legitimou a inserção do Serviço Social nesse espaço organizacional.

Atualmente, a exigência da inserção definitiva do profissional em serviço social em escolas públicas será através do Projeto de Lei 3.466/2012, ementa do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos – PSDB/CE.

O município de Juazeiro da Bahia, de acordo com dados do IBGE (2013), possui 214.748 mil habitantes, sendo considerada uma cidade de porte mediano. É uma cidade cuja economia baseia-se em cultivos agrícolas também sendo considerado um polo universitário, contando com aproximadamente, 12 instituições de ensino superior. Também é considerada uma região integrada de desenvolvimento (RIDE) e, de acordo com os dados do censo 2012 (IBGE, 2012), o número de escolas do ensino fundamental totaliza em 150, sendo 38 privadas, 16 estaduais e 96 municipais. Em relação ao ensino médio são 29 escolas sendo 7 privadas e 22 estaduais). Para as pré-escolas são 118 ao todo sendo 32 privadas e 86 municipais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2002).

Os dados demonstram a grande importância da rede pública para o desenvolvimento educacional do referido município. Vale ressaltar que o presente estudo não tem como propósito delimitar as competências do profissional da área de serviço social neste âmbito. Objetivou-se determinar as possibilidades de atuação do profissional assistente social nas escolas públicas, bem como discorrer sobre as contribuições do mesmo para a educação no município de Juazeiro/BA.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada no município de Juazeiro, localizado no estado da Bahia. Foram realizadas entrevistas aos Secretários Municipais de Educação e Esporte e Secretária de Desenvolvimento e Igualdade Social, Diretor Regional de Educação (DIREC-15), além de 20% das escolas pertencentes às redes públicas (15 escolas) e privadas (15 escolas) para a aplicação de questionário visando à obtenção de informações sobre a existência ou necessidade de profissional da área de serviço social. Em cada unidade escolar, foram entrevistados três professores, um coordenador pedagógico e o diretor no turno da entrevista. Para cada entrevistado, solicitou-se termo de consentimento de divulgação das respostas concedidas na entrevista, conforme exigência da legislação. A pergunta referente à existência de profissional atuando na área de serviço social foi feita única e exclusivamente ao diretor. Este foi o primeiro entrevistado.

Compararam-se os dados obtidos com resultados existentes na literatura especializada. Os dados foram tabulados e apresentados em gráficos e tabelas utilizando o programa Excel, exibindo médias e desvio padrão desses.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A distribuição das categorias de profissionais encontra-se na Tabela 1. Vale salientar que, os resultados apresentados contêm as informações coletadas com 120 profissionais entrevistados da área de educação. Destes, no sistema de educação privada, 88,8% atuam no ensino fundamental e 11,2% atuam no ensino médio (Figura 1). No sistema público, o percentual de profissionais que atuam no ensino fundamental foi um pouco menor do que no privado (78,78%), porém superior para o ensino médio (21,22%) (Figura 1). Não foram entrevistados profissionais atuantes no sistema pré-escolar, porque o foco da pesquisa foi identificar a necessidade do profissional da assistência social nas escolas de ensino fundamental.

Tabela 1. Profissionais entrevistados sobre a atuação dos profissionais do serviço social no sistema educacional do semiárido baiano. (Juazeiro, 2014).

Classes de entrevistados	Número de profissionais entrevistados
Secretário municipal*	4
Coordenador escolar	30
Professor	60
Diretor	18
Vice-diretor	12
TOTAL	124

*Os resultados contidos nos gráficos não abrangem esta categoria

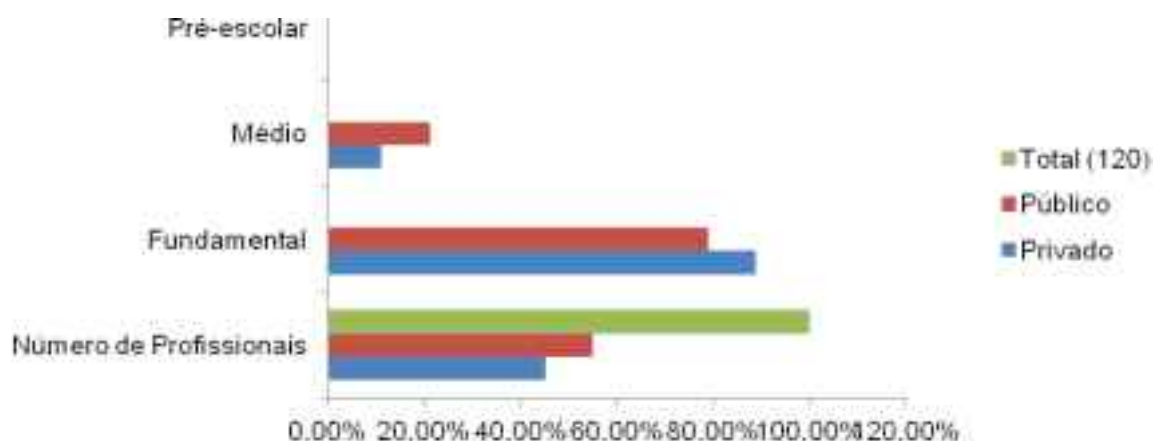


Figura 1. Sistema de ensino o qual atua o profissional da educação em Juazeiro - BA. (Juazeiro, 2014).

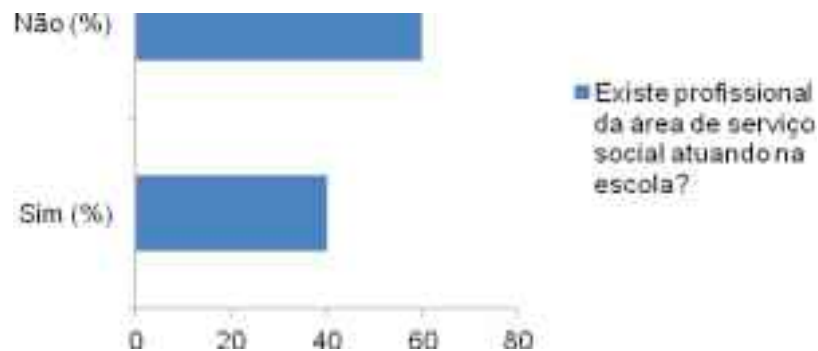


Figura 2. Definição da existência de profissionais da área de serviço social nas escolas em Juazeiro – BA (Juazeiro, 2014).

Sobre a visão do profissional de serviço social, 100 % responderam que esse profissional é indispensável para o desenvolvimento no ensino, aprendizagem e promoção do bem estar físico e psicossocial e pela resolução de conflitos no âmbito escolar e familiar. A importância do profissional é altamente positiva na rede escolar (Figura 3). Ainda, 75% afirmam que, a contribuição do assistente social no âmbito escolar promove: a) Melhoria comportamental dos alunos; b) Estreitamento nas relações entre escola, aluno e sociedade; c) Diminuição dos índices de violência na escola. 24% dos entrevistados também afirmam que a presença do profissional reduz: a) Os índices de insubordinação dos alunos na escola; b) Ajuda à diminuição à evasão escolar; c) Ajuda no combate às drogas na escola.

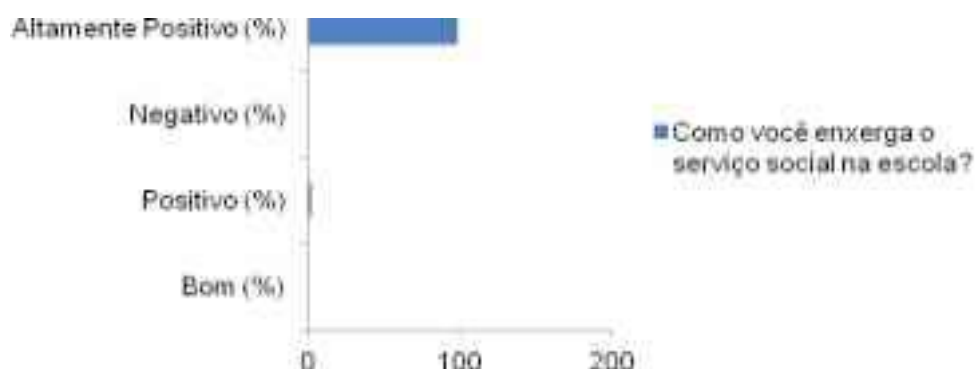


Figura 3. Visão dos entrevistados sobre a presença do profissional do serviço social nas escolas em Juazeiro - BA. (Juazeiro, 2014).

Porém, quando 40 % os entrevistados afirmam que existe o profissional de serviço social atuando na escola, este profissional é o educador social e não o assistente social. Em nenhuma das unidades visitadas existe o profissional assistente social atuando (Figura 2). Como a escola é um dos principais equipamentos sociais, percebe-se que a cada dia é desafiada a pronunciar o conhecimento que é o trabalho na conjuntura escolar com a realidade social do aluno, ou seja, suas barreiras e necessidades sociais. Por isso torna-se essencial que a escola comece a entender a realidade social dos seus alunos, podendo estreitar o espaço que separa do meio familiar.

Na região do Semiárido Baiano, em especial no município de Juazeiro, a atuação do profissional de serviço social não existe, o que foi observado é que, o educador social em parte tenta fazer o papel do assistente social deixando lacunas, refletindo diretamente ou indiretamente na realidade da comunidade a qual esta inserida. A escola é reprodução social das classes, é uma sociedade que elabora informações e ideologias sociais dos sujeitos. A escola deve ser capaz de fomentar as pessoas para a vida em sociedade. Nessa visão, a importância do trabalho com grupos de famílias no ambiente escolar, a fim de consolidar e conduzir para sociedade, não apenas as crianças e adolescentes, como também seus pais.

Para que a escola possa executar o seu papel político, ela deve fortalecer o pensamento crítico do aluno, precisando estar em harmonia não somente com a realidade do aluno, como também com a realidade social, cultural e econômica dos alunos e, partindo dela, a determinação de garantir a participação da família no progresso sócio pedagógico da escola.

Portanto, a implantação do Serviço Social na escola, deve ajudar para com ações que tornem a educação como uma realidade de inclusão social, de construção da cidadania e autonomia dos sujeitos sociais. Tanto um como outro, a escola e o Serviço Social, trabalham de modo direto com a educação, com o conhecimento, com a conjuntura de propiciar aos cidadãos que se tornem conscientes e sujeitos de sua própria vida.

Amaro (1997) reflete que, Educadores e Assistentes Sociais compartilham desafios semelhantes, e tem na escola como ponto de encontro para enfrentá-los. Tem-se a necessidade de fazer algo em torno dos problemas sociais que repercutem e implicam de forma negativa no desempenho do aluno e leva o educador pedagógico a recorrer ao Assistente Social.

É relevante destacar que, o profissional de Serviço Social, implantado na escola, não aplica ações que substituem aquelas desenvolvidas por profissionais normais da área de Educação. Sua colaboração se materializa no sentido de contribuir e, ajudar a escola e seus demais profissionais; no confronto de problemas que integram a pauta da educação e do fazer profissional do Assistente Social, sobre as quais, tantas vezes a escola não sabe como interferir.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim, a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com a linguagem que é a relação social (MARTINELLI, 1998), que estando frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização de interação de equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando-se a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber, do conhecimento. Desta forma, pode-se afirmar:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (ALMEIDA, 2000).

A inserção e atuação do profissional da assistência social nas escolas públicas no município de Juazeiro – Bahia têm como objetivo poder contribuir com a problemática social que atravessa no dia a dia da população escolar – alunos, professores, coordenadores, diretores, vice-diretores, pais, sejam com providências, comunicações, esclarecimentos, notícias, programas de caráter educacional, que possam alavancar os direitos e deveres do cidadão, ações e planos dirigidos para as famílias, comunidade escolar e sociedade. Dessa

forma, percebe-se que, para alcançar a criança e o adolescente de maneira absoluta, é essencial interferências no âmbito familiar, ora em contexto sócio-educativo, como também em situação de ensino-aprendizagem e observação. Em uma tendência de trabalho, emancipação e condição de cidadão.

Portanto, conclui-se que, em escolas de Juazeiro – BA é essencial inserir o profissional da assistência social para que a intervenção nas questões sociais dos discentes, docentes e familiares sejam acompanhadas com eficácia e eficiência.

REFERÊNCIAS

AMARO, S.T.A. Serviço Social na Escola: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

GONÇALVES, A.B. *A Prática cotidiana do assistente social na escola privada*. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Londrina. Tese Mestrado. 150 p. 2009. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp119575.pdf. Acesso 27.07.2014

IAMAMOTO, M.V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CIDADES. In: IBGE. *Senso 2012*. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=291840&idtema=117&search=bahia|juazeiro|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>. Consulta realizada em 28/07/2014.

MARTINELLI, M.L. O serviço social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In: Serviço social & sociedade, nº 57. São Paulo: Cortês, 1998.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO – RIDE. PETROLINA-JUAZEIRO*. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e7f5d3d8-e874-4968-8dda-210b04e07026&groupId=63635. Acesso em 28/07/2014.

MONTAÑO. C. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.



I Simpósio de Educação a Distância do Vale do São Francisco

SANTOS, C.A. de M.; SOUZA, M.K. de. *Questão Social e Educação*. Disponível em: http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/JULIANA_DE_CARVALHO_PIMENTA.pdf. Acesso 28.07.2014

SOUZA, ÍRIS de LIMA. *Serviço Social e Educação: uma questão em debate*. Revista Interface. v.2, n.1, 2005. Disponível em: <http://www2.unijales.edu.br/cursos/servicosocial/?p=88>. Acesso 27.07.2014.

O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Fábio Pereira dos Santos Rodrigues
fabiopsr@yahoo.com.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Ângelo Antônio Macedo Leite
angelo.leite@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

A Contribuição de Melhoria é uma importante espécie tributária decorrente de obras públicas. Sempre que a construção de tais obras pelo Poder Executivo acarretar uma maior valorização pecuniária de imóveis vizinhos à arquitetura construída será cabível a cobrança do citado tributo. Assim, por ocupar espaço marcante na gestão pública municipal, a feitura de arquiteturas públicas atreladas à Contribuição de Melhoria deve ser vinculada a uma séria fiscalização do poder público, além da transparência e publicidade do valor da obra efetuada, bem como dos valores pagos pelos contribuintes a título do fato gerador do tributo. Tais mecanismos visam bloquear o enriquecimento ilícito por parte do ente federativo, evitando que este efetue cobranças exageradas e impedem, por outro lado, que o não contribuinte também enriqueça ilicitamente com a valorização demasiada de seu imóvel em desigualdade com o restante da coletividade municipal.

Palavras-Chave: Contribuição de Melhoria, Obras públicas, Enriquecimento Ilícito, Gestão Pública Municipal.

ABSTRACT

The Contribution Improvement is an important tributary kind resulting from public works. Whenever the construction of such works by the Executive Branch entail greater pecuniary valuation of neighboring properties will be built to the architecture appropriate recovery of the said tax. Thus, by striking occupy space in municipal management, the making of public architectures linked to the contribution of improvement must be linked to a serious control of public power, beyond transparency and publicity of the value of the work performed, and the amounts paid by taxpayers taxable event under tribute. These mechanisms aim to curb the illicit enrichment by part of the federal entity, preventing it make exaggerated demands and prevent, on the other hand, the taxpayer also not unlawfully enrich with the valuation of your property too much inequality in with the rest of the municipal community.

Keywords: Contribution Improvement, Public Works, Illicit Enrichment, Public Management Municipal.

INTRODUÇÃO

O Estado *lato sensu* (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) desenvolve inúmeras atividades de modo a gerir a ordem social em seus diversificados aspectos, tais como saúde, educação, segurança, transporte e lazer, dentre outros. Para que os entes federados possam dar efetividade ao desenvolvimento dessas atividades sociais essenciais faz-se imprescindível a existência de recursos pecuniários que integrem as receitas públicas responsáveis pelo bom funcionamento do maquinário estatal.

O jurista Alexandre (2013, p.5) leciona que as receitas públicas podem se subdividir em originárias e derivadas, sendo que aquelas são provenientes do patrimônio dos entes federativos, enquanto as receitas públicas derivadas são advindas do patrimônio do particular.

Os tributos são modalidades de Receitas Públicas Derivadas por serem extraídos do patrimônio dos contribuintes. O art. 145 da Constituição Federal indica que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer três tipos de tributos, quais sejam os Impostos; as Taxas e as Contribuições de Melhoria (decorrentes de obras públicas). A Contribuição de Melhoria é a espécie tributária pertinente a presente análise acadêmica e a ela nos deteremos.

No que toca ao surgimento histórico do tributo retro citado, tem-se notícia que a Contribuição de Melhoria teve origem na Europa do século XV.

Em 1605, na Inglaterra, a coroa inglesa realizou uma obra de grande porte e com enorme dispêndio de dinheiro para retificar e sanear as margens do Rio Tâmesa, tornando-o mais navegável e estimulando o incremento da atividade econômica nas áreas ribeirinhas. Os proprietários dos imóveis localizados nessas áreas foram muito beneficiados, pois passaram a ter suas terras, antes sujeitas a frequentes alagamentos, bastante valorizadas. Visando a sanar o enriquecimento sem causa, foi criado, por lei, um tributo (*betterment tax*), a ser pago pelos beneficiários, limitado ao montante da valorização individual. Nascia a contribuição de melhoria, até hoje responsável pelo financiamento de obras de grande vulto. (ALEXANDRE, 2013, p. 38)

A arrecadação referente às espécies tributárias, conforme supracitado é fundamental para o funcionamento da gestão pública do poder executivo em todas as esferas federativas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). A Contribuição de Melhoria no âmbito municipal diz respeito a um importante tributo (assim como os demais) guardando a particularidade de estar atrelado a obras públicas.

A obra pública denota o desenvolvimento em prol do conforto dos indivíduos que compõe a sociedade. Ela é indicativo de avanço em qualidade de vida e bem estar social. O art. 3º do Magno Texto Republicano informa ser objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, dentre outros, garantir o desenvolvimento nacional.

Desse modo, é possível inferir que a obra pública é uma forma de desenvolvimento social nos moldes em que indica a CF/88, sendo notória sua importância, a exemplo da construção de órgãos públicos, escolas, hospitais, clubes, parques ecológicos e recreativos, praças arborizadas, estradas pavimentadas e asfaltadas, dentre várias outras arquiteturas.

Além de trazer o desenvolvimento na qualidade de vida de toda coletividade, as obras públicas podem agregar uma maior valorização aos imóveis particulares com maior proximidade física em relação às ditas arquiteturas públicas.

A valorização pecuniária dos imóveis particulares vizinhos à obra construída é o fato gerador da modalidade tributária intitulada de Contribuição de Melhoria, sendo que sua arrecadação deve atentar para importantes comandos legais e princípios jurídicos que objetivam tornar lícita e legítima a instituição desse importante tributo componente da gestão pública municipal.

O presente estudo objetiva demonstrar a importância da aplicação do Princípio da vedação ao enriquecimento ilícito relacionado à cobrança da espécie tributária mencionada. O ente federativo deve ajustar a cobrança tributária em exata consonância com o nível de valorização incidente sobre o imóvel particular vizinho da obra construída, impedindo, dessa forma, a violação ao Princípio jurídico referido.

Com relação ao particular que teve seu imóvel valorizado pela edificação pública, compreende-se que também sobre ele deve incidir a aplicação do Princípio da vedação ao enriquecimento ilícito, uma vez que o poder público municipal, não deve deixar de efetuar a

cobrança tributária imprescindível ao desenvolvimento da atividade financeira do ente federativo e, por conseguinte, da gestão pública municipal.

A fundamentação do presente estudo encontrou esteio metodológico em ampla pesquisa bibliográfica de doutrinas tributaristas especializadas, além de textos de lei pertinentes ao tema em análise.

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública nos diferentes entes federativos do Estado brasileiro só se faz possível, dentre outros fatores, devido a um efetivo funcionamento de um sistema de arrecadação tributária com relação aos contribuintes. O Código tributário Nacional em seu art. 3º define o Tributo como sendo:

[...] toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
(BRASIL, 1966)

Quando o legislador aponta o caráter compulsório do tributo, compreende-se na expressão a ideia de obrigatoriedade da prestação pecuniária, assim devendo ser diante do qual fundamental é a contribuição tributária para o custeio e desempenho das funções essenciais do Estado.

Interpretando o dispositivo legal em comento, Harada (2011) explica que no instante em que o legislador afirma que o tributo deve ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada, quer-se dizer que não poderá haver nenhuma margem de liberdade (ou discricionariedade) por parte do agente público aplicador do mandamento legal instituidor da espécie tributária diante do fato gerador. Com essa redação, acredita o insigne jurista que o texto legal:

[...] trouxe maior segurança aos contribuintes, à medida em que invalidou as costumeiras tentativas do poder público de criar exações fiscais baseadas em rotulagens e com vinculação do produto de suas arrecadações a determinados órgãos, fundos ou serviços. Antes do advento do CTN, verdadeiros impostos inominados eram instituídos e cobrados com o nome de taxas das mais diferentes denominações, como taxas de eletrificação rural, taxas de bombeiros, taxas de reaparelhamento de instalações portuárias etc. (HARADA, 2011, p.310)

Noutro ponto, Alexandre (2013, p.07) leciona que existem tributos cuja finalidade precípua envolve a arrecadação e a destinação de recursos para os cofres públicos. Esses são os tributos com fins fiscais, a exemplo do ISS, ICMS, IR e Contribuição de Melhoria. Entretanto, informa o conspícuo jurista que existem também os tributos extrafiscais que objetivam a intervenção em dada situação social ou econômica, como é o caso do IOF e ITR. Por fim, o catedrático faz a válida ponderação de que nas hipóteses em que se evidenciarem tributos com finalidade fiscal, a finalidade extrafiscal, mesmo que secundária, estará evidenciada.

São ricos e diversos os entendimentos doutrinários acerca do tema que envolve a tributação brasileira. Todavia, há um ponto comum em todos esses entendimentos que diz respeito justamente à imprescindibilidade do sistema tributário nacional como instrumento indispensável à gestão pública da União, Estados, DF e Municípios.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA COMO ESPÉCIE TRIBUTÁRIA ALIADA À GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Consoante retro mencionado, a Lex Mater de 1988 enumerou em seu art. 145 a Contribuição de melhoria decorrente de obras públicas como sendo uma espécie tributária.

Antes disso, é válido que se diga que o tributo em análise teve seu surgimento positivado no Brasil com a Constituição de 1934, em seu art. 124 que dizia: “provada a valorização do imóvel por motivo de obras públicas, a administração que as tiver efetuado poderá cobrar dos beneficiados contribuição de melhoria”. Já em 1937, a espécie tributária fora excluída do Magno Texto Republicano, tendo sido inserida novamente na Constituição

Federal de 1946 em seu art.30. A Emenda Constitucional nº 18 de 1965, que instaurou importante reforma tributária na época, copiou a mesma redação do texto constitucional. (MARTINS, 2008).

O Código Tributário Nacional, do mesmo modo, discorreu sobre o tributo em comento no seu Art. 81, afirmando que será instituído para fazer face ao custeio de obras públicas de que decorram valorização imobiliária, sendo que o limite total da cobrança será a despesa realizada, enquanto que o limite individual será o aumento do valor em consequência da obra para cada imóvel beneficiado. (BRASIL, 1966).

Efetuando a análise do vocábulo “Melhoria (melhora ou melhoramento)”, o tributarista Luciano Amaro (2011) entende que o termo:

[...] expressa a elevação de algo para um estado ou condição superior. É antônimo de pioria (piora ou pioramento). O vocábulo ‘melhoria’ não se refere (salvo em linguagem metonímica) à obra em si; esta é a causa; aquela, a consequência: a melhoria decorre da obra. (AMARO, 2011, p.69).

O que se observa é que o fato gerador da instituição e cobrança da contribuição de melhoria é justamente a valorização dos imóveis circunvizinhos à obra pública implantada. Em outras palavras, a valorização do imóvel deve estar necessariamente condicionada à existência da obra construída. Semelhante sentir tem o insigne Amaro (2011), quando afirma que:

[...] A valorização das propriedades adjacentes é diretamente proporcional à melhoria que advenha da obra pública. A valorização é a medida da melhoria. À vista do engate necessário entre melhoria e valorização, onde esta inexistir descabe, a nosso ver, a contribuição. O tributo não se legitima pela simples realização da obra. Também não se trata de um tributo que se atrele apenas ao patrimônio ou à plus-valia patrimonial; é preciso que haja mais-valia, agregada ao patrimônio do contribuinte, mas, além disso, requer-se que essa mais-valia decorra de obra pública (uma avenida, por exemplo), para que se justifique a cobrança. (AMARO, 2011, p.69).

É por isso que segundo leciona Alexandre (2013, p.38), a contribuição de melhoria é espécie tributária vinculada, já que sua instituição e cobrança estão condicionadas a uma atuação estatal específica que *in casu* seria a construção de uma obra pública que acarrete uma majoração no valor dos imóveis particulares dos contribuintes.

Quando a Constituição Federal autorizou a cobrança da Contribuição de Melhoria pelos Municípios, foi possível inferir que o legislador constituinte trouxe a compreensão de que a instituição e cobrança dessa espécie tributária seriam necessárias à gestão pública municipal por estarem atreladas à construção de obras públicas dos Municípios que são parte marcante e fundamental no desenvolvimento de qualquer comunidade organizada.

O Decreto 195 de 1967 em seu art. 2º elenca um rol de obras públicas cujas construções ensejam a cobrança do tributo em análise. São elas:

[...] I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas; II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos; III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive tôdas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema; IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública; V - proteção contra sêcas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento de drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação; VI - construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem; VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos; VIII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico. (BRASIL, 1967).

No que diz respeito ao fato gerador da figura tributária em análise, a doutrina especializada entende que o surgimento da obrigação tributária se dá no instante em que resta consubstanciado o benefício ou valorização do bem imóvel particular, em decorrência exclusiva da construção de determinada obra pública, ou seja, esta valorização imobiliária não pode estar atrelada a outros fatores distintos. (MARTINS, 2008).

Compartilhando do entendimento *supra* mencionado, arremata Amaro (2011) tecendo a afirmação de que “é preciso que haja mais-valia, agregada ao patrimônio do contribuinte, mas, além disso, requer-se que essa mais-valia decorra de obra pública (uma avenida, por exemplo), para que se justifique a cobrança.”

É igualmente pertinente a discussão doutrinária acerca da zona de influência da obra construída que seria, em outras palavras, a abrangência da valorização imobiliária no entorno

da construção pública municipal. É correto o entendimento que afirma a necessidade de atenção e cautela no que toca ao delineamento da zona de influência da construção pública, uma vez que há a possibilidade de proprietários de imóveis serem obrigados a pagar o tributo em estudo, sem que seus imóveis estejam necessariamente incluídos na área de influência da obra pública. (MARTINS, 2008)

Vislumbramos que nesse ponto a Gestão Pública Municipal deve se utilizar de meios eficazes de fiscalização quando da instituição e cobrança do crédito tributário, a fim de se impedir o enriquecimento ilícito do ente federativo instituidor do tributo.

IMPORTÂNCIA DA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ATRELADO À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA EM ÂMBITO MUNICIPAL

Em momento inicial faz-se imprescindível a conceituação do que seria o enriquecimento ilícito também chamado de enriquecimento sem causa ou ainda locupletamento indevido. Mello (2006) leciona que:

Enriquecimento sem causa é o incremento do patrimônio de alguém em detrimento do patrimônio de outrem, sem que, para supeditar tal evento, exista uma causa juridicamente idônea. (p.04)

O ordenamento jurídico pátrio, em reconhecimento à ilegalidade do enriquecimento sem causa, trouxe no Código Civil de 2002 dispositivos que tratam sobre o tema. Assim, no art. 884 resta inserido que “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.”

É em atenção a esse importante princípio também norteador da gestão pública municipal que se deve delinear com o máximo de exatidão possível a instituição e cobrança da contribuição de melhoria tomando por base a área de abrangência da valorização imobiliária decorrente da obra pública municipal.

Ricardo Alexandre efetua interessante análise sobre a dupla incidência do Princípio da vedação ao enriquecimento ilícito no que diz respeito à espécie tributária em estudo que pode recair tanto sobre o ente federativo (União, Estado, DF e Município) quanto sobre o contribuinte que teve seu imóvel valorizado.

O Jurisconsulto tributarista explica que se a cobrança for feita pelo ente público em valor superior ao custeio com a realização da obra, restará configurado enriquecimento indevido por parte do ente federado. Por outro lado, se determinado particular teve seu imóvel apreciado em decorrência de construção de obra pública e a exigência tributária não recair sobre ele, então aqui restará evidenciado o enriquecimento ilícito por parte do não contribuinte, em prejuízo de toda a coletividade. Nesse sentido pontua o supra citado doutrinador Alexandre (2013):

[...] a existência do tributo tem fundamento ético-jurídico no princípio da vedação ao enriquecimento sem causa. Seria injusto o Estado cobrar impostos de toda a coletividade e utilizar o produto da arrecadação para a realização de obras que trouxessem como resultado um aumento patrimonial de um grupo limitado de pessoas, sem que esse enriquecimento seja produto do trabalho ou do capital pertencente aos beneficiários. Assim, a contribuição de melhoria tem caráter contraprestacional. Serve para ressarcir o Estado dos valores (ou parte deles) gastos com a realização da obra. É justamente por isso que existe um limite total para a cobrança do tributo. O Estado não pode cobrar, a título de contribuição de melhoria, mais do que gastou com a obra, pois se assim fizesse, o problema apenas mudaria de lado, uma vez que geraria enriquecimento sem causa do próprio Estado. (ALEXANDRE, 2013)

Faz-se imprescindível que o Estado *lato sensu* dentro da gestão pública municipal atue no sentido de coibir e eliminar o enriquecimento sem causa no que toca a sua dupla incidência supra elucidada, tanto com relação ao ente público, como no que diz respeito ao contribuinte proprietário do imóvel valorizado. Para tanto o Decreto nº 195 de 1967 traz uma série de indicativos e instruções com o escopo de tornar possível uma correta cobrança tributária, afastando, por conseguinte, a incidência do enriquecimento sem causa tanto do Estado quanto do contribuinte.

O Decreto-Lei que trata da espécie tributária objeto do presente estudo orienta que a Contribuição de Melhoria deve ser cobrada, utilizando-se como critério o benefício resultante

da obra que é calculado por meio de índices cadastrais das respectivas áreas de influência e deverá ser feita por meio de rateio proporcional do custo das obras (parcial ou total) entre todos os imóveis localizados no interior das ditas zonas de influência, como explica o art. 3º e seus parágrafos.

O art. 4º, por sua vez, determina que a cobrança da Contribuição de melhoria deverá ter como limite o custo das obras, incluindo-se as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, dentre outros. O § 1º indica ainda que serão inseridos nos orçamentos de custo das obras, os investimentos necessários para que os benefícios que delas decorrem sejam alcançados pelos imóveis inseridos nas áreas de influência da construção. O § 2º também é importante porque traz o esclarecimento de que o tributo em estudo será fixado tomando-se por base a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

O que se observa é que andou bem o legislador ao editar esses dispositivos legais que norteiam e organizam a cobrança da Contribuição de Melhoria também no âmbito municipal. Compreende-se que o objetivo do legislador também foi o de afastar qualquer tipo de irregularidade e ilegalidade na cobrança do tributo, afastando também a violação do Princípio da vedação ao enriquecimento ilícito.

Assim, compete aos mecanismos da gestão pública municipal fiscalizar a instituição e cobrança da espécie tributária em comento. Para tanto faz-se imprescindível que se tome como norte o art. 5º do Decreto nº 195 de 1967. Vejamos:

Art 5º Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração competente deverá publicar o Edital, contendo, entre outros, os seguintes elementos: I - Delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos; II - memorial descritivo do projeto; III - orçamento total ou parcial do custo das obras; IV - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, aos casos de cobrança da Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos. (BRASIL, 1967).

Vislumbramos que o dispositivo legal retro citado oferece fundamental direcionamento à gestão pública municipal principalmente por determinar a elaboração de um

edital anterior à construção da obra e o orçamento total ou parcial do custo das obras o que dificulta o enriquecimento sem causa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que fora até aqui exposto, é possível inferir que uma séria e efetiva Gestão Pública em seus diversificados níveis, incluindo-se a esfera municipal só se faz possível quando são obedecidos Princípios norteadores do ordenamento jurídico pátrio, como é o caso do Princípio da Vedação ao enriquecimento sem causa que combate o ilícito aumento patrimonial seja do ente federativo seja do particular.

Analisamos que a aplicação do importante Princípio multicitado encontra especial guarida no âmbito do Sistema Tributário Nacional a exemplo da instituição e cobrança da Contribuição de Melhoria que diz respeito à espécie tributária que pode ser instituída também pelo Município quando no exercício de sua Gestão Pública com relação à feitura de obras públicas que acarretem a valorização dos imóveis vizinhos à obra realizada.

É notória a relevância social do tema em análise, uma vez que as obras públicas são uma realidade cotidiana em qualquer comunidade organizada em que se utilizem verbas da população para o custeio da feitura das referidas construções públicas. Desse modo, é salutar e necessário o esforço do Poder Executivo em sua gestão pública municipal no sentido de fazer realidade a efetiva aplicação do Princípio da vedação ao enriquecimento ilícito relacionado à instituição e cobrança da espécie tributária objeto do presente estudo acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 17^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 20^a. ed. São Paulo: Atlas, 2011.



MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de Direito Tributário**. 10^a. ed. São Paulo: Saraiva. 2008.

AS POSSIBILIDADES DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES NOS CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Arivaldo Pereira Teixeira
arivaldoteixeira@hotmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Ângelo Antônio Macedo Leite
angelo.leite@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

O presente artigo aborda as possibilidades em a que administração pública municipal pode firmar contratos sem a necessidade de se submeter ao procedimento licitatório. Para tanto, é analisada a Lei 8.666/93, que versa sobre Licitações e Contratos, além do posicionamento de diversos doutrinadores que escreveram sobre o tema. Dessa forma, o artigo visa esclarecer as possibilidades em que a lei permite ao gestor público contratar, podendo dispensar a licitação, sem cometer ato de improbidade ou desrespeito aos princípios constitucionais. Pois, é sabido que a administração pública deve pautar seus atos em busca do melhor para o interesse público, por isso, via de regra, sempre que o gestor público municipal pretender realizar obras, contratar serviços, efetuar compras, promover alienações de bens públicos, deve, obrigatoriamente, fazê-lo por meio do procedimento licitatório próprio. Contudo, pode deixar de adotá-los nos casos especificados de dispensa e inexigibilidade de licitações previstos na Lei nº 8.666/93, que rege as licitações e contratos da Administração Pública, especificamente nos artigos 17 e 25, da mencionada lei, abordados nesta obra.

Palavras chave: Contratos, Prefeitura, Dispensa, Inexigibilidade, Licitações.

ABSTRACT

This article discusses the possibilities in which the municipal government may enter into contracts without the need to undergo the bidding procedure. Therefore, it is analyzed the Law 8.666 / 93, which is about Bids and Contracts and the positioning of several scholars who have written on the subject. Thus, the article aims to clarify the possibilities that the law allows the public hiring manager and may waive the bidding process without committing an act of misconduct or disrespect to constitutional principles. For it is known that the government should guide their actions in seeking the best for the public interest, therefore, as a rule, whenever the municipal manager intends to carry out works contract services, make purchases, to promote sales of public assets, must necessarily do it through the proper bidding process. However, it may fail to adopt them in the cases specified exemption and unenforceability of bids defined in Law No. 8.666 / 93, which governs the tendering and procurement of Public Administration, specifically in articles 17 and 25 of the said law, addressed in this work.

Keywords: Contracts, Hall, Pantry, Exemption, Bids.

DEFESA DE TCC PNAP – 03

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de analisar as possibilidades de dispensa e inexigibilidade de licitações nos contratos firmados com a administração pública municipal. Para isso, necessário se faz salientarmos alguns pontos importantes sobre a atuação dos agentes públicos.

Assim, é importante mencionarmos que o administrador público não atua em nome próprio devendo perseguir o interesse público, ao exercer suas atividades se balizando sempre na legislação em vigor e nos princípios gerais de direito.

Para tanto, ao exercer suas atividades, o administrador público possui certa margem de discricionariedade. Contudo, tal discricionariedade somente pode ser exercida quando a lei assim o permitir, implicando na possibilidade de escolha do caminho a ser seguido para atender ao interesse público que se objetiva atingir.

Todavia, esta discricionariedade é um poder dever concedido ao administrador público, para atuar em benefício da coletividade, sendo que a medida desta competência se dá em função da extensão e intensidade necessárias ao atingimento da finalidade do ato a ser praticado.

Assim, sempre que a Administração Pública pretender realizar obras, contratar serviços, efetuar compras, promover alienações de bens móveis ou imóveis, empreender concessões, permissões ou locações de bens públicos, deve, obrigatoriamente, fazê-lo por meio do procedimento licitatório próprio, podendo deixar de adotá-los somente nos casos especificados na Lei que rege as licitações e contratos da Administração Pública (Lei federal nº 8.666/93).

Nesse sentido, questionamos em quais situações a administração pública municipal pode dispensar a licitação na hora de pactuar seus contratos administrativos? Essa resposta será dada ao longo do artigo.

È cediço para os especialistas desta área, que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, percebe-se que a licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Contudo, para se respeitar e cumprir todos os requisitos de uma licitação, os órgãos públicos acabam esbarrando nos entraves burocráticos que dificultam muitas contratações, que acabam por

emperrar o bom andamento do serviço público, algo que pode ser facilmente resolvido nos casos em que é possível dispensar o procedimento licitatório. Assim, é extremamente necessário que os servidores dos órgãos públicos, em especial os órgãos municipais, principalmente os que trabalham diretamente com licitações, tenham bem definidas, estas possibilidade de dispensa ou inexigibilidade de licitações.

Ademais, cumpre enfatizar, que o interesse pelo tema surgiu a partir de análise dos trabalhos executados por algumas prefeituras, nos setores de licitação, sendo este um universo complexo, mas ao mesmo tempo prazeroso e gratificante. Esse desejo de pesquisar sobre esse conteúdo ressurgiu com a possibilidade oferecida pelo curso de especialização em gestão pública municipal, oferecida na modalidade de Ensino à Distância (EaD) da UNIVASF.

Dessa maneira, cumpre enfatizar que este trabalho tem um cunho pedagógico, pois um dos grandes paradigmas de gestão da coisa pública é justamente gerir as despesas públicas com eficiência, eficácia e resultados, atendendo os anseios do povo, mas também com transparência e probidade nos recursos públicos que administra, por isso, respeitar o processo licitatório, de forma a dispensá-los somente nos casos permitidos em lei é algo de extrema importância. Mas, por outro lado, saber os casos em que é possível dispensá-los também é de grande utilidade para o bom andamento do serviço público, pois evita a demora e o formalismo peculiares do procedimento licitatório.

Frisa-se que este artigo tem como objetivo principal, analisar a legislação que versa sobre as licitações e contratos administrativos, em particular a lei nº 8.666/93, com foco nas dispensas e inexigibilidades do processo licitatório. Ademais, são objetivos específicos do presente trabalho, abordar os benefícios para a administração pública municipal nas contratações realizadas através de dispensa de licitação; avaliar os possíveis riscos para a administração pública municipal quando firmam contratos dispensando as licitações.

2. METODOLOGIA

Quanto aos fins utilizados, essa pesquisa é caracterizada como pesquisa descritiva, pois utiliza-se de materiais acessíveis ao público como texto de lei, artigos e livros de doutrinadores que já escreveram sobre o tema, em especial a lei nº 8.666, que é a lei que versa

sobre licitações e contratos, legislação esta, utilizadas pela administração pública municipal que lhe permite dispensar o processo licitatório na hora de contratar.

Através dos meios utilizados para chegar ao objetivo desse trabalho, essa pesquisa é caracterizada como bibliográfica, pois foi embasada na análise de diversas obras de doutrinadores que escreveram sobre licitações e contratos, dando ênfase a dispensa e inexigibilidade de licitação.

O presente estudo será fundamentado principalmente na lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida também como Lei de Licitações e Contratos. Ela norteará os rumos da pesquisa na medida em que descreverá as normas a serem seguidas, elencando as possibilidades em que a administração pública municipal poderá optar por dispensar ou não exigir o processo licitatório na hora de elaborar seus contratos. Além de análise do artigo 37da CF/88 e do posicionamento de alguns doutrinadores, especialistas no tema.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 a dispensa de licitações na visão de alguns doutrinadores

Sabemos que a regra geral que disciplina as contratações públicas tem como premissa a obrigatoriedade da realização de licitação para a aquisição de bens e a execução de serviços e obras. No entanto, esse diploma legal dispõe algumas hipóteses nas quais a obrigatoriedade de realizar licitação estará afastada. Assim, vejamos a opinião de alguns doutrinadores sobre o mencionado tema.

Segundo Marinela (2012), em sua obra de Direito Administrativo, a licitação é um procedimento administrativo destinado à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a Administração Pública. Esse Instrumento estriba-se na ideia de competição a ser travada, isonomicamente, entre os que preenchem os atributos e as aptidões, necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõe assumir. (MARINELA, 2012).

Já Bandeira de Melo (2003) classifica essas hipóteses de contratação em que pode se dispensar a licitação em três figuras distintas: a licitação dispensada, a licitação dispensável e a inexigibilidade de licitação.

Por sua vez, Di Pietro (2002), afirma que na dispensa, a licitação seria em tese possível, em face de uma necessidade pública específica e a existência de bens ou serviços disponíveis, em quantidades tais a justificarem uma licitação. Contudo, razões de ordem superior, relacionadas a satisfação de interesse público, também merecedor de imediata acolhida, justificam uma contratação direta, sem recorrer a licitação.

Meireles (2011) conclui que enquanto a inexigibilidade a licitação seria totalmente desnecessária, em face da inviabilidade da competição, ou ainda, porque o objeto perseguido é singular, não existindo outro similar, ou porque singular é o ofertante do serviço ou produto desejado. O pressuposto é a própria impossibilidade de competição.

Furtado (2010) frisa que a contratação direta, sem a realização de licitação, não é sinônimo de contratação informal, não podendo a Administração contratar quem quiser, sem as devidas formalidades, o que é denominado procedimento de justificação, previsto no artigo 26 da lei 8.666/93.

Dessa forma, percebe-se que a licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso, ou seja, o melhor negócio, e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Através da licitação, presa-se pela imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição.

É justamente visando estes objetivos que a lei estabelece diversas modalidades de licitação. Também é em virtude destes objetivos que a lei prevê e admite situações em que a licitação não será realizada, ou pode ser dispensada.

Portanto, resta claro o objetivo colimado pela Constituição Federal no sentido de que a regra geral é o da obrigatoriedade de se realizar o procedimento licitatório. No entanto, o próprio dispositivo constitucional que estatui essa obrigatoriedade reconhece à existência de exceções à regra de licitar ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação.

Diante do exposto o legislador constituinte, ao fazer essa ressalva admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando, assim, a administração pública a celebrar contratações diretas.

Nesse sentido, deve-se destacar que em todos os casos estabelecidos na Lei nº 8.666/93 onde a regra geral de licitar foi excepcionada, pelas hipóteses em que o Poder Público poderá escolher pelo instituto da contratação direta, sem licitação, que são a licitação

dispensada, dispensável ou inexigível, constantes nos artigos 17, 24 e 25 da lei de licitações nº 8.666/93, sendo estes criados sob a justificativa de que o princípio da licitação encontrava-se em confronto com outros valores igualmente tutelados pela ordem jurídica e voltando a lembrar, que não estando presente alguma condição de dispensa ou de inexigibilidade, portanto todo e qualquer serviço, para ser contratado, deverá ser previamente licitado.

3.2. Possibilidades de dispensa e inexigibilidade de licitação

O procedimento de licitação é obrigatório, conforme previsto no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, para os entes e órgãos da Administração Direta, isto é, a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Logo, via de regra, as prefeituras sujeitam seus contratos ao procedimento licitatório.

Desta forma, para a doutrina brasileira, a Constituição acolheu a presunção absoluta de que a realização de prévia licitação produz a melhor contratação, porque assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância de princípios, como isonomia, e impessoalidade. Todavia, o artigo 37, inciso XXI, da CF limita essa presunção e permite a contratação direta sem a realização do certame nas hipóteses ressalvadas na legislação. Assim, fica claro que a contratação direta não representa desobediência aos princípios constitucionais. MARINELA, (2012).

De acordo com a lei 8.666/93, quando a disputa for inviável, o procedimento licitatório será inexigível. Já, por outro lado, ocorrerá a dispensa quanto tratar-se de uma licitação exigível, mas que pela vontade do legislador pode ser dispensado o certame. Logo, o administrador deverá inicialmente, verificar se a licitação é inexigível ou não e depois verificar a presença dos requisitos autorizadores da dispensa da licitação.

Ademais, o processo de dispensa e inexigibilidade de licitação deve ser composto dos elementos que caracterize a situação de emergência ou calamidade, que justifique a dispensa quando for o caso, além da razão da escolha do fornecedor, a justificativa do preço e o documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

3.3 casos de dispensa de licitação

Nesse sentido, em primeiro lugar, analisaremos os casos de licitação dispensada. A dispensa de licitação ocorre nas hipóteses em que embora haja possibilidade de competição, algumas razões justificam deixar de efetuar-la em nome de outros interesses públicos que merecem ser observados. Nestes casos de dispensa de licitação não cabe ao administrador público fazer um juízo de valor, não há margem de escolha se vai ou não realizar o certame. A lei indica que é pra dispensar a licitação e assim deve ser feito

Assim, as hipóteses de ocorrência de licitação dispensada estão dispostas no artigo 17, incisos. I e II da Lei n.º. 8.666/93, que se apresentam por meio de rol exaustivo, não havendo como o administrador criar outras figuras.

Pela leitura dos artigos retrocitados, pode se observar que as principais hipóteses de licitação dispensada estão voltadas para os institutos da dação em pagamento, da doação, da permuta, da investidura, da alienação de alguns itens, da concessão do direito real de uso, da locação e da permissão de uso.

Nesse diapasão, nota-se que essas figuras têm como característica a impossibilidade de se obter um procedimento competitivo, pois em alguns casos, inclusive, já se tem o destinatário certo do bem, como por exemplo, na dação em pagamento.

Por sua vez, o artigo 24 apresenta um rol em que a licitação pode ser dispensada, contendo 31 incisos, obedecendo a uma relação de custo/benefício, devendo serem observados o custo econômico e o custo temporal da licitação, a ausência de potencialidade de benefício e a destinação da contratação. MARINELA, (2012).

Outrossim, Araujo (2009) afirma que todos os casos de licitação dispensada são referentes à alienação de bens da Administração Pública que, não obstante, têm como regra geral para toda a Administração Pública, a licitação, na modalidade concorrência para bens imóveis, ou então de concorrência ou leilão para bens móveis. Regra essa, que também exige avaliação prévia e interesse público devidamente justificado, além de autorização legislativa.

3.4 hipóteses de inexigibilidade de licitação

Em outra vertente, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, resulta da inviabilidade de competição, o que decorre da ausência dos pressupostos que justificam a sua realização, quais sejam o pressuposto lógico, o pressuposto jurídico e o pressuposto fático.

O pressuposto lógico exige que haja a pluralidade de objetos e a pluralidade de ofertantes, pois do contrário a competição restará prejudicada. Assim, não há que se falar em licitação se o bem for singular e se o ofertante do objeto da licitação for único.

Já o pressuposto jurídico se faz presente se a licitação for um meio apto para a Administração perseguir o interesse público, pois se o certame por em risco o interesse público ela será inviável, pois o interesse público deve ser o princípio basilar do procedimento licitatório.

Por sua vez, o pressuposto fático exige a presença de interessados no objeto da licitação. Desta maneira, se não houver interessados no objeto da licitação, não justifica realizá-la.

Ressalte-se que nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem também é possível contratar sem o procedimento licitatório. Contudo, faz necessário que o presidente da República declare a guerra, ou as medidas previstas nos artigos 136 e 137 da CF/88.

Ademais, a licitação é dispensável para a aquisição por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração pública, desde que ela tenha sido criada para esse fim específico, em data anterior à vigência da Lei de Licitações e o preço contratado seja o praticado no mercado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, via de regra, a administração pública só pode contratar mediante licitação, é o que prevê o art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, para os entes e órgãos da Administração Direta, isto é, a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Logo, as prefeituras devem sempre sujeitar seus contratos ao procedimento licitatório. Diante do acima exposto, torna-se evidente que a municipalidade, como órgão público que é, deve prezar pela primazia do interesse público em detrimento do privado, assim, ao firmar seus contratos tem o dever de observar o procedimento licitatório. Contudo, o artigo 37, inciso XXI, da CF, em

certos casos flexibiliza essa obrigatoriedade e permite a contratação direta sem a realização do certame nas hipóteses ressalvadas na legislação.

Dessa forma, a Lei 8.666/93 prevê casos de dispensabilidade de licitação, nos casos em que houver possibilidade de competição e sua realização é uma faculdade da Administração e casos de inexigibilidade de licitação, que se configura quando não há possibilidade de competição, vez que só há um objeto ou uma pessoa que atenderá ao que justificadamente a administração deseja contratar, com isso, inviabilizando o certame.

Logo, percebe-se que os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas na Lei de licitações e contratos não descumpra os princípios constitucionais, pois já existe previa previsão legal que autoriza o gestor público a contratar sem necessidade de observância do procedimento licitatório. Nem tampouco, ocorrem prejuízos para os cofres públicos, pois são casos em que a licitação se faz desnecessária, justamente por falta de pressupostos lógicos, (ausência de pluralidade de objetos e ofertantes) jurídicos (não põe em risco interesse público) e ou fáticos (ausência de interessados no objeto ofertante), ou seja, diante da ausência desses pressupostos, se torna inviável a competição e desnecessário o certame.

Desta maneira, é cediço que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Ademais, percebe-se que a licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Contudo, para se respeitar e cumprir todos os requisitos de uma licitação, os órgãos públicos acabam esbarrando nos entraves burocráticos que dificultam muitas contratações, que acabam por emperrar o bom andamento do serviço público, algo que pode ser facilmente resolvido nos casos em que é possível dispensar o procedimento licitatório. Assim, é extremamente necessário que os servidores dos órgãos públicos, em especial os órgãos municipais, principalmente os que trabalham diretamente com licitações, tenham bem definidas, estas possibilidade de dispensa ou inexigibilidade de licitações para desempenharem bem seus papéis, de forma a contribuir para o bom andamento do serviço público.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de Direito Administrativo**. 4ª Ed. Ver. e atual – São Paulo. Saraiva, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de licitações e contratos administrativos: teoria, prática e jurisprudência**. São Paulo: Atlas, 2001.

Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993. **Lei de licitações e contratos**. Brasília, 21 de junho de 1993, 172º da Independência e 105º da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 de setembro de 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 6ª Ed. Niterói: impetus, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Ivanilda Silva Dos Santos

nildex@bol.com.br

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Ter um lugar para morar significa muito mais do que a existência de um espaço físico que possa nos abrigar do frio ou da chuva. O acesso à moradia revela a possibilidade de inclusão de um ser humano na vida em sociedade. Em primeiro lugar, porque a realização das necessidades biológicas de cada um ocorre, primordialmente, na intimidade do seu lar. Além disso, algumas atividades básicas em sociedade necessitam da indicação de um local de residência, ou seja, uma referência. Para a maioria das pessoas adquirir a “casa própria” é muito mais que a realização de um negócio, é a concretização de um grande sonho. Dentro dessa holística, este trabalho tem o objetivo realizar uma análise do processo de políticas habitacionais de interesse social implantadas na cidade de Petrolina-PE e o processo de urbanização da cidade, impulsionado pela implantação da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, o que tornou a cidade um polo de desenvolvimento. Ao final da pesquisa foi possível observar que o Poder Público elaborou muitas políticas habitacionais para atender a demanda habitacional da cidade, a maiorias delas constituídas com a doação de terrenos em loteamentos carentes de infraestrutura, em muitos deles, o problema persiste e que apenas uma minoria da população foi inserida nos programas governamentais de habitação popular adequada, como determina o “Art. 6º da Carta Magna” (Constituição Federativa do Brasil, 1988), dentre outros instrumentos jurídicos, considerando a importante atribuição do poder público, de todas as esferas, como agente indispensável na implantação dessas políticas, na regulação urbana e na provisão da moradia digna para a população.

Palavras-chave: Urbanização, Políticas habitacionais, Interesse Social.

ABSTRACT

Having a place to live means much more than the existence of a physical space that can house in the cold or rain. Access to the villa opens up the possibility of including a human being in society. Firstly, because the realization of the biological needs of each occurs primarily in the privacy of your home. In addition, some basic activities in society require the indication of a place of residence, ie a reference. For most people buying a "home" is much more than the realization of a business is the realization of a great dream. Within this holistic, this work aims to conduct an analysis of the social interest housing policies implemented in the city of Petrolina and the urbanization process of the city, driven by the implementation of irrigated horticulture in the Vale do São Francisco, which became the city a center of development. At



the end of the survey it was observed that the Government has produced many housing policies to meet the housing needs of the city, the majority of them consist with the donation of land allotments in poor infrastructure in many of them, the problem persists and that only a minority population was included in government programs adequate income housing, as determined by "Art. 6 of the Constitution "(Federal Constitution of Brazil, 1988), among other legal instruments, considering the important mandate of the public, from all walks power as an indispensable agent in the implementation of these policies in the urban setting and the provision of decent housing for the population.

Keywords: Urbanization, Housing policies, Social Interest.

INTRODUÇÃO

O direito à moradia é contemplado por diversas normas jurídicas. Conforme o art. 6º da Constituição Federal de 1988, esse é um direito social. Como um direito social, compete ao Estado e à sociedade implementá-lo. Com a regulamentação do capítulo de política urbana, pelo Estatuto da Cidade, foi delegada aos municípios a tarefa de definir as condições de cumprimento da função social da propriedade e da própria cidade, ou seja, a Constituição estabelece claramente a competência municipal, o Estatuto das Cidades e Plano Diretor, reiteram e detalham os princípios constitucionais, criando instrumentos que permitem aos governos locais atuar de forma muito mais eficaz na questão habitacional, implantando políticas de habitação que possibilitem ao cidadão morar com dignidade.

Em Petrolina, existe cerca de 11 mil famílias sem moradia. Essas famílias compõem o que chamamos de déficit habitacional, que é o número de habitações adequadas necessárias para atender a essa demanda.

O déficit habitacional está ligado diretamente à capacidade financeira dos interessados em poder comprar as suas residências. Ele cresce à medida que aumenta as dificuldades para essas pessoas terem acesso ao financiamento, com as condições adequadas à sua renda familiar disponível, aliada a falta de investimentos por parte do poder público tem feito surgir na cidade de Petrolina, várias ocupações irregulares tanto em áreas públicas como em áreas particulares.

Assim, sendo, é de fundamental importância realizar uma análise conjuntural das políticas de habitação adotadas na cidade de Petrolina-PE, dada o crescimento urbano da cidade. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico, junto com coleta de dados, com pesquisa em campo, através da observação direta e conversas informais.

Para fazer a análise dos fatos e entender toda a problemática foi utilizado o método dialético, pois, o mesmo não analisa o objeto estático, mas contextualiza o objeto de estudo na dinâmica histórica, cultural e social. O presente estudo foi dividido duas partes para efeito de melhor compreensão e exploração do tema abordado:

a) Petrolina (contexto histórico, processo de urbanização e crescimento econômico), que no início do século XVII era apenas uma fazenda de criação de gado, servindo como

passagem aos comerciantes gado do Estado de Pernambuco e Piauí para a cidade de Joazeiro–BA;

b) abordagem sobre as políticas públicas de habitação (programas governamentais), fazendo uma análise dos programas governamentais, bem como, analisa o Programa MCMV, este, que está sendo apontado como a solução dos problemas de habitação na cidade e no País.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O objetivo dessa pesquisa consiste em identificar os principais problemas existentes em relação às políticas públicas de habitação em Petrolina-PE, a partir da visão dos diferentes atores sociais envolvidos na problemática. Além disso, busca identificar as razões da urbanização da cidade, tendo em vista quantidade de pessoas que se encontram cadastradas para adquirir sua casa própria através dos programas habitacionais implantados pelo governo municipal, fazer a análise dos fatos e entender toda a problemática que está presente e faz parte do contexto. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito do processo de urbanização do município, a fim de se compreender sua posição no modelo centro-periferia:

- Levantamento histórico das características da expansão da cidade;
- Análise de dados demográficos do Censo do IBGE, 2010;
- Coleta de dados junto a Secretaria Extraordinária de Habitação;

A pesquisa priorizou ainda:

- Enfatizar algumas ações para analisar um perfil socioeconômico da cidade;
- Analisar evolução das políticas públicas de habitação efetivadas na cidade;
- Levantamento teórico, para fundamentar conceitos relevantes para a presente pesquisa (leitura de livros, apostilhas, trabalho prévio de campo, dentre outras fontes de pesquisa).

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

PETROLINA - PASSAGEM DO JOAZEIRO A FORMAÇÃO DA CIDADE.

No início do século XVII, Petrolina era apenas uma fazenda de criação de gado, servindo segundo o contexto histórico, como passagem aos comerciantes gado do Estado de Pernambuco e Piauí para a cidade de Joazeiro-BA, de acordo com Gonçalves (1997) o nome Passagem do Joazeiro era utilizado para designar qualquer uma das duas margens do rio, tanto do lado baiano como do lado pernambucano e decorre do fato de existirem muitos pés de Juazeiro às margens do rio, no ponto da travessia, à sombra dos quais viajantes se acolhiam. O cansaço dos animais a existência de água abundante levavam os boiadeiros a aproveitarem o ponto da travessia para fazer uma parada no local. Por se tratar de um lugar de trânsito de boiadeiros, viajantes e comerciantes ambulantes e, ao mesmo tempo, parada obrigatória de todos, transforma-se em um pequeno centro para onde convergiam os que queriam informações ou efetuar alguma compra ou venda.

Os moradores das margens do rio, que viviam da agricultura, da pesca e da caça de subsistência, se deslocavam para esse lugar com a intenção de obter ganho na prestação de serviços aos boiadeiros, vendiam comida, ajudava na travessia dos animais, isso, era feito a nado. As boiadas de Pernambuco e do Piauí que marchavam com destino à capital da Bahia, encontravam no Rio São Francisco um obstáculo natural à travessia. Os serviços prestados pelos moradores representavam uma alternativa mais vantajosa que as simples atividades de subsistência praticadas por eles, embora a condição social das pessoas envolvidas nessa empreitada pouco se alterasse com relação à condição de simples agricultores que tinha sua mão de obra explorada. Os primeiro moradores da Passagem do Joazeiro, nos anos de 1680,1690, eram bastante pobres e oprimidos (mestiços, caboclos, índios e negros).

O emprego de mão-de-obra era pouco e para pagá-la não precisavam ter dinheiro. A terra estava lá, extensa. Para quem possuía um pouco de conhecimento nos bastidores do poder e consentimento da Casa da Torre, não era empreendimento muito difícil. Criar gado era uma oportunidade à qual muitos se apegavam, principalmente porque as terras agricultáveis do litoral, além de já

estarem quase todas ocupadas, o seu cultivo exigia vultosos capitais
(GONÇALVES, 1997, P, 47)

Muitos portugueses e descendentes foram atraídos para a região com a finalidade de realizarem o sonho de tornarem-se senhores. Na época o gado rendia bons lucros, e o estabelecimento de uma fazenda requeria pouco capital. Entre os séculos XVII e XVIII, muitas terras são conquistadas além do Submédio São Francisco, seguindo em direção às terras do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Dentro desse contexto histórico (GONÇALVES, 1997, p.76) faz ainda, a seguinte abordagem:

As povoações do Submédio e do Médio São Francisco surgidas a partir de fazendas, ou originadas sob o domínio absoluto de um chefe permaneceram com tradição de comando único por longo tempo e se caracterizaram por serem violentas. As povoações e áreas que aglomeraram um certo número de fazendeiros com poderes equivalentes, como Juazeiro, Petrolina e Curaçá, tiveram outra característica.

Durante a colonização portuguesa não havia um conjunto sistematizado de regras para a implantação de cidades, a ocupação dos espaços eram relativamente livre, porém, deveriam ser assegurados os lucros da colônia. No caso de Petrolina, efetivamente o que contribuiu para a implantação foi localização estratégica, não só na fundação, como também para expansão, pois, o núcleo urbano se desenvolvia como território de oportunidades e que exigiu uma demanda de serviços que poderia provocar desenvolvimento econômico e que influenciava positivamente sobre a economia local, de acordo com o entendimento de Anjos (2007) à medida que Portugal começa a encontrar novos meios de lucrar em terras brasileiras se inicia a formação de um conjunto de cidades mais expressivas.

Em decorrência dessa posição estratégica o núcleo inicial com as primeiras edificações sólidas da cidade, se constituiu em torno da Capela conhecida na atualidade como Matriz Nossa Senhora Rainha dos Anjos (1860), que tinha o frontispício voltado para o rio naquela época, observava-se o fortalecimento de um pequeno núcleo urbano.

Porém, a Lei Provincial nº 530 de 07 de junho de 1862, elevou a Passagem de Joazeiro à categoria de freguesia com a denominação de Petrolina, em homenagem ao Imperador D. Pedro II. Em maio de 1870 foi elevada à categoria de vila, tornando-se município autônomo desmembrado de Santa Maria da Boa Vista pela Lei Provincial nº 921. Foi elevada à categoria

de cidade pela lei Estadual nº 130 de 03 de julho de 1895, instalando-se no mesmo ano, conforme informações extraídas do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, após sua instalação alguns distritos foram criados e anexados ao Município, ficando constituído de 04 distritos: Petrolina, Cristália, Curral Queimado e Rajada.

Com a virada do século, a expansão urbana seguiu a parte noroeste da cidade, impulsionada pela construção da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina (1919). Nesse período foi instalado na cidade o complexo Ferroviário, composto de estação, armazéns e residências de funcionários.

A construção da Estrada de Ferro Petrolina-Terezina pela companhia Leste Brasileira proporcionou o desenvolvimento da região, especialmente no escoamento da produção agropecuária, possibilitou o incremento comercial e o surgimento do pólo comercial da Avenida Souza Filho.

Ainda neste período iniciou-se a construção do primeiro hospital (1923) e a instalação do Bispado de Petrolina que implantou projetos que impulsionaram a expansão da cidade, atraindo para as proximidades da Catedral (1929) as principais atividades comerciais, institucionais, de educação e saúde, como o Seminário Diocesano (1926), o Hospital D. Malan (1936) e o Colégio D. Bosco, além do Palácio Episcopal e o Colégio Maria Auxiliadora.

MOBILIDADE URBANA – DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO AO CRESCIMENTO DA CIDADE.

Inicialmente, o processo de urbanização de Petrolina se intensificou na década de 40, devido ao fluxo muito intenso de pessoas, os fatores que impulsionaram o deslocamento dessas pessoas para a cidade estão ligados fundamentalmente às secas (uma em 1939 e outra em 1942), que assolaram a região, isso provocou um adensamento no espaço urbano e a cidade se expande ainda mais. Nessa época foram realizadas grandes obras de infraestrutura importantes para a cidade, como por exemplo, a construção do aeroporto e a ponte Presidente Dutra sobre o rio São Francisco, ligando a cidade a Juazeiro (1948-1945). É característica, deste período, a grande mobilidade dos trabalhadores de municípios vizinhos e de outros

estados, em busca de trabalho nos canteiros de obras gerando, por tempo determinado, um dinamismo econômico e social na região.

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir habitar ou viver. (CARLOS. 2013, p, 45).

Devido ao adensamento urbano, a partir do ano de 1945 foram criados os primeiros bairros na cidade, Bairro Atrás da Banca, São José e Coliseu. A ocupação observada nesse período correspondeu a uma expansão do centro tradicional a nordeste, onde é interrompida pela área que correspondia ao antigo aeroporto, e continuada depois em área correspondente à parte dos bairros de Maria Auxiliadora e Vila Eduardo. (A Figuras 01 Mostra o início da urbanização da Cidade).

Figura 01 - Evolução Urbana de Petrolina-PE até 1945



Fonte: mapa fornecido pela Prefeitura Municipal de Petrolina - 2005.

Na década de 1960 são iniciados programas estatais voltados para o desenvolvimento rural. As intervenções públicas geraram uma nova estrutura produtiva na região, baseada na introdução de culturas irrigadas, integradas à produção industrial e/ou destinadas à exportação. As águas do Rio São Francisco tornaram-se a maior riqueza do Vale do São Francisco e a matéria-prima mais importante para o seu desenvolvimento, que, efetivamente, iniciou com a geração de energia em Paulo Afonso. Na década de 1970, o Governo federal com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável de área praticamente

inexploradas devido à falta de água, implantou em várias cidades perímetros irrigados, na região foram implantados os projetos de irrigação Mandacaru, Bebedouro, Maniçoba, Curaçá, Tourão e Nilo Coelho, com a implantação dos Projetos aumentou a demanda por habitação comércio e serviços.

Os dois primeiros projetos foram implantados de forma experimental, no entanto, a irrigação deixou sua fase “experimental” para tornar-se uma atividade desenvolvida em moldes inteiramente comerciais e em grande escala, fazendo se sentir com maior intensidade, tanto no setor agrícola, quanto em setores não-agrícolas – os principais reflexos da transformação verificada no meio agrário. Segundo GONÇALVES (1997. p. 160):

Os investimentos que seriam feitos pelo governo e o volume de dinheiro disponível nos bancos oficiais para financiamentos, atraíram a atenção de empreendedores, de profissionais liberais, de comerciantes e acendeu em parte da população a idéia de prosperidade batendo à porta. A agricultura irrigada seria desenvolvida em escala comercial e a produção destinar-se-ia ao abastecimento das metrópoles mundiais.

Esses projetos provocaram mudanças radicais na organização social de toda a região, vistos tanto na ótica da criação de novos postos de trabalho, na irrigação e na construção civil, quanto na visão de uma nova dinâmica do trabalho, com a transformação de produtores de diferente tipo (beiradeiros, meeiros, agropecuaristas e população urbana) em assalariados das empresas instaladas nos perímetros irrigados. Com o êxito da implantação dos projetos, causou enormes efeitos multiplicadores para a economia local, além de consagrar de vez, a agricultura irrigada como principal atividade fomentadora do desenvolvimento territorial para a região. Além das transformações verificadas no meio agrário, outros efeitos multiplicadores da economia de Petrolina, estão focados em outros setores. Assim sendo, Gomes (2007, p. 617-618) afirma que:

(...) o município tem experimentado transformações significativas na sua configuração espacial, a partir de uma reestruturação dos vetores socioeconômicos, referentes aos investimentos voltados à agroindústria, agricultura irrigada, caprino e ovinocultura, indústria de transformação, além dos relacionados à prestação de serviços, comércio varejista e atacadista.

Para atender a grande demanda populacional foram implantados no período de 1970-1980, loteamentos de habitação popular por varias partes da cidade. O período compreendido entre 1990-2000 é caracterizado pela ocupação na periferia da cidade, é intensificada a ocupação na zona oeste da cidade pelos bairros de habitação popular. Ainda na década de 90, outro fato que culminou para o acréscimo da população, atração pela possibilidade de trabalhar nos lotes distribuídos, outros, interessados em investir no comércio.

No ponto de vista de Gomes (2007, p. 627) “Petrolina funciona como um ponto luminoso na figuração regional descentralizada, pois, concentra uma série de atividades e polariza uma gama de municípios, reforçando sua vocação de cidade regional”. Somando-se a isso, a construção do Aeroporto Internacional Senador Nilo Coelho, (1980), um dos principais do Nordeste. Além atender à demanda de exportação de frutas da região, atende a mais de 53 municípios nos Estados de Pernambuco, Bahia e Piauí, fazendo de Petrolina o segundo portão de entrada por via aérea do Estado de Pernambuco. Polarizadora, a cidade pluralizou-se por diferentes culturas, atraindo mais migrantes em busca de novos investimentos ou ocupação no mercado de trabalho, concorrendo para o expressivo aumento do contingente populacional do município que se destaca entre os demais que compõem a microrregião onde se insere. É banhada pelo rio São Francisco, integra, em conjunto com os municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, e Cabrobó, estes localizados em Pernambuco, e os municípios baianos de Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro, maior exportador de frutas e segundo maior pólo vitivinicultor do Brasil. Também, é integrante da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico), juntamente com as cidades acima citadas de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, em Pernambuco e, na Bahia, com Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho. Como potencialidades, a Região constitui-se hoje em um polo de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada.

Recentemente tornou-se o segundo polo vitivinicultor do Brasil, com produção anual de 7 milhões de litros de vinho 15% da produção nacional, sendo que, desse percentual, 30% são vinhos finos, premiados nacional e internacionalmente, produzidos nas oito vinícolas instaladas nos municípios pernambucanos de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista e em Casa Nova, na Bahia. Com a maior densidade demográfica do Vale do São Francisco, (58.89 hab/km²), população de 293.962 habitantes, PIB R\$ 3.1149,160 mil, sua taxa de crescimento

populacional ao longo das últimas três décadas passou por uma expressiva elevação, registrando - se no período de 1980 a 2010, um acréscimo de 170% no número de habitantes.

Esse crescimento demográfico mostrou-se particularmente significativo de 1980 a 1990, período da expansão da agricultura irrigada, com acréscimo em torno de 70%. Entre as décadas de 2000 e 2010, o acréscimo populacional foi 34%, (segundo dados do IBGE ano 2010). Isso se deu principalmente graças ao crescimento econômico, proporcionada pela rápida expansão da agricultura irrigada, com a formação de fruticultura de grande qualidade, voltada à exportação, (conforme observado no quadro abaixo) aliada a isso, a atividade pecuária e outros investimentos em infraestrutura urbana e gerou um comércio muito promissor para a cidade.

Quadro 01 – Produção das principais culturas de Petrolina, safra 2009.

Cultura	Área (ha)	Produção (t)	Valor da produção (R\$)
Manga	7.500	150.000	60.000.000
Uva	3.800	106.000	276.000.000
Goiaba	2.300	71.400	64.240.000
Coco (mil frutos)	1.500	45.000	12.600.000
Banana	2.700	45.900	22.900.000

Fonte: IBGE, 2010

Em Petrolina, a agricultura ganhou importância significativa para a economia, por ser um setor que quando cresce, impulsiona o crescimento de outros setores, como, por exemplo, indústria, comércio, transportes e outros, elevando, assim, um aparente crescimento econômico e esses fatores contribuíram para direcionar pessoas de todos os lugares para os Perímetros Irrigados em busca do progresso promovido pela irrigação. O “desenvolvimento” causado pela agricultura irrigada na cidade transformou-a numa das maiores produtoras de frutas. Com isso, a cidade passou a ser procurada por muitos como geradora de empregos, tornando-se um centro para onde convergem grandes massas populacionais de vários estados do Brasil, formando aglomerações nas periferias e, em decorrência disso ampliando os problemas sociais na cidade.

As cidades modernas são, ao mesmo tempo, centros de administração, centros de prestação de serviços e centros de produção, contribuindo para que haja uma migração cada vez maior dos habitantes do campo para as cidades, em face

das atrações oferecidas. Daí a necessidade de implantação de uma política que vise equilibrar as relações campo/cidade (ANDRADE 1986. p, 276).

Assim, o crescimento econômico promovido pela fruticultura, trouxe várias pessoas à cidade provocando um aumento na sua população e seu crescimento desordenado. Como os períodos que oferecem empregos são curtos, as pessoas não conseguiram alcançar os objetivos que esperavam. Apesar desses atrativos econômicos, a cidade também enfrenta dificuldades em propiciar a sua população serviços público de qualidade, tais como: habitação, sistema de drenagem, esgotamento sanitário, água tratada, transportes coletivo, saúde dentre outros.

Vale observar que, embora a população tenha sido atraída pelo crescimento econômico da região, a maior parte dessa população se encontra na área urbana da cidade, o que causou ao longo dos tempos, um grande impacto na ocupação do solo urbano proliferando áreas com precárias condições de moradia (Figura 2), contrastando com áreas de elevado padrão (Figura 3) o que ficando caracterizando a segregação socioespacial existente na cidade.

Figura 02
Jardim Petropólis



Figura 03
Orla de Petrolina



Fotos: Ivanilda S. Santos

Dentro do contexto da segregação socioespacial existente nas cidades, Santos (2012, p. 111) enfatiza que:

Na verdade, a pobreza tem suas condições espaciais, somente se podendo falar de causas espaciais da pobreza em duas circunstâncias: a primeira se liga a uma certa organização do espaço que, conduzindo a uma concentração da riqueza em poucas mãos, seja criadora de pobreza, e a segunda se liga aos casos extremos de imobilidade.

Pois, apesar do notório crescimento econômico, é possível também se observar uma grande contradição entre a riqueza produzida e a distribuição dessa riqueza para gerar desenvolvimento social e qualidade de vida para todos. O capital concentrado nas mãos de uma minoria mostra o outro lado da realidade.

Um dos principais indicadores de desenvolvimento é o número de pessoas pobres, com renda insuficiente para o atendimento das necessidades Básicas. Esses indicadores afetam o crescimento do setor de mercado interno, pois sua dimensão depende tanto do tamanho da população, como de seu poder aquisitivo. (JESUS, 2008. p, 09)

Dessa maneira, a cidade se transforma, e as desigualdades sociais se evidenciam na paisagem urbana: de um lado, condomínios e bairros luxuosos, habitações centradas em espaços estruturados pelo poder público; do outro o que se vê são ocupações em áreas impróprias, desprovidas de necessidades básicas. A noção de desenvolvimento enfatiza valores como produção e consumo, desprezando totalmente as necessidades de quem atribuíram um sentimento de sobrevivência dentro de um modo de vida, que não segue as leis ditadas pelo capitalismo.

Contudo, é possível destacar que os bons resultados obtidos com as políticas de irrigação pouco contribuíram para o crescimento da sociedade em termos de igualdade, pois o mesmo não reduziu a pobreza e não proporcionou a justiça social. Seu objetivo era o de solucionar os problemas da região do Vale do São Francisco, que era atrasada em relação às demais regiões.

POLÍTICA HABITACIONAL - BREVE RELATO

A intervenção do Estado na questão habitacional decorre, em todas as sociedades, da incompatibilidade entre o custo da habitação e a capacidade de pagamento das famílias de baixo poder aquisitivo que necessitam ter acesso à moradia para viver nas cidades.

Na concepção de Rolnik (2009) se, em função da distribuição da renda e riqueza do País, um grande número de pessoas não tem acesso a condições adequadas de moradia pela via do mercado, é obrigação do poder público garantir políticas para que este direito seja implementado para todos. Pois, o acesso a uma habitação digna é essencial para se alcançar um nível de vida e conseqüente realização da vida humana.

Em 1946 foi criada a Fundação Casa Popular, a primeira ação governamental voltada à habitação de social no Brasil, visava o atendimento à população que não participava do mercado formal de trabalho, ou seja, não tinha acesso ao sistema previdenciário. Aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural.

No período militar, devido às péssimas condições de vida da população mais pobre levaram o governo a estruturar uma política habitacional um pouco mais significativa, para essa estruturação foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), em torno do Sistema Financeiro de Habitação.

Esse sistema dispunha de mecanismos econômicos que visavam estimular a aquisição da casa própria, bem como a construção de habitações de interesse social por intermédio da iniciativa privada. Porém, essa política de habitação não foi capaz de atingir a principal demanda do déficit de habitação do país, aqueles com renda inferior a cinco salários mínimos.

O ambiente construído faz parte da riqueza produzida e distribuída na sociedade segundo determinadas relações sociais. Se em qualquer cidade do mundo o preço de um imóvel é fortemente determinado pela localização no meio urbano, em cidades extremamente desiguais como no Brasil essa diferença de preço é maior (MARICATO. 2005. p. 02).

Em 1986, o então presidente José Sarney determinou o fim das atividades do Banco Nacional de Habitação e seu fechamento. Muitas foram as razões que levaram o BNH ter suas atividades encerradas dentre elas, a inadimplência e a corrupção. Essa época também foi

marcada por grandes crises econômicas, muito desemprego e por ausência de política habitacional eficaz onde se via cada vez mais uma política limitada pela barganha eleitoreira.

Extinto, as atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), cuja competência abrangia as seguintes políticas habitacionais: de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente. Com o advento da Constituição de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização, ganha base para se efetivar.

Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional. Os programas foram redesenhados e passaram a exigir a participação de conselhos gestores estaduais de política pública de habitação, com participação comunitária dos governos locais, investimentos da União e contrapartida financeira dos municípios. Tinha como objetivo apoiar financeiramente programas para construção de unidades (Companhias de Habitação (COHAB) e de ofertas de lotes urbanizados, para atendimento de famílias com renda até 5 salários mínimos. Os programas na área de habitação popular passavam a ser controlado pelo Ministério do Bem-Estar Social.

Os Programas Habitar Brasil e Morar Município foram lançados durante o governo de Itamar Franco, o primeiro voltado para os municípios de mais de 50 mil habitantes e o segundo destinado aos municípios de menor porte. Esses programas dependiam de verbas orçamentárias ou de recursos advindos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

Com o objetivo de descentralizar e democratizar as políticas de habitação foi criado o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular. Estados e Municípios também deveriam constituir seus próprios Fundos de Moradia a serem geridos por Conselhos, com a participação popular. Para utilizar os recursos destes fundos, Estados e Municípios deveriam desenvolver programas de habitação de interesse social. A população beneficiária seria aquela que vive em condições precárias de habitabilidade, esses projetos foram instituídos graças aos movimentos populares acontecidos nos anos 90.

Luís Inácio Lula da Silva (2003) cria o Ministério das Cidades que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano (Política Setorial de Habitação). Em 2004 foi aprovada a PNH – Política Nacional de Habitação, operacionalizada pela Caixa Econômica Federal. Buscando garantir direito à cidade, a Política de Habitação implantada pelo o governo Lula tem como meta o desenvolvimento urbano integrado, dentro qual a habitação não está restrita a casa, entendida como um simples teto incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços dentre outros serviços urbanos e sociais.

Em 2008 foi apresentado pelo Ministério das Cidades o Plano Nacional de Habitação, buscava considerar as diferenças das regiões de cada município do país, concentração populacional e desigualdades com objetivo de formular estratégias para universalizar o acesso à moradia digna. Dentro desse cenário o governo federal lança o Programa Minha Casa Minha Vida, programa esse que representava um marco na política habitacional brasileira, com parcerias entre estados, municípios e iniciativa privada.

POLÍTICAS HABITACIONAIS – EM FOCO AS DOAÇÕES DE TERRENO

O acesso à moradia revela a possibilidade de inclusão de um ser humano na vida em sociedade. Em primeiro lugar, porque a realização das necessidades biológicas de cada um ocorre, primordialmente, na intimidade do seu lar. Além disso, algumas atividades básicas em sociedade necessitam da indicação de um local de residência, ou seja, uma referência.

Petrolina que era apenas um povoado e se chamava Passagem do Joazeiro, onde os viajantes dos sertões do Piauí e do Ceará, e mesmo de Pernambuco, faziam a travessia do Rio São Francisco para a Bahia, a partir da década de 40, Petrolina passou por uma aceleração de seu processo de urbanização, como a implantação da irrigação a cidade começa a receber um enorme contingente de pessoas vindas das mais diferentes regiões do país em busca de melhores condições de emprego, de renda e de qualidade de vida. Surgia, dessa forma, uma demanda social por moradias, equipamentos e infraestrutura urbanos.

No entanto, restavam apenas as doações de terrenos em loteamentos periféricos instalados para absorver esse contingente, que mais tarde formariam bairros, a grande maioria, com deficiências de infraestrutura fundamentais como água encanada, rede de esgotos,

energia elétrica, transporte público, dentre outros, ou seja, uma política pública adequada que atenda às necessidades mais básicas da população. De acordo com a análise de Rua (2009) “a correta compreensão do ciclo das políticas pode ser de grande valia para o gestor, favorecendo seu entendimento correto do processo das políticas públicas e auxiliando-o a refletir com clareza sobre como e mediante que instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas”.

As políticas adotadas em Petrolina, pelo governo ao longo dos anos geraram benefícios para a cidade, em contrapartida, ocasionou inúmeros problemas sociais, ao mesmo tempo em que trás progresso para a região, acrescenta também um ônus social grande para o Poder Público, pois, os migrantes atraídos pela oportunidade de trabalho na cidade, acabam se instalando em condições precárias de moradia em áreas invadidas e após a safra não retornam para suas cidades de origem, ficando a mercê de empregos de “biscate” e mal remunerados, até a próxima colheita.

Como os períodos que oferecem empregos são curtos, as pessoas não conseguiram alcançar os objetivos que esperavam e, para elas, resta à moradia nos bairros da periferia e as péssimas condições de vida. Dentro desse contexto Maricato (2005) afirma que:

Mas as cidades não são apenas reflexos do processo social. São também agentes de aprofundamento da desigualdade. Foi especialmente por meio do processo de urbanização que se deu a modernização conservadora: avanços na industrialização e no consumo de bens de consumo durável, sofisticação dos serviços e em paralelo a expansão da pobreza, da informalidade.

Dentro dessa política habitacional, nas gestões de Diniz de Sá Cavalcante (1977-1982) e Augusto de Souza Coelho (1983-1988), foram fundados os bairros José e Maria, Pedro Raimundo, ainda, João de Deus, São Gonçalo e Henrique Leite, os lotes desses bairros foram doados para famílias que ocupam irregularmente áreas pela cidade. A política habitacional do município era pautada em doação massiva de lotes, porém com pouca infraestrutura ou nenhuma.

Nesse período as COHABs começavam a ser implantadas, e (I, II, II, IV e V poder público estadual/BNH), fato esses, que complementava a política habitacional da cidade. As maiores críticas ao seu modelo eram o não atendimento à população de mais baixa renda (razão da sua criação), o forte grau de centralização e uniformização no território nacional, a

desarticulação entre ações dos órgãos de construção das casas e o de serviços urbanos, a construção de grandes conjuntos como forma de baratear custos e o modelo financeiro inadequado.

Mesmo com a extinção de muitas COHAB's, a de Pernambuco continuou com outras siglas, e foi ainda construído um conjunto chamado São Francisco (COHAB VI) em 1996, durante o Governo Miguel Arraes. Esse, vinculado a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, órgão financiador. De 1989 a 2000, com financiamento do governo federal (Orçamento Geral da União) e municipal é implantado Programas habitacionais tipo 'casa basta' (Programa Morar Melhor).

O projeto desenhado pelo município para o Programa Morar Melhor visava proporcionar, por meio da construção de unidades habitacionais melhores condições de vida às comunidades de baixa renda, principalmente aquelas residentes em bairros periféricos, vivendo em moradias de taipa, visando erradicar o risco de desabamento de casas feitas com aquele material, minimizar os riscos de doenças, principalmente o Mal de Chagas.

Nesse mesmo período a municipalidade continua realizando doações de lotes, para isso foi fundado os bairros Pedra Linda, Henrique Leite I, II e Fernando Idalino Bezerra. Durante a vigência do programa foram construídas casas "embriões" 63 no Cosme e Damião, 18 no Fernando Idalino Bezerra, 28 na Agrovila Massangano, 26 na Ilha do Massangano e 60 na Vila Eduardo.

A política de doação de lotes, prática comum nas administrações, de um modo geral, ajudou a diminuir a problemática, mas em muitos casos o beneficiário não tem condições de construir sua casa e acaba negociando o lote, que finaliza sendo adquirido por pessoas não tão necessitadas e o primeiro beneficiário volta a morar em sub-habitação, pois, qualquer que fosse o projeto de habitação implantado dentro desses moldes, nenhum tinha condições de garantir o mínimo de infraestrutura a seus moradores.

O problema da falta de infraestrutura persiste na maioria dos loteamentos fundados pela a administração pública municipal, sem assegurar o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança. A gestão Municipal precisa realizar muitos investimentos nessas áreas para suprir as necessidades habitacionais, quantitativas e qualitativas.

A QUESTÃO HABITACIONAL DA CIDADE APÓS O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

Diante da crise econômica internacional de 2008, o governo federal tomou várias atitudes no país para manter o ritmo de crescimento econômico no Brasil, estimulando principalmente o setor da construção civil, alavanca para os outros setores, neste cenário foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977 de 07/07/2009, alterada pela Lei 12.424, de 16 de junho de 2011, tendo como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais e também, à reforma de habitações urbanas. Parcerias entre estados, municípios e iniciativa privada, programa que faz parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). De acordo com o Cadernos MCidades (2004):

A necessidade de construção de uma política habitacional com foco na integração urbana de assentamentos precários, especialmente na garantia do acesso ao saneamento básico, à regularização fundiária e à moradia adequada, articulada a outras políticas sociais e de desenvolvimento econômico, é essencial na implementação de qualquer estratégia de combate à pobreza e perspectiva de sustentabilidade urbana.

De acordo com o Ministério das Cidades, órgão federal gestor da política habitacional nacional, o município deve, primeiramente, elaborar um Plano Municipal de Habitação. Através deste plano, são estabelecidos os mecanismos financeiros como, por exemplo, fundos públicos, identificação de demandas, constituição de programas habitacionais de interesse social etc. Vale destaca também, como importante instrumento da política habitacional municipal, o Plano Diretor Municipal (PDM).

É nele que são estabelecidas diretrizes e instrumentos sobre o uso e ocupação do solo urbano, formas de cooperação entre o setor público e o privado e a disciplina sobre os critérios para o uso social da propriedade urbana.

O programa tem como principal objetivo concessão de financiamentos para a compra de imóveis novos, por meio de condições especiais de pagamento para famílias com renda até dez salários mínimos e foi lançado com a meta ambiciosa do governo de construir um milhão de moradias.

A articulação entre terra e financiamento mostra-se indispensável para garantir o sucesso de uma ação que pretende minimizar a exclusão territorial. Sem essa articulação, a injeção de recursos financeiros num mercado patrimonialista pode inflar o preço da terra e dificultar o acesso à moradia em vez de ampliá-lo, o que ainda não está descartado que possa acontecer. (MARICATO. 2006. P, 216)

A autora faz ainda, as seguintes considerações:

Esse processo lento e progressivo de produção da moradia – que não é propriamente capitalista, mas que contribui com a acumulação capitalista – serve de exemplo para desvendar um dos paradigmas do ambiente urbano no Brasil. Se, de um lado, a produção de parte da cidade que aloja moradores de baixa renda é mantida por eles próprios; de outro temos um mercado privado que também não tem uma “vocação” capitalista strictu sensu: apenas 30% da população urbana, quando muito, têm acesso ao produto do mercado (MARICATO. 2006. P, 213).

A seleção de beneficiários é efetivada pelo Município a partir da aplicação dos critérios nacionais e locais de seleção para o caso dos candidatos inscritos no cadastro Municipal. Conforme abordado anteriormente, o desenvolvimento do Município tem atraído para Petrolina pessoas dos municípios do seu entorno, esse fator tem provocando um grande crescimento populacional e conseqüentemente uma demanda maior por habitação. A política de habitação adotada na cidade após programa Minha Casa, Minha Vida, teve um diferencial em relação às outras políticas implantadas a logo dos anos. Pois, a partir do programa, o poder público municipal aboliu o prática de doação de lote em áreas, que na maioria das vezes não tinham qualquer infraestrutura que pudesse proporcionar a seus moradores, a mínima condição de moradia, conforme determina a Constituição Federal do Brasil.

As moradias agora são doadas com toda infraestrutura necessária, essas moradias são construída por empresa contada pela Caixa Econômica Federal –  rg o gerenciador - que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Com relação aos equipamentos públicos, a contratação é realizada pela CAIXA, a partir da indicação do terreno pelo Poder Público, de sua propriedade e ao término da construção, o equipamento é repassado ao Poder Público, que assume a obrigação de equip -lo e colocá-lo em funcionamento.

As famílias a serem beneficiadas pelo Programa são indicadas e selecionadas pelo município e os imóveis são adquiridos pelas famílias beneficiadas por venda com parcelamento, dependendo da renda familiar. (Famílias com rendimento bruto mensal de até R\$ 1.600,00). Além da renda mensal para ser realizada a seleção dos imóveis alguns critérios são obedecidos:

- a) Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas. Sendo consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.
- b) Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c) Famílias de que façam parte pessoas com deficiência;
- d) Pessoas com deficiência 10%. Conforme decreto Municipal
- e) Famílias que habitam ou trabalham próximo ao empreendimento;
- f) Famílias com filhos de 0 a 17anos solteiros (guarda comprovada);
- g) Famílias que recebam acompanhamento sócio-assistencial.

Dentro desses critérios, em Petrolina foram construídas e efetivamente entregues 2.400.00 unidades habitacionais, distribuídas em 04 conjuntos habitacionais sendo: Vila Esperança (404); Vila Verde (498); Vila Real (498); Nova Vida (1000). Para o ano corrente está previsto a entrega de mais 2.100 unidades, segundo informações da Secretaria Extraordinária de Habitação. As residências para serem entregues possam antes por sorteios entre as famílias devidamente cadastradas. Esses sorteios foram acompanhados por uma comissão instituída por decreto municipal.

Foto 04



Foto 05



A comissão é composta por representantes de órgãos externos como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho de Habitação, além dos da Prefeitura, Ouvidoria, Secretarias de Comunicação e Secretaria Extraordinária de Habitação, esta última, gestora do programa. Ainda, de acordo com a gestora do programa, a Secretaria Extraordinária de Habitação, esse total de moardias faz parte das metas do governo local de distribuir 10.000 Unidades habitacionais pela cidade, até o final do mandato do atual gestor municipal (2016).

Vale salientar, que o Programa Minha Casa Minha Vida, preconiza além de aquisição de imóveis, reforma de habitações urbanas, regularização fundiária, dentre outros. Só para destacar, são várias áreas ocupadas irregularmente na cidade, aguardando um rearanjo fundiário que nunca chegou, e exemplo do Cacheado, Loteamento Jardim Petropolis, dentre outras. Ou seja, o direito a habitação, reconhecido como um direito individual, bem como direito social, pela Constituição Federal de 1988, ainda, não traduz a realidade das condições habitacionais da cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada foi possível verificar que o processo de urbanização de Petrolina se intensificou na década de 40, impulsionado pelo deslocamento de um grande número de pessoas vindas de municípios vizinhos e de outros estados, em busca de trabalho nos canteiros de obras, instalados pela cidade. Foram abordadas também, as mudanças no

contexto nacional brasileiro na forma de conduzir a política de habitação, promovidas por meio da aprovação de diversas legislações que proporcionaram melhores condições para o desenvolvimento da política habitacional, entre elas, a inserção do direito a moradia no texto da Constituição Federal; a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001; a criação do Ministério das Cidades em 2003; a criação do Conselho Nacional das Cidades em 2004.

Mas, somente a partir dos anos 2009 (PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida), se iniciam as primeiras ações no âmbito da política habitacional instituídas na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor da Cidade, esse, que se mantém na condução da política municipal e busca ampliar o acesso da população à moradia, em geral ações com a implantação de empreendimentos a partir de parcerias com os Governos do Estado e Federal.

Foi possível observar que durante muitos anos a política habitacional na cidade de Petrolina, foi desenvolvida de cima para baixo, sem levar em consideração as características e desigualdades entre sua população. O modelo adotado ao longo desse tempo foi constituído em forma de doação de terrenos sem a implantação de infraestruturas necessárias nos loteamentos água, luz, saneamento, pavimentação entre outras, sendo impossível ofertar moradia de qualidade e atender às necessidades da demanda populacional existente na cidade.

Durante as pesquisas realizadas para produção deste trabalho, foi possível observar que o Poder Público elaborou/formulou muitas políticas habitacionais para atender essa demanda, a maioria delas constituídas com a doação de terrenos em localidades afastados do centro da cidade (vazios urbanos), em áreas inadequadas para o desenvolvimento urbano racional – tamanho e qualidade das habitações, infraestrutura inexistente.

No que diz respeito aos móveis financiados, com condições de habitação, a maior parte da população não alcançou, em decorrências das tantas exigências para se conseguir realizar o financiamento. Isso, fez com que poucos tivessem acesso aos projetos, apenas uma minoria da população foi inserida nos programas governamentais de habitação popular. Com a prática de doação de terrenos o poder público municipal, formou muitos bairros populosos pela cidade, alguns deles contam com toda infraestrutura necessária de moradia, água, luz, saneamento básico, pavimentação equipamentos públicos, dentre outros. Porém, a grande maioria não foi contemplado com investimentos na área de infraestrutura para urbanização integral, viabilização de regularização fundiária, equipamentos sociais e a promoção de melhorias habitacionais (lotes urbanizados).

De um modo geral a Municipalidade se mostrou presente na instalação de loteamentos que não proporcionava condições de moradia para as pessoas, o que consistia no desrespeito ao direito de propriedade legal, estando em desconformidade com o preceitua a Constituição Federativa do Brasil.

Atualmente projetos habitacionais como o MCMV tem de algum modo minimizado essa situação, apesar da demanda ser muito maior. Concluindo-se, hoje existem amplas possibilidades para que o município atue positivamente em relação ao setor da habitação possa ter sucesso no desafio de equacionar o problema habitacional de interesse social especialmente porque o Governo Federal disponibiliza uma série de programas e recursos, conforme ficou demonstrado nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. A produção de Excedentes e a Formação das Cidades. In Uma Geografia Econômica, São Paulo. Atlas, 1986.

_____. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. – 7ª ed. Ver. E aumentada – São Paulo: Cortez, 2005.

ANJOS, Francisco dos. A formação da Rede Urbana Brasileira e o Papel das Cidades Médias. In: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão (org). Cidades Médias em transição. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 9. Ed.1ª reimp. São Paulo, 2013. Edi. Contexto.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1998.

ESTATUTO DAS CIDADES. Lei nº 10.257 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana, de 10 de julho de 2001.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Petrolina: Emergências de uma Cidade Média, a tecnologia auxiliando na (re) produção do espaço urbano. In: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão (org). Cidades Médias em transição. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2007.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. OPARA – Formação Histórica e Social do Sub Médio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

GOOGLE, www.google.com.br Acesso nos dias 29, 30, 31 de outubro de 2014.

HABITAÇÃO, Cadernos Mcidades. Política Nacional de Habitação. Novembro de 2004

IBGE. Levantamento de dados. Disponível em [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso nos dias 27, 28 de outubro de 2014.

JESUS, Souza Nali de. Desenvolvimento Econômico: 5ª Edição Reimp. São Paulo: Atlas 2008.

LEI 11.977 de 07/07/2009, alterada pela Lei 12.424, de 16 de junho de 2011. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

MARICATO, Ermínia. Cidades brasileiras: a matriz patrimonialista. Ipeapolíticas sociais acompanhamento e análise| 12 | fev. 2006.

_____ A Questão Fundiária Urbana no Brasil e o Ministério das Cidades. Nov. 2005

MARTINS, Dora e **VANALLI,** Sônia. Migrantes. 6º ed. – Editora Contexto. São Paulo: 2004.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA. Lei nº 1.875, de 14 de novembro de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA-PE. Levantamento de dados obtidos em pesquisa de campo realizado na Secretaria Extraordinária de Habitação. 2014.

QUEIROZ, Byron Costa de. **ALBUQUERQUE.** Roberto Cavalcanti de: A Promoção do Desenvolvimento: os 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste. João Paulo dos Reis Velloso, Roberto Cavalcanti de Albuquerque (coordenadores). [ET AL.] - Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ROLNIK, Raquel. Moradia adequada é um direito! Publicado em 19/10/09 POR [HTTP://RAQUELROLNIK.WORDPRESS.COM/2009/10/19/MORADIA-ADEQUADA-E-UM-DIREITO/ACESSO NO DIA 10 DE JULHO DE 2014](HTTP://RAQUELROLNIK.WORDPRESS.COM/2009/10/19/MORADIA-ADEQUADA-E-UM-DIREITO/ACESSO%20NO%20DIA%2010%20DE%20JULHO%20DE%202014).

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – 2. ed.reimp. – Florianópolis : Departamentode Ciências da Administração / UFSC, 2012.128p. : il.ISBN: 978-85-61608-60-6.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana - 2.,Ed.1- reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____ O Espaço do Cidadão - 7. Ed. 1, reimpr. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. **SILVA,** Barbara-Christine Nentwig. **COÊLHO,** Araori Silva - Desequilíbrios e Desigualdades regionais do Brasil e nos Estados Brasileiros\ João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2008.

RETALHOS DE EXPERIÊNCIAS SOBRE A PROPOSTA POLITICO-PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SENTO-SÉ/BAHIA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA, NUMA VISÃO DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Ana Paula de Carvalho Ferreira
anacferreira123@hotmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Ângelo Antonio Macedo Leite
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Rute Ferreira de Oliveira Viana
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Ao longo dos anos a educação brasileira tem passado por diversas transformações, onde se busca resultados positivos e significativos no que se refere ao ensino e a aprendizagem. A presente pesquisa discute a importância da implantação da Proposta Político-Pedagógica das Escolas Municipais de Sento-Sé, na teoria e prática para a consolidação da gestão democrática, especificamente na Escola Núcleo Vereador Antonio Alves de Souza, no povoado de Piçarrão, distrito de Sento-Sé-BA. A escolha da escola se deu, por conta de algumas experiências da pesquisadora, já vivenciadas na mesma. Assim, tenta-se contribuir para uma gestão democrática, numa visão de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro, como elemento principal para a construção de uma escola mais inclusiva em todos os aspectos, contribuindo como um instrumento de transformação social.

Palavras-chave: Proposta Político-Pedagógica. Gestão Democrática. Educação Contextualizada. Convivência com o Semiárido.

ABSTRACT

Throughout the Brazilian education system has changed a lot, aiming at positive and meaningful results related to teaching-learning process. This study discusses the importance of implementing the Political-Pedagogical Proposal in the schools of Sento-Sé city, in theory and practice, the consolidation of democratic governance, specifically in a school called Escola Núcleo Vereador Antonio Alves de Souza, in the county named Piçarrão, belonging to Sento-Sé city. The school choice took place through some of the researcher's experience. So this researcher design itself in a trial to contribute to reinforce the democratic governance,

having a critical vision of Contextualized Education for Coexistence in the Brazilian Semi-arid, the main element to build up a school environment in which it shall be more open in all aspects as well as a tool for social transformation.

Keywords: Political-Pedagogical proposal. Democratic Governance. Contextualized Education. Coexistence with the Semi-arid.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um retalho do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Polo de Juazeiro-BA, onde busca destacar experiências práticas da pesquisadora, como gestora-coordenadora da Escola Núcleo Vereador Antonio Alves de Souza – ENVAAS, locada no Distrito de Piçarrão, Município de Sento-Sé, Bahia, refletindo sobre a consolidação da Proposta Politico-Pedagógica das Escolas Municipais de Sento-Sé, e contribuindo para implantação da gestão democrática, numa visão de educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro.

Objetiva-se por tanto, refletir sobre parâmetros e leis que fundamentam a gestão democrática como princípio fundamental para uma educação de qualidade, destacando a importância da implantação da PPP – Proposta Político-Pedagógica na prática da Escola Núcleo Vereador Antonio Alves de Souza – ENVAAS. Haja vista que tal proposta busca um novo currículo que seja algo vivo e presente no dia a dia das comunidades e dos Núcleos.

Assim, a metodologia adotada para a presente pesquisa é de caráter qualitativo, tendo como opção a pesquisa participante. A escolha dessa modalidade de pesquisa deu-se em virtude das questões apresentadas que pretende observar e analisar de maneira direta, como vem se dando o processo de implantação da PPP na ENVAAS de forma teórica e prática, no distrito de Piçarrão, Sento-Sé, Bahia.

A compreensão de pesquisa participante está baseada no entendimento de GIL (1996, p. 61) o qual afirma que a mesma,

Caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. (...) Além disso, a pesquisa participante mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos e por essa razão tem se voltado, sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos, tais como constituídos por operários, camponeses, índios etc.

É nesse sentido que se optou por esse tipo de pesquisa, a qual possibilitou uma interação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, buscando analisar as informações necessárias para este estudo, adquirindo os conhecimentos necessários para argumentar de forma clara sobre a presente temática, para contribuir com reflexões que poderá oferecer aos

seus leitores/pesquisadores saberes inerentes às suas práticas, ligando-se ao que Freire (1996, p. 11) diz, “de uma coisa, qualquer texto necessita: que o leitor ou a leitora a ele se entregue de forma crítica, crescentemente curiosa. É isto o que este texto espera de você, que acabou de ler estas ‘Primeiras Palavras’.”

Sendo assim, o principal desafio deste artigo foi tentar responder a seguinte questão norteadora – como a proposta era vista no olhar dos professores da Escola Núcleo Vereador Antonio Alves de Souza – ENVAAS e qual a sua real aplicabilidade prática no dia a dia dos coordenadores, docentes e demais componente escolares.

Para maior compreensão deste artigo, o mesmo expõe as seguintes abordagens:

Retalhos de experiências práticas da pesquisadora na ENVAAS, apresentando um apanhado geral do que a mesma tem vivenciado nesta escola desde que assumiu como coordenadora em meados dos anos de 2011, bem como os dados da escola, apurados desde que assumiu o trabalho como gestora-coordenadora na mesma.

Reflete a Proposta Político-Pedagógica das Escolas Municipais de Sento-Sé, descrevendo parte da PPP, analisando e fazendo um breve relato sobre a construção da mesma. Destacando a importância da implantação desta proposta para consolidação de uma gestão democrática, revelando o olhar dos professores da Escola Núcleo Vereador Antonio de Souza, em relação a PPP Municipal de Sento-Sé-BA.

E finalmente, nas considerações finais buscou-se refletir as perspectivas da pesquisadora frente às temáticas apresentadas durante toda a construção deste trabalho, não como fonte de desabafo, mas principalmente como suporte para relatar sobre as bonitezas de uma construção coletiva na ENVAAS.

Assim, compreende-se como Vianna e Fraiz (1986, p. 104) diz que, “[...] os sonhos não se realizam sem que primeiro se armem os andaimes. E uma construção em andaimes pede imaginação e amor para ser compreendida”. Desse modo, a PPP municipal é um trabalho na qual existem diversas pessoas envolvidas, é uma conquista da coletividade de homens e mulheres que ousaram sonhar juntos e isso requer sensibilidade, respeito e vontade de construir a sua própria história, através do fazer pedagógico.

RETALHOS DE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DA PESQUISADORA NA ENVAAS

Em meados dos anos de 2011, ao chegar para trabalhar no município de Sento-Sé, Bahia, como coordenadora pedagógica, a pesquisadora deparou-se com a Proposta Político-Pedagógica deste município, a qual foi construída a partir de reuniões e/ou encontros com os profissionais da educação e dos diversos segmentos sociais, baseada na consolidação da proposta de Convivência com o Semiárido Brasileiro, a partir de 01 de dezembro de 2002, fazendo parcerias com o IRPAA⁸ via programa da educação no município, com CEMPEC⁹/IRPAA/RESAB¹⁰, para investir na formação de professores/as do Núcleo Seráfico Palha do Amaral (Núcleo Brejo da Brázida), juntamente com o Núcleo José Martins Ribeiro (Núcleo de Junco) de onde vinham iniciativas empreendedoras que se mostravam inovadoras por unir escola e comunidade num movimento coletivo pela superação das dificuldades e de construção de outras possibilidades.

Essa Proposta Político-Pedagógica das Escolas Municipais de Sento-Sé é uma construção coletiva e estabelece os princípios e diretrizes norteadores das ações educacionais para o desenvolvimento social do município.

Para esta pesquisadora, uma das grandes angústias foi vê que havia uma dicotomia entre a teoria e a prática, além disso, a falta de domínio e conhecimento mais amplo dos atores e atrizes da educação no Sertão, no que se refere ao domínio da Proposta Político-Pedagógica, onde foi possível perceber que havia muito exibicionismo na apresentação desta PPP, porém pouca eficácia no que se refere aos resultados alcançados e sua efetiva aplicação na prática.

Desse modo, este artigo tenta compreender como a proposta era vista no olhar dos professores da Escola Núcleo Vereador Antonio Alves de Souza – ENVAAS, e qual a sua real aplicabilidade prática no dia a dia dos coordenadores, docentes e demais componentes escolares.

A referida escola funciona nos três turnos, matutino, vespertino e noturno, a escola está organizada de forma nucleada, ou seja, os núcleos educacionais caracterizam-se pela união de escolas pequenas (denominadas salas avançadas), com uma escola maior (sede do núcleo) dentro de uma mesma região/distrito.

⁸ Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. www.irpaa.org

⁹ Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Comunitária.

¹⁰ Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro.

Essa forma de organização surgiu para dar maior autonomia às escolas e melhorar o acompanhamento pedagógico-administrativo. A partir desse processo de núcleos desenharam-se novas formas de organização, compondo um novo jeito de pensar a relação escolar com a comunidade local na busca por uma gestão democrática.

A ENVAAS na sede do núcleo é composta por uma secretaria, uma sala de informática, uma cozinha, um pequeno almoxarifado, sete salas de aula, uma sala de coordenação e uma sala da direção. E quatro salas avançadas, João Cezário Pacheco, onde funcionam duas salas de aulas nos turnos: matutino e vespertino, uma sala de educação especial e possui dois banheiros, a qual está localizada ao lado do Núcleo. A sala avançada Dr. Demostenes Nunes Sento-Sé, é composta por duas salas de aulas, as quais funcionam nos turnos: matutino e vespertino e possuem dois banheiros, a mesma está localizada próxima a Rodovia BA 210.

Vale ressaltar que, tanto o núcleo quanto as salas avançadas, acima citadas, estão localizadas no povoado de Piçarrão em Sento-Sé/BA. Porém a sala avançada Romualdo Zeferino, está localizada na comunidade de Café da Rosa a 12 km do distrito de Piçarrão, a mesma possui uma sala de aula multisseriada, atendendo alunos desde o pré I de 4 anos até o 5º ano do Ensino Fundamental, com dois banheiros, masculino e feminino. E a sala avançada Dr. Jayro Sento-Sé no povoado de São Pedro, distrito de Piçarrão a 24 km do distrito de Piçarrão, também possui uma sala de aula multisseriada, atendendo alunos desde o pré I de 4 anos até o 5º ano do Ensino Fundamental, com dois banheiros, masculino e feminino.

A ENVAAS atende alunos do pré-escolar de quatro anos até ao 9º ano do Ensino Fundamental e a EJA de 1ª a 4ª série e Eixos IV e V, que vai da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental.

Quadro de distribuição dos alunos atendidos pela Escola Núcleo Vereados Antonio Alves de Souza – ENVAAS

SÉRIE	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
ED. INFANTIL			
PRÉ I A	23 ALUNOS		
PRÉ I B	25 ALUNOS		
PRÉ II A	18 ALUNOS		
PRÉ II B		20 ALUNOS	
FUNDAMENTAL			
1º ANO	26 ALUNOS		
2º ANO	27 ALUNOS	20 ALUNOS	
3º ANO	17 ALUNOS	22 ALUNOS	
4º ANO	32 ALUNOS	34 ALUNOS	

5º ANO	31 ALUNOS	32 ALUNOS	
MULTISERIADO			
PRÉ I AO 5º ANO	16 ALUNOS	21 ALUNOS	
6º ANO A		27 ALUNOS	
6º ANO B		24 ALUNOS	
7º ANO A		20 ALUNOS	
7º ANO B		22 ALUNOS	
8º ANO		20 ALUNOS	
9º ANO		21 ALUNOS	
EJA I 1ª e 2ª SÉRIES			10 ALUNOS
EJA II / EIXO IV			17 ALUNOS
EJA II / EIXO V			17 ALUNOS
Total por Turno:	215 ALUNOS	283 ALUNOS	44 ALUNOS
Total Geral matriculados em 2014: 542 Alunos			

(Tabela 1. Fonte: ENVAAS, 2014)

DADOS DA ESCOLA

A Escola Núcleo Vereador Antonio Alves de Souza, está localizada na Rua João Durval Carneiro, povoado de Piçarrão em Sento-Sé/BA. Funciona nos turnos: matutino, vespertino e noturno. O nome da gestora é: Ana Paula de Carvalho Ferreira, a mesma atua na educação desde 2001 e assumiu a vaga de coordenadora pedagógica concursada pelo município em três (03) de fevereiro de 2011, atualmente está como gestora desde março de 2014. Vale ressaltar que a gestora é formada em pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas Campus III – DCH III, e pós-graduada como Psicopedagoga Institucional e Clínica pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada.

A equipe gestora da escola é composta por: a diretora acima citada, um (01) vice-gestor, três (03) coordenadoras, uma (01) secretária e um (01) auxiliar administrativo e uma (01) coordenadora do Programa Mais Educação. O corpo docente é composto por trinta (30) professores, os quais atuam desde a Educação Infantil ao Nono (9º) Ano do Ensino Fundamental. E o pessoal de apoio é um total de dezenove (19) funcionários.

O conhecimento é algo de relevante valor em nossa sociedade, ao longo da história da humanidade tem se buscado cada vez mais o saber como algo que nos eleva e nos transforma, o ato de conhecer nos move no sentido de conquistar novos objetivos. Para Freire (1996, p. 76) “um dos saberes primeiros, indispensáveis (...). É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo”.

Desse modo, podemos assim dizer que, o mundo e os sujeitos estão em constantes transformações, os homens criam leis e normas, os valores, às vezes questionáveis, onde eles têm a possibilidade de intervir e melhorar a eles próprios e o ambiente no qual vivem a partir da sua maneira de enxergar o mundo e a ele mesmo como ser social e produtor de cultura.

Ou seja, “o conhecimento na administração pública e na gestão da educação latino-americano é resultado de um processo de construção, desconstrução e reconstrução permanente ao longo da história das instituições políticas e sociais da América Latina” (SANDER, 1995, p. 06).

Com isso, é cabível dizer que o ato educativo não é algo pronto e acabado, não é uma receita, é um processo histórico cultural do fazer, desfazer e refazer, onde o mundo e as pessoas estão em constante mudança e transformação e os processos históricos políticos e sociais interferem de forma direta na gestão da educação, como sendo algo inacabado e construído coletivamente a partir de parâmetros econômicos, políticos e sociais.

A partir do olhar de Sander,

As referências feitas à administração da educação latino-americana durante o período colonial até as primeiras décadas do Século XX utilizaram o enfoque jurídico. O enfoque era essencialmente normativo e estreitamente vinculado a tradição do direito administrativo romano (1995, p. 07).

Vale ressaltar que, o Brasil no século XIX como um país latino americano também sofreu grande influência da cultural de outros países europeus por conta do grande número de imigrantes europeus na América Latina. É importante salientar que, o direito romano e seu pensamento dedutivo possibilitaram à América Latina as bases legais para a gestão da educação.

Em nível de Brasil é importante salientar que, desde os anos trinta até a década de setenta havia uma produção intelectual, na qual Anísio Teixeira teve uma grande influência, dando uma grande contribuição no que se refere ao campo das políticas públicas e da gestão da educação e do ensino, trazendo assim uma grande contribuição na construção do pensamento pedagógico o qual perdurou desde os anos trinta até meados dos anos setenta.

Contudo, é importante salientar que os modelos de educação importados da Europa para o Brasil não levava em conta a realidade dos sujeitos, às questões políticas, sociais e culturais.

A PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SENTO-SÉ

O Município de Sento-Sé deu um salto na educação no ano 2008, quando efetivou a implantação de sua Proposta Político-Pedagógica baseada na Convivência com o Semiárido Brasileiro. A partir da construção dos DRP – Diagnósticos Rural/Rápidos Participativos, os quais foram feitos em cada Núcleo Escolar do município. Esta proposta tem a pretensão de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos sujeitos do processo educativo, considerando o papel político e social da escola, a qual poderá contribuir com a sociedade como um instrumento de transformação social.

Os momentos de construção da proposta se deram a partir de reuniões e encontros com trabalhadores atuantes na área de educação e também de diferentes seguimentos da sociedade, onde travou inúmeras discussões, com o objetivo de contribuir com este projeto de educação, o qual aborda os princípios e diretrizes norteadores, os quais servirão de parâmetros para as ações educacionais fundamentais para um maior desenvolvimento da sociedade na qual o educando e seu educador está inserido.

Desse modo, é possível observar que, a PPP é uma ponte indispensável para a concretização do processo de implantação de uma gestão democrática, que possibilita o fortalecimento e melhoria da educação. Contudo este projeto educacional deverá contar com os educadores, pois eles são os atores fundamentais para o sucesso ou mesmo o insucesso de tal proposta (SOUZA, 2008).

As mudanças sociais ocorrem em todo o mundo, e a velocidade das informações em um mundo globalizado é algo instantâneo. Contudo, os problemas sociais continuam a existir, portanto o grande desafio é ir além do diagnóstico, pois os problemas, tais como: a fome, a miséria, desestrutura familiar, estão postos na sociedade. Desse modo, é preciso buscar soluções conjuntas de forma dialógica, onde cada segmento da sociedade venha participar de maneira efetiva.

É importante lembrar que, a escola está embasada nos princípios normativos da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Contudo, é preciso compreender que as leis não mudam a realidade como se fosse um toque de mágica, as leis devem ser vistas como um ponto de partida, onde os sujeitos precisam conhecê-las e refletirem sobre qual é o seu lugar na sociedade, quais são as suas reais condições e buscar a transformação da sociedade na qual eles estão inseridos.

A partir do olhar de Januzzi (1989), a Constituição de 1988 não surgiu por acaso, mas ela é o resultado de uma luta onde as forças de produção tem um papel fundamental, juntamente com outras forças sociais que interferem na sociedade. Desse modo, as transformações e mudanças que acontecem no âmbito social, são reivindicações das classes populares na busca pelos seus direitos, como o direito a educação, a moradia, entre outros, como a educação especial que é uma modalidade de ensino que hoje garantida em lei, no entanto na prática ainda deixa muito a desejar.

Ainda segundo Januzzi (1989), a organização escolar também atua na sociedade impulsionada pelas mesmas forças sociais que vão gerando as constituições através dos tempos, a escola por um lado influi para que o país tenha determinada legislação, através dos movimentos docente e estudantil, que buscam uma garantia dos seus direitos e anseios. No entanto, a escola também sofre algumas transformações em sua prática pedagógica devido à legislação que muitas vezes dita de que forma deve-se trabalhar em sala de aula ou não.

Onde o poder político constituído é forte, procura controlar as tendências presentes na sociedade, buscando na organização escolar, defender e implantar aquilo que, de fato lhe interessa, ou seja, cada governo define aquilo que é prioridade em se tratando de educação e como devem ser os programas. Tudo depende do que o governo realmente aspira para sua Nação, Estado, ou Município a partir dos interesses próprios e do partido ou daqueles que compõe o seu grupo.

É importante ressaltar que, tanto os legisladores quanto os eleitores, todos passam pela escola e que as leis surgem a partir de uma pressão social e dos partidos que representam o povo no Congresso Nacional. É preciso não apenas criar leis, mas também fazer que as mesmas sejam cumpridas, tornando-se real de fato e de direito.

Partindo dessa premissa, a PPP do Município de Sento-Sé é um parâmetro norteador que aponta caminhos no processo educacional de forma democrática, numa visão de sustentabilidade em todos os Núcleos do Município.

De acordo com Souza (2008, p. 11),

O município de Sento-Sé deu um passo significativo quando demonstrou a compreensão de que o desenvolvimento local supunha estratégias e definições políticas para além do campo econômico. Essa percepção mobilizou educadores, comunidade, e o próprio poder público municipal, no investimento de uma série de ações que colocaram a educação em evidência, sobretudo, trouxeram a escola ao centro da discussão e do questionamento. Tal movimento alcançou seu ponto mais eficaz durante a realização do DRP (Diagnóstico Rural/Rápido Participativo) nas comunidades; quando compreendemos que o fazer escolar carecia ser retomado como importante espaço na sociedade.

Com isso, percebe-se que, a PPP é uma construção coletiva dos atores que se propuseram a pensar um novo jeito de ensinar e aprender, buscando entender a realidade local e suas problemáticas sociais.

Contudo, uma das grandes dificuldades para a implantação desta PPP é a falta de uma política de formação continuada para os professores, coordenadores e gestores, onde os sujeitos sejam orientados, através de estudos, pesquisas e reflexões críticas sobre a referida proposta, buscando inserir seus princípios curriculares, metodológicos e avaliativos de forma mais inclusiva e menos excludente. Para que os educadores se sintam valorizados, estimulados a desenvolverem ações mais condizentes, necessárias e significativas nas suas práticas diárias de sala de aula. Movendo seus educandos a serem sujeitos cidadãos críticos e reflexivos, resilientes, autores e construtores da sua própria história.

No entanto, no modelo atual de implantação da PPP, os estudos e formações sobre a tal proposta são oferecidos, na maioria das vezes, apenas para os coordenadores. Os quais devem atuar como agentes multiplicadores nas escolas núcleos. Porém não é suficiente para que a PPP seja consolidada de forma exitosa.

Assim, é importante destacar o comentário de uma gestora, quando ela afirmou em uma reunião de professores que, a pesar de atuar como professora durante muitos anos também, a mesma não tinha conhecimento desta PPP e que considerava as reuniões pedagógicas do início do ano letivo, onde era realizado o DRP para a construção da Matriz Formativa, do Projeto Didático e de todo o planejamento orientado a partir da orientação desta proposta, como sendo algo criado apenas pelos coordenadores da escola e que não tinha nenhuma ligação com as orientações da Secretaria de Educação – SEC.

Desse modo, percebe-se que essa professora não tinha o menor conhecimento sobre a PPP e que somente após a reunião de gestores e coordenadores a qual a mesma passou a representa-los, é que ela reconheceu os esforços dos coordenadores presentes e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, para garantir a efetivação desta proposta de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido no município de Sento-Sé. Vale ressaltar que a referida professora-gestora já ouvira falar muito sobre o assunto, porém não dava crédito, sendo um empecilho para exercer as demandas da sua escola enquanto educadora.

Nesse sentido, é que muitos dos precursores desta proposta de educação não se alimentam desses estímulos negativos e vão além, na busca de cursos a níveis de pós-graduação e mestrados nessa linha de educação para convivência, sendo contextualizada, que preza pela valorização do seu local, partindo dele para observar, conhecer e reconhecer como locus de muitas potencialidades, que muitas vezes são negadas e até mesmo distorcidas da realidade, para degradar a identidade do meio social e dos seus sujeitos nele existentes.

A PPP traz como um de seus princípios fundamentais a consolidação de uma gestão democrática e participativa. Desse modo, faz-se um breve recorte sobre as leis e parâmetros que discorrem sobre esse tipo de gestão que fortalece a educação no Sertão.

A contribuição da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para elaboração e consolidação da gestão democrática

A Constituição Federal de 1988, também denominada de constituição cidadã, assinada e validada no governo do ex-presidente José Sarney, é a sétima a reger o país desde a sua independência. É um documento que vem resguardar e garantir os direitos humanos e sociais.

A constituição Federal aborda em seu texto a garantia do acesso ao ensino público gratuito e obrigatório, consubstanciado no direito público subjetivo; a gestão democrática do ensino público; a vinculação de impostos à educação, pela qual cabe a União aplicar 18% de tudo o que é arrecadado através de impostos e contribuições, e aos estados, municípios e Distrito Federal, 25% de suas receitas em educação.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi criado a partir de ações, como um espaço de articulação e de luta e reivindicação política para defender uma educação para a cidadania, gratuita, de qualidade social e democrática. Estas discussões foram de fundamental importância para a criação e formulação do projeto para a referida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, 9394/96. Foi através dele que o Deputado Octávio Elycio

apresentou antecipadamente o projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional ao poder executivo.

Vale ressaltar que a tramitação do projeto acima citado se deu de forma lenta, haja vista que, o Congresso Nacional era composto por grupos de interesses heterogêneos, onde aconteceu um debate entre os defensores do ensino público e aqueles que defendiam o setor privado, representante das classes dominantes e elitistas da sociedade.

Nesse percurso, após vencer vários entraves e obstáculos, felizmente foi aprovado o substitutivo redigido pelo Senador Darcy Ribeiro, com várias emendas que restauraram dispositivos da Câmara e introduziram novos avanços. É necessário lembrar que algumas reivindicações de setores organizados da sociedade civil, levantaram algumas bandeiras do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública contribuindo para que fossem efetivadas na redação final da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

A LDBN 9.394/96, resultado desse projeto, aborda uma concepção de educação ampla, pois entende a educação para além da educação escolar, além da escolarização. Aborda os fins da educação como instrumento para o exercício da cidadania, enfatizando educação como direito de todos e dever do Estado:

- Garantia da universalização da educação básica (educação infantil, fundamental e média);
- Garantia da gratuidade do ensino público em todos os níveis, assegurada pela destinação de impostos vinculados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, repassado de dez em dez dias ao órgão da educação, prevendo a articulação entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Instituição do Conselho Nacional de Educação – CNE, garantindo a representação de setores organizados da sociedade civil. É de fundamental importância lembrar que o Conselho Nacional de Educação é um órgão colegiado integrante da estrutura de administração direta do MEC – Ministério da Educação e Cultura, que foi criado nos termos da Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995. Aborda também a gestão democrática nas instituições públicas.

De acordo com Luck (2006, p.36),

A lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizado pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos vários desdobramentos de seu processo e implementação.

Desse modo, percebe-se que o processo está fundamentado em parâmetros legais tais como a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN 9394/96, onde a participação dos atores e atrizes da educação e da sociedade é imprescindível para que de fato se faça uma gestão escolar democrática. Com isso, evidencia-se que em se tratando de educação o termo participação não se refere tão somente à instituição escola, mas sim a todo um sistema de ensino, ou seja, a gestão de sistema, o qual é realizado por organismos centrais tais como: Secretaria de Educação e respectivos órgãos regionais.

Cabe destacar que, os órgãos regionais de sistemas estaduais de ensino recebem denominação variada de estado para estado. Por exemplo, no Ceará, denomina-se Centro Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE; em Pernambuco, Diretoria Regional de Ensino – DERE; no Paraná, Núcleo Regional de Educação – NRE; em Minas Gerais, Superintendência Regional de Ensino – SERE; na Bahia Diretoria Regional da Educação – DIREC; em Alagoas, Coordenadoria Regional de Educação – CRE, entre outros.

Os sistemas educacionais de ensino, em âmbito Federal, Estadual ou Municipal estão sempre buscando o fortalecimento e a democratização no processo de gestão educacional, através da participação responsável de todos os membros da sociedade civil e da comunidade escolar, nos mais diferentes níveis e âmbitos das decisões, as quais são imprescindíveis para sua efetivação. Tudo acontece por conta do grande compromisso coletivo, para se obter melhores resultados educacionais, que precisam aparecer na teoria e na prática de forma significativa nos processos sociais.

É possível dizer que, há um acordo firmado em um trabalho conjunto entre UNESCO e MEC., no qual, “o dirigente escolar é cada vez mais obrigado a levar em consideração a evolução da ideia de democracia, que conduz o conjunto de professores, e mesmo os agentes locais, a maior participação, a maior implicação na tomadas de decisão” (VALÉRIEN, 1993, p. 15).

Dessa forma, há uma grande necessidade de interação das dimensões políticas e pedagógicas, onde se pretende fazer mudanças significativas na condução dos destinos e das

ações das instituições da educação. Com isso fica claro que, os velhos fundamentos de administração são insuficientes para atender a essa população a partir do novo modelo de gestão, o qual está posto na sociedade. Onde o gestor não decide sozinho, é preciso ouvir o coletivo de forma responsável e consciente, dadas as peculiaridades de enfoque formal e operacional sobre recursos físicos, materiais e financeiros.

Para tanto, vale ressaltar que, as leis são documentos de fundamental importância para todos os cidadãos no processo de transição para o novo modelo de gestão participativa e democrática, no entanto os parâmetros e as leis por si só, não garantem mudanças significativas e não representam condição imprescindível para a caminhada junto à construção de uma escola que promova o indivíduo.

Por isso, faz-se necessário uma atitude, na qual se busque a melhoria da escola como um todo, uma melhoria na metodologia, no ensino, no domínio dos conteúdos pelos professores, na capacitação em processos pedagógicos, através da formação continuada para toda a equipe, que vai desde o porteiro até o gestor, melhoria nas condições físicas e materiais da escola, reforma no currículo, no aspecto formal e nos processos educacionais, no ensino e na aprendizagem, no ensino e na avaliação de forma articulada e contextualizada, compreendendo que as mudanças precisam acontecer nas três esferas do poder: Federal, Estadual e Municipal.

Para Luck (2006, p. 41),

(...) dirigentes de sistemas de ensino desde o âmbito federal, até os municipais, passando pelos estaduais, têm eleito áreas prioritárias, com base no entendimento de que não se tem condições de se fazer tudo a partir do que passam a atuar exclusivamente sobre alguns aspectos do ensino de modo isolado.

É importante salientar que, algumas ações quando são tomadas de forma isolada não conseguem alcançar bons resultados quanto às soluções dos problemas, haja vista que, não há articulação. Esses resultados negativos se dão por conta de atividades e ações fragmentadas, priorizando apenas determinadas áreas, em detrimento de outras. Onde não há uma sintonia de redes de reciprocidade de forma contextualizada e articulada, além da falta de formação e diálogo entre as partes envolvidas.

Em se tratando da Proposta Político-Pedagógica das Escolas Municipais de Sento-Sé é possível compreender que é através dela que cada escola núcleo deverá construir o seu Projeto Político Pedagógico, partindo do seguinte pressuposto, a construção e consolidação do Projeto Político Pedagógico é um espaço de discussão, reflexão e orientação o qual deverá responder as seguintes questões, qual é a educação que queremos? A serviço de que ela passa a existir, quais são suas reais intenções? Haja vista que, esta proposta aponta caminhos e direcionamentos através do Diagnóstico Rural/Rápido Participativo – DRP o qual é um instrumento norteador das reais necessidades da comunidade e legitimado por ela, busca melhorias e conhecimentos capazes de contribuir na transformação social local.

Desse modo, é através dessa construção coletiva que se materializa as ideias dos sujeitos do conhecimento, uma vez que a escola traz para o centro de suas discussões a própria realidade na qual está inserida, rompendo assim com práticas estáticas e desarticuladas, muitas vezes propostas nos livros didáticos e do currículo de uma forma generalizada.

Projeto Político Pedagógico: fundamentos legais para a gestão democrática

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece como princípio a gestão democrática do ensino público, na forma desta e das legislações dos sistemas de ensino (Art. 3º, § VIII). E o Artigo 15, define os princípios da gestão democrática.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II – Participação das comunidades, escolar e local em Conselho de Escola ou equivalentes.

O principal fundamento legal da gestão democrática está na Constituição Federal de 1988, que além de prevê-la, no Artigo 205 institui, de certa forma, a “democracia” participativa e possibilita o exercício “direto” do poder explícito. Contudo, é importante lembrar que, em muitos casos essa “democracia participativa” ainda não se efetivou na prática

de fato e de direito. No entanto, a luta das classes menos favorecidas tem sido bastante intensa para aquilo que a Constituição de 1988 garante, e é preciso que aconteça de fato e de direito na prática. No seu Artigo 1º, ainda propõe o regime de colaboração entre União, Distrito Federal, Estados e Municípios, o qual está expresso também no seu Artigo 211.

Partindo dessa premissa, é possível perceber que a gestão democrática é parte essencial do ato de educar. A qual não está fundamentada na concepção centralizadora e autoritária (GADOTTI, 2002).

É preciso que esse projeto de gestão seja compartilhado por todos os componentes da escola, tais como: gestores, coordenadores, secretários, auxiliar administrativo, porteiros, merendeiras, entre outros. Cabendo aos gestores, desenvolver nas pessoas um espírito de equipe, onde todos se sintam participantes do processo educativo corresponsável pelas ações que serão realizadas na escola em todos os níveis (LUCK, 2006).

O Projeto Político Pedagógico segue os parâmetros para uma gestão democrática participativa, da solidariedade e liberdade, validada com a Carta Magna do País. Com isso, é possível dizer que, o Projeto Político Pedagógico é ético-político por que o seu principal objetivo é valorizar a vida. Ele é também um instrumento potencializador e projetivo por que organiza, esquematiza e muda de rota sempre que se julgar necessário, para não perder o rumo, e é pedagógico por que centraliza seu movimento em uma relação dialógica entre conhecimento formal e o conhecimento não formal, no qual será possível a abertura de espaços para outras culturas, descobrindo coisas novas, fazendo assim leituras diferentes, conhecendo novas linguagens, através das expressões humanas.

No entanto, para que o Projeto Político Pedagógico dê um salto de qualidade é preciso instituir novas práticas na escola, como por exemplo, a importância da aproximação entre estudantes, professores, família, escola, práticas introspectivas, a busca pelo outro, pelo conhecimento, valorização da pessoa humana, buscando exercitar o diálogo de forma compassiva de maneira que, possa fazer uma mediação de conflitos; alertando para necessidade do consumo responsável, através do cuidado com meio ambiente, com os recursos naturais, a fauna, a flora, entre outros.

Garantir a formação continuada dos professores e capacitação dos gestores, além da formação de todos, do corpo escolar, tais como: secretários, auxiliar administrativo, serviços gerais, porteiros, merendeiras, entre outros, para efetivação de um trabalho docente inter e transdisciplinar centrado na formação integral do estudante, ensinando-o a reivindicar seus

direitos e cumprir com seus deveres, através de uma cultura de paz, de reciprocidade dialética e interativa, para a construção de um mundo melhor.

Ao pensar o Projeto Político Pedagógico a partir desses pressupostos, com a devida articulação participativa intensa, através de um currículo inter e transdisciplinar, favorece a dinâmica comunicativa, onde serão aproximados desejos e ideais compartilhados, objetivos pessoais, às necessidades da construção de uma sociedade mais humana e solidária.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PRESSUPÕE PARTICIPAÇÃO, RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E SUPÕE RUPTURAS COM VELHAS PRÁTICAS

O Projeto Político Pedagógico é um documento construído coletivamente, no qual toda a comunidade escolar para e pensa, qual é a escola que temos? E logo em seguida analisa-se qual é a escola que queremos? Partindo desse pressuposto é importante dizer que, esse documento não se limita a mera declaração de princípios consignado em arquivos, engavetados e guardados.

É necessário a presença de todos os sujeitos que fazem parte da escola, em todas as decisões tomadas pela instituição, tais como: no Conselho da Escola ou Colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização dos eventos culturais, nas atividades cívicas, esportiva e recreativas. Desse modo, não é suficiente assistir somente às reuniões, é necessário participar de forma prática, para fazer valer os direitos, os quais estão previstos nas diretrizes nacionais.

Para Gadotti (2002, p. 36),

(...) A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Portanto, os obstáculos e limitações são visíveis à efetivação do processo democrático na escola, haja vista que, a política partidária atrapalha bastante, pois alguns profissionais não

querem que a gestão do atual administrador dê certo, por que há uma intenção de sabotar o trabalho daquela equipe, a qual está no poder. Tudo isso acontece por conta da nossa pouca experiência democrática, a partir de uma mentalidade que só os técnicos são capazes de organizar um planejamento e governar, rotulando as pessoas comuns da sociedade como incapaz de exercer um governo democrático ou de contribuir para a efetivação de um planejamento organizado e coletivo em qualquer instância escolar.

Uma das grandes dificuldades para efetivação do Projeto Político Pedagógico na prática consiste na organização da estrutura de nosso sistema educacional, o qual se encontra organizado de forma verticalizado, além do autoritarismo, o qual está impregnado em nossa prática educacional; a visão de alguns líderes, os quais ainda estão com um pé na “Ditadura Militar”, que ainda usam o lema “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. São pessoas que gostam de pisar e perseguir os outros, esse tipo de liderança ainda é bastante presente no campo da política educacional.

De acordo com Freire (1996, p. 32) essas atitudes são de,

Arrogância farisaica, malvada, com que julga os outros e a indulgência macia com que se julga os seus. A arrogância que nega a generosidade nega também a humildade, que não é virtude dos que ofendem nem tampouco dos que se regozijam com sua humilhação.

Desse modo, é preciso formar uma consciência crítica, onde possa haver o envolvimento das pessoas, ou seja, da comunidade interna e externa, através da participação, da cooperação, também nas várias esferas de governo, onde se busque autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e produto do projeto. Haja vista que, um ambiente respeitador se faz através de relações justas, onde haja seriedade, humildade, generosidade, em que tanto educador quanto o educando, se comportem eticamente, criando assim um ambiente formador e pedagógico.

É necessário que, a escola tenha um projeto ousado, onde seus agentes lutem por uma escola melhor, assumindo o seu contexto histórico e cultural no qual ela está inserida.

O momento de construção do projeto é muito importante, por que é a hora da renovação da escola. A elaboração de um projeto político pedagógico acontece de forma interdisciplinar, não basta apenas mudar o discurso, é necessário introduzir novas práticas, as

quais requerem novas atitudes de todos os componentes da escola. Quando se fala em projetar, isso quer dizer “lançar-se para frente”, isto é, antever um futuro diferente do presente. Por isso o projeto pressupõe uma ação intencionada com um objetivo definido, o qual está bem claro sobre o que se quer mudar.

Assim, a escola é o lugar de convocação do projeto coletivo e político da sociedade com os projetos pessoais e existenciais dos educadores. É a escola quem viabiliza a possibilidade das ações pedagógicas dos educadores tornando-as educacionais, na medida em que incute as finalidades políticas da cidadania que interessa aos educandos. Se, de um lado, a sociedade precisa da ação dos educadores para a concretização dos seus fins, de outro, os educadores precisam do dimensionamento político do projeto social para que sua ação tenha real significação enquanto mediação da humanização dos educandos.

Portanto, sociedade e escola precisam caminhar juntas, pois são seres interdependentes, os quais precisam está sempre em reciprocidade no que se refere às ações e planejamentos necessários para um caminhar harmonioso e progressista para o desenvolvimento dos seus atores e atrizes incluídos em seu contexto.

O projeto tem promessas para o futuro e isso significa sair da zona de conforto, arriscar-se, através de um período de instabilidade, tentando encontrar um novo caminho, em virtude do que foi planejado e sonhado, no sentido de melhorar o presente. Tudo isso reflete na quebra de paradigma, em busca de novos, os quais possam atender às necessidades da sociedade, a qual se encontra em constantes transformações. É através dessa construção coletiva que os sujeitos se veem e se comprometem consigo mesmo e com o outro, acreditando em um mundo melhor.

Para Libâneo (2001, p. 192),

A escola deve continuar investigando na ajuda aos alunos a se tornarem críticos, a se engajarem na luta pela justiça social a entender o papel que devem desempenhar, como cidadãos críticos, na mudança da realidade em que vivem e no processo de desenvolvimento nacional, e que a escola os capacite a desempenhar este papel.

Nesse sentido, a participação do educando é fundamental, pois possibilita a inserção social das novas gerações, oferecendo instrumento de compreensão da realidade local,

favorecendo a participação dos alunos no convívio social diversificado e mais amplo. Haja vista que, a vida escolar possibilita exercer diversos papéis de maneira ampla.

Desse modo, os discentes tornam-se cidadãos de fato e de direito, por que passam a fazer parte do corpo social, no qual deverá exercitar sua condição de cidadania, desenvolvendo expectativas e projetos em relação aos destinos da sociedade.

De acordo com Veiga (2003, p. 13),

Para que a construção do projeto político pedagógico seja possível, não é preciso convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais ou mobiliza-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

Na construção ou mesmo na reconstrução do Projeto Político Pedagógico é preciso, antes de tudo, conhecer a realidade daquela equipe educacional, da comunidade local, na qual a escola está inserida e realizar um diagnóstico da realidade desses grupos já citados. É de fundamental importância eleger uma equipe responsável pela organização da elaboração do projeto, o qual deve ser construído coletivamente na escola.

Compreendendo que o mesmo é a identidade daquela instituição, portanto os seus idealizadores são os atores e atrizes que fazem parte do seu contexto. Fazendo-se necessário que, a equipe responsável pela elaboração do projeto crie um cronograma, em que poderão agendar as datas para, estudos e discussões da pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de dados da Unidade de Ensino, da comunidade local e escolar. Realizar reuniões com todos os membros da comunidade escolar para acordar e determinar os primeiros passos, os quais devem ser dados no processo de elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico, onde será definido o grupo responsável pela elaboração desse projeto.

Fazendo uma reflexão da importância do Projeto Político Pedagógico, Carvalho (2004, p. 156-157) diz que:

(...) O projeto político-pedagógico pode ser compreendido como a carteira de identidade da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que

prevaleça o propósito de oferecer a todos a igualdade de oportunidades educacionais o que não significa necessariamente que as oportunidades educacionais sejam as mesmas idênticas para todos.

Partindo desse pressuposto é possível perceber que o Projeto Político Pedagógico é a cara da escola, desde o que ela é, até aquilo que ela pretende ser, faz-se necessário perceber o que somos? O que temos? O que queremos? Enquanto escola, enquanto sujeitos? Qual a escola que temos? A escola democrática se faz através de uma construção coletiva, a qual precisa rever seus valores, sua cultura, seu contexto, criando assim um ambiente educativo que favoreça a aprendizagem. Contudo, é preciso rever as práticas pedagógicas, pois cada educando tem suas necessidades e peculiaridades.

O espaço escolar não se efetiva de forma diferenciada. Ela é o território institucional que evidencia a cultura que se insere, o ambiente escolar recebe a influência da sociedade e precisa acompanhar as mudanças sociais e conviver com as diferenças da clientela que deve atender. Esse público é aprendiz de cidadania, que deve ser aplicada de forma teórica e prática, não basta falar em justiça social, se os direitos não estão sendo respeitados na prática. É de fundamental importância cuidar das crianças ditas “especiais” dentro de suas especificidades para que elas sintam-se acolhidas e atendidas, por que caso contrário, elas jamais verão a escola como local que propicia o desenvolvimento e a transformação social (PAULON, *et al*, 2005).

É importante lembrar que a consolidação do Projeto Político Pedagógico indica um grande avanço, onde se analisa a construção de forma consensual, verifica-se que a sua elaboração se deu de forma participativa. Na maioria das vezes envolve conflitos e negociações, resolvidas a partir de decisões da maioria, onde se estabelece uma nova forma de organização da escola a qual não aceita o caráter de hierarquia, que foi construída ao longo da história da colonização e da própria humanidade.

No momento de elaboração e consolidação do Projeto Político Pedagógico é possível desenvolver uma aprendizagem significativa nos atores e atrizes envolvidos no processo, ou seja, é esse saber que possibilita as pessoas relacionar os conhecimentos, dando sentido a tudo que foi ensinado e discutido, com as vivências da sua prática, o que pode ser uma ideia, um conceito, ou até uma imagem. É preciso que os acordos e definições não fiquem soltos, mas amarrados, dentro de uma estrutura a partir das reais necessidades e possibilidades.

O documento construído e discutido precisa ser periodicamente avaliado, reavaliado e atualizado para dar maior segurança nas tomadas de decisões, por que o projeto necessita está em sintonia com o mundo contemporâneo e suas características principais é a melhoria no ensino e da aprendizagem – foco da Proposta Político-Pedagógica das Escolas Municipais de Sento-Sé e de todos os demais municípios contemplados com o modelo de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro.

RELATOS: OLHAR DOS PROFESSORES FRENTE À IMPLANTAÇÃO DA PPP NA ENVAAS

De acordo com as questões norteadoras deste trabalho de pesquisa, buscando compreender as concepções e entendimentos do professores sobre a PPP da Rede Municipal de Ensino, é que tentamos aqui responder como a proposta era vista no olhar dos professores da Escola Núcleo Vereador Antonio Alves de Souza – ENVAAS, e qual a sua real aplicabilidade prática no dia a dia dos coordenadores, docentes e demais componentes escolares.

Enquanto pesquisadora atuante no locus da pesquisa percebeu-se que, alguns professores relatavam que, no decorrer da construção da proposta, eles participaram, porém não entenderam de forma prática a PPP e não sabem como aplicá-la. Ainda ressaltaram que seria interessante que todos os professores seguissem os parâmetros norteadores da PPP, onde os projetos didáticos da escola fossem trabalhados mais incisivamente por todo o grupo durante todo o ano letivo. Haja vista que os mesmos observam que nem todos os educadores se comprometem na hora de começar executar e finalizar os projetos propostos.

Os docentes afirmaram também que, há vários pontos positivos na implantação da PPP, apesar de acharem que ela deve ser estudada e melhor compreendida e posta em prática. Relataram ainda que é visível o esforço dos gestores e coordenadores em colocar a PPP em prática. Muitos deles acham-na uma chatice e não valorizam os momentos de estudos e descobertas por que não reconhecem o verdadeiro sentido do DRP. O qual é fonte inspiradora do currículo baseado nas questões locais e do Semiárido Brasileiro, no qual o sujeito do processo de ensino e aprendizagem não pode “ignorar o chão que pisa” (RESAB, 2004, p. 13).

Uma das grandes dificuldades é a resistência dos professores na hora de construir os trabalhos, pois é necessário se organizarem e pesquisarem conteúdos condizentes com as problemáticas discutidas através dos fenômenos sociais levantados nas discussões sobre a realidade local.

Outra dificuldade encontrada tem sido a pouca participação da família na escola, pois na maioria das vezes só comparecem mediante convites da gestão da escola. Outro fator negativo, para implantação da PPP é que a secretaria não faz momentos de formação da mesma com os professores. Porém, se houve essas formações não chegou ao conhecimento da maioria dos docentes.

As formações acontecem nas jornadas pedagógicas, anualmente, onde toda a equipe escolar se reúne e faz momentos de estudos.

É importante salientar que a escola está tentando suprir as necessidades de formação dos seus educadores no que se refere a PPP, e isso não é uma vontade apenas dos gestores e coordenadores, mas também de muitos professores, pois ainda temos um longo caminho a percorrer, tanto de forma teórica quanto prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o significado da gestão da educação é ter uma pedagogia da autonomia, como já dizia Freire (1996).

Dessa forma, precisa-se perceber que qualquer plano elaborado pelo gestor para a Escola no Semiárido, que valorize o seu desenvolvimento territorial, deve se apresentar de forma homogênea, englobando todos os seus elementos e respeitando o seu contexto social, não esquecendo que o seu projeto só será executado com a concordância da grande maioria dos seus membros, a saber, os funcionários, gestores, coordenadores, professores, alunos, pais e comunidade onde a Escola está inserida.

Caso contrário, esse projeto deve ser repensado, refeito se for preciso, até que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estejam aptos a exercê-lo. Esse projeto não deve ser aleatório, sem objetivos, deve valorizar as ações de cada um, respeitando as diversidades, as condições físico-material da escola, a partir da realidade onde se insere, não

predominando anseios que desdizem a origem dos seus membros e a condição que eles possuem, permitindo que a desigualdade se faça frequente e tornando-se comum.

Mas que a partir de sua execução os indivíduos possam procurar saberes múltiplos que levem a elevação do ego, garantindo a valorização, continuidade e conservação das coisas local e natural desse espaço, que alegrem e deixam o indivíduo sertanejo feliz e realizado, para que suas práticas possam proceder de forma dinâmica, despertando nos seus envolvidos o interesse em participar, ensinar/aprender os conteúdos, motivados pela ação coletiva, onde todos juntos fazem a diferença.

Tornando-se uma escola valorizada e respeitada, onde o aluno interage com o professor na escolha dos métodos e conteúdos e demais processos que o envolvam na escola, levando em conta as diferenças e bagagens que cada um traz das experiências do meio em que vive. Acreditando ser uma escola com educação de qualidade, onde todos os membros têm direitos e seus deveres são realizados com espontaneidade, visando o seu desenvolvimento gradativamente, para aplicarem esse novo saber na prática do dia-a-dia, dentro e fora da escola e desse território Semiárido.

Dessa forma, entendemos que a gestão democrática apresenta-se como proposta mais coerente com o contexto atual. E mais, percebemos que o conceito de Escola encontra-se bastante alargado, de forma que a mesma não se apresenta mais como uma ilha de conhecimentos isolada, mas reconhece à necessidade de agir em conjunto, compartilhando responsabilidades com as demais instituições, esta decisão deve partir inicialmente do gestor e posteriormente ser estendida para todos os atores do processo de ensino-aprendizagem.

É de fundamental importância que o poder público municipal através da SEC, busque parcerias com universidades e demais órgãos da sociedade, com o intuito de estimular uma interação com as escolas, onde possam formular um projeto pedagógico voltado para os interesses e as necessidades das classes menos favorecidas onde todos os sujeitos do processo educativo se assumam de fato como responsáveis pela sua atuação.

Vale ressaltar que aos poucos se pode perceber algumas mudanças no discurso e na própria prática dos professores, da comunidade, dos gestores e dos coordenadores. Contudo ainda é pouco diante do que se propõe a PPP. Este trabalho não traz e nem pretende trazer a solução para questões inerentes a implantação da PPP municipal, mas busca contribuir com reflexões que tocam nestas problemáticas. Com isso, espera-se que essas reflexões possam ser

uteis na criação de novas políticas que favoreçam na construção de uma sociedade menos excludente e mais solidária.

É sabido que o pesquisador não tem o poder de resolver os problemas da sociedade, mas ele pode e deve contribuir com seus estudos, dando pistas e apontando caminhos que poderão ser úteis na melhoria da vida em sociedade. De certo, novos trabalhos surgirão no futuro, os quais irão contribuir muito mais com a definição e formulação de novas políticas que ajudem na efetivação da PPP de forma teórica e prática.

Mas esse percurso até aqui foi mesmo para destacar sobre as bonitezas de uma construção coletiva na ENVAAS, desde que se passou a conhecer e a tomar nota dos olhares dos agentes de desenvolvimento desta referida escola sobre a PPP, para então analisarmos sua verdadeira intenção para a educação do nosso município. Tornando-nos mais e mais atores/atrizes e autores da nossa própria história de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília Câmara dos Deputados: Coordenação de Publicações, 1988.

_____. **Lei 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Brasília, 24 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília Câmara dos Deputados: coordenação de publicações, 1996.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Progestão: Como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola?**, Coordenação Geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. – Brasília: CONSED- Conselho Nacional de Secretária de Educação, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 5ª Ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. – (Guia da escola cidadã; v.1).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 1996.

JANUZZI, Gilberta. **Por uma lei de Diretrizes que propicie a educação escolar aos intitulados deficientes mentais**. In: Caderno Cedes nº 23 – Educação Especial. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

LIBANEO, Jose Carlos. **Organização em gestão na escola: teoria e pratica**. 4a. Ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCK, Heloisa. **Gestão educacional: Uma Questão paradigmática** Heloisa Luck.- Petrópolis, RJ: vozes 2006. Série cadernos de gestão.

PAULON, Simone Mainiere (org.). **Educação Inclusiva Documento subsidiário à política de Inclusão**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2005.

RESAB, Secretaria Executiva. **Educação para Convivência com o Semi-Árido: Reflexões teórico-práticas**. 2ª Edição. Juazeiro/BA. Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro, Selo Editorial-RESAB, 2006.

SANDER, Benno. 1936. **Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas-SP: Autores associados, 1995. – (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de (org). **Educação no Sertão: Bonitezas de uma construção coletiva** Proposta Político-Pedagógica das escolas municipais de Sento-Sé. Sento-Sé – BA: Instituto Paulo Freire. Secretaria Municipal de Educação de Sento-Sé. Programa Crer Pra Ver – Natura Cosméticos, 2008.

VALÉRIEN, Jean. **Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento**. 2 ed. São Paulo Cortez/ Brasília : Unesco/ Mec. 1993.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Escola Espaço do Projeto Polít. Co Pedagógico**. 7ª Ed. Papyrus, 2003.

VIANNA Aurélio; FRAIZ, Priscila (Org.). **Conversas sobre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato**. Salvador: Fundação Cultura do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1986.

ABORDANDO A HANSENÍASE COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Michelle Christini Araujo Vieira
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Maria Deisiane Ribeiro de Farias
deisianerf@yahoo.com.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Maria de Fatima Ramos Brandão
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

É notável que nas últimas décadas a incidência de hanseníase vem diminuindo, mas ainda se constitui um grande problema na saúde pública, pois ainda existe uma busca pelo atendimento de forma tardia nas unidades básicas de saúde para o diagnóstico precoce, sabe-se que é fácil diagnosticar, e o tratamento é gratuito, porém quando o diagnóstico é feito tardio existe complicações dos casos, muitas vezes irreversíveis. Este trabalho tem como objetivos abordar a Hanseníase como um problema de saúde pública no Brasil, conforme os relatos da literatura. A metodologia utilizada neste estudo foi uma revisão sistemática da literatura. Verificou-se que a abordagem direcionada a hanseníase e seus portadores no âmbito das políticas públicas evoluíram ao longo do tempo, contudo, ainda faz-se necessário, ações de caráter preventivo, de campanhas publicitárias direcionadas a prevenção primária e detecção precoce.

Palavras-chave: Hanseníase. Políticas de Saúde. Saúde Pública.

ABSTRACT

In recent decades, the incidence of leprosy has decreased considerably, however it is still a relevant health public problem. The demand for diagnosis is late, even in specialized leprosy health centers, despite of unpaid and easy-quick procedure of diagnosis, sometimes aggravating the symptoms irreversibly. The interest for this theme arises for the relevance of leprosy in brazilian public health and the necessity to improve the knowledge about this theme, considering historical aspects. The aim of this work was to approach the leprosy in brazilian public health system, as related in literature. The methodology utilized was systematic literature review. It was observed that the public government efforts, directed to patients with leprosy, has been improved, however, it is still necessary the preventive actions, mainly advertisement, directed to primary prevention and early diagnosis.

Keywords: leprosy. health policies. public health.

DEFESA DE TCC PNAP – 06

INTRODUÇÃO

As políticas de saúde da Hanseníase configuraram uma trajetória de repercussões permeadas pelo estigma e preconceito sociais caracterizadas pelo isolamento, tratamentos dolorosos e de pouca eficiência até meados do século XX. Posteriormente foram propostas medidas ligadas à implementação de políticas rigorosas, instituídas a nível governamental na área das políticas públicas (GENOVEZ; PEREIRA, 2014).

Hanseníase é uma doença infecto contagiosa, de evolução lenta, que se manifesta principalmente através de sinais e sintomas dermatoneurológicos: lesões na pele e nos nervos periféricos, principalmente nos olhos, mãos e pés. O comprometimento dos nervos periféricos é a característica principal da doença, dando-lhe um grande potencial para provocar incapacidades físicas que podem, inclusive, evoluir para deformidades (BRASIL, 2009).

O estado de Pernambuco encontra-se no 9º lugar em números de casos novos no país e no Nordeste ocupa o 4º lugar, ficando abaixo dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Os dados obtidos entre 2001 a 2011 revelaram que no 1º ano avaliado foram notificados 2.694 casos com uma taxa de detecção de 34,4/100.000 habitantes, enquanto que em 2009 foram notificados 2.334 casos, respondendo por uma taxa de detecção de 26,1/100.000 habitantes. Com relação ao coeficiente de detecção em menores de 15 anos no período de 2001 a 2011 apresentou classificação “muito alta” com um coeficiente de detecção de 5,9 e 5,3/100.000, (SESA - PE, 2012).

Andrade *et al.* (2005) menciona que toda essa problemática desencadeada pela hanseníase e seus casos reacionais, pode corroborar para o desequilíbrio da homeostase familiar, cabendo ao profissional da área da saúde, quanto aos cuidados, implementar um plano de tratamento que viabilize a terapêutica e a cura desses pacientes com base em ações norteadas pela políticas públicas de saúde. Enfatizam ainda que a inclusão da família no tratamento do portador de hanseníase pode contribuir ocasionando mudanças principalmente no que se refere ao apoio emocional visto que a patologia infelizmente ainda é permeada de preconceitos.

Dessa forma, almejou-se que esse estudo científico aguace ainda mais a curiosidade pelo tema corrente, numa perspectiva de melhorar o processo assistencial direcionado aos portadores de hanseníase ao discutir as políticas públicas direcionadas a esses usuários, na perspectiva de reduzir-se os agravos relacionados e implementá-las de forma eficaz e efetiva.

Espera-se ainda que este estudo sirva como fonte de pesquisa para profissionais de saúde, acadêmicos e para a formulação de outros estudos.

Objetiva-se abordar a hanseníase como um problema de saúde pública no Brasil, conforme revisão da literatura.

TRAÇOS METODOLÓGICOS

Realizou-se um estudo bibliográfico, exploratório, com abordagem qualitativa e foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Hanseníase; Saúde Pública; Políticas de voltadas à hanseníase; avanços nas políticas de saúde

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, onde são utilizados múltiplos estudos publicados, dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes no texto (SEVERINO, 2007).

Tem caráter exploratório, pois proporciona ampliar os estudos sobre determinado problema, tornando-o explícitos e construindo hipóteses, e descritivo, descrevendo as características de tal processo, buscando realizar e descrever diversas situações, bem como descobrir relações existentes entre os elementos e o pesquisador (CERVO; BERVIAN, 2002).

O estudo foi realizado nos meses de agosto a setembro de 2014. Inicialmente a busca de dados ocorreu pelos títulos e pelos resumos dos trabalhos encontrados através dos descritores. A partir desta etapa, os artigos selecionados para fazer parte da amostra foram analisados e fichados, e os resultados obtidos compõem os resultados deste estudo.

A obtenção dos dados ocorreu por meio dos recursos eletrônicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) no idioma Português, com textos publicados na íntegra. Além de livros, artigos, manuais do Ministério da Saúde e monografias e teses de mestrado que abordavam o tema nos últimos 11 anos.

RESULTADOS

Diante de um levantamento da literatura pertinente aos contextos históricos da saúde pública no obteve-se artigos científicos, teses, monografias, manuais do Ministério da Saúde que ressaltaram Brasil, algumas políticas públicas da Hanseníase e as ações do Programa de Hanseníase os principais objetivos da revisão sistemática.

Foram excluídos do estudo trabalhos não relevantes para o objetivo do estudo; artigos datados antes do período proposto, artigos publicados em outros idiomas. Assim, foram selecionados e analisados na totalidade 35 trabalhos, sendo artigos, teses e monografias, dentre eles 12 abordavam a hanseníase em seus aspectos epidemiológicos, diagnósticos e terapêuticos, 08 falavam sobre as políticas de saúde e 08 as políticas públicas voltadas à hanseníase, 07 abordavam a saúde pública.

Observou-se com análise dos trabalhos encontrados que em sua grande maioria a literatura encontrada é voltada para os aspectos epidemiológicos, como o perfil epidemiológico dos pacientes; aspectos clínicos e comportamentos da doença: diagnósticos, formas, transmissão, imunologia e tratamento e as incapacidades físicas.

Excluiu-se do estudo trabalhos não relevantes para o objetivo do estudo; artigos datados antes do período proposto, artigos publicados em outros idiomas. Os textos foram revisados em sua totalidade, extraíndo fragmentos importantes para o trabalho em forma de citação indireta e direta. Não foram realizadas entrevistas ou pesquisas com pacientes e profissionais da área, não sendo necessária aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas.

DISCUSSÃO

Verificou-se a partir dos relatos que a hanseníase, conhecida por todos como lepra, parece ser uma das doenças mais antigas que acometem o homem e acredita-se que surgiu na Ásia, outros autores firmam ter surgido na África. Ainda hoje não se sabe ao certo a origem da enfermidade (EIDT, 2004).

Há na China, referências muito antigas sobre essa doença, como aquela que é feita em um dos tratados médicos chineses mais antigos, o Nei Ching Su Wen , dão conta de

descrições compatíveis com pacientes portadores de Hanseníase, por volta de 2600 a.C (OLIVEIRA; MOTTA, 2005).

Ao que parece, essa doença já era conhecida na Índia em 1500 a.C., e no Regveda Samhita (um dos primeiros livros sagrados da Índia), a Hanseníase é denominada de KUSHTA.

Na trajetória histórica da humanidade, o registro da hanseníase já aparecia no livro de Levítico (antigo testamento). Designada como "lepra", representava uma doença de pele ligada ao pecado (Levitico, + 1.250 a.0). Até os dias atuais, é comum a associação entre hanseníase e pecado em várias partes do mundo (FOGOS; OLIVEIRA; GARCIA, 2000).

Durante vários séculos, os portadores da doença foram isolados e colocados à margem da sociedade, às vezes destinados estatutos jurídicos especiais. Estando a Igreja Católica sempre presente em todos os momentos, na vida e nos rituais separando entre hansenianos e pessoas saudáveis. Os bispos que comandavam estes rituais e faziam a leitura das proibições durante toda a Idade Média, só com a Reforma Católica, depois de 1580, a hanseníase teve uma redução em relação à prevalência, observou-se que a igreja acabou por colocar fim nesses rituais (FOGOS; OLIVEIRA; GARCIA, 2000).

Conforme Eidt (2004) no Brasil foram notificados os primeiros casos da doença no ano de 1600, na cidade do Rio de Janeiro, onde anos mais tarde na mesma cidade, seria criado o primeiro lazareto, local destinado a abrigar os leprosos, sendo o isolamento uma prática obrigatória nessa época.

A hanseníase inexistia entre os índios brasileiros, tendo sido trazida pelos europeus e escravos africanos. A história da hanseníase no Brasil coincide justamente com a colonização. A endemia era encontrada tanto em Portugal como nas ilhas africanas. Já em 27 de janeiro de 1741 foi elaborado, pela Capitania do Rio de Janeiro, um “Regulamento de Profilaxia da Lepra, incluindo medidas de isolamento compulsório. No século XVIII, com a evolução da endemia, observa-se a adoção de medidas por parte das autoridades coloniais e entidades filantrópicas, surgindo às sociedades Protetoras dos Lázarus, destacando-se a Santa Casa de Misericórdia pelo papel exercido junto aos doentes (ARAÚJO, 2003).

Contudo, somente em 1920 a lepra passou a ser considerada um assunto prioritário no Brasil, criando-se a Inspeção de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas (IPLDV), considerada a primeira política pública direcionada a doença a partir da Reforma de Carlos Chagas e passou a compor a lista de doenças de notificação compulsória. Em 1970 o médico

e professor paulista Abraão Rotberg anuncia a mudança da terminologia lepra para Hanseníase, numa tentativa de diminuição do estigma social com relação à doença (GENOVEZ; PEREIRA, 2014).

Até as primeiras décadas era frequente no Brasil, o cenário de famílias inteiras de leprosos, como ciganos errantes, sobrevivendo ao descaso das autoridades sanitárias diante da exclusão e do estigma. Após o descaso veio à institucionalização, considerada punição, onde além do estigma, os doentes eram vítimas de políticas cruéis, o que não era uma constante, visto que em algumas instituições, como colônias agrícolas havia uma organização, uma vida em comunidade (SANTOS; FARIA; MENEZES, 2008).

No início do século XVIII os hospitais de hanseníase começaram a ser construídos, desta forma as pessoas doentes eram discriminadas, perseguidas e isoladas. Estes hospitais foram construídos mediante doações pelos religiosos e sociedade de terras e de materiais de construção (MARZLIAK *et al.*, 2008).

No século XIX, iniciou-se a construção de leprosários, que deveriam ser feitos em locais de clima favorável, próximos de centros urbanos, com terra para o labor agrícola e instalações para experiências médicas, porém tais estabelecimentos não eram, na verdade, hospitais seriam mais lazaretos, em que os doentes não dispunham de assistência de saúde (MEYER, 2010).

Surgia assim, o preconceito, o estigma e exclusão social do doente que era condenado ao isolamento e privado de intervenções assistenciais efetivas, pois, ainda se via a doença muito mais como um evento biológico do que um fenômeno passível de intervenção, o que dificultava o controle da mesma, visto que não se intervinha diretamente no paciente de modo a curá-lo e de forma holística. O mesmo era visto apenas como “leproso”.

A hanseníase é uma doença infectocontagiosa crônica, causada pelo *Mycobacterium leprae*, que ataca normalmente a pele, os olhos e os nervos. Também conhecida como lepra, morfêia, mal-de-Lázaro, mal-da-pele ou mal-do-sangue. Tem o homem como única fonte de infecção, embora tenham sido identificados animais naturalmente infectados. Conhecida há séculos como uma moléstia que caminha lentamente, com alterações morfológicas e fisiológicas, desafia conceitos e convicções sobre tratamento e propagação (SANTOS; FARIA; MENEZES, 2008; ALENCAR *et al.*, 2008).

A patologia apresenta alta infectividade e baixa patogenicidade, assim muitas pessoas eram infectadas, mas poucas manifestavam sintomas, sendo inicialmente tratada inicialmente como “algo demoníaco” quando não se conhecia sua etiologia.

A patologia foi alvo de vários estudos no Brasil e no mundo no âmbito da saúde pública. Ao longo do percurso histórico notam-se as mudanças e reformulações nas práticas assistências a seus portadores.

As ações de controle da hanseníase vêm passando por várias reformulações de estratégias nos últimos anos, e após o advento da poliquimioterapia na década de 80 ampliou-se a possibilidade de sua eliminação. A partir da 44^a Assembléia da Organização Mundial da Saúde (OMS), a meta passou a ser a eliminação da doença como problema de saúde pública, tendo como objetivo atingir uma taxa de prevalência de menos de um caso em cada 10 mil habitantes (BRASIL, 2007).

A predileção do bacilo pela pele e nervos periféricos confere características peculiares a esta moléstia, tornando o seu diagnóstico simples na maioria dos casos. O dano neurológico responsabiliza-se pelas sequelas que podem surgir. Sua capacidade de invasão neural é responsável pelo alto potencial incapacitante da hanseníase (OLIVEIRA, 2012; ALENCAR *et al.*, 2008; OLIVEIRA; MOTTA, 2005).

Ao longo dos séculos, poucas doenças despertaram tantos receios, pavores e preconceitos quanto à hanseníase, antes chamada de lepra. Durante longo tempo, o desconhecimento de sua causa, a inexistência de tratamento, as deformidades associadas e o mito de que poderia ser castigo, mais que moléstia, levaram ao isolamento dos doentes, banidos da sociedade e ajuntados em lazaretos. Estes evoluíram para sanatórios ou hospitais-colônia, cuja construção, no Brasil, foi uma política sanitária pública adotada para reduzir os riscos e incidência da infecção. Com as mudanças radicais na abordagem da hanseníase, derivadas do entendimento de sua etiologia, do aparecimento de terapêutica eficaz e da humanização do atendimento, esses hospitais sofreram profundas alterações (MEYER, 2010).

Ao contrário do que muitos acreditam esta é uma doença que tem cura. Isto por que na primeira dose do tratamento 99% dos bacilos são eliminados e não há mais chances de contaminação. Nesta Perspectiva, visando reduzir o estigma social característico as seus portadores mudou- se a nomenclatura dada aos mesmos de leprosos para hansênico (BRASIL, 2006).

A hanseníase apresenta alta infectividade, porém baixa patogenicidade. Devido seu poder imonogênico, a doença apresenta alto potencial incapacitante, devendo ser pensada além de sua magnitude também pela sua transcendência, em função do sofrimento humano, discriminação social e prejuízos econômicos que vêm sempre associados à doença, principalmente se não for oportunamente diagnosticada e tratada (LANA *et al.*, 2004; (HINRICHSEN *et al.*,2004).

Nos últimos anos muita ênfase vem sendo dada à prevenção e o tratamento das incapacidades tem sido dada importância como forma de diminuir os danos resultantes da doença, portanto o diagnóstico deve ser precoce, para atuar como medida eficaz para controlar a expansão da endemia e também para prevenir deformidades, evitando-se assim os complicações e maiores gastos para os serviços de saúde.

Estudos, como os de Alencar e colaboradores (2008) mostram que ao longo das últimas décadas, as taxas de prevalência têm declinado ano a ano, resultado da consolidação do tratamento poliquimioterápico.

A prevalência ou o número de casos existentes tem declinado no mundo e a meta de eliminação vem sendo alcançada entre vários países. Já o número de casos novos que são registrados no ano tem-se mantido estável, mostrando que irão surgir muitos casos novos nos próximos anos. Preocupando a prevalência oculta, definida como novos casos esperados que não estão sendo diagnosticados ou diagnosticado tardiamente (ARAÚJO, 2003).

Segundo Bechelli e Martinez (2004, p. 125):

“A hanseníase continua sendo grave problema de saúde pública e atualmente bilhões de pessoas, em todo mundo, vivem em áreas de alta endemia, isto é, onde a prevalência é igual ou maior que 0,5 ou um doente por mil habitantes. Nestas condições calculava-se que cerca de um milhão de novos doentes apareceriam nos próximos anos.”

A vigilância epidemiológica da hanseníase na atenção primária baseia-se fundamentalmente a análise dos dados coletados nos serviços de saúde, através de indicadores epidemiológicos e operacionais, visando a re-orientação das ações a serem tomadas. A evolução da situação endêmica do país, e sugere três indicadores como marcadores para o monitoramento do acompanhamento do tratamento: a razão de casos prevalentes/casos novos

diagnosticados; o percentual de altas por cura por regime terapêutico (coortes) e o percentual de pacientes recuperados segundo o regime terapêutico que abandonaram o tratamento (ANDRADE *et al.*, 2005).

Em 06 de abril de 2004 o Ministério da saúde publica a Portaria nº 586 institui um conjunto de ações e medidas coordenadas para a eliminação da hanseníase, estabeleceu como meta reduzir a taxa de prevalência anual a menos de um caso por 10.000 habitantes, objetivando reduzi-la à prevalência a menos de um doente por 10.000 pessoas especialmente por meio da implantação da poliquimioterapia. Essa meta, portanto, retiraria a moléstia de Hansen da lista dos problemas de saúde pública (BRASIL, 2006).

Em virtude da implementação de ações voltadas a este propósito, a incidência de hanseníase vem diminuindo, nas últimas décadas exemplo disto temos o Brasil que, reduziu de 19 para 4,68 doentes em cada 10.000 habitantes, entretanto ainda se faz necessário uma vigilância rigorosa e resolutiva, pois a doença ainda é um problema de saúde publica em todo o território (IBGE, 2010).

Contudo, apesar de todo o empenho em sua eliminação, o Brasil continua sendo o segundo país em número de casos no mundo. Aproximadamente, 94% dos casos conhecidos nas Américas e 94% dos casos novos diagnosticados são notificados pelo Brasil (ALENCAR *et al.*, 2008).

A transmissão da hanseníase se dá pelo contato direto e prolongado (são considerados contatos as pessoas que conviveram até 5 anos de forma continua com o doente) com aerossóis de pessoas que estão infectadas (BATISTA *et al.*, 2011).

A maioria das pessoas é resistente ao bacilo e, portanto, não adoce. Entre sete doentes, apenas um oferece risco de contaminação (IMBIRIBA *et al.*, 2008).

Segundo Lombardi (2005), apesar da hanseníase ser considerada como doença do adulto e do adulto-jovem, existem numerosos relatos de casos desta enfermidade em faixas etárias menores de quinze anos. A justificativa para este fato é a existência de um aumento na cadeia de transmissão do bacilo na comunidade, além de uma deficiência na vigilância e no controle da doença. Em países endêmicos, a população infantil entra precocemente em contato com doentes bacilíferos, sendo possível observar uma detecção da doença entre crianças de três a cinco anos.

Pessoas de todas as idades, de ambos os sexos, raramente crianças, podem ser atingidas pelo bacilo de hansen. Contudo, menores de quinze anos, são mais acometidos

quando há uma maior endemicidade da doença. Os homens são mais acometidos pela doença quando comparado às mulheres (BRASIL, 2002).

A hanseníase deve ser analisada de acordo com os seus determinantes sociais: as condições sanitárias, habitação, saneamento por estar diretamente ligada à pobreza e as condições sócio econômicas. “Além disto, em linhas gerais, é uma doença resultante da falta de acessibilidade aos sistemas de saúde, pois o diagnóstico é eminentemente clínico e seu tratamento não exige custos elevados nem instrumentos de maior complexidade tecnológica” (SAVASSI, 2010, p. 19).

É preciso compreender, conforme Aquino, Santos e Costa (2003) que a hanseníase não é uma doença hereditária. Brasil (2008) refere que a transmissão se dá por meio de uma pessoa doente (multibacilar), que não esteja em tratamento, que elimina o bacilo para o meio exterior infectando outras pessoas, mas para ser infectado é preciso que estejam suscetíveis. Aproximadamente 90% da população possuem defesa natural contra o *M. leprae*, e ainda que a suscetibilidade ao bacilo tem influência genética.

Reportando-se a questão do tratamento de hanseníase Cunha (2003) relata que este se apresenta, basicamente, de duas formas. O tratamento depende do tipo da doença apresentada pelo paciente. Se for do tipo paucibacilar o tratamento é de menor duração, de 6 meses podendo estender-se até 9 meses, sendo ministrada uma dose mensal supervisionada de Dapsona, Rifampina e Clofazemida. Além da ingestão de uma dose diária auto administrada de Dapsona; se for do tipo multibacilar, o tempo para tratamento é mais longo. São 12 doses supervisionadas igual a paucibacilar, além de dois outros fármacos de doses diárias auto administrada (Dapsona e Clofazemida).

O tratamento é constituído por Rifampicina, Clofazimina e Dapsona divididos em quatro tipos de cartelas, variando a dosagem administrada de acordo com a classificação operacional para cada caso: paucibacilar adulto, paucibacilar infantil, multibacilar adulto e multibacilar infantil (BRASIL, 2008).

“A implantação da PQT exigiria a reformulação dos programas, reciclagem de recursos humanos e as alterações do sistema de verificação e relatórios. O tratamento ampliaria a qualidade do controle da hanseníase e, como consequência, aumentava a adesão de pacientes crédulos na cura, o que contribuiria para diminuir parte do estigma da doença” (SAVASSI, 2010, p. 51).

O tratamento da hanseníase é fundamental na estratégia de controle da doença como problema de saúde pública. Ele tem o objetivo de interromper a transmissão da doença, quebrando a cadeia epidemiológica, assim como também o de prevenir incapacidades físicas e promover a cura e a reabilitação física e social do doente. Dentre as diretrizes básicas que objetivam a redução da morbimortalidade por hanseníase no âmbito do Sistema Único de Saúde, destaca-se a atenção integral ao portador de hanseníase, que deve ser garantida pela hierarquização de serviços e pelo cuidado em equipe multiprofissional (BRASIL, 2002).

As medidas de controle da mesma baseia-se no diagnóstico precoce e tratamento adequado dos casos, prevenção das incapacidades físicas, vigilância dos contatos domiciliares, informação e educação para o paciente, familiares e comunidade, para a redução da disseminação, manutenção e reinserção do paciente na sociedade e busca do diagnóstico e tratamento precoces (ROUQUAYROL; FILHO, 2003).

De acordo com o Pacto pela Saúde (2006) busca-se fortalecer a capacidade de resposta dos sistemas de saúde a doenças emergentes e endemias como a hanseníase como a adoção de medidas de promoção da saúde.

Contudo, verifica-se na prática assistencial que as medidas de educação em saúde praticamente não fazem parte da rotina dos profissionais de saúde, o que dificulta a implementação das políticas de cunho preventivo.

Conforme Durte; Ayres; Simonetti (2008) por meio da consulta de enfermagem pode-se fazer uma abordagem integral dos sujeitos analisando-se os fatores determinantes do processo saúde-doença e evidenciando os relacionados à hanseníase, o que exige capacitação profissional, o que muitas vezes deixa a desejar nos atendimentos ofertados.

A Portaria nº 3127 de 12 de outubro de 2010, regulamenta as diretrizes para vigilância e controle da hanseníase, baseada no diagnóstico precoce, tratamento oportuno de todos os casos diagnosticados, prevenção e tratamento de incapacidades e vigilância dos contatos domiciliares devendo ser executadas em toda a rede de atenção primária do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2010).

Apesar da disponibilização do tratamento pelo SUS, ainda se encontram casos em estágios avançados devido principalmente ao diagnóstico tardio e ao abandono terapêutico, requerendo intervenções mais efetivas para reversão desse quadro e efetivação do programa de controle da doença.

Quanto às diretrizes voltadas a Vigilância, Atenção e Controle da Hanseníase visam ao fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica da hanseníase, bem como à organização da rede de atenção integral e promoção da saúde com base na comunicação, educação e mobilização social. Neste sentido, o Programa Nacional de Controle da Hanseníase do Ministério da Saúde propõem um conjunto de ações que visam orientar a prática assistencial em todas as instâncias e diferentes complexidades, de acordo com os princípios do SUS, fortalecendo as ações de vigilância epidemiológica da hanseníase, a promoção da saúde com base na educação permanente e a assistência integral aos portadores deste agravo. A atenção à pessoa com hanseníase, suas complicações e sequelas, deve ser oferecida em todos os níveis de assistência, de acordo com a necessidade de cada caso (BRASIL, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hanseníase ainda necessita de maior atenção da vigilância em saúde, tendo em vista os altos índices registrados, embora tenha ocorrido uma redução ao longo do tempo (sobretudo entre o período de 2009 para 2010), assim sendo, medidas preventivas ainda devem ser tomadas para que haja aumento do percentual de exames para diagnóstico prévio e posterior tratamento da doença, evitando maiores complicações e viabilizando a implementação de forma efetiva das políticas assistências direcionada a esse público alvo e seus comunicantes.

Verificou-se que a abordagem voltada à hanseníase e seus portadores no âmbito das políticas públicas evoluíram ao longo do tempo, contudo, ainda faz-se necessário, ações de caráter preventivo, de campanhas publicitárias voltadas a prevenção primária e detecção precoce, visto que ainda são observados incapacidades relacionadas e altos de índices de casos, apesar da redução observada.

Ao se fazer a abordagem da hanseníase no âmbito da saúde pública pode-se avaliar todo o processo histórico-assistencial e analisar as políticas e marcos regulatórios que norteiam a assistência aos portadores de hanseníase ao longo do tempo, permitindo reconhecer o processo que envolve as políticas de saúde, o cotidiano e o estigma, na tentativa de identificar os acontecimentos importantes que justifiquem situações e eventos que

marcaram a trajetória da hanseníase no Brasil, surgindo como subsidio para a assistência em saúde de acordo com os princípios doutrinários do SUS.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. H. M de *et al.*, Hanseníase no município de Fortaleza, Ce, Brasil: aspectos epidemiológicos e operacionais em menores de 15 anos (1995-2006). **Rev. Bras. Enferm.** 3 (61): 123-37, 2008.

ANDRADE, M. A. *et al.* **Cura como conceito vivido: o ex-sistir das 2 pessoas que se submeteram a poliquimioterapia para tratamento da hanseníase.** 2005. [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2005.

ARAÚJO, M. G. Hanseníase no Brasil. **Rev da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**,v.36, n. 3, p. 373, maio-junho, 2003.

BATISTA, *et al.* Perfil sócio-epidemiológico e clínico-epidemiológico dos pacientes diagnosticados com hanseníase em Campos dos Goytacazes, RJ. **Rev. Brasileira de Clínica Médica**, SP, março-abril, p.101-106, 2011.

BECHELLI, L. Hanseníase. In: VERONESI, R. **Doenças infecciosas e parasitárias.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004, p. 349-365.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Aspectos Éticos e Legais da Pesquisa envolvendo Seres Humanos.** CNS, 1996.

1. _____. **MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 3.125, DE 7 DE OUTUBRO DE 2010.** BRASILIA: DF, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose.** 2 ed. Rev-Brasília, p. 195, nº 21, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas. Departamento de Atenção Básica. **Guia para o Controle da Hanseníase.** (Série Cadernos de Atenção Básica, 10). Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria Conjunta nº 125, de 26 de Março de 2009.** Dispõe sobre a atenção à pessoa com hanseníase, suas complicações e sequelas 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Relatório de dermatologia sanitária.** Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan: normas e rotinas**. – 2ª ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BELDA, W; MARLET, J.M. **O fator idade na epidemiologia da hanseníase**. Boletim de Divisão Nacional de Lepra, 32(2,3,4): 60-76, 2007.

CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed., São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2002.

DUARTEL, M. T. C; AYRES J.A; SIMONETT J. P. Consulta de enfermagem: proposta de de um instrumento para aplicação do processo de enfermagem. **Rev Bras Enferm**, Brasília, 61(61(esp)): 767-73, 2008.

EIDT, L. M. Breve histórico da hanseníase: sua expansão do mundo para as américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. **Saúde e Sociedade**, vol. 13, nº 2, p. 76-88, 2004.

FOGOS, A.R; OLIVEIRA, E. R. A.; GARCIA, M. L. T. Análise dos motivos para o abandono do tratamento - o caso dos pacientes hansenianos da Unidade de Saúde em Carapina/ES **Hansen. Int.**,v. 25, n.2, p. 147-156, 2000.

GENOVEZ, P.F.; PEREIRA, F.R. Da lepra à hanseníase: política pública, o cotidiano e o estigma a partir da memória de seus atores – Governador Valadares (década de 1980). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 60, p. 205-228, jan./jun. 2014.

GOULART, I. M. B.; PENNA, G. O.; CUNHA, G.. Imunopatologia da hanseníase: a complexidade dos mecanismos da resposta imune do hospedeiro ao Mycobacterium leprae. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v. 35, n. 4, Ago. 2002 .

HINRICHSEN, S. L *et al.* Aspectos epidemiológicos da hanseníase na cidade de Recife, PE em 2002. **An bras Dermatol** – Rio de Janeiro, v. 79, n.4,p. 413-421, jul/ag, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2010 **idades @**. Disponível em: <http://www.Ibge.gov.br> ; acesso em: 21 de julho às 10:35.

IMBIRIBA, E. B *et al.*, Perfil epidemiológico da hanseníase em menores de quinze anos de idade, Manaus (AM), 1998-2005. **Rev. Saúde Pública**, 2008.

LANA, F. C. F. *et al.*, Detecção da hanseníase no Vale do Jequitinhonha Minas Gerais:

redução da tendência epidemiológica ou problemas operacionais para o diagnóstico? **Hansen. Int.** vol. 29, n.2, 2004.

LEITE, K. K. C. *et al.* Perfil epidemiológico dos contatos de casos de hanseníase em área hiperendêmica na Amazônia do Maranhão. **Cad Saude Colet.**, 17:235-249, 2009.

LIMA, H. M. N, et al. Perfil Epidemiológico dos Pacientes com Hanseníase Atendidos em Centro de Saúde em São Luis – (MA). **Rev. Brasileira Clínica Médica**, 2009.



- LOMBARDI, C. **Hanseníase: epidemiologia e controle**. 1ed. São Paulo: IMESP, 2005.
- MANTELLINI, G. G; GONÇALVES, A; PADOVENI, C. R. Incapacidades Físicas em Hanseníase: Coisa do Passado a Prioridade na Prevenção, **Rev. Brasileira Clínica Médica**, 3 (15): 33-39, 2009.
- MARZLIAK, M. L. C. et al. Breve histórico entre os rumos do controle da hanseníase no Brasil e no estado de São Paulo **Hansen Int.**; v. 33, n.2, Suppl. 1: 39-44, 2008.
- MEYER, T. N. Casa de Saúde Santa Fé: breve história de uma ex-colônia de hanseníase. **Rev Med Minas Gerais** , Minas Gerais, v. 20, n. 4, p 612-621. 2010.
- OLIVEIRA, V. M. Levantamento epidemiológico da hanseníase no Estado de Pernambuco, Brasil, de 2001. **VII CONNEPI- Congresso Norte Nordeste de pesquisa e Inovação**, Palmas/Tocantins, 2012.
- OLIVEIRA, M.L.W.; MOTTA, C.P. A hanseníase como problema de saúde pública. In: Lombardi C, organizador. **Hanseníase: epidemiologia e controle**. 1a ed. São Paulo (SP): **Imprensa Oficial do Estado.**, p. 21-32, 2005.
- ROUQUAYROL, M.Z; FILHO, N.A. **Epidemiologia e Saúde**. 6ª ed-Rio Janeiro: MEDSI, p. 168, 2003.
- SANTOS, L. A. C; FARIA, L; MENEZES, R. F. . Contrapontos da história da hanseníase no Brasil: cenários de estigma e confinamento. **Rev. Brasileira Est. Pop.** São Paulo, v. 25, n. 1, p. 167-190, 2008.
- SAVASSI, L.C. M. **Hanseníase: políticas públicas e qualidade devida de pacientes e seus cuidadores**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós -Graduação em Ciências da Saúde do Centro de Pesquisas René Rachou. Belo Horizonte, 2010. 196 p.
- SESAPE. (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PERNAMBUCO). **Situação epidemiológica de hanseníase no Ceará, Informe Epidemiológico de Hanseníase**. p 1-6, novembro de 2012.
- SEVERINO A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ªed. São Paulo: Cortez; 2007.

INOVAÇÃO E O MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA (GESPÚBLICA)

Sarah Rachel Lino Duarte

sarahjuridica@yahoo.com.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de avaliar o nível de conhecimento e de aplicação do programa de qualidade em gestão pública, Gespública, bem como dos processos de inovação dentro da estrutura administrativa existente no Instituto Federal de Ensino Técnico e Tecnológico do Sertão Pernambucano – Campus Zona Rural. A proposta do modelo de excelência em gestão pública está baseada em princípios e valores, de direcionamento estratégico organizacional, e de um processo de avaliação continuada que permite se tornar a base para todas as ações focadas em resultados inovadores. O estudo se deu com a aplicação de questionário que visou demonstrar quais os fatores motivadores e inibidores por parte dos gestores para adesão à programas de qualificação do serviço público, onde os principais resultados foram discutidos e apresentados.

Palavras-chave: Gestão Pública. Inovação. Qualidade. Gespública.

ABSTRACT

The objective of this study was to assess the level of knowledge and application of the quality program in public management, Gespública and innovation processes within the existing administrative structure of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Zona Rural. The proposed model of excellence in public management is based on principles and values, organizational strategic direction, and a process of continuous evaluation that allows become the basis for all actions focused on innovative results. The study was carried out using a questionnaire that aimed to demonstrate the motivators and inhibitors of managers for adherence to programs of qualification of the public service, where the main results are presented and discussed.

Keywords: Public Management, Innovation, Quality, Gespública.

INTRODUÇÃO

A qualidade na prestação dos serviços públicos tem se mostrado desde as primeiras reformas da administração pública do Brasil como um dos alvos principais a serem atingidos nos processos de gestão. Tanto se faz necessária esta busca pela qualidade, que em 1998, através da Emenda Constitucional nº 19, o princípio da eficiência foi elencado dentre os já existentes princípios norteadores da administração pública no artigo 37 da Constituição Federal/88. Esta reforma aconteceu no momento em que o neoliberalismo se instalava em amplitudes mundiais e exigia, entre outros aspectos relevantes, a qualificação das ações nos processos de gestão pública. A eficiência veio para garantir que a gestão da coisa pública se tornasse cada vez menos burocrática e que seus objetivos fossem atingidos de forma mais rápida e eficaz, respondendo aos anseios da sociedade, às pressões externas e alcançando o fim ao qual se propõe.

Do mesmo modo, obedecendo a esse processo gradual de melhoramento na qualidade da prestação do serviço público, é que o Poder Executivo Federal junto à Casa Legislativa aqui no Brasil passaram a definir um plano nacional de ações de gestão pública ponderando acerca dos mecanismos de inovação e qualidade que passaram a nortear as políticas públicas nos mais diversos aspectos.

A presente pesquisa buscou o aprofundamento do tema em alguns estudos e publicações no que cinge a tais aspectos de desenvolvimento e modernização nos processos de gestão pública aliados aos conceitos de inovação, a fim de se confirmar a contextualização do projeto do governo federal denominado *Gespública*, criado por meio de um decreto-lei e que tem por objetivo o alcance de uma gestão por excelência e qualidade no âmbito das organizações do Poder Executivo Federal.

Nesta pesquisa, foi feita uma consulta ao banco de dados de arquivos da CAPES, onde foram encontrados apenas quatro trabalhos em que os termos *Gespública* e *Inovação* foram usados como referências, dos quais nos serviram de base apenas dois dos textos encontrados, e que foram escolhidos em função da alta relevância no trato específico do tema voltado ao modelo de excelência em gestão pública e inovação.

A realização desta pesquisa pretendeu demonstrar que existe uma relevante questão diante da proposição de que o aumento da qualidade das ações e serviços prestados através de

programas de aperfeiçoamento de qualidade e inovação no novo modelo de gestão pública por excelência, também está relacionado ao aumento de mecanismos que resultam em qualidade e presteza nos atos do gestor. Deste modo, objetivou-se com este estudo determinar que a busca por qualificação e por meios de inovação podem tornar a prestação do serviço público muito mais eficiente e com elevado desempenho organizacional.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

A qualidade na administração pública e a rede nacional de ensino técnico profissionalizante

A Reforma Administrativa que aconteceu entre os anos de 1995 e 1998 fez a gestão pública brasileira avançar e finalmente passar a ponderar quanto aos critérios administrativos que levariam à crescente desburocratização nos mecanismos de atuação do gestor público. Esta desburocratização elevou também o processo de qualificação dos serviços públicos, principalmente no âmbito federal.

Nas instituições de ensino, este avanço da qualificação do serviço público tem sido orientado por programas de ampliação da rede de ensino e por programas de incentivo à qualificação e capacitação de servidores públicos.

Em virtude deste rápido processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica nos anos 2000, a educação profissional tem assumido o caráter de uma política pública de salvaguarda para o desenvolvimento da nação, tendo como um de seus objetivos a inclusão de jovens e de trabalhadores no mercado de trabalho. A educação profissional e tecnológica é considerada uma estratégia de ação política e de transformação social, não somente como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros.

O documento do MEC (2006) intitulado “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, foi elaborado no intuito de se resgatar as concepções e princípios gerais norteadores da educação profissional e tecnológica, os quais se baseiam no

compromisso com a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico, e a vinculação à educação básica a uma escola pública de qualidade.

Além disto, um dos fatores que justificam o rápido e acentuado processo de expansão do ensino técnico profissionalizante na primeira década do século XXI, se deve ao reconhecimento nacional quanto à importância das instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. São escolas de referência nesta modalidade de ensino no país, cujo potencial de formação com qualidade em nível médio profissionalizante dos Institutos Federais, tem propiciado um diferencial no ensino em determinados municípios onde as oportunidades educacionais profissionalizantes de qualidade são muitas vezes escassas.

Observa-se também neste processo de rápida expansão um processo de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tendo como pressuposto, além da qualificação para o trabalho, o de ser um forte indutor do processo de “desenvolvimento local e territorial sustentável”. Essa política contribui para a promoção e apoio a inúmeros arranjos produtivos locais, assim como apresenta convergência com políticas de apoio ao empreendedorismo e a empreendimentos da economia solidária (associativismo e cooperativismo), entre outras.

INOVAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Segundo Schumpeter (1997) inovação é um conceito explorado por distintas perspectivas teóricas, destacando-se a Economia, a Sociologia e a Administração, e tem sido considerada como uma espécie de motor para o desenvolvimento econômico e social, sendo essencial para a competitividade das organizações.

Ao investir num sistema de qualidade, uma instituição pública precisa estar esclarecida quanto aos ganhos operacionais aliados aos processos de inovação na gestão dos serviços prestados.

Para Resende Júnior (2012) a inovação deve ser definida de acordo com mudanças que afetam um ou mais vetores de características (técnica e de serviços) ou de competências. Outras mudanças também podem ser definidas neste processo de criação da inovação,

segundo o mesmo autor, por um ou mais mecanismos básicos capazes de gerar evolução ou variação.

Para nos debruçarmos sobre o tipo de inovação que atinja os processos de gestão pública é preciso se registrar que essa inovação, é denominada de inovação administrativa, gerencial ou organizacional, segundo a qual os modelos e metodologias de avaliação do desempenho organizacional fazem parte dos esforços de institucionalização de novos processos de gestão da administração pública.

Esta inovação administrativa é definida como sendo a invenção e a implementação de uma prática de gestão, processo, estrutura ou técnica que é nova para promover o alcance de objetivos e metas organizacionais. Implementar um processo de inovação para alcançar um novo resultado na qualificação do serviços prestado pelo órgão público, exige que se atendam certas premissas conceituais diante no vasto número de modelos que caracterizam os processos de inovação.

O conceito de inovação, na revisão realizada por Resende Júnior (2012) incluiu a busca, a descoberta, a experimentação, o desenvolvimento, a adoção de novos produtos, serviços e processos e novas técnicas organizacionais. A inovação transparece no mundo dos serviços de ordem privada como o resultado da mobilização da capacidade técnica, das competências do fornecedor e das próprias competências do cliente na prestação do serviço. Entretanto, ultrapassa esse contexto de inovação, quando os serviços prestados são de organizações públicas. Nesta perspectiva a inovação alcança a idéia de um processo de geração e de implementação de novos padrões de comportamento dos atuais gestores e de reestruturação técnica pertencentes aos componentes do serviço, que agregará valor econômico e social à organização pública.

O GESPÚBLICA

O ano de 2008 foi instituído pela Presidência da República, como o Ano Nacional da Gestão Pública, o que fez com que houvesse uma série de ações e desdobramentos de cunho gerencial e administrativo, sendo um desses processos a criação legal de um programa baseado na gestão pública por excelência, criado também com vistas em facilitar a construção coletiva de uma agenda de gestão para as organizações públicas.

O decreto que criou o Gespública foi o Decreto-lei nº 5.378/2005, este então veio para instituir em âmbito legal o Programa Nacional de Gestão Pública e desburocratização, o Gespública. Este programa de gestão foi criado com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País.

O art. 2º do referido decreto trata das ações e dos objetivos a serem contemplados pelo programa, assim determinando que o Gespública deverá contemplar a formulação e implementação de medidas integradas em agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no plano plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais.

As medidas incentivadas pelo programa foram criadas no objetivo de estabelecer meios que promovam a qualidade de governança, além de determinar que seja aumentada a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, buscando promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública, assegurando ainda a eficácia e efetividade da ação governamental, e promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; visando por fim promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.

Toda a matéria legal trazida por este programa defende a ampliação dos meios capazes de se fazer obter a eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, consagrando uma política de gestão voltada à busca constante de resultados satisfatórios tanto para a comunidade que recebe os serviços (saúde, educação, justiça, etc.) quanto para os administradores públicos que os executam.

Para Salgado (2012) a inovação e a melhoria dos métodos e instrumentos de governança pública tem assumido crescente importância nas agendas políticas dos governos. No Brasil, ao longo dos últimos 15 anos, foram implementados ciclos de reforma e modernização da gestão pública que culminaram, em um processo amadurecido, ora em curso, no âmbito do Governo Federal.

No Gespública (2008) o desempenho da organização é explicitado por meio de resultados que refletem o atendimento às necessidades das partes interessadas da organização pública, quais sejam os usuários do serviço, funcionários, fornecedores, sociedade e governo.

Interessante salientar que os processos de implementação deste tipo de programa de qualidade na prestação/avaliação e autogestão do serviço público no que cinge aos sistemas públicos voltados para a educação de ensino técnico e profissionalizante ainda encontram-se muito distantes da aplicação do modelo de excelência em gestão pública, muito embora os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nos últimos dez anos tenham passado por grandes e significativas mudanças estruturais, determinadas pela política de atual expansão da rede federal de ensino técnico por todo país, os conceitos e modelos trazidos pelo Gespública ainda possui significativa ausência de conhecimento sem nenhuma aplicação no universo prático dessas instituições de ensino.

O foco atual está voltado ao rápido processo de ampliação e reformulação da rede nacional de educação dos Institutos Federais esquecendo em muitos aspectos a qualificação deste meio que tem enfrentado problemas estruturais graves e de falhas generalizadas de gestão. Estes fatores de estrutura e de gestão são capazes de demonstrar que quando não existem ações de qualificação da administração, o atendimento às demandas setoriais só tendem a agravar ainda mais a situação. E assim a busca por novos métodos que auxiliem o processo de qualificação do serviço de atendimento prestado para que se alcance o modelo de gestão por excelência caracterizada pelo Gespública, esbarra justamente em dificuldades de cunho administrativo e estrutural.

Estas instituições de ensino técnico e tecnológico dentro do contexto de modernização do sistema político e administrativo de governança tem se mostrado à margem desta abertura de processos de gestão que envolvem a plena busca pela qualidade e eficiência da prestação dos serviços públicos.

Ainda segundo Salgado (2012) se considerarmos a experiência democrática ainda recente, a atual estratégia brasileira de inovação dos modelos e instrumentos de gestão pública tem foco na ampliação da participação social nos processos de formulação de políticas públicas; substituição de controles burocráticos por controles de resultados; no fortalecimento da capacidade de coordenação política e condução de políticas públicas; na profissionalização da burocracia pública e na integração das funções do ciclo de gestão pública.

Resende Júnior (2012) em um tratamento já bem específico quanto ao Gespública, define o programa de qualidade de gestão do governo federal como fruto da fusão dos antigos programas da Qualidade no Serviço Público (QSP) e Programa Nacional de Desburocratização (PND), tendo por missão a de aumentar a competitividade do país, focando

a excelência da consecução dos serviços públicos prestados aos cidadãos. O desempenho global das organizações públicas, que cultuam a eficiência de gestão tende a ser aferido por meio da aderência das práticas de gestão e consecução de objetivos e metas mensuráveis por indicadores desenvolvidos a partir da orientação estratégica dessas organizações.

O Gespública representa a principal referência a ser seguida por organizações públicas brasileiras que desejam aprimorar sua gestão. O programa indica como bases para os fundamentos da gestão o pensamento sistêmico; o aprendizado organizacional, a cultura da inovação, a liderança e constância de propósitos, a orientação por processos e informações, a visão de futuro, a geração de valor, o comprometimento com as pessoas, o foco no cidadão e na sociedade, o desenvolvimento de parcerias, a responsabilidade social, o controle social e a gestão participativa.

A proposta do modelo de excelência em gestão pública está baseada em princípios e valores, de direcionamento estratégico organizacional e de um processo de avaliação continuada que permite se tornar a base para todas as ações focadas em resultados.

Compreender que um dos maiores desafios do setor público brasileiro hoje é o de natureza gerencial fez com que se buscasse um modelo de excelência em gestão focado em resultados e orientado para o cidadão.

ANÁLISE DOS ARTIGOS – CAPES

Conforme apresentado na Introdução, o presente estudo foi baseado em dois dos quatro artigos em que o tema da inovação aliado ao programa Gespública tenham existido no tema do trabalho ou no conteúdo do trabalho. A seguir é apresentado cada um dos artigos de forma sintética e particularizada.

O primeiro trabalho analisado neste ponto da pesquisa foi o de Fowler, Melo, Neto (2011) que vence o tema deste estudo em um grau muito específico intitulado “Análise Exploratória Da Utilização do Programa de Qualidade Gespública nas Instituições Federais de Ensino Superior”, 2011.

Segundo os autores, as Instituições de Ensino Superior (IES) se encontram na mesma situação das empresas manufatureiras e de serviços e que está em plena evidencia o fato de que somente com qualidade e operação de maneira competitiva é que as IES estarão hábeis

para sobreviver no mercado educacional. Além disso, os autores enfatizam que inicialmente existe uma necessidade de otimização da gestão em torno da qualidade para que as instituições melhorem seu desempenho em benefício do cidadão sendo este um fator de grande importância pois, especialmente, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é preciso que se identifiquem modelos de avaliação que sejam capazes de extrapolar o conceito clássico de avaliação, que aborda preferencialmente o aspecto didático/pedagógico, relegando outros aspectos para um segundo plano.

Fowler, Melo, Neto (2011) também discutiram quanto à não adesão aos programas de qualidade de gestão pelas instituições de ensino superior e também que ao analisar as bases de dados do portal Capes, observou-se que os estudos sobre a implantação de programas de melhoria da qualidade em instituições públicas são escassos, tanto nos periódicos nacionais, com indexação no Qualis, quanto nos internacionais. Nos periódicos internacionais, alguns trabalhos identificados tratam da gestão da qualidade total em instituições federais norte-americanas (LIN; OGUNYEMI, 1996) e da avaliação da gestão da qualidade em departamentos de universidades federais (BECKET; BROOKES, 2006; KAUR, MOHAMAD; GEORGE, 2006) e que por essa razão, o trabalho por eles apresentado contribui para a base de conhecimento sobre o tema estudado.

Fowler, Melo, Neto (2011) ainda preponderam que apesar das evidências de que a competência gerencial é um fator crítico para o sucesso de uma organização, o que se observa é a não adesão das Instituições Federais a programas da qualidade no Brasil, em especial ao Gespública. Assim, o objetivo do trabalho exposto foi o de verificar quais instituições de ensino possuem programas da qualidade implementados, se conhecem o Programa Gespública e assim embasar a análise de quais fatores são tratados como motivadores e inibidores para adesão a programas enfocados na qualidade dos serviços público, especificamente em se tratando do Gespública.

Na pesquisa destes autores foram escolhidas como população 53 Instituições Federais de Ensino Superior para uma investigação quanto à adesão a Programas da Qualidade como o Gespública, conseguindo-se uma taxa de respostas correspondentes a 58,5% das entidades pesquisadas, sendo 36% da região sudeste, 19% da região sul, 16% da região norte, 16% da região nordeste e 13% da região centro-oeste. A ênfase que deram a esse programa é devida ao fato de ser um Programa do Governo Federal específico para Instituições Públicas. Observou-se, no entanto que, apesar da divulgação do Programa,

especificamente do prêmio, quase a metade das Instituições Federais não conhece o Programa. Recomendando por fim uma nova pesquisa mais aprofundada sobre a eficácia da divulgação do Programa.

E ainda, na análise comparativa entre os fatores motivadores e inibidores de aplicação de programas de qualificação do serviço público nas IES pesquisadas a identificação de prioridades aparece como um fator motivador para utilização de programas da qualidade, pois contribui para a elaboração e realização das estratégias organizacionais. Sendo também colocada como um dos pontos importantes a prestação de melhor atendimento ao público em geral e a conquista da confiança desse público. Entretanto, os recursos disponíveis foram considerados insuficientes pela liderança, e um dos fatores inibidores destacado é a falta de tempo pela liderança para apoiar o projeto.

Em suas conclusões, Fowler, Melo, Neto (2011) revelaram que o Gespública tem sido utilizado por vários órgãos públicos brasileiros. Entretanto, tem sido negligenciado pelas IFES. Verificando-se que, independente de o gestor conhecer o programa, do tamanho da universidade e do tempo de atuação no cargo, os fatores que motivariam e inibiriam a implementação do programa apontado estão relacionados aos blocos do Modelo de Excelência em Gestão Pública.

O segundo trabalho analisado foi realizado por Pedro Carlos Resende Júnior, em tese de Doutorado publicada pela UNB (Universidade de Brasília) intitulada “Orientação para Inovação em Organização públicas de serviços de alto desempenho: uma análise comparativa Brasil e Portugal”, 2012.

Para Resende Júnior (2012) o sentido buscado por sua pesquisa é todo voltado à busca de orientações quanto aos processos de inovação junto ao setor público de serviços, os potenciais estímulos à inovação no ambiente público, e a identificação de orientações estratégicas para inovação.

O referencial teórico apresentado por Resende Júnior (2012) volta-se amplamente para uma revisão bibliográfica e realização de entrevistas onde os conceitos de inovação junto ao serviço público e o desempenho organizacional aparecem como fatores protagonistas do modelo de administração gerencial desenvolvido por organizações públicas brasileiras e portuguesas de alto desempenho. O objetivo desta tese foi o de avaliar a orientação para a inovação em organizações públicas considerando as práticas de gestão. O estudo se deu em 10 (dez) organizações brasileiras avaliadas pelo Gespública, 18 (dezoito) organizações

portuguesas avaliadas pelo SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho) e pelo prêmio de Inovação Deloitte. Foram também analisadas as correlações existentes entre orientação para inovação e as variáveis no campo organizacional, sendo ao final apresentados uma agenda de pesquisa e recomendações de ordem teórica, metodológica e de aplicação prática.

Em suas conclusões, destacaram-se dois pontos. O primeiro estabelecido no fato de que o desempenho organizacional e a orientação da inovação podem ser justificados quando existe a presença de uma liderança com visão e com capacidade gerencial, tendo em vista que quando vinculadas às estratégias, as práticas de gestão que aceitam à orientação para inovação tendem a fortalecer e gerar elementos culturais de inovação. O segundo ponto refere-se à pouca sensibilização em relação à inovação nos processos de desempenho organizacional em organizações públicas, e de um modo geral tendendo à ser menor ainda quando da relação com a aprendizagem organizacional de forma estruturada e sistematizada. O arremate final desta tese consubstancia a informação de que a inovação só conseguirá gerar mais valor e sustentabilidade para as partes interessadas no setor público, quando o modelo de gestão passar a considerar as práticas de orientação para inovação no conjunto de seu sistema organizacional.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2014 envolvendo a análise documental nos periódicos do portal da CAPES bem como com a aplicação de meio de questionário individual enviado às chefias dos principais setores administrativos do campus segundo metodologia proposta por Fowler *et al* (2011). O questionário enviado aos gestores continha 44 (quarenta e quatro) itens para julgamento em três níveis de ponderação, e foi dada a liberdade ao gestor em classificá-los em caráter de “muito relevante”, “pouco relevante” e “irrelevante”.

RESULTADOS

Com esta pesquisa ficou claramente demonstrado que o aumento da qualidade das ações e serviços prestados através de programas de avaliação e aperfeiçoamento de qualidade, especificamente o Gespública, junto aos processos de inovação no desempenho organizacional está intimamente relacionado ao aumento de mecanismos que resultam na qualidade e presteza nos atos do gestor. A metodologia utilizada com a aplicação de questionário e com a revisão dos periódicos foi suficiente na visualização dos dados obtidos, podendo-se com ampla certeza estabelecer que o emprego da inovação é capaz de viabilizar ainda mais os processos, critérios e fundamentos do modelo trazido especificamente aqui nesta pesquisa pelo Gespública, mas que todo esse processo, de um modo geral, esbarra na rigidez cultural às mudanças que existe nas instituições públicas.

Conforme os quadros 01 e 02, abaixo apresentados, ficou claramente exposto o total desconhecimento não só deste programa de implementação de qualidade e excelência na prestação de serviço - Gespública, mas de qualquer outro tipo de programa do governo federal voltado para a ampliação da qualificação da gestão pública. Outrossim, dos dados levantados chamou-nos a atenção, o reduzido número de questionários efetivamente respondidos pelas coordenações escolhidas no Campus. Contudo, o fato do desconhecimento de programas de qualificação da gestão pública não eximiu nenhum dos servidores respondentes à apontar a necessidade de se ter programas desta natureza ativos dentro da esfera administrativa da instituição.

Quadro 01. Motivos que levariam o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Zona Rural a aderirem a Programas da Qualidade.

Itens avaliados como “Muito Relevante”
• Atualizações quanto às práticas da qualidade no setor público
• Facilitação na identificação das prioridades e estratégias da instituição
• Conquista da confiança do cidadão e da sociedade
• Consolidação da consciência dos valores éticos por parte de todos os servidores
• Aquisição de mecanismos que viabilizem a integração dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação institucional
• Gerenciamento eficaz da informação (internamente e externamente)

• Melhoria do aprendizado organizacional
• Maior valorização, capacitação, reconhecimento, e satisfação dos servidores
• Obtenção de maior colaboração por parte dos servidores com os cidadãos, colegas e instituição
• Fortalecimento da comunicação e alinhamento dos vários departamentos à estratégia institucional
• Aquisição de instrumentos para avaliar o nível de satisfação
• Conquista da confiança do cidadão e da sociedade
• Melhoria no gerenciamento das Relações Humanas
• Maior agilidade quanto à tomada de decisão
• Mais subsídios para conquista de inovações
• Modernização dos equipamentos de trabalho
• Maior foco/controlado dos resultados institucionais
• Redução da cultura burocrática
• Alocação mais eficiente dos recursos e redução de custos
• Exemplos de sucesso de outras Instituições de Ensino que já implantaram o Programa
• Obtenção de instrumentos que facilitam a Identificação de oportunidades de melhoria
• Melhor competitividade da instituição no que tange à captação de recursos externos
• Divulgação e publicidade da instituição com melhoria da imagem institucional
• Reconhecimento, por parte da sociedade, do esforço institucional pela busca da qualidade
• Obtenção de <i>feedback</i> externo, realizado por especialistas, quanto à gestão institucional
• Programa reconhecido e com apoio governamental.

Itens avaliados como “Pouco Relevante”
• Melhoria no atendimento ao público (cidadão)
• Aumento de poder de decisão dos servidores
• Melhoria da estrutura hierárquica da instituição

No segundo momento do questionário a pergunta levantada foi consoante aos processos que estariam dificultando a implantação de um programa de qualidade na instituição. Restando a seguinte apresentação:

Quadro 02. Motivos que dificultariam a implantação de um programa de qualidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Zona Rural

Itens avaliados como “Muito Relevante”
• Escassez de tempo para apoiar
• Incerteza se o programa contribuirá, de fato, para a melhoria do desempenho institucional
• Inexperiência institucional com programas de qualidade



<ul style="list-style-type: none">• Receio de não continuidade ao programa pela próxima gestão
<ul style="list-style-type: none">• Estrutura hierárquica que dificulta a aproximação dos servidores e gestores
<ul style="list-style-type: none">• Baixo nível de comprometimento/colaboração dos servidores públicos
<ul style="list-style-type: none">• Estrutura/recursos insuficientes para implantação do programa
<ul style="list-style-type: none">• Excesso de burocracia
<ul style="list-style-type: none">• Exposição dos pontos fracos da instituição a terceiros (auditores, consultores)
<ul style="list-style-type: none">• A instituição já possui um sistema de gestão adequado à sua necessidade
<ul style="list-style-type: none">• Escassez de tempo para apoiar
<ul style="list-style-type: none">• Incerteza se o programa contribuirá, de fato, para a melhoria do desempenho institucional

Itens avaliados como “Pouco Relevante”
<ul style="list-style-type: none">• Custos envolvidos no programa
<ul style="list-style-type: none">• Baixo índice de dados históricos da instituição
<ul style="list-style-type: none">• Quadro reduzido de servidores ou idade média avançada dos servidores
<ul style="list-style-type: none">• Baixa capacitação dos servidores
<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade de interpretação do vocabulário e da abrangência dos programas de qualidade

Em todos os questionários nenhum dos itens foi julgado como sendo “irrelevante”, tanto para o momento dos fatores motivadores quanto para os fatores inibidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trato com as instituições de ensino, através do questionário aplicado bem como com a discussão de dados da revisão bibliográfica, visualizou-se que este processo de qualificação junto à programas do governo federal, no caso do presente estudo sendo o Gespública o programa analisado, ainda cai no desconhecimento dos gestores. A sensibilização por mudanças nos processos administrativos existe, entretanto, as ações práticas que envolvam processos de viabilidade de gestão para empreender a inovação e a qualidade são praticamente inexistentes e padecem de pouca divulgação no que cinge ao desempenho organizacional da administração pública.

Conclui-se, portanto, pelos dados analisados e pela revisão de literatura a inovação e o programa Gespública ainda não são aplicados com a efetividade administrativa objetivada pelos processos de qualificação e melhoramento das ações voltadas para o serviço público.

Mesmo que já existam tais mecanismos aliados à sustentabilidade de um Estado cujo Princípio da Eficiência da Administração adentra em sua Carta Magna, muito ainda se faz necessário para alcançar o modelo de gestão por excelência nas políticas públicas voltadas às instituições de ensino em todo país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU FILHO, Nylson Paim de (Org.). Constituição Federal - Legislação Administrativa - legislação Ambiental. 7. ed. Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2009.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005. Institui o Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 fev. 2005. p. 2.

BRASIL. Ministério da Educação, MEC. Estatísticas do Ensino Superior. Brasília: Censos do ensino superior. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopses. portal.inep.gov.br/, Acesso em 30/08/2014.

BRASIL, Planalto Federal, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5378.htm. Acesso em 30/08/2014.

BRASIL, Ministério da Educação, <http://portal.mec.gov.br/expansao/> . Acesso em: 04/09/2014.

FOWLER, E. D. ; MELLO, C. H. P. ; COSTA NETO, P. L. O. Análise exploratória da utilização do Programa de Qualidade GESPÚBLICA nas Instituições Federais de Nível Superior. Gestão Produção (UFSCAR), 2011.

RESENDE JUNIOR, Pedro Carlos. Orientação para inovação em organizações públicas de serviços de alto desempenho: uma análise comparativa entre Brasil e Portugal. 2012. xvii, 252 f. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade de Brasília/Universidade Técnica de Lisboa, Brasília, 2012.

SALGADO, Valéria Alpino Bigonha. Desafios da inovação e melhoria da gestão pública na Administração Pública Brasileira - Capítulo VII, Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais – IFCI / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

EXPECTATIVAS E MOTIVAÇÕES DOS ALUNOS DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL OFERTADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

João Eudes de Souza Calado
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Josenice Barbosa Gonçalves
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF
josenice.goncalves@univasf.edu.br

Hélio Rafael Spósito Carneiro
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Wellington Dantas de Sousa
Fucape Business School

Francisco Ricardo Duarte
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar o perfil e as principais motivações dos alunos do curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância, de modo a subsidiar as práticas pedagógicas, bem como a gestão com informações para o planejamento e avaliação da qualidade na oferta do curso. O estudo empregou a técnica de pesquisa documental a partir das fontes de dados das fichas cadastrais e da análise de cartas de intenção dos alunos, é de natureza descritiva e combinou dados quantitativos e qualitativos. Os resultados apontaram que a maioria dos alunos está com faixa etária acima dos 30 anos, trabalham em diversas áreas do serviço público e não apenas na gestão dos municípios. Quase a metade dos mesmos é proveniente de instituições com modalidade de ensino a distância e as principais motivações estão alinhadas à ampliação de conhecimento e qualificação profissional. Conclui-se então, que os dados apurados representam informações relevantes para a qualidade das práticas pedagógicas e também da gestão, mas considerando que a análise dos dados se deu com o curso em andamento, não foi percebido tempestividade no uso das informações para avaliação do desempenho do curso.

Palavras-chaves: Gestão. Motivações. Avaliação. Conhecimento.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the profile and motivations of students Lato Sensu in Municipal Public Management long distance to support pedagogical practices, as well as management with information for planning and evaluation of the quality of the course offered. The study examined the records of students, so it is descriptive in nature and uses of quantitative and qualitative data. The results showed that most students are aged over 30 years, working in various areas of public service, not just the management of municipalities. Almost half of them are institutions with the teaching mode of long-distance and the main reasons are aligned with the expansion of knowledge and skills. We conclude that the data represent the information relevant to the quality of teaching practices and also the management, but considering that the data analysis was done with the ongoing course, it was not noticed in studying the use of information to evaluate the performance the course.

Keywords: Management. Motivations. Evaluation. Learning.

INTRODUÇÃO

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES através do Edital nº 01 de 27 de Abril de 2009 tornou público às Instituições Públicas de Ensino Superior participantes do Sistema Universidade Aberta Brasil – UAB o Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP. O objetivo do Edital é acolher adesões à oferta de cursos na área da Administração Pública, porém, a consolidação da adesão ao Programa em todo o território nacional por meio de polos de apoio presencial do Sistema UAB se deu a partir do Edital nº 19/2012-PNAP (CAPES, 2012). Compõem o PNAP os cursos de bacharelado em Administração Pública, as especializações em Gestão Pública, em Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. De acordo com CAPES (2009) os cursos têm por objetivo a formação e qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais e do Magistério Superior.

O planejamento e gestão de um programa a distância segundo Castro e Ladeira (2009) deve ser visto sob a ótica de processos organizacionais, coordenado por atividades interdependentes, executado por equipes multidisciplinares e nas etapas para o seu desenvolvimento devem constar diagnósticos e análises preliminares. De acordo com Pereira (2008), para viabilizar a EaD é preciso superar alguns obstáculos, dos quais a necessidade de implementar um sistema educacional mais personalizado. Os cursos devem ser bem preparados antes mesmo do seu início, onde é fundamental conhecer o perfil dos alunos, suas experiências e alinhar esse conhecimento aos objetivos da aprendizagem e melhor uso dos recursos (CARVALHO E IVANOFF 2010; RAMOS, 2013 E TORRES *ET AL*, 2014).

Nesse sentido, o presente estudo apresenta o seguinte questionamento de pesquisa: qual o perfil e as principais motivações dos alunos do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal ofertado por uma Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito da Universidade Aberta Brasil? O curso oferecido contempla sete cidades polos, quatro delas localizadas no Estado da Bahia e outras três no Estado de Pernambuco de acordo com o Edital 01/2013 Sead/PRPPGI/UNIVASF. A Especialização iniciou-se em 27 de junho de 2013 com duração prevista de 18 de meses para conclusão. Foram ofertadas 225 vagas, mas somente 140 alunos foram matriculados.

Para responder ao questionamento de pesquisa, o estudo empregou técnica de pesquisa documental, utilizando como fontes os dados das fichas cadastrais e a análise das cartas de intenção redigidas pelos 140 alunos do Curso *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal na modalidade EaD. A descrição das características desses alunos confere ao estudo tipologia descritiva e o método de abordagem combinou dados quantitativos a partir das características dos alunos e qualitativos quando da análise motivacional contida nos relatos das cartas de intenção. Concomitante às análises das informações, foram realizadas pesquisas bibliográficas de materiais já elaborados, a exemplo dos artigos publicados e que discutem a temática.

O estudo aborda em seu escopo algumas discussões em torno dos cursos ofertados na modalidade EaD como o necessário conhecimento do perfil dos atores envolvidos no processo de aprendizagem, os desafios relacionados ao planejamento não somente para a gestão, mas também aos educadores, a percepção da EaD como política pública de inclusão social, sua institucionalização e alguns avanços alcançados.

Na sequência, o estudo apresenta os principais resultados encontrados a partir da análise do perfil e motivação dos alunos do Curso de Gestão Pública Municipal e por fim as considerações finais das principais observações feitas. Ressalta-se que as análises foram realizadas com o curso em andamento e que a tempestividade nas ações pedagógicas diante das informações qualificadas coletadas é essencial para uma formação efetiva dos alunos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Expectativas da Educação a Distância

No processo de ensino e aprendizagem da educação a distância, conhecer o perfil dos alunos, suas motivações, características pessoais e experiências profissionais, é fator fundamental para o planejamento, estruturação e avaliação dos cursos e para que os investimentos sejam bem direcionados na efetiva formação do aluno (RAMOS, 2013).

Para Carvalho e Ivanoff (2010) na educação direcionada para novas tecnologias de informação e comunicação é necessário identificar maneiras de alinhar a motivação dos alunos e dos agentes educativos com os objetivos da aprendizagem. Por isso, alguns professores nos estudos de Torres *et al* (2014) ressaltam que os cursos dessa natureza

precisam ser devidamente preparados antes do seu início e de forma que sejam adaptados ao perfil dos alunos.

Nesse sentido, tem-se de um modo geral no Brasil e no exterior diversos estudos que discutem as demandas, expectativas e resultados alcançados no processo de ensino aprendizagem com os participantes do e-learning e educação a distância.

Segundo Pereira (2008), no contexto em que a aprendizagem continuada faz parte da vida das pessoas, a Educação a Distância se apresenta como ferramenta relevante para a construção de políticas públicas inclusivas. Um exemplo do potencial alcance do *e-learning* para o atendimento às demandas e expectativas sociais pode ser verificado nos estudos de Hoque Chowdhury e Khatun (2013) em Bangladesh, país de grande maioria pobre, onde moradores das áreas rurais e remotas encontraram na EaD novas perspectivas de acesso ao ensino superior; principalmente as mulheres que se casavam ou tinham filhos precocemente e que acabavam por abandonar os estudos.

Mill e Carmo (2012) num estudo comparativo dos principais desafios dos gestores da EaD no Brasil e Portugal, identificaram contribuições nas experiências portuguesas referente ao modelo de formação personalizado ao perfil do estudante e ao estilo de aprendizagem de cada aluno.

Embora não seja suficiente apontar o caráter inclusivo da EaD para as camadas menos favorecidas e nem como fenômeno de interiorização do ensino superior nos estudos de Vianney (2008), o autor ressalta que o fenômeno EaD é amplo e de múltiplas facetas, considerando que na modalidade também são reconhecidos outros fatores como: logística, flexibilização e questão econômica, contrapondo as dificuldades enfrentadas num curso que exige dedicação especial.

Outra questão muito discutida diz respeito à dinâmica de expansão da EaD nas IES no Brasil, associada a experiências não institucionalizadas e de sistemas paralelos ao ensino presencial em que a mão de obra não está incorporada ao trabalho nos cursos e a infraestrutura é precária. Essa situação condiciona a uma formação frágil do alunado (ALONSO, 2010).

Acerca da institucionalização, Novais e Fernandes (2011) analisaram o projeto piloto da UFRN em parceria com o Banco do Brasil no Curso de Administração à distância e perceberam que as IES que atuam na EaD ainda não constituem um campo organizacional e

que apesar das pressões externas em favor da institucionalização, foram as variáveis internas que influenciaram de forma positiva para o projeto.

O súbito crescimento da modalidade EaD principalmente nas Instituições Federais de Ensino Superior, para Mill e Carmo (2012) tem exigido estratégias emergenciais de gestão diferentes daquelas usadas tradicionalmente no ensino presencial e nas empresas.

Nas pesquisas de Araújo (2007), o autor concluiu que:

Nossa prática pedagógica, assim como os ensinamentos advindos de nossas pesquisas, comprova que não será possível fazer uma educação on-line com base na mesma perspectiva da aula convencional, uma vez que as TIC potencializam outra ambiência (ARAÚJO, 2007, p.528).

Embora as bases sejam as mesmas na educação presencial e na EaD, o gestor da EaD deve compreender que a natureza do processo educativo virtual distingue-se do processo educativo presencial (MILL *ET AL*, 2010). Benfatti e Stano (2010) questionam o porquê da insistência em práticas e relações convencionais de ensino se a realidade da universidade caminha junto à tecnologia.

2.2 Gestão de Cursos na Modalidade a Distância

A gestão resulta da ação humana e por isso tem seu caminho norteado pelas necessidades que se apresentam na realidade (WELLEN, 2010). A Era da Informação trouxe um novo contexto e novos problemas para as organizações, onde a aprendizagem se constitui no principal ativo das organizações competitivas (CHIAVENATO, 2010).

O processo de gestão escolar segundo Bartnik (2011) se propõe a melhoria da qualidade do ensino com o objetivo de promover o desenvolvimento dos sujeitos. Para prover um país social e economicamente são necessárias metas de desenvolvimento reforçadas pelas TIC's, onde a EaD deve ser explorada, desde que sua proposta possa acontecer a partir de uma educação de qualidade (HOQUE CHOWDHURY E KHATUN 2013).

No cenário contemporâneo de crescimento na demanda por formação no ensino superior e de crescente oferta de cursos presenciais e a distância por instituições públicas e

privadas em todo país, a gestão desses cursos está cercada de desafios. Dentre eles, Carvalho e Ivanoff (2010) destacam:

[...] alguns dos desafios criados pelas novas tecnologias estão fora do alcance do professor, como possibilitar a inclusão tecnológica dos alunos, conservar o ambiente tecnológico em funcionamento e manter o investimento em tecnológicas. Esse é um papel que cabe ao Estado e às instituições de ensino (CARVALHO E IVANOFF, 2010, p.117).

A avaliação dessa gestão na educação não deve ser feita utilizando variáveis capitalistas como produtividade e lucratividade, seu desempenho deverá ser avaliado pelo produto do processo pedagógico (WELLEN, 2010).

O uso dos recursos tecnológicos para formação dos profissionais da educação em um país com tamanha extensão territorial como é o caso do Brasil é benéfico à melhoria da qualidade da educação. Porém, falar de qualidade requer o estabelecimento de parâmetros para sua verificação, pois seu conceito pode ser demasiado subjetivo (VIEIRA *ET AL*, 2014).

“A formação do gestor escolar é algo complexo que prevê o entendimento da escola como um todo, considerando, simultaneamente, as especificidades das partes” (GROCHOSKA, 2011, p.32).

Estabelecer uma gestão escolar estruturada no coletivo da organização e nas relações com a sociedade segundo Wellen (2010) não se trata de uma visão quantitativa para a educação, mas de superação em termos de qualidade. Promover a inclusão de todos os atores do processo educativo nas decisões da organização estará de fato contribuindo para a gestão democrático-participativa (GROCHOSKA, 2011).

“No final, a escola estará gerida não pela exclusividade de uma determinada função, mas pelo conjunto de seus interesses” (WELLEN, 2010, p.188). Para Grochoska (2011) a gestão educacional vai além da gestão quando inter-relaciona elementos das políticas educativas como os sistemas de ensino, direção, diretrizes educacionais e projetos político-pedagógicos.

Wellen (2010, p. 184) destaca:

Um dos grandes problemas que existem dentro da gestão escolar hegemônica do capitalismo é que, como diretor tem uma função específica da chamada burocracia, pois se encontra atarefado com o cumprimento de imposições governamentais e voltado para resolução de processos administrativos, ele se torna afastado da peculiaridade da educação, que é o processo de ensino aprendizagem.

Segundo Carvalho e Ivanoff (2010) o processo de ensinar e aprender não se limita à sala de aula e pode ser explorado em qualquer ambiente e contexto.

O estudo de Dourado (2007) analisou o processo expansionista e as políticas para formação de Professores principalmente com ênfase na educação a distância no Setor Público do Brasil. O autor aborda a complexidade do sistema educacional brasileiro necessitado de políticas articuladas direcionadas aos diferentes níveis e modalidades educativas.

Mill e Carmo (2012) perceberam uma organização docente menos precária em Portugal do que a organização docente experimentada nos sistemas de educação a distância no Brasil. Já para Vieira *et al* (2014) a EaD se destaca no Brasil como propulsora da formação docente, atendendo à demanda da grandeza de sua extensão territorial e democratizando o acesso à formação dos profissionais que atuam nas escolas públicas dos municípios mais remotos do país. A expansão com qualidade da educação básica pressupõe políticas direcionadas para a formação de professores e que devem romper com a dicotomia entre o ensino presencial e a distancia (DOURADO, 2007).

2.3 Perfil e Expectativas dos alunos da Ead

Na atualidade o discurso acerca da qualidade da educação a partir das novas TIC's permeia a compreensão do perfil e expectativas do aluno, do projeto do curso e adequação às demandas sociais, econômicas e do mercado de trabalho (COCHIA E QUAGLIA, 2014).

Lima, Sá e Pinto (2014) sugerem que nos cursos EaD seja feito um diagnóstico do perfil do público-alvo e com os resultados das análises seja elaborado um plano de trabalho para nivelar os conhecimentos tecnológicos, a dinâmica da EaD, uso dos equipamentos de informática e das interfaces do AVA e internet. Convergindo para perspectiva, alguns professores destacam a emergência de um novo perfil para o alunado, que seja autônomo, autodisciplinado, com disponibilidade para leitura e atividades paralelas (TORRES *ET AL*, 2014).

O perfil do profissional capacitado nos últimos anos de acordo com Benites, Colusso e Bolzan (2011) é evidenciado por características como liderança, assertividade e autonomia. No estudo de Torres *et al* (2014) os docentes alegam que o aluno na EaD para concluir o seu curso precisa ter um objetivo pessoal, com impactos na sua vida profissional, que requer estudo de forma independente. Nesse mesmo sentido, Santos, Cardoso e Borges (2014) destacam que a motivação e expectativa estão além da obtenção de um título profissional, mas também na necessidade de realização de um desejo, sonho e na esperança em uma nova educação.

Por outro lado, alguns professores em Benfatti e Stano (2010) apesar de interessados, demonstraram alguma insegurança quanto ao uso da modalidade EaD e declararam que precisam de novas competências à sua prática educativa. Os professores que atuam na EaD de forma muito semelhante ao ensino presencial, têm muitas vezes sua relação com AVA e com a tutoria dificultada por uma aversão às TIC's não declarada, o que tende a desfavorecer o ensino mediado pela internet para aqueles alunos carentes de tecnologia ou que não estão ambientados com a modalidade (LIMA, SÁ E PINTO, 2014).

O pessimismo de alguns professores verificados em Torres *et al* (2014) em relação a EaD se deu pela percepção de que muitos alunos não apresentam perfil autônomo, muitas vezes com problemas trazidos da formação no ensino básico.

Benfatti e Stano (2010) analisaram estudantes de graduação e pós-graduação em Engenharia de Produção e observou nos alunos que o processo de ensino aprendizagem na EaD contribui não apenas para a formação acadêmica, mas a pensar novas propostas metodológicas, diálogos e a necessidade emergente de novas práticas educacionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo das expectativas e motivações dos alunos do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, ofertado na modalidade a distância por Instituições Federais de Ensino Superior (algumas universidades estaduais também aderiram ao programa) no âmbito da UAB, constitui o objetivo principal desse trabalho. Espera-se que as informações apuradas sirvam de balizamento para as práticas pedagógicas e também auxiliem na identificação das principais

dificuldades para aprendizagem dos alunos considerando o enfoque da Gestão Pública Municipal. Poderá servir também para subsidiar a Coordenação do referido curso, uma vez que uma nova turma será ofertada em dezembro de 2014.

Desse modo, confere ao estudo a técnica de Pesquisa Documental, pois a fonte dos dados se restringe a documentos escritos pelos alunos, constituindo-se como fontes primárias (MARCONI E LAKATOS, 2010). Além da pesquisa documental foi realizada também a pesquisa bibliográfica. De acordo com Cervo e Bervian (2002) a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.

3.1 Análise de Dados

Os dados foram obtidos através da análise da Carta de Intenção feita pelo candidato ao curso e também nas diversas fontes (páginas das empresas na Internet, material institucional e promocional das mesmas, matérias de jornais e revistas, etc), que foram posteriormente comparados e analisados de forma qualitativa através de análise documental e análise de conteúdo.

Para a análise dos dados primários foram utilizadas a análise de conteúdo e a técnica de triangulação para a comprovação da veracidade das informações.

De acordo com De Bruyne *et al* (1997), a análise documental tem como vantagem permitir ao pesquisador dispor de instrumentos “não reativos” para a investigação das fontes secundárias. A análise dos dados consiste na examinação, categorização, tabulação, ou outro tipo de recombinação de evidência, para dirigir às proposições iniciais do estudo (YIN, 2005).

Segundo Yin, (2005) existem seis fontes que podem subsidiar um estudo. Entre essas fontes podem ser citadas: documentos, registros arquivais, entrevistas, observação direta, observação participante, e artefatos físicos. Entre as fontes utilizadas nesse estudo estão:

- **Documentação** – foram utilizados as Cartas de Intenção, feita pelo candidato no momento de sua inscrição, bem como a Ficha Cadastral e demais documentos administrativos, disponíveis nos arquivos da Secretaria de Educação a Distância da UNIVASF;
- **Registros arquivais** - registros e apresentações sobre o Programa Nacional de Administração Pública;

- **Entrevistas** – realizadas com funcionários da Secretaria de Educação a Distância da UNIVASF e Coordenação do Curso

Para Diehl (2004) trata-se de pesquisa documental vez que a natureza das fontes de materiais não recebeu tratamento analítico e pode ser reelaborada de acordo com o objetivo da pesquisa, porém, também é bibliográfica por analisar materiais já elaborados, a exemplo dos artigos que discutem a temática. A pesquisa bibliográfica propicia o exame da temática sob nova abordagem de modo que se possa chegar a conclusões inovadoras (MARCONI E LAKATOS, 2010).

A tipologia da pesquisa segundo Diehl (2004) pode ser classificada como descritiva, considerando que o objetivo é descrever características dos alunos ou ainda estabelecer relações entre suas variáveis.

3.2 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa foi limitada aos alunos que se inscreveram no Processo Seletivo do Programa Nacional de Administração Pública – PNAP, Edital 01/2013-Sead/PRPPGI/UNIVASF de 22 de fevereiro de 2013 somente no curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, e que foram selecionados no referido processo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

O estudo observou a partir da Análise Documental os registros dos 140 alunos aprovados no processo seletivo para o preenchimento das vagas do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal ofertado nos sete polos EaD localizados nas cidades de Juazeiro, Paulo Afonso, Pintadas e Piritiba no Estado da Bahia, e Petrolina, Salgueiro e Ouricuri no Estado de Pernambuco pela IFES no âmbito da UAB nos moldes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP.

O Edital 01/2013-Sead/PRPPGI/UNIVASF de abertura do processo seletivo para preenchimento das vagas contemplam apenas os Cursos de Especialização (*Lato Sensu*),

ficando de fora o Curso de Bacharelado em Administração Pública que também faz parte do Programa Nacional de Administração Pública – PNAP.

A Tabela 1 apresenta a relação do quantitativo de vagas disponibilizadas para cada cidade polo e o número de alunos selecionados.

Tabela 1 – Distribuição dos alunos por cidade polo

Cidades Polo	Vagas disponibilizadas conforme Edital 01/2013-Sead/PRPPGI/UNIVASF	Quantidade de Alunos Selecionados	% Alunos por Polo
Paulo Afonso-BA	25	20	14,3%
Ouricuri-PE	50	18	12,9%
Piritiba-BA	50	33	23,6%
Juazeiro-BA	25	23	16,4%
Petrolina-PE	25	25	17,9%
Salgueiro-PE	25	10	7,1%
Pintadas-BA	25	6	4,3%
Não respondeu	-	5	3,6%
Total	225	140	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores (2014) adaptado do Edital 01/2013 Sead/PRPPGI/UNIVASF

Destacamos que do total das vagas disponibilizadas, 40% (quarenta por cento) são para as demandas sociais e 60% (sessenta por cento) para as demandas públicas. Percebe-se que nas cidades de Ouricuri e Salgueiro no Estado de Pernambuco e Pintadas na Bahia o número de alunos selecionados ficou muito distante do quantitativo de vagas disponibilizadas. Ressaltamos que as demandas pelas vagas foram solicitadas pelas coordenações dos polos dos municípios, entretanto, nessas localidades há uma carência maior de Cursos de Graduação, considerando que são cidades distantes dos centros Universitários onde a quantidade de portadores de diplomas de nível superior não é tão expressiva como nas cidades de Petrolina e Juazeiro.

4.1 Perfil dos alunos pesquisados

Na análise do perfil dos candidatos aprovados no processo seletivo, observou-se que a grande maioria atua no Serviço Público; apenas 4,3% atuam somente no Setor Privado e 19,3% não declaram a natureza do vínculo empregatício. Um pouco mais da metade, 54,3%, é do gênero masculino e 72,1% do total de estudantes têm idade acima dos 31 anos.

Apesar de o Curso ser voltado para a Gestão Pública Municipal e 46,1% dos alunos trabalharem diretamente em órgãos da Gestão dos Municípios, mais da metade dos candidatos selecionados, 53,9% do total atuam em diferentes áreas, a exemplo das Instituições de Ensino, Tribunais de Justiça, Escritórios privados, Bancos, Órgãos do governo Estadual, Associações de Classes, entre outros. Os alunos têm formação em diversas áreas, porém em maior quantidade os graduados em Administração, Ciências Contábeis e Direito, correspondendo a 22,4%, 17,5% e 14,0% respectivamente. As áreas de Pedagogia, Letras e História estão representadas por 6,3% dos estudantes. Os demais participantes estão distribuídos em 20 outras áreas de formação, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Áreas de formação dos alunos



Fonte: Elaborado pelos autores (2014)

Apesar de os candidatos com graduação em Administração, Contabilidade e Economia terem prioridade nos casos de empate das notas finais, conforme o segundo item dos critérios de desempate, ainda assim, a terceira maior área de formação dos alunos selecionados foi a do

Curso de Direito, superando em quase dez vezes o número de alunos com formação em Economia.

Conforme o gráfico 2, do total de 140 alunos, 36 já possuem curso de Especialização e um aluno possui Mestrado. Ressaltando que para realização do Curso todos os 140 alunos obrigatoriamente devem possuir graduação.

Gráfico 2: Grau de Instrução dos alunos



Fonte: Elaborado pelos autores (2014)

Segundo Benfatti e Stano (2010) a EaD já é vista como recurso adequado para possibilitar ao indivíduo a aprendizagem, a formação continuada, a estratégia para a competitividade nacional necessária para o avanço da sociedade que demanda por uma renovação pedagógica que leve ao indivíduo a aprendizagem para a vida toda.

As TIC's segundo Santos, Borges e Cardoso (2014) facilitaram o acesso às informações necessárias para a vida, aceleraram a renovação dos conhecimentos, transformaram a concepção de trabalho, inclusive alteraram diversas funções cognitivas humanas, implicando o papel transformador da educação.

Foi observado nas declarações dos alunos um número significativo de Instituições de Ensino que adotam a EaD. Quase a metade do total de alunos declarou ter realizado sua graduação ou especialização em Instituições que oferecem cursos à distância. Talvez essa informação denote que os alunos provenientes dessas instituições tenham alguma experiência com as novas TIC's, pois quase um terço, ou seja, 46 dessas Instituições adotam somente a EaD como modalidade de ensino. O Gráfico 3 apresenta a modalidade de ensino das Instituições segundo a declaração dos alunos acerca da Instituição de sua formação na graduação e/ou especialização:

Gráfico 3: Distribuição das instituições de origem dos alunos por modalidade de ensino



Fonte: Elaborado pelos autores

O conhecimento inicial dos estudantes com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação pode ser fator preponderante na redução das dificuldades iniciais nos cursos EaD. Muitos alunos têm dificuldades no início do curso pela falta de familiaridade com as tecnologias (SANTOS, CARDOSO E BORGES, 2014).

As motivações e expectativas para cursar uma Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal segundo os alunos são as mais variadas possíveis. A maioria relatou de forma resumida e bem convergida o interesse baseado numa única motivação, porém, outros vários citaram mais de uma justificativa que os despertaram no interesse pelo curso. As principais motivações e que foram mais citadas pela maioria estão relacionadas com a necessidade de

ampliação do conhecimento, maior qualificação e aprimoramento profissional, respondendo juntas por 36% dos alunos.

A declaração a seguir corresponde basicamente o enfoque da maioria dos alunos acerca das motivações para realização do curso:

“A motivação em relação à escolha do curso é com vistas à melhora da qualificação profissional e pessoal com a capacitação na área de exercício profissional, haja vista que o mercado de trabalho exige e a constante atualização do ser humano faz-se necessária” (Aluno 58).

Pereira (2005) destaca que a ideologia individualista na qual vivemos, tem eliminado as estruturas imaginárias e simbólicas predominantes. Para o autor, o homem hoje é materialista e busca sua realização na concorrência e na competição.

Motivações por atuarem na gestão dos municípios, pela carência de profissionais capacitados na área de gestão ou pela oportunidade de cursar uma Pós-Graduação na cidade em que residem, representam conjuntamente as declarações de 25,3% dos alunos.

Diversas outras motivações foram citadas, porém, em frequência menor na opinião dos alunos e foram direcionadas a questões como: gratuidade, o conceito atribuído a IFES nas localidades onde o Curso está sendo ofertado, a necessidade de contribuir com a academia atuando nas instituições de ensino, a contribuição para o desenvolvimento regional e melhor preparo para servir a sociedade. Segundo Pereira (2008) as políticas públicas de educação à distância no Brasil, apesar das limitações, contribuem efetivamente para uma crescente inclusão social.

Algumas das expectativas citadas acima são destacadas no relato de um aluno transcrito abaixo:

“O curso abre um leque muito grande, tem várias matérias que são usadas na prática, e me dá uma noção muito precisa de cada especialidade. A Instituição é muito bem conceituada, tem uma didática excelente e a necessidade cada vez maior de uma formação continuada dos servidores que vise não apenas à melhoria no trabalho, mas assegurando e possibilitando atuar de forma crítica e decisiva no mundo profissional, localizando, reconhecendo, identificando e, sobretudo, utilizando o conhecimento construído de modo a agregar valores as minhas atividades para melhor atender ao meu cliente” (ALUNO 75).

Pereira (2005) ressalta que é pela Educação que se resguarda e se dá a qualidade de vida, a luta pela cidadania, a superação das desigualdades sociais pela dignidade e pela felicidade dos povos. Desse modo, na orientação profissional dos estudantes da EaD podem ser acrescentadas etapas que possibilitem aos alunos conhecerem mais claramente o papel de cidadão na sociedade, fortalecendo as qualidades do profissional de primeira grandeza no processo de elaboração de uma sociedade sustentável (BENITES, COLUSSO E BOLZAN, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou descrever o perfil e analisar as principais motivações dos alunos do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal ofertado no âmbito da UAB pela IFES nas sete cidades polos. Foi estabelecido como objetivo o provimento de informações para as ações e práticas pedagógicas, assim como para o planejamento efetivo do Curso pela gestão.

Uma instituição de ensino com qualidade social demanda que todas as pessoas envolvidas conheçam conceitos de administração e suas implicações para o processo de trabalho, especialmente a gestão e a organização do trabalho educativo com foco na aprendizagem (BARTNIK, 2011).

Os registros dos alunos selecionados no processo e que foram analisados no presente estudo atendem aos requisitos dos Cursos de Especialização do PNAP, vez que se destinam aos portadores de diploma de nível superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou ainda que tenham aspirações ao exercício de função pública. Foram preenchidas vagas para as demandas sociais e públicas.

De modo geral, muitos dos alunos possuem experiência com cursos na modalidade EaD. A maioria se encontra na faixa etária acima dos 30 anos. Há representação de diversas áreas de atuação, não apenas gestão pública, mas também educação, justiça, câmaras municipais, bancos, polícia, entre outros órgãos. Destacamos que o levantamento das informações se deu com o curso em andamento e que não foi possível observar o uso de informações tempestivas para melhoria no desempenho do curso.

Para Benfatti e Stano (2010) criar espaços para reflexão sobre os desafios da EaD, tentar um repensar crítico, ouvir as falas de professores, alunos, pode levar a universidade a um ponto de partida na melhoria e planejamento das atividades educacionais.

Em relação às expectativas e motivações para cursarem a Especialização em Gestão Pública, de forma resumida a maioria dos alunos alinhou seus relatos ao que se estabeleceu mais especificamente aos objetivos do Curso veiculado pela Secretaria de Educação a Distância da IFES, quais sejam: (i) capacitação de gestores para atuarem na Administração dos sistemas Públicos; (ii) capacitar os profissionais para intervirem na realidade social, política e econômica; (iii) contribuir para a melhoria da gestão nos âmbitos federal, estadual e municipal, e (iv) contribuir para a visão estratégica do gestor nos negócios públicos. Os alunos destacaram a ampliação do conhecimento na área de gestão como principal motivação, seguida pela necessidade de maior qualificação e aprimoramento profissional, diferentemente da percepção dos alunos de graduação vistos por Santos, Cardoso e Borges (2014) que destacaram a oportunidade/necessidade da realização de uma graduação como motivação para realização do curso a distância.

Segundo Cochia e Quaglia (2014) com a aplicação das novas TIC's na área da educação, nota-se que discurso sobre a qualidade passa pela compreensão do perfil e das expectativas do aluno, do projeto do curso e da adequação às demandas sociais, econômicas e do mercado de trabalho.

Nesse sentido, constata-se que o presente estudo se constitui de informações relevantes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, bem como para o controle, avaliação do desempenho e qualidade do curso.

Por fim, sugere-se para avaliação do alcance dos objetivos em relação às motivações/expectativas dos alunos que sejam colhidos novos relatos (cartas) junto aos participantes ao final do curso, de modo que se possam reconhecer as principais dificuldades encontradas, avaliar o perfil desse aluno com dificuldades, inclusive obter informações do aluno desistente, entre outras, mas em tempo hábil para que os ajustes necessários sejam realizados para uma melhor qualidade na oferta de novas turmas no futuro.

REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A EaD: dinâmicas e lugares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p.1319-1335, out.- dez. 2010.

ARAÚJO, M. M. S. O pensamento complexo: desafios emergentes para a educação on-line. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36, set./dez. 2007.

BARTNIK, H. L. S. **Gestão educacional**. Curitiba: Ibepex, 2011. (Série Formação do Professor).

BENFATTI, E. F. S. S.; STANO, R. C. M. T. Utilização da Tecnologia em Educação a Distância na formação de engenheiros de produção da Universidade Federal de Itajubá: uma avaliação educacional. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v.17, n.2, p.433-446, 2010.

BENITES, S.; COLUSSO, P.; BOLZAN, M. I. B. O Seminário de Orientação Profissional como Estratégia de Permanência e Êxito para Estudantes do Curso Técnico de Automação Industrial do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Modalidade Educação a Distância (Ead). **Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura**, Faculdade de Tecnologia de Bauru, número 01 – volume 01 – dezembro/2011, p.221-233.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. EDITAL Nº 01, DE 27 DE ABRIL DE 2009. 2009. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública no Âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/pnap> >. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. EDITAL Nº 19, DE 03 DE MAIO DE 2012. 2012. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública no Âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: < http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital_019_PNAP-2012.pdf > . Acesso em: 06 nov. 2014.

CARVALHO, F. C. A.; IVANOFF, G. B. **Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias da informação e comunicação** - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CASTRO, J. M. C.; LADEIRA, E. S. GESTÃO E PLANEJAMENTO DE CURSOS A DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL: um estudo de casos múltiplos em três instituições de ensino superior. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, V.10, nº 2, p. 229-247, jul./dez. 2009.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Pearson, 2002.

CHIAVENATO, I. **Iniciação à teoria das organizações**. – Barueri, SP: Manole, 2010.

COCHIA, C. B. R.; QUAGLIA, I. O Estudante da Educação a Distância: perfil e expectativas sob a ótica da instituição de ensino Unicesumar. Trabalhos (comunicação oral) **Anais do SIED:EnPED: 2014**. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Setembro – 2014.

Disponível em: < <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/809> >
Acesso em: 12 out. 2014.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques & DE SCHOUTHEETE, Marc. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais** - os pólos da prática metodológica, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1997.

DIEHL, A. A.. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas** / Astor Antônio Diehl. – São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOURADO, L. F. POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: Limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

GROCHOSKA, M. A. **Organização escolar: perspectivas e enfoques**. – Curitiba: Ibpex, 2011. – (Série Pesquisa e Prática Profissional em Pedagogia).

HOQUE CHOWDHURY, M. M.; KHATUN, A. Modeling E-Learning Assisted Distance Education System for Bangladesh. **International Journal of Advanced Science & Technology**. Vol. 56, p. 131-142, July, 2013.

LIMA, M. A. A.; SÁ, E. M. O.; PINTO, A. C. **PERFIL E DIFICULDADES DO ALUNO EAD: O caso do curso de bacharelado em administração pública**. ESUDE 2014 – XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Florianópolis/SC, Agosto – 2014 – UNIREDE, p. 2732-2747.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2010. 297p.

MILL, D.; BRITO, N. D.; SILVA, A. R.; ALMEIDA, L. F. Gestão da Educação a Distância (EaD): noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD. **Vertentes (UFSJ)**, v. 35, p. 9-23, 2010.

MILL, D.; CARMO, H. Análise das Dificuldades de Educadores e Gestores da Educação a Distância Virtual no Brasil e em Portugal. **Anais do Sied: Enped: 2012 – Trabalhos Completos – V. 1, N.1**, Universidade Federal De São Carlos – Ufscar, Setembro de 2012. Disponível Em: < <Http://Sistemas3.Sead.Ufscar.Br/Ojs1/Index.Php/Sied/Issue/View/1> >. Acesso em: 12 Out. 2014.

NOVAIS, S. M.; FERNANDES, A. S. A. A Institucionalização do Ensino a Distância no Brasil: O Caso da Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). **Revista de Ciências da Administração**, V. 13, N. 29, Jan.Abr., 2011, p. 173-201, Universidade De Santa Catarina Brasil.

PEREIRA, J. M. Políticas Públicas de Educação no Brasil: A utilização da EaD como instrumento de inclusão social. **Journal of Technology Management & Innovation**. 2008, V. 3, Special Issue 1, p.44-55.

PEREIRA, P. A. **O que é pesquisa em educação?** São Paulo: Paulus, 2005.

RAMOS, D. K. Perfil Dos Alunos de Licenciatura a Distância e Aspectos que Contribuem Para Aprendizagem. **Revista Reflexão E Ação**, Santa Cruz Do Sul, V.21, N. Esp., P.199-220, Jul./Dez. 2013

SANTOS, A. G.; CARDOSO, A. L.; BORGES, L. M. **Educação a Distância**: motivações, expectativas e aprendizagem. ESUD-2014 – XI Congresso Brasileiro de Educação a Distância. Florianópolis/SC, 05 – 08 de agosto de 2014 – UNIREDE, p. 2059-2072.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEAD. UNIVASF. Edital 01/2013 SEAD/PRPPGI/UNIVASF de 22 de fevereiro de 2013. 2103. **Abertura de Processo Seletivo para Cursos de Especialização (Lato Sensu) – 2013.1, na modalidade a distância.** Disponível em: < http://www.sead.univasf.edu.br/administrador/arquivos/Edital_01_2013_PRPPGI_Sead_Especializacoes_em_Gestao_Pnap.pdf >. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. SEAD. UNIVASF. Edital 17/2014 SEAD/UNIVASF de 01 de outubro de 2014. 2014. **Seleção de alunos para Cursos de Especialização (Lato Sensu) – 2014.2, na modalidade a distância.** Disponível em: < <http://www.sead.univasf.edu.br/arquivos/EDITAL%2017%20ESPECIALIZACAO%20COLETIVO%20PNAP.PDF> >. Acesso em: 18 out. 2014.

TORRES, M. K. L.; OLIVEIRA, P. C.; NUNES, C. S.; NAKAYAMA, M. K. PERSPECTIVAS DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **ETD Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 192-209, jan./abr.2014.

VIANNEY, J. A ameaça de um modelo único para EaD no Brasil. **Colabor@ - Revista Digital da CVA** – Ricesu, ISSN 1519-8529, V. 5, N. 17, jul. 2008.

VIEIRA, M. F.; SILVA, A. N.; GOMES, D. A.; BRITO, K. C. C. F.; BORGES, N. F. V.; BORGES, O. C. S. EAD: reduzindo distâncias entre a formação e o trabalho. **Anais do SIED: EnPED: 2014.** Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, setembro, 2014. Disponível em: < <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/807/324> >. Acesso em: 22 out. 2014.

WELLEN, H. **Gestão organizacional e escolar**: uma análise crítica. - Curitiba: Ibpex, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2005.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A PESSOA IDOSA NA CIDADE DE PARNAMIRIM/PE, UMA REALIDADE?

Danila Cabral de Aquino Angelim
danila-angelim@hotmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Deise Cristiane do Nascimento
Universidade Salvador - UNIFACS

RESUMO

O artigo apresentado tem como ponto chave a Assistência Social como política pública para idosos. A relevância deste trabalho se deu devido à população brasileira está com um nível elevado da expectativa de vida, o cuidado com a pessoa idosa deve ser priorizado. Assim, pensando em contribuir e esclarecer a sociedade, a família, aos profissionais, entre outros envolvidos neste processo, este estudo teve como objetivos suscitar reflexões sobre as políticas públicas no âmbito estadual, como também conhecer acerca da Política Municipal de Assistência do Idoso no município de Parnamirim/PE, bem como, conhecer se as políticas públicas voltadas para o idoso são eficientes. A metodologia utilizada para este estudo foi de pesquisa de campo norteada por um questionário de natureza qualitativa com questões subjetivas, aplicado a duas assistentes sociais, o artigo foi embasada em literatura específica, tais como, artigos, livros, documentos, entre outros. O estudo concluiu que as políticas públicas voltadas para o idoso em Parnamirim/PE existem e atendem a 150 idosos, as mesmas estão em concordância com o Estatuto do Idoso, no entanto, ainda precisam ser melhores executadas.

Palavras-chave: Idoso. Política da Assistência Social. Qualidade de Vida.

ABSTRACT

The article is presented as a key point to Social Assistance as public policy for the elderly. The relevance of this work was due to the Brazilian population is a high level of expectation of life, care for the elderly should be prioritized. So, thinking about and contribute to clarify the society, the family, professionals, and others involved in this process, this study aimed to elicit reflections on public policy at the state level, but also know about the Municipal Assistance Policy for the Elderly in the municipality of Melbourn / PE as well, to know whether aimed at the elderly public policies are efficient. The methodology used for this study was field research guided by a questionnaire with qualitative nature of subjective questions, applied to two social workers, the article was based on the literature, such as articles, books, documents, among others. The study concluded that those toward the elderly in Melbourn / PE policies exist and serve 150 seniors, they are in agreement with the Elderly Statute, however, still need to be better enforced.

Keywords: Elderly. Policy for Social Assistance. Quality of Life.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um acontecimento em nível mundial que vem se manifestando de maneira rápida e diferenciada nos países, ocasionando grandes desafios para as políticas públicas em garantir a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e social, aprofundando a equidade entre os grupos etários na divisão dos recursos, direitos e responsabilidades sociais.

De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) há uma estimativa do crescimento da população mundial até 2025, neste ano o mundo contará com 32 milhões de estudo. No período de 1995 passou a ser observado o envelhecimento da população, havendo a redução da população jovem e o aumento da população idosa. Cabe aqui destacar que haverá um crescimento mais proeminente do grupo de idosos com oitenta anos ou mais, sugerindo alteração da composição etária dentro do próprio grupo, o que revela a diversidade deste segmento populacional.

Esse aumento do envelhecimento populacional pode ser explicado por meio do crescimento demográfico de pessoas idosas e seu peso relativo em comparação a outros grupos etários, além das maiores expectativas de sobrevivência e das tendências da mortalidade.

É considerado também o crescimento significativo da população idosa em relação à diminuição de nascimentos, bem como da quantidade de filhos por casal, conforme destaca Annan (*apud* ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002, p. 13), “nos próximos 50 anos haverá no mundo mais pessoas acima de 60 anos que menores de 15 anos, [...] a população idosa dos países em desenvolvimento será quadruplicada”.

Para Barros Júnior (2009), o envelhecimento da população é mais visível em países em desenvolvimento. Atualmente, cerca de 70% deste segmento vive nesses países e em 2050 esse índice aumentará para quase 80%.

A Organização Mundial de Saúde (ONU) informa que o aumento da expectativa de vida no mundo é "motivo de celebração", contudo chama atenção para alguns riscos econômicos do envelhecimento populacional.

Barros Júnior (2009) alerta que o desafio para muitos países emergentes com grande percentual de jovens é implementar políticas públicas para lidar com o envelhecimento desta população nas próximas quatro décadas.

No Brasil, a previsão é que o número de pessoas idosas triplique de hoje até 2050, passando de 21 milhões para 64 milhões. Por essas previsões, a proporção de pessoas mais velhas no total da população brasileira passaria de 10% para 29%, em 2050 (SURTEL, 2011).

Então, para um envelhecer digno requer uma melhoria na qualidade de vida exigindo cada vez mais que políticas públicas sejam implementadas, como também que os direitos garantidos constitucionalmente para estes sejam efetivados.

O idoso possui direitos garantidos na Carta Maior, entretanto, há um grande desconhecimento por grande parte da sociedade. Todos os indivíduos envolvidos sejam na esfera Federal, Estadual e Municipal com as políticas públicas para o idoso necessitam estar empenhados em garantir serviços adequados a esse público.

A legislação brasileira traz em seu ordenamento garantias para que os idosos sejam respeitados, tenham dignidade e sejam considerados cidadãos de fato. A Carta Magna diz que é obrigação do Estado garantir o pleno exercício dos direitos da pessoa idosa, conforme estabelece o artigo 3º do Estatuto do Idoso:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito a vida, a saúde, ao lazer, alimentação, educação, cultura, ao esporte, ao trabalho, a cidadania, a liberdade, a dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003, p.1).

Contudo, nota-se que tanto a família quanto a sociedade vem descumprindo alguns desses parâmetros balizados no Estatuto do Idoso. Muitas vezes não havendo políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dessa parcela da sociedade em alguns municípios do país.

Mesmo a Constituição Federal expressando direitos e garantias fundamentais, é imprescindível que haja vontade política para que a norma seja cumprida. O artigo 230 da Constituição dispõe que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. É perceptível o progresso na área de proteção aos direitos dos idosos, mesmo assim muito ainda precisa ser realizado, ainda que essa população tenha

formal e legalmente assegurada à atenção às suas necessidades, na prática as ações institucionais mostram-se tímidas em muitos aspectos.

Por se tratar de um grupo etário em rápido e constante crescimento no mundo, inclusive no Brasil, a implementação, efetivação, viabilidade e integração de políticas públicas são indispensáveis para promover dignidade e qualidade de vida para a população idosa. Deste modo, o conjunto de leis, direitos e políticas que, a partir da Carta Magna de 1988, compõem a nova institucionalidade da proteção ao idoso no Brasil, a Assistência Social torna-se uma relevante aliada para a melhoria das condições de vida e de cidadania desse segmento social.

Mesmo havendo muitos avanços nas políticas públicas voltadas para esse segmento, a mesma ainda enfrenta muitos problemas já que ainda caminha de modo lento rumo à erradicação de dificuldades que complicam a vida de indivíduos idosos. Entre estes problemas estão **às dificuldades de acesso à saúde, à cultura, ao esporte, ao lazer, além do problema da violência e maus-tratos, a discriminação, entre outros fatores que impedem uma vida digna para os idosos.**

Diante desta premissa, surge o seguinte questionamento: A política de assistencial social para a pessoa idosa acontece de forma eficiente em Parnamirim/PE?

Considerando o exposto, urge a necessidade de se investigar sobre as políticas públicas para os idosos em Parnamirim/PE com o intuito de conhecer essa realidade oportunizando a condição de se analisar melhor acerca desta temática, sensibilizando os profissionais e outros interessados no assunto sobre a importância do conhecimento e discussão do tema que resultem em melhoria das políticas públicas no município acima citado.

Suscitar reflexões sobre as políticas públicas no âmbito estadual, como também conhecer acerca da Política Municipal de Assistência do Idoso no município de Parnamirim/PE, bem como, conhecer se as políticas públicas voltadas para o idoso são eficientes. E como objetivos específicos: conhecer a política de Assistência Social realizada em Parnamirim/PE; investigar se as políticas públicas voltadas para o idoso neste município são eficientes e atendem as necessidades deste segmento populacional; averiguar a importância do assistente social para o enfrentamento das questões sociais no que concerne a população idosa.

2. METODOLOGIA

Para Gil (2002, p.17), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Para que a pesquisa seja desenvolvida de maneira aceitável tem que dispor de informações satisfatórias para responder ao problema que foi proposto, e isso se ocorre por meio da utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

Para o desenvolvimento do presente trabalho o processo metodológico foi direcionado à investigação científica e ao desenvolvimento da pesquisa junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Parnamirim/PE com aplicação de questionário às duas assistentes sociais.

2.1 Caracterização da área

O nome "Parnamirim" é de origem tupi que quer dizer "rio pequeno", através da junção dos termos *paranã* ("rio") e *mirim* ("pequeno") em homenagem ao rio que banha o município, o Rio Brígida. Parnamirim está localizado a uma latitude 08°05'26" sul e a uma longitude 39°34'42" oeste, estando a uma altitude de 392 metros. Sua região é conhecida como Sertão Central de Pernambuco e está a 570 km do Recife. Sua população estimada em 2013 era de 20.990 habitantes (IBGE, 2014).

O município é constituído de três distritos: Parnamirim (sede), Icaçara e Veneza, além dos povoados de Barro, Matias e Quixaba. O clima é do tipo tropical semiárido, com chuvas de verão. O período de chuvas inicia-se em novembro, acentuando-se em março e abril e finalizando em abril. A precipitação média anual é de 431,8mm. O município é abastecido pelo segundo maior açude do estado, o Entremontes, no rio São Pedro, que possui 339 milhões de metros cúbicos. A vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com partes de Floresta Caducifólia (IBGE, 2014).

A economia de Parnamirim é praticamente oriunda da agropecuária, serviços informais, comércio e programas do governo. Tem uma renda per capita de R\$ 13 001,84.

2.2 Tipo de Pesquisa

A pesquisa utilizada neste estudo foi bibliográfica, pesquisa de campo norteadada por um questionário semiestruturado de abordagem qualitativa aplicado a assistente social.

De acordo com Amaral (2007) a pesquisa bibliográfica é considerada uma fase essencial em todo trabalho científico que influenciará em todas as etapas de uma pesquisa. Já para Moresi (2003) é o estudo sistematizado desenvolvido com baseamento em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, entre outros.

A pesquisa descritiva segundo Moresi (2007) exhibe particularidades de determinada população ou de um dado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem obrigação em explicar os fenômenos que descreve, apesar de servir de base para tal explicação.

Já a pesquisa de campo tem o intuito de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou ainda de uma hipótese que se queira comprovar, ou também, descobrir novos fenômenos ou suas relações, afirma Lakatos e Marconi (2001).

Foi empregado como ferramenta para a pesquisa de campo o preenchimento de formulários, pois este permite que o entrevistador possa clarificar questões e aprofundar informações.

2.3 Amostra do Estudo

A pesquisa de Campo foi realizada no período de 04/07 a 08/07/2014, a amostra foi realizada com duas Assistentes Sociais da Prefeitura de Parnamirim/PE.

2.4 Técnicas Utilizadas e Coleta de Dados

Empregou-se para a pesquisa e conseqüentemente para a coleta de dados a aplicação de questionário preenchimento de formulários onde constavam perguntas subjetivas.

2.5 Análises de Conteúdo

A análise de conteúdo se constitui como um procedimento de pesquisa utilizado para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, direcionando a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, auxilia a reinterpretação de mensagens e a alcançar um entendimento de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999).

O estudo de caso faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se mais além do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (MORAES, 1999).

Assim, para a execução e apresentação dos dados neste estudo, os mesmos foram obtidos através de relatos de pessoas entrevistadas.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O Envelhecimento

O acréscimo da dimensão de idosos na população brasileira traz a necessidade de discutir sobre o processo de envelhecimento e as transformações a ele associadas. Sobre esta temática têm-se buscado respostas no tocante às mudanças que ocorrem, sobre a sua causa e consequência. Neste pressuposto, um questionamento é fundamental, o que é o envelhecer?. De acordo com Figueiredo; Guerra e Souza (2007), o envelhecimento é um evento que apresenta algumas especificidades, é normal, gradual e universal. Ou seja, consiste em um conjunto de alterações que acontece em todos os seres humanos com o passar dos anos, e isto independe do seu querer. É irreversível. Mesmo havendo os empenhos e avanços da ciência e tecnologia, nada (até agora) evita ou reverte este fenômeno.

Ainda de acordo com as autoras acima mencionadas, este processo é único, individual e heterogêneo, já que depende da influência mútua de fatores internos (como o patrimônio genético); externos (como o estilo de vida, educação, ambiente e condições sociais).

Destacando que são estas interações que elucidam a diversidade e heterogeneidade do envelhecimento humano.

O envelhecimento biológico ou senescência, de acordo com Schneider; Irigaray (2008, p. 589):

é definido pelas modificações corporais e mentais que ocorrem ao longo do processo de desenvolvimento e caracterizam o processo de envelhecimento humano, que pode ser compreendido como um processo que se inicia antes do nascimento do indivíduo e se estende por toda a existência humana.

Este tipo de envelhecimento institui as alterações que incidem sobre sistemas orgânicos e funcionais diminuindo a sua capacidade biológica de autorregulação e, logo, reduzindo a expectativa de sobrevivência. A redução da densidade óssea, a flacidez da pele, a perda de cabelo e o surgimento de cabelos brancos, o decréscimo da massa muscular ou a redução da acuidade visual ou auditiva são algumas das mudanças normais do processo de envelhecimento.

Segundo Figueiredo; Guerra e Souza (2007), o envelhecimento psicológico está relacionado ao desenvolvimento dos processos cognitivos, tais como, a inteligência, memória, aprendizagem e a criatividade e a ampliação de competências comportamentais e emocionais que consintam que o indivíduo ajuste-se às transformações que ocorrem com a idade. E esse ajustamento se dará de maneira saudável tanto interna quanto externamente dependendo do desenvolvimento, no decorrer dos anos, de uma série de competências relacionadas ao processo de maturidade, como: a aceitação de si e dos outros, estar aberto para vivenciar novas experiências, compaixão, equilíbrio interior, resistência à frustração, em suma, ter um objetivo, encontrar um sentido para a vida.

Já o envelhecimento social se dá pela cultura e história de cada sociedade e está associado a atuação de papéis sociais ajustados às expectativas da sociedade na qual o indivíduo está inserido. Distingue-se pela modificação de papéis, ou seja, perdendo algumas funções, a exemplo do lado profissional e ganhando outras, como a vivência com o aumento da família, passando a serem avós.

Assim, a principal característica do envelhecimento é a variabilidade inter e interindividual, porquanto existem padrões de envelhecimento diferenciados entre indivíduos

com a mesma idade cronológica, como nos diferentes desempenhos de uma mesma pessoa (fisiológicas, psicológicas, sociais). Logo, as pessoas com mais de 65 anos não podem ser consideradas como um grupo homogêneo. O envelhecimento é um processo natural, não pode ser visto como uma patologia. Vale destacar que, a maioria das pessoas idosas mantém as suas habilidades e competências que foi adquirindo com o passar do tempo e desenvolve estratégias de sobrevivência que transpõem os desafios impostos pelo envelhecimento.

3.2 A Pessoa Idosa

Os idosos são pessoas com experiência de vida e que possuem bastantes histórias a contar, conhecimentos que podem ser compartilhados com a sua família e com a sociedade, segmentos nos quais o idoso interage. As pessoas da melhor idade apresentam um conjunto de características muito particulares, e as mais visíveis são as características físicas. O idoso é um cidadão que apresenta necessidades tanto a nível físico como psicológico, mas, apesar desses fatores, o mesmo não deixa de ser menos útil e/ou menos importante a Sociedade (SILVA, 2011).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) compreende o idoso como sendo alguém com 65 anos de idade ou mais para os indivíduos de países desenvolvidos e 60 anos ou mais para os de países subdesenvolvidos. Por isso, entende-se como é essencial a qualidade de vida e o envelhecimento saudável sendo necessário compreender de maneira abrangente e apropriada o conjunto de fatores que estão associadas ao cotidiano do idoso. Diante deste cenário, torna-se fácil perceber a importância de ações educativas formais e informais que de acordo com Gáspari e Schwartz (2005, p. 71):

[...] ao elaborar no coletivo as questões geradoras desta crise, o “idoso” tem oportunidade de colocar-se frente a frente com fatos, idéias e realidades, que contrastam com o cotidiano normalizador, de incorporar novas atitudes diante do envelhecimento, da velhice e da própria vida, de (re)encontrar-se e (re)edificar sua própria identidade.

Neste aspecto, a identidade individual intimamente associada à identidade social, reforça a importância das relações com o(s) outro(s) e com o mundo, como oportunidade de

ressignificação da autoimagem e da autoestima (SANTANA; SENA, 2003 *apud* GÁSPARI; SCHWATRZ, 2005, p. 71).

Este fato ainda segundo as autoras acima mencionadas, ganha dimensão e magnitude, devido ao atual quadro mundial, nacional e local, já que pesquisas da Organização das Nações Unidas – ONU, divulgadas em 2002, afirmam que a população idosa será maior que a dos menores de 15 anos. Ressaltando que a população mundial de pessoas na melhor idade chegará a dois bilhões em 2050.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010, p. 192):

Em vários países, as populações estão envelhecendo. Estudos mostram que o número de pessoas idosas cresce em ritmo maior do que o número de pessoas que nascem, acarretando um conjunto de situações que modificam a estrutura de gastos dos países em uma série de áreas importantes. No Brasil, o ritmo de crescimento da população idosa tem sido sistemático e consistente. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, o país contava com uma população de cerca de 21 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade. Com uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição populacional, combinada ainda com outros fatores, tais como os avanços da tecnologia, especialmente na área da saúde, atualmente o grupo de idosos ocupa um espaço significativo na sociedade brasileira.

3.3 O Estatuto da Pessoa Idosa

O envelhecimento digno se dá quando a população idosa tem acesso a todos os seus direitos, que são os estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Estatuto do Idoso - Lei N° 10.741 de 1º de outubro de 2003 destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (ROCHA; MORAES; SANTOS, 2012).

O principal direito é o direito à vida. Este é seguido pelo direito à saúde, ao trabalho, à previdência social, à assistência social, à educação, a cultura, ao lazer, à moradia e ao voto. Todos esses direitos são garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Pessoa Idosa que é um documento que após sete anos tramitando no Congresso, foi aprovado em setembro de 2003 e sancionado pelo presidente da República em outubro do mesmo ano, ampliando os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos. Mais abrangente que a Política Nacional

do Idoso, lei de 1994 que dava garantias à terceira idade, o estatuto institui penas severas para quem desprezitar ou abandonar cidadãos da terceira idade.

No Estatuto do Idoso estão presentes as políticas referentes à proteção dos direitos básicos do idoso, como saúde, educação, trabalho, justiça; políticas de proteção à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, assim afirma o Senador Paulo Paim (2003).

Ele ressalta também que o Estatuto do Idoso está para a sociedade assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele é fruto de muitos anos de trabalho de grupos de terceira idade e de instituições de aposentados e pensionistas como a COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas) e o MOSAP (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas).

A Lei 8.842, de 1994, chamada de Política Nacional do Idoso não só mantém a lei atual, como também amplia os direitos dos idosos (PAIM, 2003). Em um país onde a população idosa é cada vez crescente, urge a necessidade de ações que garantam condições de vida digna e que garantam a cidadania plena para um grupo que continua discriminado em vários setores da nossa sociedade.

A conquista da cidadania plena do idoso passa por todos os direitos assegurados no Estatuto do idoso, então, o cumprimento deste é chave para um futuro melhor da população idosa brasileira.

3.4 Políticas Públicas para a Pessoa Idosa

O envelhecimento populacional brasileiro tem sido um importante desafio no tocante às políticas de saúde, como também, para as políticas sociais que objetivam conservar a saúde e a qualidade de vida da população idosa, bem como atendê-la em seu processo de saúde/doença (COSTA; FÁVERO, 2009 *apud* SILVA, 2011).

A dificuldade das políticas públicas para acompanhar o rápido crescimento dos idosos no país, sobretudo, no início do século XXI, traz como implicação a distorção das responsabilidades sobre o idoso dependente, que resulta na total responsabilidade de seus familiares como um problema individual ou familiar, devido à deficiência ou precariedade do sustentáculo do Estado.

A formulação e a implantação de políticas públicas que atendam as peculiaridades que o processo de envelhecimento impõe nos diferentes segmentos existentes na sociedade, desejam a promoção do bem-estar físico, mental e social do idoso, a partir da prevenção dos agravos à saúde dos mesmos, impondo-se aos responsáveis pela saúde pública com um grande desafio a ser superado (SANTOS; SILVA, 2013).

A Política Nacional do Idoso vem sendo implantada através de Políticas Públicas e tem como princípios fundamentais de acordo com a Assembleia Nacional do Idoso (1999, p.1) que:

- a) O idoso é um sujeito de direito, de cidadania, e responsabilidade da família, da sociedade e do Estado assegurá-lo em toda a sua abrangência.
- b) O idoso é um ser total, conseqüentemente, a proteção que lhe é devida deve compreender todas as dimensões do ser humano.
- c) O idoso é sujeito de relação, portanto, não deve sofrer discriminação e marginalização de qualquer natureza, com a conseqüente perda dos vínculos relacionais.
- d) E finalmente o idoso é sujeito único e, portanto, os programas e serviços devem reconhecer a múltipla dimensão do envelhecimento.

Diante desta premissa, fica claro que a legislação do Brasil constitui que os direitos dos idosos devem ser respeitados e que políticas públicas para essa parcela da população devem ser planejadas e executadas, já que o Estatuto do Idoso tem como foco principal a promoção dos direitos fundamentais para a convivência das pessoas idosas com a sociedade.

No Brasil, muito se evoluiu no estabelecimento de políticas sociais direcionadas ao público idoso; dentre as quais podemos citar a Política Nacional do Idoso (1994) acima mencionada; a Política Nacional de Saúde do Idoso (1999); o Estatuto do Idoso (2003), já tratado neste artigo; a Política Nacional de Assistência Social (2004); a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006), além dos direitos assegurados pela Carta Maior de 1988.

A política pública, segundo Pereira (2008), é composta por atividades consideradas formais, ou seja, aquelas regras estabelecidas, como também, informais relacionadas a negociações e diálogos, tomadas em uma conjuntura de relações de poder com o intuito de resolver, sem violência, conflitos em torno de questões que envolvem assuntos públicos.

Na atualidade brasileira, a implementação de políticas públicas voltadas ao idoso, deixa claro que as mesmas são realizadas através de uma perspectiva neoliberal, na qual está o

Estado e setor privado como corresponsáveis pela operacionalização dessas políticas e pela proteção aos idosos.

Para Teixeira (2008 *apud* SANTOS; SILVA, 2013, p. 365):

As formas de respostas contemporâneas à “problemática social” do envelhecimento, mediante reforma das políticas de seguridade social, que mantém o Estado na proteção social, mas que introduz modificações substanciais na orientação, na cobertura, no nível dos benefícios, na qualidade de prestação de serviços, ou normatizando uma política setorial específica e outros instrumentos de direitos e as iniciativas diversas da sociedade civil na proteção social aos idosos, financiadas ou não pelo Estado, são expressões de alterações no formato da proteção social e das “novas” simbioses entre público e privado na política social.

Assim, nos dias de hoje as políticas voltadas para o idoso necessariamente requer que a atenção direcionada ao idoso tenha participação efetiva do Estado, da família e da sociedade de maneira geral com o intuito de dar assistência e proteção a esse segmento populacional. Cabe destacar que o núcleo familiar é visto como um agente de grande importância de proteção social no cuidado com seus idosos.

3.5 A Importância do Assistente Social no Contexto da Pessoa Idosa

A partir da Constituição, houve avanços consideráveis em relação aos direitos sociais de todo cidadão, representando um contexto de lutas políticas, pois, a Constituição é o aparato legal que mais garante direitos ao cidadão (ESPAÇO CIDADANIA, 2012).

Neste sentido, é válido destacar o que estabelece o Direito Social no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II que de acordo com o Art. 6º: são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

No que se refere ao profissional do Serviço Social, a Constituição Federal de 1988, estabelece no seu Art. 203º que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. A assistência social tem como

objetivos, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice [...] (BRASIL, 2006).

Portanto, para a construção da política pública de assistência social é essencial que seja levado em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as circunstâncias e dentre elas o primeiro núcleo de apoio, a família. Exigindo uma maior aproximação do cotidiano da vida das pessoas, já que é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem (GOMES, 2007).

Desse modo, ainda para Gomes (2007, p. 04):

A assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista.

Então, nessa premissa a atuação do assistente social é de grande importância para a melhoria da qualidade de vida da terceira idade para que o idoso não seja visto como um problema social, e sim como sujeito que tem capacidade produtiva e que necessitam ter acesso garantido aos seus direitos sociais e poder de decisão nas questões que lhes dizem respeito.

Pois é fato que a pessoa idosa vive em situação de vulnerabilidade e risco social, como já citado nesse estudo, e nesse cenário, entra o assistente social para diminuir alguns fatores que são responsáveis pela violência contra o idoso, a exclusão, o preconceito, a discriminação, entre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos com a pesquisa de campo foram de grande relevância para o entendimento das questões propostas.

Sobre quais políticas públicas são oferecidas aos idosos em Parnamirim, as entrevistadas responderam:

Saúde, educação, assistência social (Entrevistada A).
Assistência Social de acordo com os programas sociais implantados no município (saúde, educação, entre outras) (Entrevistada B).

As assistentes sociais pesquisadas enfatizaram que o município oferece aos idosos programas em saúde, educação, políticas estas que estão incluídas dentro da Assistência Social.

Percebe-se, com essas respostas que a Assistência Social está de acordo com o que diz a LOAS (1993) em seu Art. 1º:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, são política de seguridade não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Referente a quantos idosos são atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social as pesquisadas responderam que são 150 idosos. É um número relativamente baixo, mesmo o município sendo considerado pequeno tem uma população de 20.990 habitantes.

Acerca se existe uma programação lúdica para a população idosa, as assistentes sociais disseram que:

Sim, através do grupo de dança, passeios, participações e apresentações em eventos na instituição e no município, isto em nível da política de assistência social (Entrevistada A).

Participações e apresentações dos mesmos em eventos da Secretaria de Assistência Social do município (Entrevistada B).

De acordo com Rocha; Moraes e Silva (2012), os idosos que participam de atividades lúdicas demonstram maior satisfação e tem seus vínculos interpessoais fortalecidos, bem como, são proporcionados bem-estar físico e mental.

No que diz respeito à opinião das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal referente aos idosos, às entrevistadas responderam:

São políticas ainda muito falhas em suas execuções, visto que os recursos são incompatíveis com as necessidades (Entrevistada A).

São políticas muito bem elaboradas, porém há descaso em suas execuções/cumprimento. Visto que as necessidades são maiores que os recursos (Entrevistada B).

Sobre quais dessas políticas foram adotadas pelo município, as assistentes sociais disseram que:

As políticas são com o intuito de convivência, autonomia e fortalecimento de vínculos (Entrevistada A).

Melhoria na convivência e respeito no fortalecimento de vínculos e melhoria na qualidade de vida (Entrevistada B).

Nota-se que as políticas voltadas para os idosos têm a sua base na convivência, respeito, fortalecimento de vínculos, autonomia e melhoria na qualidade de vida.

Acerca de quais projetos são realizados pela prefeitura, as mesmas responderam que são feitas oficinas de artesanatos, atividades físicas acompanhadas por profissional habilitado e no CRAS.

A resposta mostra que assim como em muitos municípios brasileiros a Secretaria de Assistência Social de Parnamirim oferece serviços que visam a convivência harmoniosa, o respeito para com os idosos, aumento da autonomia dos mesmos e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida dos mesmos, haja vista que isso resulta numa velhice mais saudável.

Sobre a opinião das assistentes sociais sobre a eficiência das políticas implantadas, as mesmas disseram que: o que é possível em nível de governo municipal é executado. Mas, lembram que muitos idosos e familiares ainda desconhecem os seus direitos, sendo necessários projetos em nível de município que abarquem essas informações.

Referente à importância do assistente social para a efetivação de políticas públicas para idosos, as profissionais disseram:

Considerando que são profissionais que atuam na prevenção e que através das buscas ativas identificam situações de vulnerabilidades e de violações de direitos, encaminhando as políticas públicas responsáveis, exercem um papel importantíssimo para a efetivação das mesmas para os idosos articulando sempre

entre as dimensões do Serviço Social (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) (Entrevistada A).

A assistência social é de enorme importância para os idosos, porém de acordo com várias situações atípicas de vulnerabilidade e descaso aos direitos dos mesmos, o profissional social torna-se limitado em relação ao enfrentamento da situação para a tomada de decisões (Entrevistada B).

As profissionais entendem a relevância do assistente social para que sejam efetivas as políticas públicas, já que é esse profissional que identifica e encaminha idosos em situação de vulnerabilidade para que sejam tomadas as medidas cabíveis. Contudo, a entrevistada B chama a atenção para o fato de que muitas vezes a decisão final a ser tomada não vai depender dele, por isso, pode torna-lo em alguma situação atípica, limitado.

Uma pesquisa realizada por Santos; Jesus e Almeida (2012), no Crea de Riachão do Dantas/SE afirma que o profissional de serviço social atua frente à violação de direitos, demanda comum nesta instituição, por isso, proporciona a articulação entre as dimensões do Serviço Social (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) para assim, dar parecer social frente às demandas expostas, assim como é perceptível a busca pela materialização dos serviços, sendo este fator um grande desafio ante um Estado neoliberal que oferece políticas públicas fragilizadas. Tal realidade requer do profissional um alto poder de mediação para que o direito seja efetivado, e que o poder institucional não venha a transformar o trabalho do Assistente Social apenas em uma realização tecnicista, de encaminhamentos frustrados e rotineiros sem análise crítica da realidade, ou seja, um trabalho limitado.

Sobre o que deve ser feito para melhoria das políticas oferecidas aos idosos em Parnamirim, as assistentes sociais responderam:

Um maior engajamento das autoridades para cobrar mais compromisso para com esta parcela da população, e a colaboração da família para possibilitar a efetivação dessas políticas (Entrevistada A)

Comprometimento sério e honroso das autoridades em relação aos direitos e deveres com os idosos, bem como a participação das famílias dos mesmos (Entrevistada B).

Apesar de no país haver leis bastantes bem determinadas em relação aos idosos, as entrevistadas consideram que as autoridades e pessoas que ocupam altos cargos tenham maior

comprometimento com as políticas voltadas para este público, assim como a participação da família.

Para Rocha; Moraes e Santos (2012, p. 22), a família é considerada como rede de apoio, ela é a fonte primária de assistência ao idoso, e é ela que cumpre importantes papéis no que se refere à garantia do bem estar afetivo e material.

No que diz respeito ao maior comprometimento dos governantes, assim como da sociedade, a legislação brasileira estabelece que os direitos dos idosos devam ser respeitados e que políticas públicas para essa parcela da população devem ser planejadas e executadas, já que o Estatuto do Idoso tem como foco principal a promoção dos direitos fundamentais para a convivência das pessoas idosas com a sociedade.

Acerca da opinião das entrevistadas sobre haver alguma relação entre políticas públicas e qualidade de vida dos idosos, responderam:

Com toda certeza, pois, a maioria desse público é originária da população carente e, portanto, necessita de políticas que realmente venham a suprir tais carências (Entrevistada A).

Digo que há uma evolução de melhoria, mais que ainda precisa de muito empenho e comprometimento para com os mesmos, pois só assim um dia a qualidade de vida desses idosos irá perpetuar (Entrevistada B).

As assistentes sociais entendem a importância das políticas públicas para os idosos como ferramenta para a qualidade de vida dos mesmos, no entanto, estas ainda precisam ser melhoradas para que de fato venha proporcionar ao idoso bem-estar físico e psicológico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que vai acontecendo o processo de envelhecimento do ser humano, o mesmo vai se tornando mais vulnerável devido a vários fatores característicos do envelhecer. Problemas passam a fazer parte do cotidiano do idoso, seja no que concerne à saúde, ao trabalho, enfim, ocorrem às limitações. Isso acontece porque comumente não estamos preparados para envelhecer, ou seja, não há preparo durante a nossa vida tanto física quanto

psicológica para entrar na velhice, favorecendo assim o aparecimento de problemas e privações.

E devido às grandes transformações demográficas que estão acontecendo na sociedade atual em relação ao envelhecimento, devem advir também modificações no que concerne à postura dos órgãos competentes e da sociedade em geral na garantia da concretização dos direitos dos idosos. Pois, é urgente a implementação de programas que visem o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas. Urge a necessidade dessas políticas para esse segmento da sociedade por vários motivos, entre estes, depressão, isolamento social, discriminação, aprofundamento da pobreza, entre outros.

No que se refere ao estudo feito no município de Parnamirim, existem políticas para os idosos, o município disponibiliza programas para inserção social da terceira idade, atividades físicas ao ar livre, entre outros. Demonstrando que as garantias dos direitos estabelecidos na Constituição Federal são obedecidas no município em questão, contudo, melhorias precisam ser efetivadas para que os programas atendam de forma eficiente aos usuários e que é necessário também que as autoridades priorizem a atenção aos idosos.

Em relação ao assistente social, observou-se por meio da pesquisa que este profissional é de fundamental importância, pois, é através do mesmo que projetos e/ ou programas podem ser desenvolvidos de forma eficaz, bem como, o cumprimento da legislação no que se refere à efetivação dos direitos para resultar na melhoria da qualidade de vida, no resgate da autoestima, e na valorização da pessoa idosa, contudo, em determinadas situações este profissional fica limitado somente diagnosticando e encaminhando relatórios.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscano/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2013.

BARROS JÚNIOR, Juarez Correia. **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. 1.ed - São Paulo: Editora Edicon, 2009, 500 p.

BRASIL. **Assembléia Nacional do Idoso**, 1999.

BRASIL, **Lei Orgânica da Assistência Social**, 1993.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em 15 jun. 2014.

BUARQUE, Daniel. **Envelhecimento Populacional**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/envelhecimento-da-populacao-mundial-preocupa-pesquisadores.html>. 2011. Acesso em: 25 mai. 2014.

ESPAÇO CIDADANIA. **Envelhecer com dignidade e qualidade é desafio no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.metodista.br/cidadania/numero-42/envelhecer-com-dignidade-e-qualidade-e-desafio-no-brasil>. Acesso em: 02 jun. 2014.

FIGUEIREDO, Daniela; GUERRA, Sara; SOUZA, Liliana. **O que é o envelhecimento?** 2007. Disponível em: http://redesocializemeis.moa.pt/fotos/Image/217/f8pLH5MCartigo_o_que_e_o_envelhecimen to2.pdf. Acesso em; 30 ago. 2014.

FREITAS, C. A. S. L.; TEÓFILO; T. J. S. Avaliação construtivista, sob uma abordagem integradora e intersetorial das ações do projeto Disque Idoso em Sobral (CE, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 15. n. 6. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.br/scielo.>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES. N. O. **O uso de programas e políticas públicas para garantir o bem-estar de indivíduos na terceira idade**: O uso da assistência para desenvolver e aplicar em nossa sociedade os direitos dos idosos. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoF/58853848da48e1610bf4Noelle.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

GUARESCHI, N.; COMUNELLO, L.; NARDINI, M.; HOENISCH, J. C. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência**. 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Idosos em 2025**. 2014. Disponível em: [Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/). Acesso em: 10 ago. 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Parnamirim/PE**. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo. **Rev. Saúde Pública**, vol.21 n.3. São Paulo, 1987.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. ... Porto Alegre: Bookman, 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa.pdf. Acesso em: 11 jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**, 2002/Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. — 49 p.: 21 cm. – (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

PAIM, P. Estatuto do Idoso. In: BRASIL, **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Nayane Formiga dos.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. As políticas públicas voltadas ao idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, p. 358-371, 2013.

ROCHA, A. F.; MORAES, F. B de.; SILVA, V. A. S. **A importância da família no cuidado com o idoso**. Universidade Amaro, 2012.

SILVA, Elaine. **A Política de Assistência Social para a pessoa idosa na Cidade de Rodelas- BA, realidade ou idealizações?**. 2011.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas v. 25, nº 4, p. 585-593, 2008.

GÁSPARI, Jossett Campagna de.; SCHWARTZ, Gisele Maria. O Idoso e a Ressignificação Emocional do Lazer. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 21 n. 1, pp. 69-76, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n1/a10v21n1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SOUZA, Nadia Aparecida de. **Pesquisa Bibliográfica ou Revisão de Literatura: Traçando limites e ampliando compreensões**. 2010.

SURTEL. **População idosa**. 2011. <http://www.surtel.com.br/component/content/article/46-noticias/107-populacao-idosa>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE SUCESSO DA CAIXA NO PERÍODO RECENTE: CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2012 – 2022

Diego Domingos de Souza
diego19souza@hotmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Edilson P. Araujo
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL revisou o seu plano estratégico em 2012 e propôs como visão de futuro estar entre os três maiores bancos brasileiros até 2022, mantendo a liderança como agente de políticas públicas. Conforme o relatório da administração do primeiro semestre de 2014, essa visão foi alcançada colocando a CAIXA entre os três maiores bancos, em ativos, do Brasil. Por isso, este trabalho tem como objetivo estudar as principais variáveis e recursos que influenciaram os bons resultados do banco público nos últimos anos e analisar o papel da CAIXA como agente de políticas sociais do governo federal. A metodologia de estudo é caracterizada como descritiva e documental, considerando os resultados de análise para o intervalo entre os anos 2008 – 2013 (balanços fechados) e o primeiro semestre de 2014. Os resultados indicam a consolidação da CAIXA como terceiro maior banco do país, ultrapassando o Bradesco na quantidade de ativos próprios. Além disso, fica evidente a contribuição da instituição para execução e manutenção das políticas sociais do governo federal.

Palavras-chave: CAIXA. Recursos. Gestão. Resultados. Empresa Pública.

ABSTRACT

The CAIXA ECONÔMICA FEDERAL revised its strategic plan in 2012 and proposed as a future vision to be among the three largest banks in 2022, maintaining its leadership as a policy agent. As the management report of the first half of 2014 this vision was achieved by placing the CAIXA among the three largest banks by assets, Brazil. Therefore, this work aims to study the main variables and resources that influenced the positive results of public bank in recent years, in addition to examining the role of CAIXA as how social policies of the federal government agent. The study methodology is characterized as literature and documents, considering the results of analysis for the interval between the years 2008 - 2013 (closed swings), beyond the first half of 2014. The results indicate the consolidation of BOX as the third largest bank , exceeding the amount of the Bradesco own assets. Furthermore, it is evident the institution's contribution to the implementation and maintenance of the social

policies of the federal government, in addition to the main resources used for the good results obtained in recent years.

Keywords: CAIXA. Resources. Management. Results. Public Company

INTRODUÇÃO

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) pode ser entendido como um conjunto de instituições financeiras que tornam possível, por meio de atividades diversas, o fluxo de recursos financeiros entre agentes superavitários e deficitários (FORTUNA, 2008). Essas trocas ocorrem no mercado financeiro, que é o conjunto de agentes e instrumentos destinados a oferecer alternativas entre os agentes do SFN.

Neste sentido, os bancos comerciais atuam como protagonistas no Mercado Financeiro, afinal, são os responsáveis pela intermediação entre o financiamento de consumo das famílias e oferta de crédito em curto e médio prazo para as pessoas jurídicas. Além disso, os bancos comerciais multiplicam o papel moeda, visto que são as únicas instituições autorizadas no país à captar recursos financeiros da população e empresas por meio de depósitos à vista e a prazo (FORTUNA, 2008).

O governo federal, por meio das instituições financeiras sob a forma de empresa pública, como a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, atua no SFN como meio regulador para as taxas de juros praticadas no mercado, oferta e volume de crédito, oferta de produtos e serviços, implementação de políticas públicas e programas sociais (FORTUNA, 2008). Um exemplo dessa atuação foi o lançamento do programa CAIXA melhor crédito, em 2012 e os diversos incentivos para construção e aquisição da casa própria, que forçaram a concorrência a baixar as taxas de juros praticadas e procurar produtos e serviços da carteira habitacional para ofertar aos clientes.

Como empresa pública, a CAIXA prevê em seus estatutos o respeito irrestrito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, favorecendo a construção de resultados sustentáveis e consolidados. Esse dever legal concede ao banco credibilidade e confiança na oferta de produtos e serviços.

Nesta perspectiva, de forma a compreender melhor os elementos fundamentais que justificaram os bons resultados da CAIXA nos últimos anos, e tornaram o banco o 3º maior em ativos no Brasil, esse estudo se faz relevante na medida em que proporciona uma oportunidade para reflexão acerca dos desafios no ambiente de negócios bancários e na gestão de instituições públicas no Brasil. Para isso, o trabalho apresenta a importância da gestão e do planejamento estratégico, em empresas públicas, para construção e manutenção de bons resultados. O estudo aponta ainda as possíveis Vantagens Competitivas Sustentáveis que

justificam os resultados alcançados nos últimos, superando as expectativas do mercado e do conselho diretor. Neste sentido, a Teoria Baseada em Recursos (RBV) insere-se nesse contexto, pois explica como os recursos dirigem a performance da organização em um ambiente competitivo, combinando análises internas sobre a empresa com análises externas do ambiente. A partir dessas análises, é possível que as empresas conheçam os valores gerenciais que conduzem seus negócios a um desempenho financeiro superior. (BINDER, 2003).

Essa linha de pesquisa é ainda mais relevante considerando a escassez de estudo da RBV aplicada à administração Pública. Por ser uma vertente ainda pouco explorada, os resultados podem fornecer subsídios para pesquisas futuras e aplicação em diversas situações na administração pública gerencial. Afinal, autoridades governamentais locais também competem por recursos econômicos, sociais, políticos entre outros SÁ (2009) apud CARMELI (2006), para atrair negócios (empresas), residentes com alto poder socioeconômico e desenvolver projetos, de forma a aumentar receitas e reduzir despesas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Visão Baseada em recursos

Considerações sobre desempenho superior e estratégias que permitiriam alcançá-lo sempre estiveram presentes, em maior ou menor grau, nas organizações, mas apenas a partir da década de 60 a questão tornou-se tema comum e explícito e assim permanece desde então (KAY, 1996, p. 7). Entender as razões do sucesso das empresas e os meios que levam as organizações a alcançarem vantagem competitiva sustentável tornou-se então uma área de pesquisa de relevante importância (BARNEY, 2007, p. 99).

A perspectiva Resource-Based View of the Firm RBV emergiu nas últimas duas décadas para se tornar a perspectiva contemporânea dominante na pesquisa de conteúdo estratégico, principalmente por combinar relativo rigor analítico e relevância na prática administrativa de maneira mais eficiente e eficaz (FOSS, 1998, p. 134). Esta perspectiva considera as organizações como um conjunto de recursos, tangíveis ou intangíveis (WERNERFELT, 1984, p. 171; BARNEY, 2007, p. 101), e ressalta que o correto

conhecimento e aplicação dos recursos são fatores determinantes para se atingir uma vantagem competitiva sustentável e, portanto, performance superior (BARNEY, 2009, p. 99; GRANT, 1991, p. 116). Entretanto, nem todos os recursos são fontes de vantagem competitiva sustentável, mesmo que sejam insumos imprescindíveis para a consecução dos objetivos organizacionais. Apenas recursos com determinadas características são capazes de habilitar e sustentar performance superior (DIERICKX; COOL, 1989; REED; DEFILIPPI, 1990; BARNEY, 1991; PETERAF, 1993; AMIT; SCHOEMAKER, 1993).

2.2 Gestão de organizações públicas

Atualmente, mais que no passado, a Administração Pública é forçada a responder mais ativamente às demandas da sociedade não resolvidas até o presente. Fica evidente, que administrar no setor público se traduz por compor uma rede de diversos atores, grupos políticos, instituições sociais e interesses privados. Com o conflito constante desses interesses, o gestor público deve ser capaz de gerenciar os recursos disponíveis, nunca impondo a vontade pessoal nas decisões tomadas.

Com efeito, na presente realidade, a Gestão Efetiva em organizações públicas passou a apresentar-se como instrumento essencial para o sucesso e construção de resultados. Exemplos como a CAIXA são modelos para os mais diversos setores produtivos, visto que apresenta resultados positivos, cumpre o papel social previsto pelo governo, e responde efetivamente às mais diversas demandas da sociedade na busca por serviços financeiros.

De fato, sem uma gestão efetiva dos recursos disponíveis, seria praticamente impossível colocar em prática os planos de gestão propostos por meio do conselho administrativo da instituição. Assim, além de colocar em prática a gestão, o administrador público deve conhecer a instituição, e buscar maximizar os recursos disponíveis na construção dos resultados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo é um estudo formal, descritivo, de natureza essencialmente quantitativa e documental. A metodologia está fundamentada principalmente em Schindler (2003) e considera todo o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa documental foi desenvolvida com subsídios de dados primários escritos. Para isso, foram analisados os relatórios da Administração da CAIXA no intervalo de 2008 a 2014, além dos balanços anuais disponíveis para o mesmo período. Optou-se por esse método, visto que, documentos representam uma fonte de rica e estável de dados, além do baixo custo para análise das informações.

As informações disponíveis foram tabulados no software excel 2013, principalmente pela facilidade de manipulação de dados, e posterior cruzamento de dados.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A única chance de não haver necessidade de pensarmos estrategicamente sobre o futuro das organizações em que estamos, seria pela certeza de que todos os objetivos estão com sua realização assegurada. Na realidade atual, caracterizada principalmente pela mudança e pelo risco, essa chance é praticamente zero. Embora o risco e incerteza sejam componentes inevitáveis dessa realidade, o planejamento estratégico é o processo que prepara e estrutura a organização para enfrenta-los.

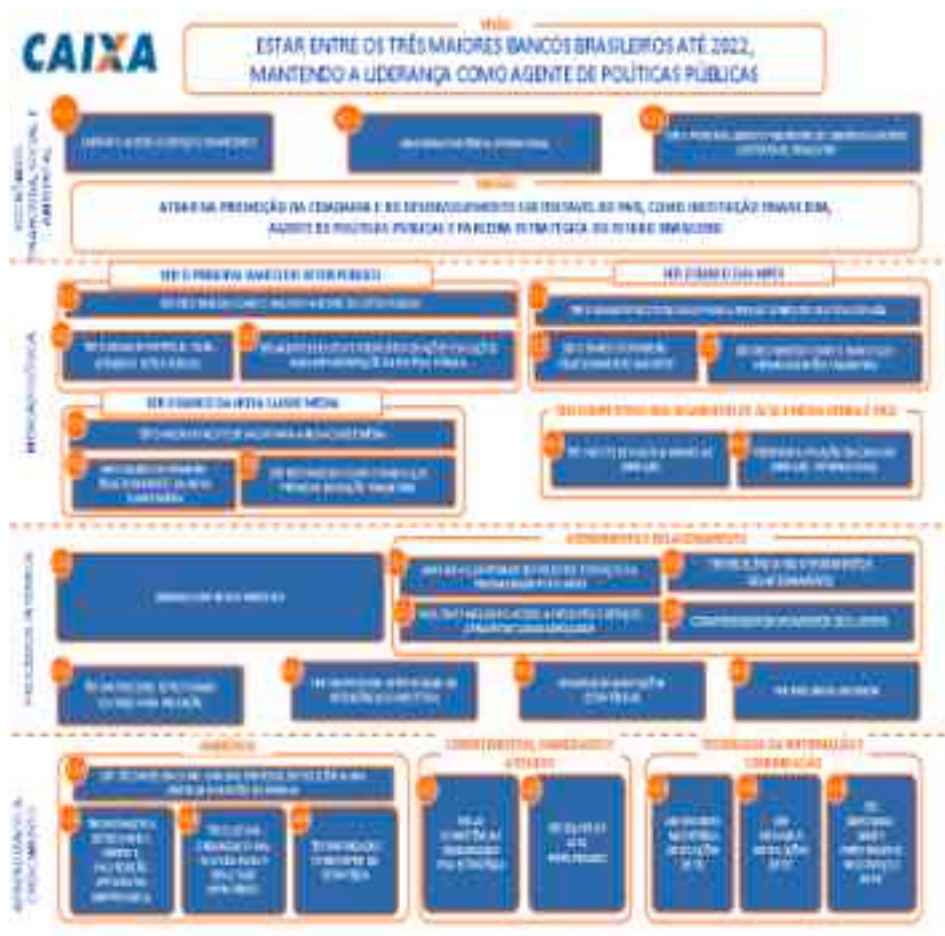
O produto essencial do planejamento estratégico é a decisão de fazer algo, seguindo um rumo determinado, que serve como balizamento para construir o futuro e chegar aos resultados pretendidos. Ao final de um ciclo de planejamento estratégico, o PLANO ESTRATÉGICO é o registro formal das intenções que pode ser visto como uma agenda, uma pauta para o futuro, modificável em face da realidade, mas mantendo o rumo determinado.

Neste sentido, a CAIXA utilizou esse instrumento para raciocinar agora, sobre que trabalhos e ações serão necessários para construção de vantagens competitivas sustentáveis no futuro. Esse processo dinâmico e interativo, descreve objetivamente uma série de atividades

formalizadas para produzir e articular resultados, por meio da definição dos objetivos e dos meios de execução para alcançá-los.

Assim, o planejamento estratégico é, por excelência, o instrumento que permite observar o ambiente interno e externo da empresa, administrando resistências, aproveitando as oportunidades e reduzindo ameaças para formalizar uma agenda para o futuro com objetivos definidos e foco nos resultados pretendidos (HITT, 2005). Mas para o sucesso do planejamento, é indispensável estabelecer o horizonte temporal para definir o intervalo de abrangência do plano, sempre considerando a dinâmica da organização. A CAIXA consolidou seu planejamento, aprovado pelo conselho diretor e Ministério da Fazenda para o período 2012 – 2022, com visão, missão e objetivos bem definidos e disseminados por toda organização, além de ações específicas voltadas para áreas de aprendizado e conhecimento, processos internos, mercadológica e econômico financeira (social e ambiental), conforme figura seguinte:

Figura 01: Mapa estratégico da CAIXA 2012 – 2022



Fonte: Relatório da Administração CAIXA 2012

Observa-se em destaque no mapa estratégico a visão da instituição: “Estar entre os três maiores bancos brasileiros até 2022, mantendo a liderança como agente de políticas públicas”. Essa visão foi alcançada no primeiro trimestre de 2013, bem antes do prazo proposto, fortalecendo a instituição financeira no competitivo mercado bancário nacional. Ainda em 2011, o relatório final de administração do respectivo ano apresentava uma visão de futuro menos competitiva e mais alinhada com o setor público: “a Visão de Futuro para 2015 é ser referência mundial como banco público integrado, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação, e consolidação da sua posição como banco da maioria da população brasileira.” (Relatório de administração CAIXA 2011). Essa mudança de postura é decorrente da competitividade no mercado bancário, que exige das instituições ações concretas para crescimento sustentável e formação de vantagens competitivas.

Com uma missão desafiadora, a CAIXA busca contribuir efetivamente com o desenvolvimento do país, por meio de ações parceiras com o Estado brasileiro. O banco deve ser competitivo, atento às mudanças no mercado e atuar para o fortalecimento da economia nacional, sem esquecer os bons resultados. Por isso, a instituição norteia suas ações pela ética e transparência em todas as operações, comprovadas em sua missão: *“Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.”*

Neste sentido, o novo planejamento estratégico da CAIXA traduz a integração das diversas áreas da empresa, sempre em conformidade com a lei e regulamentos que norteiam as boas práticas de gestão. Por isso a CAIXA se consolida como terceiro maior banco do país em ativos, além de atuar como principal parceiro do governo federal na execução de suas políticas sociais e agente dos programas nacionais de saneamento e habitação.

Por meio do estudo dos ambientes interno e externo é possível desenvolver uma análise mais detalhada de alguns setores do banco por meio da matriz de SWOT (GONÇALVES, 2013). O setor Pessoa Jurídica da CAIXA, por exemplo, possui ações voltadas principalmente para micro, pequenas e médias empresas, com os seguintes pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças:

PONTOS FORTES:

- Capilaridade – Rede de atendimento composta por mais de 4 mil agências e 32,5 mil correspondentes CAIXA aqui e lotérico. (Relatório da administração 1º semestre de 2014)
- Conhecimento gerencial em consultoria empresarial;
- Forte atuação junto a Micro, Pequenas e Médias empresas;
- Linhas de Crédito específica para pequenos empreendedores com taxas de juros reduzidas e carência para pagamento;
- Imagem da CAIXA reconhecida pelo mercado como banco parceiro, especialmente o governo e pequenas e médias empresas;
- Corpo técnico especializado na análise de empresas de construção civil

PONTOS FRACOS:

- Limitações de sistemas tecnológicos para análises de crédito;
- Imagem de longas filas para atendimento prejudicam relacionamento com alguns clientes em potencial;
- Problemas na segmentação dos clientes;

OPORTUNIDADES:

- Expansão significativa da classe média nos últimos anos;
- Expansão do mercado imobiliário;
- Ser reconhecido como o banco das micro e pequenas empresas no país;
- Atender prontamente as demandas do governo por meio dos programas de incentivo ao empreendedorismo;
- Adquirir experiência com as micro, pequenas e médias empresas, para atuar no futuro próximo de forma competitiva com as empresas de grande porte;

AMEAÇAS:

- Interesse de todo mercado bancário pelo nicho que clientes do segmento empreendedor;
- Concorrência mais ágil e comprometida com análise e concessão de créditos;
- Maior experiência dos concorrentes de mercado com o segmento empresarial.

Neste sentido, fica evidente que a CAIXA está evoluindo muito como banco e empresa pública. Os resultados provam seu novo posicionamento no mercado e os números indicam um crescimento sustentável para os próximos anos. O relatório de administração do primeiro trimestre de 2014 indica que Caixa figurou pela primeira vez no ranking das 50 maiores marcas globais do setor financeiro, mesmo não sendo uma instituição listada em bolsa, a Caixa foi incluída na lista devido ao bom desempenho apresentado em 2013. O valor estimado da marca foi de US\$ 4.7 bilhões.

O relatório afirma ainda que a estratégia que proporcionou os resultados alcançados em 2013, nos primeiros três meses de 2014, a Caixa contabilizou lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão, 15,3% superior ao registrado no mesmo período de 2013, valor impulsionado, principalmente, pelas receitas de operações de crédito. A carteira de crédito ampliada atingiu saldo de R\$ 519,8 bilhões, crescimento de 33,1% em 12 meses, com destaque para as operações de saneamento e infraestrutura e de crédito comercial que evoluíram 50,9% e 35,3%, respectivamente. Em relação à captação, a Instituição manteve a estratégia de diversificação das fontes de recursos utilizadas na intermediação financeira. No período, os depósitos totais alcançaram R\$ 374,6 bilhões e as letras, R\$ 90,5 bilhões, destaque para as letras de crédito imobiliárias, que cresceram 68,6% em 12 meses. (Relatório de Administração, 1 trimestre 2014).

A CAIXA conta atualmente com uma rede de atendimento com mais de 67,4 mil pontos espalhados por todo país (Relatório de Administração, 1 trimestre 2014). Conforme o relatório de administração do primeiro semestre de 2014, São 4,1 mil agências e pontos de atendimento; 32,5 mil correspondentes CAIXA Aqui e lotéricos; 30,8 mil máquinas distribuídas pelo país; 2 agências-barco e 18 caminhões-agência. Além de toda rede de atendimento física, a CAIXA oferece aos clientes diversos aplicativos para acesso à conta via smartphones e *tablets*, além do internet banking CAIXA, proporcionando maior comodidade para todos os clientes da instituição.

Não obstante, a CAIXA destaca-se como principal operador dos programas sociais do governo federal, contribuindo para distribuição de renda de toda população. Apenas no primeiro semestre, foram pagos cerca de 87,8 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R\$ 13,1 bilhões. (Relatório de Administração CAIXA – 1º semestre 2014). Em 2013, conforme o relatório de administração os programas de transferência de renda destinados à emancipação financeira e à erradicação da pobreza da população em situação de

vulnerabilidade social distribuíram cerca de R\$ 26,5 bilhões, totalizando 181,2 milhões de benefícios pagos. A CAIXA também atua como braço do governo nos programas voltados ao trabalhador. São aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS, Seguro-Desemprego, Abono Salarial, PIS (Quotas e rendimentos) e FGTS. A tabela seguinte apresenta a evolução dos números de benefícios no período 2010 – 2013:

Tabela 01: Evolução no pagamento de benefícios sociais realizados pela CAIXA no período 2008 – 2013

	008	009	010	011	012	013
INSS	\$ 44,5 bilhões	\$ 68,5 bilhões	\$ 72,5 bilhões	\$ 80,5 bilhões	\$ 52,4 bilhões	\$ 60,0 bilhões
Seguro-Desemprego/ PIS	<i>(Relatório unifica os dados)</i>	Relatório unifica os dados)	Relatório unifica os dados)	Relatório unifica os dados)	\$ 39,0 bilhões	\$ 45,5 bilhões
FGTS	\$ 43,6 bilhões	\$ 48,7 bilhões	\$ 50,6 bilhões	\$ 57,5 bilhões	\$ 63,5 bilhões	\$ 74,2 bilhões

Fonte: Relatórios da administração 2008 – 2013 da CAIXA.

De modo geral, a evolução dos valores sugere o crescimento da importância da CAIXA, como banco público, para as políticas de pagamento de benefícios sociais do governo federal. Sua capilaridade na rede de atendimento e a vocação para o social consolidam a o banco como principal parceiro executor de políticas sociais no país. O gráfico a seguir apresenta a evolução detalhada no pagamento de FGTS aos trabalhadores do país no período 2008 – 2013:

Gráfico 01: Evolução no Pagamento de FGTS no período 2008 – 2013



Fonte: Relatórios da administração 2008 – 2013 da CAIXA – Valores em bilhões de R\$.

Deve-se destacar a evolução e tendência de crescimento no pagamento de FGTS para trabalhadores em todo país. Desde início do período observado (2008 – 2013) houve um incremento de R\$ 30,6 bilhões no pagamento desse benefício. Se considerarmos as informações oficiais divulgadas pelo IBGE na PNAD 2014 (Pesquisa acional por Amostra de Domicílios), a taxa de desocupação está em 7,1% da população nacional (PNAD 2014), o menor índice, para o período, já registrado. Entretanto, mesmo com a redução do desemprego, existe evolução nos pagamentos do FGTS. Por isso, esse item merece atenção e estudos posteriores, visto que possui relação direta com os indicadores de empregabilidade no país.

É interessante também destacar o papel de executor de políticas públicas sociais da CAIXA no país. O banco é responsável pelo pagamento de cerca de 79,4 milhões de benefícios do bolsa família. Somente no primeiro semestre de 2014, o programa repassou mais de R\$ 12,1 bilhões para seus beneficiários. O gráfico a seguir apresenta a evolução no pagamento dos benefícios:

Gráfico 02: Evolução no Pagamento de do Bolsa Família no período 2008 – 2013



Fonte: Relatórios da administração 2008 – 2013 da CAIXA – Valores em bilhões de R\$.

A partir da análise dos relatórios de administração e balanços publicados no período 2008 – 2014, fica evidente o crescimento do resultado do banco público, com destaque para o aumento dos ativos próprios e lucro líquido. Os ativos administrados pelo banco saltaram de R\$ 222,5 bilhões em 2008 para R\$ 858,3 no fechamento do exercício 2013. O primeiro semestre de 2014 já totaliza R\$ 963,1 bilhões, aumento de 18,2% em 12 meses (Relatório da administração Caixa – 1º semestre de 2014). Esses valores consolidam a gestão da instituição e indicam um crescimento sustentável do banco. Os gráfico que seguem apresentam a evolução dos ativos próprios e do lucro líquido da CAIXA nos últimos 6 anos:

Gráfico 03: Evolução ativos próprios da CAIXA no período 2008 – 2013



Fonte: Relatórios da administração 2008 – 2013 da CAIXA – Valores em bilhões de R\$.

Gráfico 04: Evolução do lucro líquido da CAIXA no período 2008 – 2013



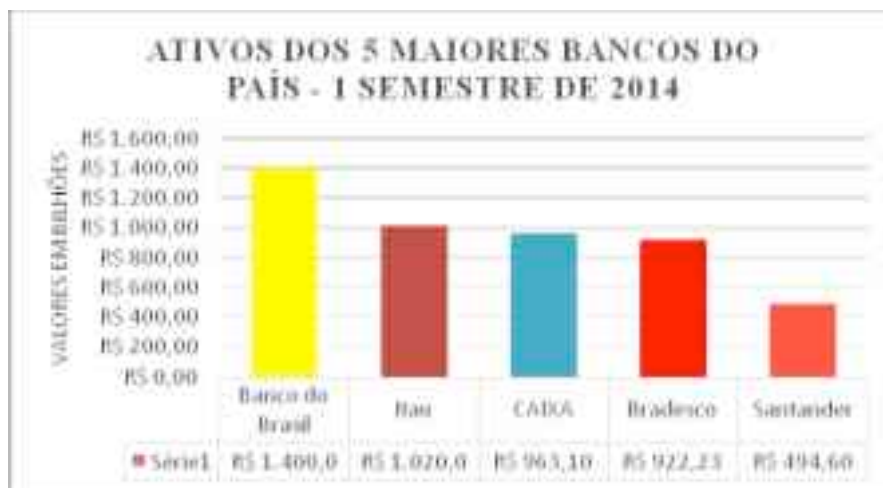
Fonte: Relatórios da administração 2008 – 2013 da CAIXA – Valores em bilhões de R\$.

Observa-se que o banco praticamente dobrou o lucro líquido obtido com suas operações no período entre 2009 e 2013. O bom momento da economia, as políticas de crédito e os incentivos do governo favoreceram os resultados, mas a gestão estratégica de ações no mercado, foi um dos principais responsáveis pelo pleno rendimento.

Quanto aos ativos próprios, que são representados por todos os bens e direitos que uma organização possui e que podem ter valorização, esse ganho foi ainda mais significativo.

Com sua visão desafiadora, a CAIXA alcançou o terceiro lugar em ativos, superando bancos privados como o Bradesco e Santander. O gráfico abaixo aponta esse crescimento:

Gráfico 05: Cinco Maiores Bancos em Ativos do Brasil



Fonte: Relatórios de Administração dos cinco maiores bancos em ativos do país – 1 semestre de 2014.

Dessa forma, a CAIXA torna-se um exemplo de gestão para empresas públicas no alcance de resultados sólidos e representativos. O planejamento correto de longo prazo, focado nos bons resultados e compartilhado com a equipe são ferramentas que a CAIXA utiliza para crescer, como banco público, no competitivo mercado bancário nacional

4.1 Identificação Dos Recursos E Fontes De Vantagens Competitivas Sustentáveis.

Cada organização que atua no mercado pode ser observada como um feixe de recursos cuja forma de utilização produtiva depende das percepções e visão estratégica de seus administradores. Se esses recursos são de algum modo raros, valiosos, difíceis e imitar, insubstituíveis e capazes de adicionar valor efetivo aos produtos ou serviços, eles podem ser utilizados como fontes de vantagem competitiva, conduzindo as empresas que os utilizam a uma performance superior (HITT, 2002; WILK, 2003). Este é o princípio central da Visão da Firma Baseada em Recursos.

Neste sentido, entender o significado de estratégia empresarial nos conduz a uma reflexão direta sobre o processo de pensar o presente e o futuro da organização. As empresas necessitam de estratégias para enfrentar a árdua concorrência do dia-a-dia no curto prazo,

assim como de estratégias consistentes para o médio e o longo prazo, sob pena de colocar em risco a sobrevivência em seu segmento de negócio.

No Brasil, especialmente no setor bancário, manter uma postura mais competitiva requer das organizações financeiras a adoção de “estruturas organizacionais” e de uma gestão estratégica adequada aos objetivos da organização e às condições do seu ambiente, de forma que seus recursos e atividades sejam disponibilizados aos clientes contribuindo para maximização do desempenho de todos.

Dessa forma, dentre o feixe de recursos tangíveis e intangíveis que a CAIXA dispõe para formar vantagens competitivas sustentáveis e assim obter melhores resultados, os que se destacam são:

- **RECURSOS FÍSICOS:** *Capilaridade da rede de atendimento*
 - Formada atualmente por mais de 67,4 mil pontos, a rede de agências, correspondentes e lotéricos CAIXA está presente em todos os municípios do país (Relatório da Administração CAIXA– 1º semestre de 2014). Esse é um recurso Valioso, Raro, Difícil de Imitar, Insubstituível e que representa ganho significativo de rendimento.
- **RECURSOS HUMANOS:** *Mais de 100 mil empregados, concursados.*
 - Essa é uma fonte inestimável para formação de vantagens competitiva. De fato é um recurso extremamente valioso, raro de difícil imitação e praticamente insubstituível na realização dos resultados.
- **RECURSOS DE REPUTAÇÃO:** *152 anos de história e respaldo das operações garantidas pelo tesouro nacional.*
 - Apesar de importante, a reputação organizacional ainda é pouco estudada de maneira sistemática. Esse recurso possui cinco perspectivas especiais: a perspectiva econômica, de marketing, organizacional, sociológica e contábil (OMAKI, 2004). A CAIXA destaca-se nesse item como banco público, com uma história de 152 anos e ações que atendem as cinco perspectivas da reputação. Deve-se ressaltar ainda que muitas de suas operações possuem garantia do tesouro nacional e por isso esse recurso é também fonte de vantagem competitiva sustentável.

5. CONCLUSÕES

Este estudo propôs-se a analisar a trajetória de sucesso da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL nos período recente, fruto do programa de gestão e do planejamento estratégico de longo prazo implementados pelo conselho diretor da instituição. O texto expôs a importância dos recursos tangíveis e intangíveis da organização para sustentação dos resultados construídos e quais desses recursos significam fontes de vantagens competitiva para a instituição.

Este é um trabalho de fundamental importância para melhor conhecimento dos diversos fatores que conduzem o sucesso de uma empresa pública no Brasil, com especial atenção para as instituições financeiras públicas.

Deve-se ressaltar que tais achados não esgotam os estudos sobre o tema, que amplo e com diversas vertentes ainda carentes de literatura que versam sobre o tema.

Por isso, com o intuito de confirmar os resultados e achados é interessante a realização de novos estudos, com perspectivas diferentes, que consideram a expansão da CAIXA no mercado bancário, e o seu exemplo de gestão de empresa 100% pública para o Estado Brasileiro. Sugere-se explorar a importância do banco como parceiro do governo federal na execução e programas sociais.

Por fim, é indispensável ressaltar o valor econômico e social além da importância da CAIXA para o sistema bancário brasileiro e para toda sociedade.

REFERÊNCIAS

BARNEY, Jay B; **Administração estratégica e vantagem competitiva**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BINDER, Marcelo. Rede de Recursos – **Um Modelo Desenvolvido a partir do Caso GOL Linhas Aéreas**. IN: XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 2003, Atibaia (SP). Anais...Atibaia (SP), 2003.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pámela S.; trad.ROCHA, Luciana de Oliveira da. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7 ed. Porto Alegre : Bookman, 2003.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

FOSS, Nicolai J. The resource-based perspective: an assessment and diagnosis of problems. **Scandinavian Journal of Management**, v. 14, n3. 1998.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKINSSON, Robert E. **Administração Estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

KAY, John. **Fundamentos do sucesso empresarial**: Como as estratégias de negócio agregam valor. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

SÁ, Mychelle C. B. de. **Avaliação dos impactos da modernização da gestão pública no desempenho dos estados brasileiros**. São Paulo: 2009. 147 p.

OMAKI, Eduardo Tadayoshi. **Recursos intangíveis e desempenho em busca de associações em empresas brasileiras**. Recife: 2004. 18-45 p.

PEQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, relatório. **PNAD**. IBGE, 2014.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CAIXA 2008 - 2014, relatório. CAIXA, 2008 - 2014

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL APLICADO A EMPRESAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE GERENCIAL

Rita Regina Marques Costa
ritareginacosta@ig.com.br
Especialista em Auditoria (FVC)
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE

Ângelo Antônio Macedo Leite
angelo.leite@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

O presente trabalho tem um enfoque no Sistema de Informação Gerencial voltado para o Setor Público como instrumento de controle gerencial das ações, recursos e resultados para otimizar a gestão e contribuir para uma melhor aplicação dos recursos públicos em benefício do cidadão. Tem como objetivo geral investigar os resultados de eficiência e eficácia na estratégia organizacional aplicado a municípios ao utilizar um Sistema de Informação Gerencial. Para tanto, fez-se uma pesquisa qualitativa através de revisão bibliográfica, um estudo de caso exploratório-descritivo. Usou-se de forma complementar pesquisa de outros trabalhos realizados sobre o tema em questão. Como principais resultados apontam-se a contribuição dos Sistemas de Informação Gerencial, o que vislumbrou a melhoria no controle gerencial através do crescimento da produtividade, segurança na produção e transição da informação, otimização do controle dos gastos, transparência no uso dos recursos públicos e no cumprimento das exigências legais, contribuindo para o alcance da eficácia e eficiência no planejamento estratégico municipal.

Palavras-chaves: Informação, Sistema de Informação, Sistema de Informação Gerencial Gestão Pública, Empresas Públicas.

ABSTRACT

The presente work is an approach on the Management Information System facing the public sector as an instrument of management control actions, resources and results to optimize the management and contribute to a better use of public resources for the benefit of the citizen. Has as main objective to investigate the results of efficiency and effectiveness in organizational strategy applied to country to use a Management Information System. As such there is a qualitative research through literature review, a descriptive exploratory study case. Was used as a complemente to other research work conducted on the topic in questiona. The main results indicate the contribution of Management Information Systems which saw an improvement in management control through increased productivity, safety in production and

transition of information, optimization of control spending, transparency in the use of public resources and compliance legal requirements, Systems which saw an improvement in management control through increased productivity, safety in production and transition of information, optimization of control spending, transparency in the use of public resources and com Systems which saw an improvement in management control through increased productivity, safety in production na transition of information, optimization of control spending, transparency in the use of public resources and compliance legal requirements, contributing to the achievement of effectiveness and efficiency in municipal strategic planning.

Keywords: Information, Information System, Management Information System, Public Management, Public Companies.

INTRODUÇÃO

Gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito dentro de uma instituição, independentemente de ser pública ou privada, pode-se afirmar que é a habilidade de conduzir a organização para cumprir a missão pela qual foi constituída.

O gerenciamento das atividades empresariais exige grande volume de ações que produzirão informações, saber filtrá-las, disponibilizá-las em tempo hábil e de forma correta, é um desafio para a gestão empresarial. Assim, a gestão da informação é necessária tanto na esfera pública quanto privada e por isso apresentam pontos congruentes referentes aos seus ciclos, porém nem sempre apresentam a mesma condição de transformar informação em conhecimento.

Os municípios, embora não tenham como finalidade resultados econômicos, uma vez que não possui finalidade lucrativa também devem buscar uma gestão por resultados envolvendo toda administração pública o que implica na estruturação dos processos do ciclo de gestão das políticas públicas tais como formulação, implementação e avaliação de metas, programas, projetos, entre outros, além de primar por alcançar seus objetivos à otimização da utilização dos recursos públicos. Para isso é necessário uma visão e estruturação integrada de um bom planejamento governamental, orçamentário, administrativo, financeiro e contábil, através de uma boa organização administrativa, normas de operação e funcionamento para todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Pode-se então definir gestão como, a capacidade na condução da coisa pública de forma a melhorar a relação entre recurso, ação e resultado no cumprimento de sua missão. Assim a boa relação destes três atributos deve estar direcionada ao atendimento de um planejamento que envolve todos os níveis de gestão de forma eficaz, além de produzir informações obrigatórias que dará publicidade com a finalidade não só de conquistar a confiança pública como dar credibilidade a gestão, uma vez que possui um papel indispensável na formulação de políticas, na regulação da competitividade e na promoção do bem comum da sociedade

O estudo apresenta breve revisão literária sobre gestão em organizações públicas com enfoque na gestão da informação, pontuando aspectos nas diferenças entre gerenciar informações em organizações públicas e privadas, abordando a importância do

sistema de informação gerencial como um dos principais itens de gerenciamento necessários para produção de informação eficaz para o processo decisório.

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo analisar a qualidade da informação produzida na gestão municipal, e se a mesma pode ser considerada “gerencial”. Para alcançar o objetivo proposto foi formulado o seguinte questionamento de pesquisa: Como o sistema de informação gerencial pode atuar na administração pública municipal? De que forma a gestão municipal pode otimizar a informação nos processos de gestão pública e melhorar o processo decisório?

O mesmo justifica-se pela possibilidade de compreender a produção, circulação da informação e a oportunidade de melhorar o processo de tomada de decisão, atrelando os conhecimentos acadêmicos em situações concretas, uma vez que toda estrutura de uma empresa gira em torno do processamento, da troca, da obtenção e da análise das informações.

Em termos de sua relevância, o presente estudo revela-se significativo, sobretudo, pela limitação de material acadêmico específico disponível sobre o tema e ampliar pesquisas sobre Sistema de Informação gerencial aplicado a empresa pública municipal, possibilitando contribuir para a melhoria no processo decisório através da excelência no planejamento e gestão dos recursos públicos. Diante disso, esse estudo poderá contribuir para demonstrar que a gestão municipal deve e pode sim otimizar seus resultados como cita Berlatto (2010, p.2) ao “suprir os gestores com informações gerenciais, normas e procedimentos de controle, possibilitando uma melhoria no processo decisório, de planejamento e de gestão dos recursos públicos”.

Para responder a tal questionamento, o presente estudo utiliza como metodologia a pesquisa descritiva, revisão bibliográfica e de campo ao utilizar entrevista com gestores municipais a fim de identificar a qualidade da informação produzida.

A pesquisa está organizada em Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia e Considerações Finais.

2. METODOLOGIA APLICADA

Com o objetivo analisar a qualidade da informação gerencial produzida na gestão municipal e se a mesma possui algum sistema de informação gerencial- SIG, como auxiliar

no processo de tomada de decisão desenvolveu-se esta pesquisa, que quanto a seus objetivos caracteriza-se como descritiva.

Prodanov (2013, p. 114) explica que o método qualitativo: Nas análises qualitativas, o pesquisador faz uma abstração, além dos dados obtidos, buscando possíveis explicações (implícitas nos discursos ou documentos), para estabelecer configurações e fluxos de causa e efeito. Isso irá exigir constante retomada às anotações, à literatura e até mesmo à coleta de dados adicionais.

Para responder ao problema de estudo proposto, recorreu-se ao método qualitativo que utilizará análise e interpretação dos dados levantados, que ajudou a entender o comportamento da informação na gestão municipal. Buscou analisar a interação de determinadas nuances vividas pelos agentes de serviços públicos objeto de estudo.

Afirma Gil (1999, p. 70), “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

De acordo com Lakatos e Marconi (2002) são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação. As técnicas de pesquisa podem ser: coleta documental, observação, entrevista, questionário, medida de opiniões e de atitudes, técnicas mercadológicas, testes, sociometria, análise de conteúdo e história de vida.

Quanto aos procedimentos para obtenção de informações, é possível classificar o estudo como uma pesquisa bibliográfica, recorreu as revisões dos materiais publicados em livros e artigos científicos e concomitantemente, de campo na coleta dos dados através de entrevista.

Para o presente trabalho, os dados coletados acerca da operacionalidade, houve verificação da documentação, dos relatórios utilizados para fornecer informações gerenciais, sobre a funcionalidade operacional em prefeitura e a análise dos dados foram feitas baseado na pesquisa qualitativa apropriada à pesquisa explicativa.

A metodologia de abordagem do trabalho foi dedutiva, de acordo com Martins (2007), é o processo dedutivo em que, com base em proposições gerais, procuramos, logicamente e racionalmente, chegar a conclusões sobre resultados particulares.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a Lei 4.320/64, depois Decreto-Lei nº 200/67, e o previsto na Constituição Federal de 1988 já trazia a obrigatoriedade de cada Prefeitura ter um sistema de Controle Interno. O art. 31 da CF/88 deixa clara a determinação de que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma de lei (BRASIL, 1988).

Através da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), trouxe um novo momento nos diversos segmentos da Administração Pública: a determinação de que é função da Controladoria a fiscalização do cumprimento das normas da LRF (art. 59). Assim, cabe a estes órgãos o controle prévio e concomitante das ações dos administradores públicos municipais, além dos mecanismos definidos pela legislação pertinente, as Prefeituras devem implantar seus próprios mecanismos de controle interno, seja para auxiliar a tarefa dos órgãos fiscalizadores, como Tribunal de Contas e Câmaras de Vereadores, seja para melhorar a qualidade de gestão do município.

A LRF potencializa as responsabilidades dos gestores na aplicação dos recursos públicos tanto quanto pelo não cumprimento dos seus planejamentos. Dessa forma os administradores públicos buscam através dos controles, manter o equilíbrio das contas com uma boa execução dos orçamentos e excelência das ações em políticas públicas, principalmente da publicidade aos atos administrativos.

Desta forma os controles municipais se constituem como complementação da fase do planejamento, tendo como um dos principais objetivos a definição de padrões, medir desempenho, acompanhar para que possam corrigir desvios e assegurar que os recursos públicos foram aplicados corretamente.

As ações e serviços públicos visam atender as necessidades da população e com a transparência dos atos administrativos, a gestão passa a ter maior credibilidade pois o cidadão tem a possibilidade de acompanhar os atos, gastos dos poderes públicos e controle da execução orçamentaria. Desta forma os municípios buscam a adoção de medidas, técnicas de acompanhamento e controle para minimizar falhas e evitar o risco de ter suas contas rejeitadas ou aprovadas com restrições.

Diante disto as organizações públicas, passaram a ser mais fiscalizadas conforme os dispositivos proporcionados pela CF/1988 e pela LRF assim a necessidade de um

planejamento estratégico ficou mais evidente a partir das exigências por mais eficiência e eficácia nos serviços prestados.

3.1 Níveis da informação

Antes de elucidar sobre os Sistema de Informação- SI, é necessário classificar os níveis da informação. Tanto a informação quanto o nível de decisão obedecem uma hierarquia padrão existentes na maioria das empresas conhecida como pirâmide empresarial, conhecidas como estratégico, tático e operacional.



FIGURA 1: Modelo dinâmico de sistema de informação

FONTE: Rezende (2013 p.181)

Para cada tipo de decisão que é tomada em cada nível, requer diferente grau de agregação da informação, e os diferentes níveis requerem também diferentes informações.

Segundo Rezende (2013, p. 111) “no nível estratégico as decisões dão-se no alto escalão, as decisões são duradouras e as informações macro, contemplando a empresa na sua totalidade”.

O nível tático ou gerencial as decisões geram efeito a prazo mais curtos, estão os gestores, coordenadores, supervisores em suas respectivas unidades funcionais, com a

finalidade de otimizar o resultado de cada área e não a empresa como todo. A informação é agrupada e sintetizada.

Já as decisões operacionais estão ligadas ao controle e a execução operacional, visando alcançar os padrões de funcionamento preestabelecidos.

Portanto, o nível de informação possui relação direta com seu nível decisório.

3. 2 Sistema de informação na gestão pública

Falar em gestão remota a ideia de ações e aplicações de recursos, na transformação de dados que geram informações, este processo ocorre amparado na visão sistêmica, uma vez que envolve um conjunto de partes interdependentes e entrelaçados com a finalidade de atingir um objetivo comum.

As informações precisam ser adaptadas conforme a complexidade dos ambientes tanto interno quanto externo. Para isso os gestores necessitam de sistema de informações eficientes e eficazes, que processem grande volume de dados gerados, transformando-os em informações relevantes para o processo decisório.

Segundo Dias (2002), em virtude das dificuldades em identificar os problemas decorrentes do fluxo de informações, a controladoria surgiu da necessidade dos gestores de realizar controles mais eficientes de seus negócios, e consolidando como uma área ligada ao planejamento e ao controle organizacional.

Dessa forma quando a informação é utilizada na estrutura decisória da empresa, proporcionando, sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados, diz que ela é gerencial.

Oliveira, (2010) define gerencial como o desenvolvimento e a consolidação dos processos administrativos, representado pelas funções de planejamento, organização, direção, gestão de pessoas e controle, voltado para a otimização dos resultados.

Ainda, Oliveira (2010, p. 19), explica que um sistema pode ser decomposto, em subsistemas, através da estruturação de processos, e esclarece que, “processo é um conjunto de atividades sequenciais que apresentam relação lógica entre si, com a finalidade de atender, e preferencialmente, suplantando as necessidades e expectativas dos clientes internos e externos da empresa”.

Para Gil (1992, p. 14), “Sistema de informação compreende um “conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações”.

Segundo Mosimann e Fisch (2008, p. 54), “sistema de informação é uma rede de informações cujos fluxos alimentam o processo de tomada de decisões, não apenas da empresa como um todo, mas também de cada área de responsabilidade”.

Conforme Rezende (2008, p.14), sistema de informação é “todo sistema que usando ou não recurso de tecnologia da informação, manipula dados e gera informação”, ou seja, conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicações e recursos de dados que coleta, transforma e dissemina informações em uma organização.

A informação é dinâmica e é capaz de criar valor significativo para as organizações quando devidamente estruturada pelos diversos subsistemas ou seja as várias unidades organizacionais e torna-se um recurso vital. Como a gestão municipal se constitui em atividades complexas principalmente porque procura organizar os diferentes interesses das secretarias, dos gestores, prestadores de serviços, sociedade, tribunais de contas, etc assim o Sistema de Informação tornou-se imprescindível.

3.3 Tecnologia da informação

Elaborar Sistema de Informações diante das complexidades e necessidades empresariais fica difícil sem utilizar os recursos disponíveis pela Tecnologia da Informação.

Abreu e Rezende (2013, p 54) conceitua Tecnologia da Informação como os recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação.

Para Cruz (1998) é todo e qualquer dispositivo que tenha capacidade de tratar dados e ou informações, tanto de forma sistêmica como esporádica, quer esteja aplicada ao produto, quer esteja aplicada no processo”.

O’Brian (2011, p 39) afirma “A tecnologia não é mais uma questão secundária na concepção da estratégia das empresas, mas sua verdadeira causa e guia”.

A TI trouxe vários benefícios como melhorar o fluxo de informação, facilidade de acesso aos dados, melhorar o monitoramento e controle dos programas, agilidade na

transmissão e monitoramento das informações e facilidade de comunicação. Utilizada como ferramenta gerencial possibilita melhor a qualidade das informações disponíveis para os usuários.

3.4 Sistema de informação gerencial na entidade pública

O Sistema de Informação é um sistema cujo objetivo já apresenta uma especificidade que é a de gerar informação. Um sistema de informação pode ser manual ou informatizado, a grande maioria dos Sistemas de Informação começa de forma manual, ao se desenvolver o processo, passa a ser informatizado.

Para Rezende e Abreu (2013), os fluxos operacionais são distintos para cada tipo de estrutura, mas de qualquer maneira, os Sistemas de Informação da empresa devem atender a todos os tipos de estrutura organizacional, requerendo sintonia e sinergia das informações.

Ao se analisar o fluxo de informação dentro de uma organização, verifica-se que, em linhas gerais, de alguma forma e em algum momento, todas as informações existentes ou geradas por cada área funcional na empresa terminam em “cair” por exemplo, na contabilidade, para o processo de mensuração dos eventos econômicos, financeiros, patrimoniais e orçamentários, a que elas pertencem.

Cada área funcional é formada por um conjunto de funções mediante as quais a empresa consegue alcançar seus objetivos. Por sua vez em cada função existem grupos de atividades específicas e inter-relacionadas que compõem a sua estruturação (REBOUÇAS, 2008, p. 48).

O processo de gestão varia de empresa para empresa, conforme suas especificidades e particularidades que são pertinentes a seu porte, sua esfera estatal e modelo de gestão.

Assim os sistemas de informações gerenciais normalmente são estabelecidos como processo de comunicação na empresa, onde são fornecidos os elementos básicos para as decisões nos vários subsistemas da mesma, auxiliando a manter a harmonia entre qualidade, produtividade e participação.

Segundo Davenport (1997), o gerenciamento da informação é um conjunto estruturado de atividades que espelha a forma pela qual uma organização captura, distribui e usa informação e conhecimento.

Conforme Catelle e Guerreiro, a eficácia empresarial depende de uma série de fatores fundamentais, tais como produtividade, eficiência, satisfação, adaptabilidade e desenvolvimento.

A gestão da informação em organizações públicas embora não seja uma empresa com finalidade lucrativa conforme mencionado anteriormente, apresenta peculiaridades comuns com a esfera privada, embora apresente diferenças e singularidades em relação aos objetivos e à análise custo/ benefício dos processos informacionais. Para Slomski (2009, pag. 406) elas na verdade em nada diferem para atingir eficácia, pois:

- Produtividade: diz respeito à otimização de volumes de bens e serviços demandados considerando uma capacidade instalada;
- Eficiência: diz respeito ao consumo ótimo de recursos, dados os volumes de produção e serviços demandados pelo mercado (neste caso para a população);
- Satisfação: diz respeito a satisfação dos agentes envolvidos na cadeia de relacionamentos com os quais a empresa se relaciona;
- Adaptabilidade do processo dos gestores: diz respeito à capacitação dos gestores de agir em um ambiente de constantes e profundas modificações, de fornecer respostas rápidas aos desafios e ter rapidez na tomada de decisão, entre outros;
- Desenvolvimento: diz respeito a melhoria constante, a excelência em todos os aspectos da entidade, tecnológicos, processos, técnicos, capacitação dos recursos humanos, etc.

Nesse contexto a empresa pública, ao gerir informações busca cumprir sua missão não só no cumprimento de todas as exigências legais na execução orçamentaria mas também dar publicidade as informações de interesse público, assim enquanto as empresas privadas devem fazer o que está em lei, a pública obrigatoriamente só pode agir conforme dispositivo da lei, tonando a gestão pública um processo dinâmico e desafiante.

Na gestão pública deve-se estar atento a todo processo de execução e planejamento, para que sua missão possa ser cumprida, que neste caso é focada em resultados e orientada para atender as necessidades do cidadão através da melhoria da qualidade dos serviços públicos, criando valor público para o cidadão. Desta

forma a excelência na Gestão Pública na implementação de Políticas Públicas deve estar voltado para a excelência dirigida ao cidadão de seu município.

Para Lima (2006), uma boa organização na gestão pública está relacionada à sua capacidade de gestão de otimizar a relação entre recurso, ação e resultado para que possa atender à necessidade coletiva. Por isso o autor afirma que quanto maior for a demanda, isto é, a necessidade de um planejamento eficiente no município, maior deverá ser a capacidade do gestor público, principalmente se os recursos disponíveis forem escassos ou houver uma queda na arrecadação.

Ainda, referindo a Lima (2006) para uma boa gestão pública estão os fundamentos que são alcançados com a publicidade dos recursos aplicados às políticas públicas apresentadas; da moralidade e legalidade estabelecida diante da transparência realizada às benfeitorias à própria população e finalmente à excelência de toda a ação realizada que será devidamente direcionada aos interesses da sociedade.

Para uma empresa privada um dos aspectos considerados para medir a excelência da gestão está na otimização dos resultados, na aferição dos lucros e desempenho físico, operacional, financeiro e patrimonial. Numa empresa pública a excelência da gestão está na capacidade de dirimir conflitos, lidar com a escassez de recursos, otimizar a arrecadação, captar recursos em outras esferas públicas, firmar parcerias através de cooperação técnicas-financeiras, dá publicidade a seus atos e atender a expectativa do cidadão.

Contudo, a gestão precisa harmoniosamente em toda sua estrutura organizacional, processar os dados para que possam traduzir em informações com a qualidade e rapidez necessária, desta forma no âmbito municipal ela não apresenta como uma tarefa fácil.

3.5 Verificação da produção e qualidade na informação na empresa pública

Para gerir uma empresa é necessário o conhecimento das principais atividades e habilidades que envolvem a gestão. Rezende (2013) diz que a primeira habilidade envolve a gestão de pessoas; a segunda diz respeito a gestão de processos, funções, atividades, procedimentos que envolve a empresa e a outra habilidade requerida, será a gestão de recursos diversos tais como relativos logísticas, tecnológicos etc.

Assim, a produção de informação começa com as pessoas que compõem a força

de trabalho da organização, responsáveis, portanto, pela execução das tarefas e dispostas hierarquicamente, com base em uma estrutura composta e normalmente controlada por: canais formais de comunicação, critérios de autoridade e responsabilidade e pelos próprios fluxos de trabalhos.

Para Almeida (2010) As informações produzidas nos municípios são em menor volume, podendo ser trabalhadas mais rapidamente, agilizando sua disponibilidade para o uso local, permitindo a identificação de possíveis falhas rapidamente. Menciona ainda que informações geradas pelos subsistemas cujos dados são mais fáceis de serem quantificados Como os produzidos na saúde, possibilitam um sistema de informação mais seguro.

Iscovich apud Almeida, discute que os sistemas de informação que possuem usos múltiplos tendem a apresentar informações de melhor qualidade que aqueles que são unidirecionados. Como exemplo: os sistemas que são utilizados para quantificar e qualificar eventos e que também servem de base para atividades de vigilância e/ou definição de prioridades, apresentam dados mais fidedignos, pois o uso mais frequente da informação fará com que se busque o seu aprimoramento.

Para Jambeiro, Borges e Sobreira (2011), em seu artigo no estudo de caso aplicado na prefeitura de Salvador, relata que a coleta, tratamento, armazenamento e disseminação da informação, funcionam como um sistema que se concentra na Secretaria de Administração e alimentada pelo subsistema que se espalham pelos outros órgãos, sob controle do Núcleo de Gestão da Informação que, embora pertença à Sead, atua junto às demais secretarias. Contudo, embora a denominação deixe pressupor que esteja ligado a todas as etapas da gestão da informação na municipalidade, na verdade é formalmente responsável apenas pela incorporação do uso intensivo da tecnologia de informação, principalmente Internet e Intranet, nos órgãos da administração municipal. Detectou-se apesar das limitações, que pelo menos a secretaria da saúde, reconhece as atribuições mais ampla e a responsabilidade de formar grupos de trabalho para selecionar e organizar as informações a serem disponibilizadas.

Na região do Vale do São Francisco, em entrevista com seis gestores municipais em três instituições, foi apontada como uma das maiores dificuldades encontrada na produção de informação o fato de que nem sempre as habilidades necessárias encontram-se disponíveis. O gestor depara-se quase sempre com um quadro de pessoal sem habilidade técnica para exercer as funções operacionais, na grande maioria ainda apresenta um quadro de recursos humanos ingressos ao serviço público por indicação e por adquirir estabilidade continuam no exercício

de determinadas funções, atrelado a ausência de realização de concurso público também apresentando como outro fator que dificulta ter um quadro de recursos humanos aptos a assumir funções específicas.

Dificuldades tanto quanto aos recursos computacionais e tecnologias que atendam suas necessidades gerenciais, além de procedimentos e processos definidos com intuito de alimentar sistema de informação. Há uma predominância de concentração de esforços para a execução operacional para atender as exigências legais quanto a empenho, liquidação e pagamento por exemplo, não apresentado investimento de recursos em software específicos para controle de estoque, financeiro, controle patrimonial etc, são utilizadas planilhas em Excel, Word e Acess.

Verifica-se que muitas das funções gerencias são assumidas por indicações diretas dos prefeitos e nem sempre são capacitados tecnicamente na elaboração ou interpretações de informações gerenciais, como consequências muita das informações perde-se do caminho.

Muitas das ações informativas de cunho gerencial empreendidas pelos municípios ainda são pequenas diante da realidade cada vez mais crescente que reporta a importância do acesso à informação pública, como fundamental para o desenvolvimento individual, cultural, econômico e social e para o exercício pleno da cidadania.

Conforme Jambeiro, Borges e Sobreira existe notoriamente a necessidade de concepção, elaboração e institucionalização de uma política de informação, que envolva diretamente os gestores, desde os Prefeitos como os gestores formuladores das diretrizes e políticas gerais da administração pública municipal.

O uso de SIG em empresas privadas tem efeitos bastante positivos, quanto as organizações públicas Callegaro, Sawitzki e Barreto (2011) afirma que há poucos estudos que investiguem os efeitos de sua aplicação, tornando-se extremamente importante conhecer como são aplicados e seus impactos para a gestão e para os servidores.

Entretanto nas pesquisas, os resultados dos estudos apresentaram que as empresas públicas que implantaram o SIG tiveram avanços significativos.

4. ANÁLISE DE DADOS

Percebe-se que no âmbito municipal dentre as quais os gestores foram entrevistados, muitas ainda não possuem um processo de gestão da informação estruturado para registros, onde as informações possam ser disponibilizadas e utilizadas previamente para poder ser utilizadas no processo decisório. Desta a forma os dados processados e transformados em informações pouco agregam valor às decisões.

Tanto a execução orçamentaria, como o desenvolvimento das demais atividades operacionais apenas atendem ao cumprimento das formalidades legais no registro das informações, porém sem a devida articulação das unidades funcionais. O que pode submeter os riscos de segurança e que pode ser confirmada pelo número crescentes de prestações de contas aprovadas com restrições.

Nota-se que em algumas atividades, o controle é feito manualmente ou em planilhas Excel e Word não havendo investimentos em tecnologias da informação ou investimento mínimo para otimizar o controle e gestão da informação. Os relatórios são apresentados e produzidos por esses aplicativos genéricos, com exceção dos relatórios fiscais, financeiros e orçamentários que utilizam aplicativos específicos por atender as especificidades exigidas por Lei, conseqüentemente não existe um procedimento padrão nem um embasamento para análise das necessidades reais de cada secretaria, além da maioria das atividades serem realizadas baseada na experiência do funcionário, centralizando a informação e tornando o processo quase sempre dependente.

Nota-se que às informações produzidas pelas secretárias de saúde, foram mencionadas por apresentarem um melhor fluxo de informação, por lidar com dados mais específicos e fáceis de quantificar, justificada pelas exigências de manter o “fluxo de informação” com o ambiente externo com outros órgãos competentes em relação as suas atividades realizadas, como as prestadas ao Sistema Único de Saúde e ao Ministério da Saúde.

Contudo a gestão municipal que implantou o SIG as pesquisas apresentaram em relação a produtividade um aumento com relação a diminuição de horas despendidas com alimentação de dados; Em relação ao controle gerencial e à estrutura de custos e capacidades, o sistema contribuiu no controle de processos de trabalho, nos controles gerenciais, melhoria de desempenho, redução de gastos com manutenção e impacto diretamente relacionados com os controles internos da prefeitura; quanto a eficiência organizacional interna, os estudos

apontaram que houve melhorias da coordenação entre áreas funcionais; E em relação a eficácia e eficiência do planejamento gerencial apresentaram resultados positivos em relação a controle de gastos públicos e redução de despesas apontado pelo controle interno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão Pública tem como missão promover o bem estar social proporcionando desenvolvimento econômico de uma cidade. Entretanto a eficiência na gestão está atrelada não só a uma boa execução orçamentaria mas a um conjunto de ações, combinado com os recursos e otimização de resultados, para que possa realizar uma gestão eficiente e eficaz.

Na revisão bibliográfica foi possível constatar que a gestão da informação hoje tornou-se imprescindível para que o gestor possa desempenhar bem seu papel, embora na realidade a utilização destes recursos ainda apresenta-se lentamente, uma vez que na sucessão dos prefeitos muito pouco se vê uma continuidade dos procedimentos e processos, recursos humanos, recursos tecnológicos, etc utilizados anteriormente. Mesmo que com a reeleição, o gestor consiga implantar um sistema de informação satisfatório que possibilite um desempenho melhor das suas unidades funcionais e venha a contribuir para o processo de decisão ele está fadado a morte pela falta de continuidade, assim a cada eleição repete-se o cenário de adaptação dos recursos humanos ao novo modelo de gestão.

Esta pesquisa possibilita também a conscientização pelos gestores que ao implantar um sistema de informação e /ou dar continuidade pelos seus sucessores efetivamente possibilitará um ganho na confrontação de despesas e receitas.

Este estudo atendeu ao objetivo de analisar a produção da informação e a existência de sistemas de informação em empresas públicas no âmbito municipal, reconhecendo que o Sistema de Informação é a base para funcionamento de uma organização, pois faz-se necessário integrar todas as unidades funcionais para que na visão sistêmica possa atender melhor às necessidades da sociedade.

Da mesma forma que, quando a gestão da informação apresenta-se precária na instituição e a mesma não a utiliza no processo decisório, conseqüentemente deixa de contribuir para as diretrizes estratégicas. No presente estudo enfatiza a proposta da implementação de sistema de informação objetivando conhecimento e controle dos gestores, pois é um instrumento eficaz para orientar suas decisões e melhorar a qualidade dos serviços

oferecidos em prol da sociedade que é a grande beneficiária quando existe excelência na gestão pois impactua na geração de informações rápidas, precisas e principalmente úteis para o processo de tomada de decisão garantindo assim uma gestão diferenciada. Sugere-se novos estudos ampliando a pesquisa para prefeituras que utilizam sistemas de informações gerenciais, analisando outros aspectos e percepções não abordadas pela bibliografia estudada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.F.. **Descentralização de sistemas de Informação e o uso das informações a nível municipal**. IESUS, VII(3), Jul/Set, 1998.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3ª Ed . Ed Atlas 2008.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação: um Enfoque Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASI. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm> Acessado 28/10/2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1988. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CINTRA, R.F.; VIERA, S.F.A.; BARBOZA, D.C.; FERNANDES, C.R. BAGGIO, D.K.B. **Impacto da implantação de um sistema de informação gerencial na gestão de contratos públicos: o caso do hospital universitário de dourados/MS**. Revista de Administração da UNIMEP, 2012. ISSN: 1679-5350

CRUZ, T. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologia da informação e a Empresa do Século XXI**. São Paulo,,Atlas.2008.

CRUZ, T. **Sistemas de Informações Gerenciais: Tecnologia da Informação e a Empresa do Século XXI**. São Paulo, Atlas, 2002.

DALBELLO, R. F. **Análise do Sistema de Informação Gerencial na Unidade do SEST em Cariri do Tocantins**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade UNIRG.

Disponível em :<http://www.periodicos.ufrn.br/reb/article/view/1487> . **Análise das práticas de gestão da informação do hospital maternidade Guiomar Fernandes – HMGF no município de Alexandria – RN**. Acesso: 08/11/2014.

Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/index.php?sid=345>. Acesso 07/11/2014.

Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/952.pdf>.
Controle gerencial da frota municipal através de um sistema de informação gerencial: estudo de caso em uma prefeitura do Rio Grande do Sul. 08/11/2014.

Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/632/1451>. **Políticas e gestão da informação pública: o caso da Prefeitura de Salvador.** Acesso 06/11/2014.

Disponível em: <http://www.sirc.unifra.br/artigos2010/11.pdf>. **Sistema de Informação Gerencial para o Corpo de Bombeiros de Balsas – MA: Uma Proposta de Implantação.**

FEITOSA, J. M.; SILVA, C. F. Acesso em: 08/11/2014. **empresa do século XXI**, 3.ed. São Paulo: Atlas.

FISCH (2008) FISCH, S. MOSIMANN, C. P. **Controladoria: Seu papel na administração da empresa**. 2008 Ed atlas.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 14ª Ed Ed. Atlas. 2007.

GIL, Antonio de Loureiro. **Sistemas de Informações: contábil, Financeiros**. São Paulo: Atlas, 1999.

HÉKIS, H. R.; SILVA, M. A.; SOUSA, A. C. A. P. **Análise das práticas de gestão da informação do hospital Maternidade Guiomar Fernandes – HMGF no município de Alexandria – RN**. Revista Brasileira de Inovação Tecnológica em Saúde.

KOTESKI, Marcos A. **As Micro e Pequenas Empresas no Contexto Econômico Brasileiro**. Revista FAE BUSINESS, n. 8, p. 16-18, 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_03_koteski.pdf> Acessado em 25/10/14.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistema de Informações Gerenciais**. 5ª ed. Editora Pearson, 2006.

LUPPI, Iria. **Tipos de Sistemas de Informação na empresa**. Oficina da Net, 7 fev de 2008. Disponível em: http://www.oficinadanet.com.br/artigo/738/tipos_de_sistemas_de_informacao_na_empresa. Acessado em: 26/08/12.

MIRANDA, V. Silvania. **A Gestão da Informação e a modelagem de processos**. Revista de Serviço Público. 2010.

MORAES, Giseli D. A. **A gestão da informação diante das especificidades das pequenas empresas**. 2006. <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a12.pdf>. Acesso em 07 set. 2012.

MORAES, Giseli D. A. **A gestão da informação diante das especificidades das pequenas empresas**. 2006. <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a12.pdf>. Acesso em 07 set. 2012.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello., FISCH, Silvio. **Controladora: Seu papel na Administração de Empresas**. 2ª Edição. Editora: Atlas, 2008.

O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. **Administração de Sistema de Informação: uma Introdução**. 13º ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

O'BRIEN, James A.; **Sistema de Informação: E as decisões gerenciais na era da internet**. 3º ed. Ed Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de Informações gerenciais: Estratégicas, táticas e operacionais**. 12ª edição. Editora atlas, 2012.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Sistemas de Informação: um Enfoque Gerencial Inserido no Contexto Empresarial e Tecnológico**. 11. ed. São Paulo: Érica, 2007.

REZENDE, Alcides Denis. **Sistema de Informações Organizacionais**. 4ª Ed. Editora Atlas, 2008.

REZENDE, Denis A; ABREU, Aline F. **Tecnologia da Informação: Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAWITZKI, R.C.; CALLERGARO, R.L.S.; BARRETO, P.R.C.. **Controle gerencial da frota municipal através de um sistema de informação gerencial: estudo de caso em uma prefeitura do Rio Grande do Sul**. XIV SemeAd. Seminário de administração. ISSN:2177-3866.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública. Um enfoque na Contabilidade Municipal**. 2ª ed. Ed. Atlas 2009.

STAIR, R. M. (1996). **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 2. ed Rio de Janeiro: LTC.

GUARDA MUNICIPAL E A SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA

Francivaldo dos Santos Brito
espiao_0079@hotmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Thiago Magalhães Amaral
thiago.magalhaes@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Jorge Messias Leal do Nascimento
jorge.nascimento@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Diante da crescente criminalidade no Brasil, torna-se imprescindível a criação de novas Guardas Municipais, onde possam apoiar os diversos órgãos de Segurança com o intuito de minimizar as ações delituosas praticadas por diversos infratores que contribui para perdas materiais e danos ao bem público. O presente artigo tem por objetivo compreender a estrutura das Guardas Municipais e seu real emprego, em parcerias com outros órgãos de Segurança Pública, por meio de pesquisa qualitativa com aplicação de questionários e pesquisas bibliográficas. Desta forma, fica evidenciado que Guardas Municipais, dentro de suas jurisdições municipais, constituem um instrumento fundamental para a estabilização da ordem pública, desde que estejam devidamente uniformizada e armadas.

Palavras-Chaves: Violência. Poder de policia.

ABSTRACT

Faced with rising crime in Brazil, it's essential to create new Guarda Municipal, where they can support various security agencies in order to minimize the number of criminal acts committed by offenders who contributes to material losses and damage to public property. This targed paper to understand the structure of the Guarda Municipal and his real employment, in partnership with other public agency securty through this qualitative research with application of questionnaires and literature researches. Thus, it is evident that Guarda Municipal, within their municipal jurisdictions, are a key to the stabilization of public policy instrument, provided they are properly uniformed and armed.

Keywords: Violence. Police power.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados estatísticos do IBGE (2009), o Brasil passou a ser composto por 5.565 municípios, associado a este crescimento, segundo Patrício e Luciene (2001) houve um crescente índice da violência, nos municípios, os quais, tem preocupado a Administração Pública brasileira.

Segundo (Waiselfisz, Julio Jacobo, 2013) os municípios com mais de 20 mil habitantes, segundo o censo realizado pelo IBGE de 2010, corresponde a 1.651 municípios, onde estes representam apenas 29,7 % dos 5.565 dos municípios existentes no país, nestes municípios com estas características que se concentram 82,9 % da população. Sendo que a violência resultante pelo emprego de armas de fogo corresponde a 93,5 % das mortes.

A cidade de Juazeiro-BA, em 2012, segundo o IBGE (2012) era de 201.499 habitantes, sendo que em 2012, o município ocupava 188º no ranque das cidades brasileiras com homicídios, bem como 155º com homicídios, onde as vitimas eram jovens, que segundo o IBGE (2012) era de 58.000 habitantes, conforme tabela abaixo que demonstra a evolução dos homicídios de adultos e jovens, resultantes do emprego de armas de fogo nos de 2008 a 2012.

Tabela 01. Evolução geral dos homicídios em Juazeiro-BA

Anos	2008	2009	2010	2011	2012
Homicídios	110	87	93	109	115

Fonte: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

Tabela 02. Evolução dos homicídios de jovens em Juazeiro-BA

Anos	2008	2009	2010	2011	2012
Homicídios	57	40	42	56	55

Fonte: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

A presidência da República sancionou a Lei. Nº 13.022 de 8 de agosto de 2014, que no art. 1º, institui normas gerais que regula as funções das Guardas Municipais, ajustando o que era previsto §8º do art. 144 da Constituição Federal.

De acordo com Oséias Francisco (2011), a condição do convívio social não é atributo exclusivo somente do homem, outros animais também o possuem tais relações organizadas, que chamam a atenção dos racionais. Já o homem, na condição de relação social depara-se constantemente em situações de conflitos, ocasionado pela busca desenfreada e insaciável de valores que venham atender seus desejos.

Dessa forma, objetivou-se com esse trabalho analisar as funções, bem como a estruturação da Guarda Municipal de Juazeiro da Bahia, no contexto da Segurança Pública identificando o seu real emprego em harmonia com os outros agentes responsáveis pela segurança pública e a aceitação da sociedade local.

Nesse sentido, foram determinados três tópicos norteadores: 1. Propor o entendimento a respeito da Segurança no contexto geral e mapear o raio de atuação dos profissionais da Guarda Municipal; 2. Destacar a legitimidade da Guarda Municipal; 3. Identificar e diagnosticar as intervenções da Guarda Municipal, como agente participativo da ordem pública, no sentido de garantir a segurança do cidadão.

JUSTIFICATIVA

O que justifica a produção do presente artigo é a necessidade de promover uma reflexão e identificar a importância da Guarda Municipal, por meio de um estudo sistemático, tendo como parâmetro, a contribuição do município como ator presente na segurança, através do emprego da Guarda Municipal em parceria com os demais órgãos de segurança pública, no município de Juazeiro da Bahia.

A cidade de Juazeiro da Bahia, localizada no médio São Francisco, têm uma população de 197.965 e estimada para 2013 de 214.748, com uma área territorial 6.500,520 Km². De acordo com (Waiselfisz, Julio Jacobo, 213) o município de Juazeiro/BA é considerado de Violência Tradicional.

Este trabalho poderá subsidiar novos pesquisadores, que pretendem discorrer a respeito de estudos relacionados ao emprego preventivo e repressivo no âmbito da Segurança Pública, tendo como agente regulador a Guarda Municipal dos municípios brasileiros, possibilitando um estudo sistemático das Guardas Municipais por Municípios, haja vista que, o objeto de estudo é a Guarda Municipal do município de Juazeiro da Bahia.

METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas qualitativas, com aplicação de questionário, tendo como amostragem três grupos distintos, formado por quarenta amostras, de policiais militares, Guardas Municipais e a comunidade, além de pesquisas bibliográficas, documental, tendo como análise uma interpretação Global das Guardas Municipais, e por fim, o estudo detalhado da importância e legitimidade Constitucional, da Guarda Municipal da cidade de Juazeiro da Bahia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1.1 A Segurança no contexto geral e sua especificidade

Para Sobrinho e Inojosa (2005), com a promulgação da Constituição de 1988, a União conferiu a responsabilidade na gestão de ações públicas aos Estados e Municípios. Desta forma, os Estados e Municípios têm grande parcela de contribuição para os ajustes necessários na redução da violência, pois são estes que se deparam frente a frente com as diferenças sociais, que cominam com os conflitos, propiciando a violência, mas, para tanto, é necessário que a sociedade esteja engajada neste processo de redução da violência, neste contexto os município passam a ser um campo de transformação social.

Somente com a aplicação das leis que compõem nosso ordenamento jurídico, não teremos redução de forma absoluta nos índices de violência, pois ela esta vinculada as desigualdades sociais, logo, poderá ser reduzida com a intervenção dos municípios, por meio das Guardas Municipais, no cumprimento das leis, bem como, desenvolvimento de projetos sócioeducativos.

Segundo Macineiro (2005), a falta da Segurança só é notada quando se precisa dela e quando ela não esta presente propicia um estado de debilitação física e psicológica do homem, que reflete em cada individuo dentro do convívio social. Com o advento da Globalização, a violência não possui mais características regionalizadas, e sim ilimitadas, chegando a diversos meios, independente da cultura ou da camada social. Logo, a Segurança é um bem necessário.

1.2 Poder de Polícia

O nome polícia tem origem na antiga Grécia, nas Cidades Estados, e o seu vocábulo vem da palavra polícia. “*A atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade ajustando interesses coletivos designa-se poder de polícia*” (Celso Bandeira, 2009). Para Celso Bandeira (2008), no sentido mais amplo o “poder de polícia” expressa o conjunto de medidas, que o Estado adota para delimitar suas ações, objetivando a tutela da propriedade e da liberdade e sobre o cidadão.

Após análises dos dados coletados, tendo como referencia a amostragem de quarenta policiais e quarenta cidadãos, ficou evidenciado, que os entrevistados têm pontos semelhantes, porem, em diferentes graus de aceitação, no que se refere ao poder de polícia às Guardas Municipais, pois 52,5 % dos policiais entrevistados são a favor do poder de polícia, já os cidadãos são mais cautelosos quanto a esta atribuição, pois somente 42,5 % apresentam-se a favor.

2. GUARDAS MUNICIPAIS

Quando tratamos das relações sociais, que envolvem o público e o privado, diversos órgãos tem a incumbência institucional de manter o ordenamento jurídico, bem como, a manutenção da ordem pública. É neste contexto que a Guarda Municipal, com os demais órgãos de Segurança pública, tem papel fundamental para a ordem social, por meio da aplicação da Lei.

“Artigo 144. A Segurança Pública, é dever do Estado direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.[...] §5º As policias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...] §8º Os Municípios poderão construir guardas municipais destinadas a proteção de bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. (Constituição Federal do Brasil de 1988).

2.1 Criação da Guarda Municipal sua legitimidade

As Guardas Municipais brasileiras para que tenha no ato de sua criação só poderá ocorrer mediante força de lei e, pois os municípios tem de cumprir o que prevê a Lei. Nº 13.022 de 8 de agosto de 2014, no art. 6º. E deverá estar subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.

DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º - Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 3º - São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e

V - uso progressivo da força.

De acordo com o artigo 7º, §I, quando o município tiver até 50.000 habitantes o efetivo da Guarda não poderá ultrapassar de 0,4 % (quatro décimos por cento) da população, já no §II, quando a população for mais de 50.000 e menos de 500.000, da mesma forma o efetivo não poderá ultrapassar 0,3 % (três décimos por cento) da população. E por fim quando a população for mais de 500.000 habitantes o efetivo não poderá ultrapassar mais de 0,2 % (dois décimos por cento) da população.

2.2 Composição das Guardas Municipais

No Brasil de acordo com dados estatísticos do ano de 2012, (IBGE), podemos observar as seguintes disposições em relação ao seu quadro de efetivo das Guardas Municipais levando em consideração o que prevê a Lei. Nº 13.022 de 8 de agosto de 2014, quanto ao total de seu efetivo, tendo como parâmetro a população do município. Que atualmente segundo o IBGE (2013), o Brasil é composto por 5.570 municípios.

Atualmente hoje no Brasil existem 993 municípios com suas respectivas Guardas Municipais instituídas, totalizando um contingente de 96.144, sendo 82.290 do sexo masculino e 13.857 femininos. Quando a análise é por região o Sudeste se destaca com o contingente de 49.280 . O Estado da Bahia possui 417 municípios, sendo que apenas 170 tem suas Guardas Municipais regularizadas. Dentre estas destaca-se a da cidade de Juazeiro-BA, com um efetivo de 172 integrantes, sendo 140 do sexo masculino e 32 feminino.

2.3 Porte de arma de fogo.

Atualmente existem diversas discussões a respeito do porte de arma de fogo para os Guardas Municipais, quanto as suas atividades, bem como, fora delas, pois existe uma grande preocupação, quanto às habilidades desenvolvidas no período de sua formação e nos cursos de nivelamento, destes agentes.

Após entrevista com policiais, sociedade e Guardas Municipais, foi possível constatar que 67,5 % (sessenta e sete virgula cinco por cento) dos policiais são a favor do porte de arma institucional, porem a sociedade é mais cautelosa, pois apenas 55 % (cinquenta e cinco por cento) apoia o uso da arma de fogo em serviço, no entanto, todos os Guardas Municipais foram unânimes quanto ao porte de arma de fogo institucional, sendo 100 % (cem por cento) a adesão.

2.4 Guarda Municipal de Juazeiro da Bahia

A Guarda Municipal de Juazeiro-BA é uma instituição de caráter civil, a qual foi criada com a Lei Nº 1.725/03, atua de forma uniformizada e armada e, sua atuação é pautada na proteção dos direitos humanos, preservação da vida e redução do sofrimento, além de patrulhamento preventivo e disciplinar.

Com o objetivo de uma Guarda mais próxima da sociedade, objetivando o entendimento e os anseios da comunidade, o Prefeito do Município de Juazeiro, no uso de suas atribuições que lhe é conferida pelo art. 27, § 6º, letra “e”, da Lei Orgânica Municipal, sancionou a LEI Nº 2.301 / 2012, criando a Ouvidoria da Guarda Municipal de Juazeiro, e dá outras providências.

2.5 Guarda Municipal de Juazeiro/BA e sua competência

Com aprovação da Lei. Nº 13.022 de 8 de agosto de 2014, tem a incumbência, dentro da jurisdição do município, de forma uniformizada e armada à proteção do município em caráter preventiva com patrulhamento, uso progressivo da força, proteção e garantia dos direitos fundamentais e constitucionais dos Cidadãos. Além da proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações.

Atualmente a Guarda Municipal da Cidade de Juazeiro/BA esta composta de 172 Guardas Municipais, sendo que a distribuição do efetivo corresponde a 140 masculinos e 32 femininos. Todo o efetivo tem formação segundo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Objetivando maior eficiência e operacionalidade, o efetivo da Guarda Municipal de Juazeiro encontra-se distribuído em cinco grupamentos, sendo eles: a) guarda convencional, b) unidade tática especial, c) ciclismo, d) grupamento de ronda motorizada, e) vídeo monitoramento. Além disso, possui frota de veículos destinados ao serviço, com veículos, além de material logístico, pistolas de condutividade elétrica (TASER), espagedores (spray de pimenta), tonfas, detectores de metais e equipamentos de rádio amador para comunicação.

2.5.1 Importância da Guarda Municipal de Juazeiro/BA

Segundo o Jornal Folha do Estado da Bahia (2013), a Guarda Municipal de Juazeiro da Bahia, tem demonstrado sua eficiência nas intervenções, junto aos demais órgãos de Segurança Pública, proporcionando um bem estar de segurança, principalmente nas rondas, realizando apreensões de drogas, repressão de tráfico, prostituição e apreensão de armas, proporcionando mais segurança e conseqüentemente o bem estar do cidadão juazeirense.

No que se refere à importância da Guarda Municipal de Juazeiro da Bahia, no contexto com os demais órgãos de segurança pública, os dados demonstram pontos sensíveis e alguns questionamentos dentro de uma mesma vertente, tanto do ponto de vista da sociedade, bem como dos policiais militares entrevistados. Sendo que, o maior grau de aceitação foi por parte da sociedade, onde 10 % (dez por cento) entendem que a Guarda Municipal de Juazeiro da Bahia é excelente em suas atividades, 15 % (quinze por cento) caracteriza como ótima e 70 % (setenta por cento) como bom, sendo que apenas 5 % (dois por cento) atribuem como ruim.

Do ponto de vista dos policiais 12,5 % (doze vírgula cinco por cento) conceitua como excelente a participação da Guarda Municipal de Juazeiro como agente responsável pela Segurança Pública, 15 % (quinze por cento) como ótimo, 62 % (sessenta e dois por cento) classifica como bom e dos entrevistados apenas 10 % (dez por cento) conceitua como ruim.

Do ponto de vista de uma amostragem de 40 policiais e 40 cidadãos, no que se refere à participação da Guarda Municipal com o agente que contribui para a Segurança, quando analisamos os dados relacionados às intervenções da Guarda Municipal de Juazeiro, apenas 47,5 % (quarenta e sete vírgula cinco por cento) dos policiais afirmam não terem conhecimento das intervenções com sucesso, bem foi constatado que 75 % (vinte e cinco por cento) dos cidadãos não tem conhecimento de ações com êxito da Guarda Municipal. Da mesma forma diagnosticado que 52,5 % cidadãos que foram entrevistados, bem como 37 % dos policiais, afirmam não terem conhecimento das novas atribuições pertinentes Guardas Municipais do Brasil.

Quanto à aceitação das Guardas Municipais, como órgão de grande importância no seguimento de Segurança Pública a sociedade opina a favor, porém, quando o assunto é credibilidade, e que um dos instrumentos de aferição seja o nível de treinamento e de aparelhamento, os policiais entrevistados 100 % (cem por cento) demonstrou que a Guarda

Municipal de Juazeiro não está devidamente treinada e aparelhada para a atribuição de Segurança Pública. Já 20 % (vinte por cento) da sociedade tem convicção da sua capacidade em termos de treinamentos, mas reconhece que falta aparelhamento.

Os municípios tem a competência de legislar, no que se refere aos seus interesses, bem como, na esfera de Segurança Pública do município, pois a violência está permeando por todas as cidades brasileiras, ocasionando a sensação de insegurança, e para tanto, os municípios tem o dever legal de zelar pela segurança do cidadão, por meio dos seus dispositivos legais e constitucionais.

3. CONCLUSÕES

Diante dos índices crescentes relacionados à violência no país, onde o estado tem a responsabilidade da manutenção da ordem pública, tem-se a sensação da sua ineficiência, devido à falta de aparato tecnológico e principalmente no se refere ao contingente, que é reduzido, impossibilitando o enfrentamento aos grupos marginalizados, que a cada dia tornam-se mais violentos e organizados.

Foi constatado que 52,5 % cidadãos que foram entrevistados, bem como 37 % dos policiais, afirmam não terem conhecimento das atribuições das Guardas Municipais do Brasil, desta forma, não seria possível aferir os benefícios produzidos pelas intervenções da Guarda Municipal de Juazeiro, tanto âmbito operacional, com ações preventivas, bem como nas atividades educativas, mas reconhecem a sua importância no contexto da Segurança Pública. Desta forma, se faz necessário que seja divulgada os resultados das ações, para que a sociedade tenha conhecimento.

Neste contexto as Guardas Municipais, passam a serem um instrumento de grande importância para o ordenamento jurídico dos municípios, assessorando os demais órgãos de Segurança, considerando a grande extensão do território do Brasil, e principalmente a sua composição de 5.570 municípios, faz necessário que estes municípios participem como agentes diretos, zelando pela segurança da sociedade, que lhes é um direito constitucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta; MARQUES, **Eduardo**. **The municipalization of health care policies in Brazil: regional differences**. *Ciencias e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Congresso Nacional Lei. Nº 13.022 de 8 de agosto de 2014**

<http://www2.juazeiro.ba.gov.br/guarda-municipal-de-juazeiro-inicia-trabalho-preventivo-no-interior> : acesso em 09 de setembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2003.

GOODOY, A. S. **Instrução à Pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *ERA*,v.35,n.2p.57-63,1995.

SILVA, Oseias Francisco da, **Segurança Pública como sócioeducacional**, J. Burato – São Paulo: Scotecci; 2011.6.

WAISSSELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa de Violência IV: Os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO Brasília, 2004.

MELMAN, Jonas. **Políticas públicas e violência – seis razões para promover uma cultura de paz**. *Revista Conasems*, v. 1, n. 8, set./out. 2004.

<http://www.policiaeviola.jornalfolhadoestado.com/noticias/113/guarda-municipal-de-juazeiro-ba-acoes-ajuda-a-manter-a-ordem-publica/> : acesso em 06/10/2014.

CATÁSTROFES NATURAIS E VIOLENCIA SOCIAL: FATORES QUE INFLUENCIAM A EVASÃO ESCOLAR

Marcelle Fontes de Menezes Bispo

marcellemenezes@hotmail.com

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Thiago Magalhães Amaral

thiago.magalhaes@univasf.edu.br

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Jorge Messias Leal do Nascimento

jorge.nascimento@univasf.edu.br

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Objetivou-se com este estudo elucidar de que forma as catástrofes naturais e a violência social interferem nas características psicológicas dos educandos, desenvolvendo distúrbios de aprendizagem, desmotivações que possam resultar na promoção da evasão escolar. O desenvolvimento do estudo foi baseado em pesquisas bibliográficas sobre o estado da arte do tema abordado. Foi constatada que dentre os principais fatores que ocasionam a desmotivação dos profissionais da rede educacional têm-se a má gestão dos serviços públicos, havendo a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas fomentando esse entrave sócio-educacional, como também a identificação de ferramentas que possam contribuir para a permanência do cidadão na instituição de ensino, possibilitado o sucesso do seu desenvolvimento social.

Palavras Chaves: Educação. Desenvolvimento Social. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper deals with the ways natural catastrophe and social violence interfere in the psychological aspects of students causing learning difficulties. This interference may lead to demotivation and school dropout. The present study is based on theoretical frame of reference by a diverse number of authors in the educational field. The theories of such authors substantiated the idea that poor administration of the public service, in our case public education, promotes demotivation to students and professionals in the educational field. It is the job of public officials to identify tools to minimize the impact of such negative aspects in the everyday life of citizens, motivating them to stay in the educational institution. By doing this, citizens will have the chance to continue with their social development.

Keywords: Education. Social Development. Public Policy.

INTRODUÇÃO

Os desastres naturais, segundo Amaral e Gutjahr¹¹ (2011) são as ocorrências de fenômenos naturais que modificam a superfície terrestre e atingem áreas ou regiões habitadas, causando prejuízos materiais e humanos, tal problema tem relação direta com a estruturação e formação do ser humano. As desestruturas provocadas pelos impactos dos desastres naturais corroboram para o aumento da desordem social e violência, aspectos que registram forte influência para o abandono escolar.

O especialista em educação Bernard Charlot¹²(1997) classifica a violência em três níveis: 1) violência; 2) incivildades e 3) violência simbólica ou institucional, compreendida entre outras coisas, como desprazer no ensino por parte dos alunos, a negação da identidade e da satisfação profissional por parte dos professores. Estes níveis ou etapas da violência refletem os seguintes sintomas:

1. Violência e/ou Agressão Física: de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos, homicídios, estupros, ferimentos além das diversas formas de agressões sexuais;
2. Incivildades ou Violência Verbal: humilhações, palavras grosseiras, desrespeito, intimidação ou “*bullying*”;
3. Violência Simbólica: abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; Institucional – marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.

Os termos, acima conceituados, não apresentam correlação aparente, entretanto, compreende-se que tais problemas são dilatados quando existe uma Gestão Pública que não privilegia ações para minimizar os fatores que promovem tais situações ou então contenham

¹¹ **AMARAL**, Rosangela do. **GUTJAHR**, Mirian Ramos. Desastres Naturais. São Paulo: IG/SMA, 2011. 100 p.: il. color.: 30 cm. (Série Cadernos de Educação Ambiental, 8.)

¹² **CHARLOT**, Bernard. **ÈMIN**, Jellab, A. Violences à l'école: état des savoirs. Paris: Mason 7 Armand colin, 1997.

suas consequências. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a urbanização desordenada enfrentada por municípios despreparados para atender às necessidades básicas dos migrantes, causa uma série de problemas socioambientais. Dentre eles destacam-se o desemprego, a criminalidade, a favelização e a poluição do ar e da água.

Relatório do Programa Habitat, órgão ligado à ONU, revela que 52,3 milhões de brasileiros - cerca de 28 % da população - vivem nas 16.433 favelas cadastradas no país, contingente que chegará a 55 milhões de pessoas em 2020 (ONU, 2010). O crescimento desordenado aparece ligado a vários fatores, mas mencionaremos apenas alguns, os quais obviamente possuem relação direta.

A especulação imobiliária é um dos fatores responsáveis pela expulsão de milhões de moradores pobres das cidades para a zona periférica, sujeitando-os situação de risco extremo, como, por exemplo: a falta de saneamento básico, catástrofes naturais (inundações, deslizamentos de terra, doenças infecciosas, entre outros). Tais desordens sociais são um dos fatores, dentre os quais fica inviável ao governo disponibilizar para toda a sociedade, seus direitos previstos nas leis constitucionais básicas, como a saúde, educação e moradia:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.¹³

Os fatores, desastres naturais e violência, causam distúrbios no desenvolvimento psicológico dos educandos¹⁴, o que possibilita o surgimento ou acentuação de transtornos de aprendizagens, influenciando na não permanência do estudante na sala de aula. Segundo a psicóloga Meireles (2011), os desastres provocam traumas não só quando traz grandes

¹³ **Constituição Federal Brasileira**. 1988. Artigo 6º.

¹⁴ Significado da palavra **educando**: adj e s.m. Indivíduo que recebe educação; que se encontra em processo de aprendizagem; aluno.

consequências a nível material, mais principalmente quando afeta o lado psíquico do indivíduo em decorrências dessas perdas.¹⁵

É importante salientar que, para muitos estudiosos, a história da humanidade comprova que a exposição a situações traumática, tais como: guerras, desastres naturais ou violência interpessoal (assaltos, sequestros, abusos físico e sexual), desencadeia no indivíduo ou na sociedade, que foram expostas a violência desmedida, consequências psicológicas ou psicossociais. Embora essas reações ao trauma sejam reconhecidas, apenas em 1980, o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) foi incluído na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III).

Após o destaque para estes conceitos, definiu-se como objetivo de elucidar como os problemas externos ao educando favorecem o crescimento da evasão escolar, nas cidades de médio porte, em especial no município de Ilhéus-BA. Usando como ponto de partida para essa busca, identificar como as catástrofes naturais podem interferir na dificuldade de acesso à educação. Ao compreender como a violência e os desastres naturais interferem no psicológico dos estudantes, busca-se ressaltar como os gestores públicos municipais podem atuar no intuito de minimizar estes fatores, influenciando a permanência dos estudantes na escola.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualização do desenvolvimento urbano no Brasil

A sociedade brasileira, originária de um processo de colonização, o qual possuía como motivação primordial a exploração dos recursos naturais e humanos da colônia, destacando o desinteresse no desenvolvimento da colônia para fins de urbanização, por parte de seus exploradores. O Brasil inicialmente era apenas uma fonte de matéria-prima para os estrangeiros.

Para que fosse iniciada a exploração no solo brasileiro era necessária a mão de obra. Sendo assim, os índios foram os primeiros nos processos de segregação, mais tarde vieram os

¹⁵MEIRELES, Jacqueline. Desastres naturais e suas consequências na vida das pessoas.
http://www.psicologiaemanalise.com.br/2010/04/desastres-naturais-e-suas-consequencias_18.html

povos africanos. O processo de exploração crescia com uma proporção assustadora, principalmente para os povos explorados, os quais sofriam violências (físicas e psicológicas) e eram obrigados a trabalhar em condições desumanas. Mais tarde, com problemas financeiros e políticos, a corte portuguesa, viu-se obrigada a deixar Portugal em direção a sua colônia, o que gerou mais exploração para proporcionar conforto e comodidade aos colonizadores.

Ocorreu grande fluxo migratório de portugueses que saíam de reino na esperança de conseguir melhores condições de vida no Brasil. Instalado no Rio de Janeiro, o governo português manteve os vícios de Lisboa, como o empreguismo, a burocracia, a corrupção e o uso de dinheiro público para mordomias da nobreza. Para sustentar esse sistema, foi preciso aumentar impostos.¹⁶

O regime patrimonialista¹⁷ regia as relações do Estado, onde as verbas públicas propiciavam que o governo português mantivesse seu status baseado na arrecadação de impostos pagos pelos súditos brasileiros. Uma situação que não foi sustentada por muito tempo, devido ao desgaste provocado por esta relação de extorsão da coroa para com os colonos. A população começou a revoltar-se com as festas luxuosas promovidas pela corte portuguesa e o aumento abusivo de impostos que pagavam sem terem acesso a nenhum tipo de direito ou benefício. Durante este período ocorreu diversos levantes, o que de alguma forma levaram a corte portuguesa proclamar a independência brasileira.

Começa, então, uma nova fase para o Brasil, na qual a população passou a ter maior acesso aos direitos sociais. Mas, não necessariamente significa dizer que houve melhoria de qualidade ou a possibilidade de evolução social na vida da população brasileira. O processo republicano que iniciava, mantinha o modelo escravocrata e a lei do “cabresto”, ou seja, o indivíduo deveria votar em quem o coronel manda-se.

¹⁶ **Revista Horizonte Geográfico.** 1808, A Corte no Brasil. Ed. 118. Editora: Horizonte. Fonte: <http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/234>

¹⁷ **Regime Patrimonialista:** foi instaurado no Brasil pelo Estado colonial português, quando o processo de concessão de títulos, de terras e poderes quase absolutos aos senhores de terra legou à posteridade uma prática político-administrativa em que o público e o privado não se distingue perante as autoridades. Assim, torna-se "natural" desde o período colonial(1500 - 1822), perpassando pelo período Imperial (1822 - 1889) e chegando mesmo à República Velha (1889 - 1930) a confusão entre o público e o privado.

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.¹⁸

O poder continuava nas mãos daqueles que possuíam mais recursos financeiros e influencia. A população continuava inteiramente dependente dos influentes para ter acesso aos direitos, ou seja, não bastava apenas o indivíduo cumprir seu papel e funções de cidadão, ele era obrigado a pedir favores políticos para obter direitos simples como acesso a uma matrícula escolar ou atendimento de saúde, e ainda assim ficava devendo “favor” àquele que o ajudou.

O início do processo democrático trouxe o fortalecimento das cidades, com disponibilização de empregos públicos e com a regulamentação dos chamados direitos sociais. Outro fator que propiciou a vinda da população rural para as cidades foi o surgimento dos polos industriais, que surgiram após a crise de 1929, provocada pela queda da Bolsa de Nova York, que fez os produtores rurais, em sua maioria, perderem seus investimentos. A crise de 1929 introduziu o Brasil em uma nova realidade, pois, o país deixou de ser importador e começou a produzir manufaturas, promovendo o surgimento de indústrias, alavancando a economia brasileira.

[...] a presença marcante do Estado desde 1930, constitui o pilar básico do que veio a ser hoje o capitalismo brasileiro. Sustentáculo principal do processo de industrialização, o Estado acabou sendo uma condição *sine qua non* para a unificação do espaço econômico nacional que, até então, se caracterizava pela fragmentação em enclaves exportadores para o mercado internacional.¹⁹

¹⁸ Leal, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁹ DINIZ, C. C., LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAN, p. 161-99, v. 3, 1989.

Com o surgimento dos polos industriais, as cidades começaram a ser povoadas predominantemente com pessoas vindas da área rural, e por não terem recursos financeiros suficientes para adquirir imóveis, em localidades já urbanizadas, começaram a ocupar terrenos baldios, nos quais construíram imóveis sem nenhum tipo de planejamento e cada vez mais estes imóveis passaram a serem acrescidos de extensões/anexos, os chamados “puxadinhos”. De maneira geral, as favelas surgiram pela necessidade de sobrevivência de uma população carente de recursos.

Pode-se grosseiramente admitir que, a base econômica da maioria das capitais dos estados brasileiros era, até o fim da segunda guerra mundial, fundada na agricultura que se realizava em sua zona de influência e nas funções administrativas públicas e privadas, mas, sobretudo, públicas. Até a segunda guerra mundial, o peso das capitais no processo urbano e na população urbana sobreleva, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. É nos estados em que a atividade extrativa é predominante que a parcela da população vivendo nas capitais é maior.²⁰

Os cidadãos foram construindo casas em terrenos não povoados, os quais viraram comunidades sem qualquer infraestrutura para os seus habitantes, deixando evidente o descaso do poder público. A população idônea que morava nestes locais procurava emprego nas indústrias ou no comércio. Porém, nem só de pessoas idôneas eram compostos estes locais, muitas vezes indivíduos foragidos da lei buscavam refúgio nestes ambientes, chamados naquela época de cortiços, hoje são conhecidos por favelas²¹. Com essa mistura, todos os moradores destes locais passavam a serem marginalizados, e considerados criminosos pelos demais cidadãos que ocupavam as áreas nobres da cidade. Entretanto, com a evolução das cidades e da sociedade, não houve solução ou uma tentativa real para que o problema dos cortiços/favelas fosse resolvido. Sempre considerados “marginais” pela sociedade elitista, e como o poder público não buscava uma forma de legalizar a moradia daqueles indivíduos, simplesmente os retirava através da força dos locais que habitavam sem

²⁰ SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

²¹ Segundo o dicionário Aurélio, a palavra favela significa: aglomeração de casebres em determinados pontos dos grandes centros urbanos, construídos de forma desproporcional e irregular e sem condições de saneamento básico.

promover uma destinação definitiva. Esta população permanecia excluída, e não havia políticas públicas que favorecessem seu acesso aos serviços públicos, que eram disponibilizados aos que possuíam mais recursos.

As favelas tornaram-se um imenso conglomerado de casas e pessoas e ao longo dos anos, os direitos sociais foram destinados a todos os cidadãos. Estudos comprovam que, atualmente existe ainda a discriminação em relação às pessoas que habitam estes locais, mas este conceito já sofreu uma grande redução, devido, a maioria das pessoas, que moram nas favelas não se sentirem diminuídas, devido à localização de sua moradia.

O processo de formação das cidades brasileira é historicamente conhecido por sua falta de planejamento urbanístico, são raras as cidades do Brasil, as quais podemos dizer que passaram por um processo lógico de formação. Um exemplo de cidade planejada é Brasília, criada para ser a capital do Brasil e promovendo o impulso necessário ao processo de povoamento do interior do território brasileiro.

Podemos definir cidade como uma área densamente povoada onde se agrupam zonas residenciais, comerciais e industriais. O significado de cidade (zona urbana, ambiente urbano) opõe-se ao de campo (zona rural). Cidade é a sede do município (cada divisão administrativa autônoma dentro de um Estado) a área onde existe concentração de habitantes. Segundo conceitos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, a hierarquia das cidades é a seguinte (IBGE, 2011):

4. Pequena: até 100 mil habitantes. Em geral depende do comércio local e da movimentação da economia rural;
5. Média: de 101 a 500 mil habitantes. Geralmente, atua como centro regional de cidades próximas que dependem dos seus serviços especializados.
6. Grande: mais de 500 mil habitantes. Possuem os maiores recursos estruturais (saneamento, hospitais, energia elétrica e outros).

Esta divisão proposta pelo IBGE possibilitou classificar o município de Ilheus-BA, em uma cidade de médio porte, por ter mais de 101 mil habitantes, segundo o senso demográfico de 2010.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida através de uma pesquisa bibliográfica nas seguintes fontes: livros, dicionários, artigos, bem como teses e dissertações acerca do assunto abordado.

Tais instrumentos de investigação auxiliaram na fundamentação teórica e a partir de estudos pré-existentes, foi possível averiguar como a violência e as catástrofes naturais influenciam e alteram o comportamento do ser humano e estão diretamente ligados ao abandono dos estudos, em decorrência de tais fatores e da ineficácia de políticas sociais, que proporcionem a manutenção dos estudantes nas instituições de ensino.

O universo da amostragem toma por base os estudantes envolvidos diretamente com as situações de violência e desastres naturais, em sua maioria, alunos carentes, os quais estudam em escolas públicas do município de Ilhéus-BA.

O tipo de amostragem foi à comparativa, classificação designada por Antônio Carlos na obra *Métodos e técnicas de pesquisa social*, onde, por meio das pesquisas pode ser posto em evidência, como os estudantes de outras localidades, os quais enfrentam a mesma problemática comportavam-se mediante as condições citadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Educação e a sua Precarização

A educação é o alicerce da fundamentação das grandes nações mundiais, visto que, é através dela que os indivíduos tomam para si a consciência de nacionalidade, reivindicam seus direitos e ajudam na construção digna de seu país e sua história. Na construção do seu conhecimento, o indivíduo cerca-se de possibilidades, intelectuais, de trabalho e financeira. Segundo Maslow (1943)²², o homem é motivado segundo suas necessidades que se manifestam em graus de importância onde as fisiológicas são as necessidades iniciais e as de realização pessoal são as necessidades finais.

A partir do entendimento da importância da educação para a sociedade é fácil compreender o motivo que levou a conter na Constituição Federal o estabelecimento deste direito para garantir a sua observância pelos gestores de todas as esferas de governo.

²²MASLOW, A. H. A Theory of Human Motivation. 1943. Disponível: <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>.

Destacamos assim como principal ponto de referência a garantia fornecida pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.²³

O governo então se encontra compromissado em promover políticas assistenciais, para assim, manter uma educação de qualidade e que proporcione aos cidadãos meios de iniciar ou prosseguir estudando. Mesmo com esta obrigação criada pela Constituição Brasileira, nosso sistema de ensino permanece aquém do esperado, para ser considerado um exemplo, em meio a uma diversidade de dificuldades, no que concerne a manutenção da rede de ensino e da permanência dos educandos nas salas de aula. Os problemas estruturais, físicos, financeiros, humanos e até mesmo desastres naturais interferem no funcionamento das instituições de ensino.

O impacto das catástrofes naturais no desenvolvimento social pode ser observado no decorrer dos anos, como cita a Defesa Civil, que a partir do ano de 1970, com a crise econômica no Brasil, o desenvolvimento social do país passou a enfrentar problemas, e as condições de vida e o bem-estar social se deterioraram, desta forma com a intensificação dos movimentos migratórios e o êxodo rural, deu-se o crescimento desenfreado das cidades – o que levou muitos a habitarem locais de alto risco.

Segundo a publicação da Defesa Civil 2012, “os desastres agravam as condições de vida da população, o que contribuiu para aumentar a dívida social, intensificar as desigualdades regionais e as migrações internas, fazem crescer os bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos e afetam o desenvolvimento geral do país”. Como consequência das dificuldades de moradia, surge para o estudante a angústia referente à situação pela qual sua família passa, levando-o muitas vezes a abandonar a escola, para trabalhar e promover uma melhor condição de vida dos seus familiares. Entretanto, o caminho ofertado a estes estudantes, não é o de um emprego legalizado, muitos buscam no mundo da

²³ **Constituição Federal Brasileira.** 1988. Artigo 205.

criminalidade o provimento do sustento familiar, devido à “facilidade” de um retorno imediato, dado pelo acesso rápido a recursos financeiros.

A violência e a criminalidade cercam as escolas atualmente, pois os estudantes estão cada vez mais vulneráveis as soluções imediatistas da marginalidade. Mediante, o consumo e o tráfico de drogas, pequenos furtos, brigas e agressões, àqueles que por algum motivo tornam-se desafetos dos estudantes envolvidos em atividades ilícitas.

4.2 De que forma a violência se relaciona com a evasão escolar?

O problema da evasão escolar é uma questão que tem raízes históricas, associando-se a uma política imposta pelas elites, na qual pesam sucessivas intervenções do governo na mudança do sistema escolar.²⁴

A evasão escolar é um tema recorrente, historicamente vários estudiosos debruçaram-se em debates e reflexões no que diz respeito ao assunto e a sua relação com a violência escolar. Infelizmente o assunto ainda não foi solucionado e ainda faz parte das mesas de debates nos dias atuais, principalmente porque a violência deixou de ser somente problema das instituições públicas, e adentrou também no espaço das escolas particulares. O alastramento da violência é reflexo da desestruturação familiar, das políticas governamentais, o desemprego, a desnutrição e isso englobam desde problemas financeiros até mesmo de saúde física e psicológica da criança.

o fenômeno da evasão e repetência está longe de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade.²⁵

²⁴ MENESES, José Décio. A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-problematica-da-evacao-escolar-e-as-dificuldades-da-escolarizacao-2761092.html>

²⁵ BRANDÃO, Zaia et ali. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil.** In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

A evasão escolar é um problema enfrentado em toda a Federação Brasileira, assim como, a desvalorização dos profissionais da educação desde as péssimas condições de trabalho, sendo uma delas a violência dentro e fora do âmbito escolar e até o salário desproporcional ao seu valor profissional.

É possível visualizar a questão da violência escolar por vários pontos de vistas, primeiro pela perspectiva dos professores, os quais apontam quatro vertentes motoras para a evasão escolar²⁶:

- a. A Criança: a desmotivação por falta de uma perspectiva de vida melhor é apontada pela maioria dos professores brasileiros, como um colaborador para a desistência da continuidade na vida escolar;
- b. A instituição de ensino: pela falta de convívio família-escola, pela metodologia de ensino, a postura dos professores em sala de aula;
- c. Os pais: muitos se mostram desinteressados pela vida acadêmica dos filhos e delegam toda a responsabilidade aos educadores e a instituição de ensino, também a jornada de trabalho de muitos pais, o que impede de acompanhar devidamente o rendimento escolar dos filhos;
- d. O Governo: que mantém uma política excludente e buscar isentar-se de qualquer responsabilidade da educação de seus cidadãos.

São esses conjuntos de fatores que dificultam o bom andamento da educação brasileira, existe o descaso em todos os pilares que fundamentam o ensino. Sanar o problema em apenas um setor é o mesmo que “tapa o sol com uma peneira”.

4.3 A rede escolar do Município de Ilhéus - Bahia

Na rede de escolas do município de Ilhéus, é composta por 43 (quarenta e três) unidades de ensino, que trabalham com ensino básico, ou seja, o ensino do 1º ao 9º ano. Sendo que, destas unidades, 30 (trinta) encontram-se em áreas consideradas de risco social,

²⁶ DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. J. Rodrigues Meréje. São Paulo: Brasileira, 1937.

por apresentarem ao seu redor aspectos que contribuem para os fatores propulsores da violência.

As escolas situadas em bairros periféricos clamam por atenção, principalmente nos quesitos estruturais e humanos, uma vez que, os estudantes que frequentam estas unidades de ensino, também necessitam de uma atenção mais efetiva dos profissionais da educação para que sintam-se incluídos no processo de ensino aprendizagem. Entretanto, na maioria dos casos, não é possível observar com atenção direcionada, para que, seja possível promover a integração do estudante com o ambiente escolar. Uma vez que as demandas diárias dos docentes impedem que tais práticas possam ser um hábito rotineiro na vida da comunidade escolar.

Em relatos obtidos através da Secretária de Educação do Município, foi constatado que mais de 90 % dos docentes exercem suas atividades em mais de uma unidade de ensino, seja no âmbito municipal, estadual ou particular, o que acaba resultando numa sobrecarga de trabalho, impossibilitando uma atenção efetiva as demandas de cada discente que estão sob sua tutela.

Os discentes das escolas situadas em zonas de risco são oriundos de realidades sociais repletas de todo tipo de violência, abandono administrativo das comunidades/bairros em que moram, promovendo a construção de perfis psicológicos agressivos, desinteressados e desconectados da necessidade de usufruir do aprendizado disponibilizado nas instituições de ensino.

Com a percepção destes aspectos é possível entender o porquê de um elevado índice de evasão no município de Ilhéus, que chegou a 23 % no ano de 2013, dado apresentado pelo censo escolar da Secretaria de Educação do Município. As escolas que mais apresentam evasão estão relacionadas a problemas com violência ou situações de risco referentes a moradias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira sofre com as perdas ou a falta de estrutura de seus pilares básicos fundamentais, desde a família até o Estado, existe um déficit de organização e

valorização da educação. Ainda visto como gasto e não como um investimento futuro, a educação mendiga por socorro.

O colapso tem um agravante maior no que condizem as necessidades básicas do cidadão, pois além das catástrofes causadas por fenômenos naturais, como chuvas, deslizamento de terra, entre outros, observamos que a desestruturação familiar, a falta de emprego, saneamento básico, saúde e transporte públicos adequados ou que proporcionem a ida do estudante à instituição de ensino, também são fatores agravantes para a evasão escolar.

Outro ponto fundamental levantado na pesquisa foi à desmotivação dos profissionais da educação, seja ela causada por salários baixos, agressões verbais ou físicas proferidas pelos próprios alunos ou por seus familiares, a falta de apoio dos gestores da instituição. Sendo assim, é necessário um repensar de uma nova postura dos pilares fundamentais da educação brasileira.

Depreende-se assim que cabe precipuamente ao Estado promover/estimular projetos que façam o docente direcionar o maior tempo possível ao preparo de suas atividades laborais criando um maior vínculo entre o docente e o discente.

Outra posição que o estado deveria adotar no intuito de diminuir o índice de evasão escolar, seria a de retirar a população mais carente das zonas de instabilidade natural, mais conhecidas como áreas de risco, promovendo a construção de complexos habitacionais que comportem todos e que através de subsídios possam ser pagos sem causar grandes impactos nas despesas destas pessoas.

A disponibilização de um ambiente mais agradável e seguro para morar, com certeza irá promover uma melhora também no quesito segurança, uma vez que a constituição de um bairro urbanizado permite a instituição dos meios de fiscalização e segurança disponibilizados pela gestão pública municipal, como as rondas policiais e constituição de conselhos setoriais que promovem a fiscalização das ações dos gestores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal Brasileira. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em 11 abril 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatísticas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 11 abril 2014.

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em 13 abril 2014.

ANDRADE, Thompson Almeida. SERRA, Rodrigo Valente. SANTOS, Denis Paulo dos. Pobreza Nas Cidades Médias Brasileiras. In Cidades Médias Brasileiras. Editado por: ANDRADE, Thompson Almeida. SERRA, Rodrigo Valente. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. Trad. J. Rodrigues Meréje. São Paulo: Brasileira, 1937.

MENESES, José Décio. A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-problemativa-da-evasao-escolar-e-as-dificuldades-da-escolarizacao-2761092.html>

BRANDÃO, Zaia et ali. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

DINIZ, C. C., LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, p. 161-99, v. 3, 1989.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS NA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA

Neliane Santos Rios
neli.rios@hotmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Ângelo Antônio Macedo Leite
angelo.leite@univasf.edu.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Efetivação das Políticas Públicas a partir da proposta de participação dos Conselhos Municipais na Gestão do Município de Capela do Alto Alegre- BA é uma abordagem científica que faz uma análise sobre a gestão democrática e participativa a partir da atuação dos conselhos municipais, desenvolvida a partir uma pesquisa de campo de caráter descritivo, com averiguação in loco das principais ações desempenhadas pelos conselheiros deste município, com o objetivo de compreender sua dinâmica de atuação. O texto faz uma abordagem sobre políticas públicas conceitos e ideologias, uma análise sobre a gestão democrática no município e o exercício do controle social para efetividade das políticas públicas. Acredita-se que a reeducação da população para participação ativa da vida política do município através dos conselhos é o caminho para que processo de tomada de decisão se concretize de forma coletiva e democrática, direcionando as políticas públicas às pessoas que realmente precisam, e promovam a justiça, equidade e autonomia.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Gestão Democrática. Participação Social.

ABSTRACT

Effective Public Policy from the proposed participation of municipal councils in the management of municipality of Capela do Alto Alegre-BA is a scientific approach that makes an analysis on the democratic and participative management from the operation of the municipal councils, developed from one field research of a descriptive nature, with in situ investigation of the major actions taken by the directors of this county, with the goal of understanding the dynamics of your performance. The text makes an approach to public policy concepts and ideologies, an analysis of democratic management in the municipality and the exercise of social control to effectiveness of public policies. It is believed that the reeducation of the population for active participation in the political life of the city through the advice is the way for the decision making process to materialize collectively and democratically, directing public policies to people who really need it, and promote justice, equity and autonomy.

Keywords: Public Policy. Democratic management. Social Participation.

INTRODUÇÃO

A participação social na gestão pública municipal é um direito conquistado pela nação brasileira, o qual tem por objetivo democratizar as políticas públicas e direcioná-las aos que de fato necessitam.

De acordo com Sales (2010), o Brasil desde a redemocratização vem passando por grandes mudanças, a Constituição Federal- CF de 1988 trouxe inovações para organização político administrativa de seu território, dessa forma aos municípios foram atribuídos à condição de “entidade estatal, político administrativa, com personalidade jurídica, governo próprio e competência normativa”, assim, parte da responsabilidade da gestão administrativa financeira, legislativa e dos serviços públicos passaram a ser competência do poder executivo municipal.

Para Santos e Ramalho (2011), a CF de 1988, também denominada como “Constituição Cidadã”, possibilitou a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas, ampliou os espaços democráticos e instituiu mecanismos de participação popular.

Os Conselhos Municipais são caracterizados como espaços de promoção da participação social e deliberação das políticas, onde a sociedade age de forma organizada e propositiva, criando uma rede de solidariedade em prol de um objetivo comum. Porém para que este mecanismo se efetive como órgão de controle social, faz necessário que os representantes sejam conhecedores de suas atribuições e se imponham mediante a necessidade de intervenção, contribuindo para a legitimidade das decisões tomadas.

A proposta desse estudo tem como objetivo principal apresentar a experiência de participação dos conselhos municipais no processo de implantação e efetivação das políticas públicas do município de Capela do Alto Alegre-BA, analisar os impactos a partir da gestão democrática e participativa, respondendo a seguinte indagação: De que forma a atuação dos conselhos municipais de Capela do Alto Alegre-BA têm contribuído para efetivação das políticas públicas local?

Assim, o escopo do artigo aborda informações acerca do processo de gestão democrática e participativa das principais políticas públicas executadas pela administração municipal e a importância da atuação dos conselhos municipais junto à gestão local para efetivação destas políticas. Dessa forma o texto está subdividido em três partes: a primeira trata sobre os procedimentos metodológicos utilizados para realização da pesquisa quanto ao tipo de pesquisa, universo de amostra, instrumentos de coletas de dados e procedimentos de

análise; a segunda traz uma reflexão embasada em teorias acerca dos temas Políticas públicas conceitos e ideologias- Gestão democrática e participativa uma análise sobre a realidade do município de Capela a segunda do Alto Alegre- Controle social e contribuições para efetividade das políticas públicas; a terceira apresenta análise e constatações da pesquisa acerca da Gestão Democrática e Controle Social. Por fim apresentam-se as conclusões acerca das questões abordadas.

2. METODOLOGIA

A análise do problema em questão desenvolveu-se a partir uma pesquisa de campo de caráter descritivo, com averiguação em loco das principais ações desempenhadas pelos conselheiros deste município, com o objetivo de compreender a dinâmica de atuação dos conselhos municipais de Capela do Alto Alegre-Ba no processo de gestão democrática e participativa para efetivação das políticas públicas.

Considerando os critérios de classificação apresentado por Vergara (1997), a proposta que se apresenta tem a finalidade de mostrar quais as contribuições dos conselhos municipais para efetivação das políticas públicas com maior eficiência, para isto, utilizou como meio investigação em loco, aplicações de questionário e entrevista, pesquisa documental, consulta em relatórios, regulamentos, registros das organizações e pesquisa bibliográfica, assim a coleta de dados se procedeu com ética respeitando-se a política institucional de cada organização.

A proposta metodológica aplicada foi de caráter descritivo de natureza quantitativa e qualitativa, o que trouxe a luz dos dados conhecimentos observáveis durante o processo de execução do projeto levando em consideração os valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões do público entrevistado.

Para Tavares (2011) a pesquisa quantitativa significa buscar classificação e análise por meio da tradução de informações numéricas, uma ferramenta importantíssima na busca de novos saberes, enquanto a pesquisa qualitativa possibilita a interpretação dos fenômenos, trabalham com o universo de significados de valores e crenças revelam particularidades da realidade humana vivida em sociedade.

Partindo desse pressuposto, empregou-se um conjunto de procedimentos técnico-operacionais os quais proporcionaram base lógica à investigação, tais como, observações, entrevistas, aplicação de questionários, outros.

Vale ressaltar que esta experiência resultou de uma parceria da Prefeitura Municipal de Capela do Alto Alegre-BA, que atuou no sentido de prover condições apropriadas para fomento das ações, assim a realização da proposta envolveu gestores e conselheiros municipais, os quais foram ouvidos e observados durante a pesquisa, o que possibilitou conhecimento científico acerca da Efetivação das políticas públicas a partir da proposta de participação dos conselhos municipais.

2.1 Universo e amostra

O universo da pesquisa definido refere-se aos conselhos atualmente institucionalizados no município de Capela do Alto Alegre-BA, assim a amostragem utilizada caracteriza-se como não probabilística e por acessibilidade, pois os elementos selecionados estão longe de qualquer tipo de procedimento estatístico e sim conforme disponibilidade de acesso.

2.2 Instrumento de coleta de dados

Para coleta de dados desta pesquisa definiu-se uma série de normas instrumentais que foram utilizadas no registro e mensuração, possibilitando aos mesmos validade e confiabilidade, dessa forma realizou-se aplicação de questionários, observação, entrevistas, estudos e análises de relatórios de experiências correlacionadas realizadas no município e região, estudo e análise de produções científicas.

A aplicação de questionário é um instrumento muito útil para obter informações de pessoas que estão geograficamente dispersas, também possibilita coletar uma gama maior de informações em menor tempo, esta ação procedeu em momentos distintos, onde se apresentou a proposta de pesquisa a conselheiros municipais, e coletou-se, informações a respeito da compreensão dos mesmos sobre o papel desempenhado pelos conselhos para efetivação das políticas públicas municipais.

A observação consiste numa técnica imprescindível na coleta de dados, pois auxilia o pesquisador obter informações na ocorrência espontânea do fato. Durante o processo de investigação, foram observadas algumas ações realizadas pelos conselhos municipais junto às secretarias, desta forma, obtiveram-se informações de ocorrências espontâneas dos fatos expressos e vivenciados pelo público alvo.

A entrevista possibilita selecionar os aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa e levantar os dados a serem analisadas de forma quantitativa ou qualitativa, além possibilita um relacionamento entre o entrevistado e entrevistador. Serão realizadas entrevistas com os gestores municipais responsáveis pelas principais políticas executadas no município tendo em vista perceber os impactos e desafios advindos de uma gestão democrática e participativa.

O estudo e análise de registros de experiências correlacionadas e de produções científicas além de possibilitarem embasamento teórico-metodológico para desenvolvimento das ações permitem maior confiabilidade na validação da proposta, assim este procedimento ocorrerá durante todo processo de pesquisa.

2.3 Procedimento de Análise

A análise de dados consiste em uma fase muito importante para esta pesquisa, pois, neste momento buscar-se-á as respostas pretendidas, para isto, foram utilizados raciocínios comparativos através sumarização, classificação e codificação dos dados coletados.

Considerando que os fatos não podem ser analisados fora do contexto social, utilizou-se o método dialético, para compreender a dinâmica do real enquanto processo histórico de constante transformação.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1- Políticas Públicas conceitos e ideologias

O conceito de políticas públicas está relacionado ao uso de procedimentos diversos destinados a uma solução pacífica de conflitos, ou seja, implica em um conjunto de decisões tomadas por agentes governamentais as quais incidem sobre a sociedade. Nas organizações públicas, política também é referenciada como um conjunto de propostas formuladas e implementadas tendo como foco temas de interesse da coletividade.

De acordo Bobbio (2002), o termo política deriva do adjetivo “*polis*”, que significa tudo que se refere à cidade, ao público ou a vida social, deve ser tratada sob a função de divisão do Estado. O mesmo trata da política como uma atividade da práxis humana ligada ao poder, ou seja, o uso da força de grupo num determinado contexto social para promoção de um resultado de desenvolvimento de determinada sociedade.

Esse termo teve grande influência na obra de Aristóteles intitulada como “*Política*”, a qual referenciava as funções e as divisões do Estado sobre as diversas formas de governança. Tradicionalmente a expressão política se caracterizou como uma prática estreitamente ligada conceito de poder, o domínio de homens sobre homens como meio de adquirir alguma vantagem, a exemplo à relação entre governantes e governados, soberanos e súditos, estado e cidadão. (BOBBIO, 2000 apud HOBBS e RUSSEL 1976, p.159-160).

O fato é que, se observar o comportamento humano em diversos lugares, desde os primórdios aos dias atuais, e até mesmo nos grupos sociais mais prósperos e ordenados sempre ocorreram conflitos, necessitando da intervenção de uma força preponderante para preservar a unidade ordenada em função dos fins sociais, um dos motivos que contribuíram para o surgimento do Estado.

De acordo com Dallari, (2013) o Estado é uma sociedade política com autoridade superior e capacidade de fixar regras de convivência de seus membros, caracteriza-o, como uma organização social dotada de poder e autoridade para determinar comportamentos e atender às necessidades ou às conveniências dos grupos sociais.

Assim a estrutura política de cada Estado está intrinsecamente ligada aos aspectos econômicos, culturais e religiosos da sociedade que representa esta por sua vez, mediante a manifestação dos grupos, condiciona às tomadas de decisões para promoção do bem estar denominadas de políticas públicas.

3.1.1- Organização político administrativa do Brasil

A constituição do Estado nacional e a formação da administração pública brasileira teve seu marco histórico em 1808, com a chegada da família real que criou condições para surgimento do espaço público. Anteriormente a administração estava organizada em quatro níveis, sendo instituições metropolitanas, administração central, administração regional e administração local. O território brasileiro era dividido em capitânicas, estas por sua vez eram subdivididas em comarcas composta por cidades e vilas, para facilitar o controle do estado e arrecadação dos impostos.

De acordo com Costa (2008), o governador ou capitão-mor, era o chefe supremo da capitania, sua função era, sobretudo, militar e autoritária, obedecendo-se as ordens ditadas pelo Conselho Ultramarino²⁷, que centralizavam suas decisões mediante aos interesses da coroa portuguesa. A instalação da corte procedeu mediante o fracasso das Capitânicas Hereditárias, ensejou à criação de uma série de organismo jurídico, administrativo que tiveram largo impacto na vida econômica, social, política e cultural do Brasil o que levou a constituição de aparatos necessários para funcionamento do autogoverno.

Desde então em 1824, outorgou-se a Primeira Constituição Brasileira, que subdividiu o território nacional em províncias e propôs a divisão dos poderes políticos em Legislativo²⁸, Moderativo²⁹, Executivo³⁰ e Judicial³¹. Cada província era dirigida por um presidente nomeada pelo imperador e um conselho geral eleitos com a representação nacional. Essa prática não se sustentou por muito tempo, e os conflitos tornaram-se mais agudos levando a um incipiente movimento republicano.

A carta de 1891 consagrou a República, instituiu o federalismo e inaugurou o regime presidencialista. A República Velha foi considerada os primeiros passos para organização político administrativa do Brasil republicano, também foi dividida em dois períodos, sendo: República da Espada e República Oligárquica.

²⁷ Refere-se à estrutura administrativa que se ocupava de todos os aspectos da vida das colônias, exceto das funções eclesiásticas.

²⁸ Poder Legislativo: Formado pela Câmara de Deputados, Senadores ou Senado do Império, exercido pela Assembleia Geral.

²⁹ Poder Moderativo: Conselho do Estado de caráter consultivo

³⁰ Poder Executivo: Formado por Presidentes e/ou Ministros de Estado

³¹ Poder Judicial: Exercido por juizes de direito e de paz, para tentativas de conciliação de processos.

Na República da Espada, foi estabelecido um governo provisório, onde os militares passaram a governar o país. O Estado passou a assumir algumas responsabilidades e exemplo a educação, onde foram criadas escolas de ensino fundamental e intermediário em várias cidades do país.

O regime de governo tornou-se presidencialismo e a população passou a escolher seus representantes do poder executivo e legislativo através do voto direto, porém em regime “descoberto”, ou seja, o voto não era secreto, o que favorecia a manipulação no período eleitoral. O poder judiciário também era monopolizado pelo estado. No campo da economia, as ações eram concentradas nos estados de Minas Gerais e São Paulo, onde se instaurou a política Café com Leite, assim o domínio político se procedia de forma centralizada. Esta forma de administração causou insatisfação e revoltas, eclodiram diversos movimentos tenentistas que lutaram a favor do voto secreto, independência do Poder Judiciário e fortalecimento do Estado.

Na República Oligárquica, foi consolidada a política de Estados, instituindo o Presidente da República e os Governadores dos Estados, o processo eleitoral era direcionado mediante os pactos entre o governo e elites dos estados. A figura do coronelismo era fundamental para dominação da política local. No campo da economia, surgiram os primeiros mecanismos de industrialização, através da introdução de máquinas para produção em massa nas propriedades dos grandes fazendeiros e latifundiários.

Em 1930 iniciou o movimento revolucionário que culminou na instauração de uma nova constituição- CF/1934, que “*restabeleceu os direitos e garantias dos cidadãos, restaurou o Poder legislativo e devolveu a autonomia do Estado*”, contribuiu para inauguração do federalismo e repartição dos tributos, beneficiando as três esferas de governo, também promoveu a uniformização e competências para os cargos de governador e prefeitos impondo limites na organização e atribuições legislativas dos estados. (COSTA, 2008, p.843)

Porém em 1964 o Golpe Militar provocou grandes mudanças político administrativa do país que afetaram diretamente na gestão dos municípios. Durante o Regime Militar (1964-1985), a centralização do poder político a integração territorial passou a ser um eixo estruturador do planejamento projetado pelos militares, essa estratégia elevou as altas receitas de impostos, o que era destinando maior parte para a União. Como compensação, criou-se o FPM- Fundo de Participação Municipal, onde municípios, estados e união passaram a destinar recursos para cofinanciamento dos serviços públicos.

Para garantir maior controle na aplicação dos recursos, os municípios nomeados de “*segurança nacional*” tinham seus prefeitos indicados pelo Presidente da República, estas ações fizeram com que ocorressem manipulações políticas e ausência de autonomia. Ainda, a criação de mecanismos de integração das fronteiras se procedia conforme interesse de políticos e aliados da época, gerando concentração de riquezas em alguns territórios e situação de pobreza e miséria em outros e altos índices de inflação.

Nesse período surge o maior movimento de massas na história do país, “o movimento das Diretas, que tinha como ponto de referência a proposta da emenda constitucional, que tramitava no congresso de iniciativa do deputado de Mato Grosso Dante de Oliveira.” (LEITE, 2012, p.46).

Desde então a partir de 1988, a organização Estatal Federativa Brasileira foi instituída sob um sistema legal de repartição das receitas advindas das arrecadações tributárias, através dos três entes federativos a União, os Estados e Municípios, que executam as políticas públicas mediante a capacidade de atendimento demandada em cada território. Para Rua (2012, apud Sman, 2005), o sistema político é definido como,

...conjunto de estruturas e processos inter-relacionados que funcionam para produzir alocações de valores para a sociedade. O conceito de sistema implica uma série de instituições e atividades na sociedade que funcionam para transformar as demandas em decisões imperativas requerendo suporte legitimador da sociedade como um todo.

Dessa forma, compreende-se que os entes federados devem atuar utilizando seu poder de barganha para dar respostas às reivindicações advindas da massa populacional, transformando os recursos públicos arrecadados em bens e/ou serviços de saúde, educação, habitação, segurança pública, entre outros, caracterizados como políticas públicas.

3.1.2 - O município de Capela do Alto Alegre- BA no contexto das políticas públicas

O município de Capela do Alto Alegre localiza-se na zona fisiográfica de Feira de Santana, na microrregião de Serrinha, em pleno sertão baiano, na mesorregião do Vale São

Francisco da Bahia. A comunidade que consentiu sua origem teve o marco histórico de fundação em 17 de abril de 1912, na primeira missa rezada pelo Padre Manoel Maria. Em 19 de março de 1985, através da Lei 4.410/1985, foi desmembrado da comarca de Riachão do Jacuípe- BA e reconhecido como ente federativo, adquiriu sua independência e passou a obter legislação própria.

Atualmente a estrutura administrativa do município é composta pela Chefia de Gabinete, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Finanças e Planejamento, Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura, estes por sua vez executam uma série de programas e projetos alocados nos departamentos de áreas de maior interesse da população.

De acordo com Censo do IBGE (2010), o município possui uma população de 11.527 habitantes, sendo 38% residentes na sede do Município e 62% na zona rural, assim distribuído, 5.719 do sexo feminino e 5.808 do sexo masculino. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município está em 0.599, segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de baixo desenvolvimento humano, o que se caracteriza a necessidade de maior investimento em políticas públicas na área de saúde, educação e geração de renda.

A economia do município gira em torno de pequenas lavouras de milho e feijão, da pecuária bovina e da criação animais como galinha, cabras, ovelhas e porcos; estabelecimentos comerciais de pequeno porte e pequenas indústrias no ramo de alimentos, exemplo, laticínios que fornece leite, “fabricos” de requeijão, manteiga e casas de farinha. (CODES, 2010)

O desemprego é o maior problema social, isto se agrava no período de estiagem, onde a insuficiência de alternativas de subsistência levam muitos chefes de família migrar para outros estados na busca de trabalho temporário em período de safra, alguns retornam, porém a grande maioria permanece por lá, gerando assim um significativo esvaziamento no campo e situações de extrema pobreza.

Na perspectiva de melhorias da qualidade de vida, os gestores do município atuam incessante na busca de projetos complementares as políticas existentes, pois maior parte dos programas e projetos implantados, são executados através dos convênios com as secretarias do estado e ministérios, que são remetidos fundo a fundo mediante o contingente populacional.

Haja vista, os fatos apresentados, conclui-se então que a arrecadação municipal somando aos repasses do governo ainda é insuficiente para a execução das políticas públicas e promoção do desenvolvimento humano, conforme critérios elegidos pelo PNUD, no entanto há um esforço comum que emerge na conjuntura política do Brasil em 1988, onde a sociedade civil através dos conselhos municipais passa atuar junto aos gestores, no desenvolvimento de alternativas propícias a realidade local para promoção da inclusão social e desenvolvimento sustentável.

3.2. Gestão democrática e participativa uma análise sobre a realidade do município de Capela do Alto Alegre-BA

As políticas públicas são conjuntos de atividades interativas e sequenciais que agrupadas formam um processo, necessariamente requer análise, planejamento e tomada de decisão, esse conjunto de ações nas organizações públicas são caracterizadas como Gestão Pública. A participação social na gestão pública é um resultado da luta pelo reconhecimento dos direitos, que vem descentralizando a administração dos recursos públicos e proporcionando maior seriedade e transparência.

O Brasil desde a redemocratização vem passando por grandes mudanças em relação às decisões tomadas sobre os cidadãos. A partir da Constituição Federal- CF 1988, os municípios passaram a assumir o papel de ente federativo, ou seja, foi lhe atribuído à condição de “entidade estatal, político administrativa, com personalidade jurídica, governo próprio e competência normativa”, (SALES, 2010, apud MEIRELES, 1993, p.20), essa autonomia se expressa nas responsabilidades por parte dos serviços públicos nas dimensões política, administrativa financeira e legislativa.

Apesar de ser reconhecido como município independente em 1984, por muitos anos Capela do alto Alegre- BA permanece com aspectos característicos ao do coronelismo, onde a troca de favores era utilizada como estratégia principal para barganha de votos, um dos motivos que se justifica é a disparidade da desigualdade social existente em detrimento do poder de barganha dos grandes fazendeiros que detinham o controle sobre uma massa significativa de trabalhadores. Assim, as decisões administrativas do município eram tomadas

em portas fechadas atendendo aos interesses desses fazendeiros que supostamente financiava as campanhas eleitorais.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, o cenário político do país mudou a participação democrática na gestão municipal, passou a ser praticado em três vias, o eleitoral que se dá através eleições para cargos públicos, o corporativo que é representado por entidade de classes a exemplo os sindicatos e o organizacional que se procede a partir de movimentos e organizações não governamentais. Desde então a gestão administrativa dos municípios brasileiros vem absolvendo influências no que diz respeito à democratização dos recursos públicos.

Nesse sentido os primeiros avanços na adoção de mecanismos de participação da sociedade nos processos decisórios do município ocorreram por volta de 2005, onde se intensificou as exigências de constituição de conselhos para acompanhamento das políticas públicas municipais.

As exigências ministeriais também levaram a instituição de outros espaços de participação popular, surgem às primeiras conferências municipais convocadas pelos conselhos, em vista a implantação dos programas e projetos sociais, dessa forma, esses espaços de participação popular aproximou o diálogo do poder público com a sociedade civil organizada no sentido direcionar a aplicação dos recursos à melhor estratégia de promoção do desenvolvimento local e sustentável.

Vários conselhos municipais se constituíram ao longo do tempo, os mais conhecidos são: os de Assistência Social, de Saúde, de Educação, de Desenvolvimento Sustentável, de Direitos da Criança e do Adolescente; de Alimentação Escolar e de Habitação, o que levou a execução de políticas públicas com maior eficiência e transparência.

3.3. Controle social e contribuições para efetividade das políticas públicas

Os conselhos são espaços institucionais canais de participação política de gestão e controle público sobre a ação governamental sem os quais é vetado o repasse dos recursos federais aos estados e municípios. Os conselhos também são caracterizados com espaços e

formação de opiniões de interesse público e articulação para que estas sejam absolvidas pelo poder executivo e transformados em políticas públicas.

É um espaço instituído com a finalidade de estabelecer uma relação com a sociedade no processo de conquista dos direitos, porque na realidade, “no fundo existe uma ironia, mas que é profundamente lógica: direito é algo incondicionalmente devido; porém, só se efetiva, se conquistado.” (DEMO 2009, p. 61), ou seja, apesar das conquistas constitucionais, toda estrutura de poder instituída sem o controle democrático, abre brechas para impunidade e corrupção.

A criação dos conselhos gestores para atuar junto aos entes federados foi com objetivo instituir elementos de participação e controle social para fortalecimento do Estado Democrático conforme expresso no artigo 1º da CF 1988. A principal estratégia é proporcionar uma estreita relação entre a sociedade civil e o poder público, dessa forma os conselhos são constituídos respeitando-se a ordem de paridade, ou seja, 50% de membros deverão necessariamente ser representantes da sociedade civil e 50% do poder público.

Os conselhos são canais privilegiados de expressão da sociedade e escuta dos ocupantes dos cargos públicos, eles podem ter funções deliberativas ou consultivas, ainda possui a função de exercer o controle fiscal sobre a aplicação dos recursos, visando garantir eficiência, eficácia e efetividade nas Políticas Públicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta de participação social na gestão pública do município referenciado na CF 1988, se efetiva a partir de consultas a população para aprovação de planos, programas, projetos e ações de promoção das políticas públicas de direito, isso procede através de plebiscitos, referendos ou conselhos.

O caso a estudado focou sobre a atuação dos conselhos municipais, na gestão pública do município de Capela do Alto Alegre- BA dentro dos eixos estruturantes que apontam para o índice de Desenvolvimento Humano do município, sendo, saúde, educação, e renda.

O processo de verificação e análise discorreu sobre os seguintes conselhos: Conselho Municipal de Saúde- CMS, que atua junto a Secretaria Municipal de Saúde-SMS; Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, que atua junto a Secretaria Municipal de Assistência

Social-SMAS, Conselho Municipal de Educação- CME, que atua junto a Secretaria Municipal de Educação- SME e Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável-CMDS que atua junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico- SMDE. A pesquisa envolveu gestores e conselheiros representantes do poder público e da sociedade civil.

4.1 - Análise e constatações da pesquisa acerca da Gestão Democrática e Participativa: a visão dos gestores municipais

Na perspectiva de compreender a efetivação das políticas públicas a partir do modelo de participação social via conselhos municipais, a entrevista realizada com os gestores revelou uma compreensão nítida sobre o papel desses atores para consolidação da gestão democrática e participativa.

É a gestão que se pauta em princípios: descentralização, participação e transparência, buscando dessa forma, construir espaços organizados e que possam atender a sociedade de forma plena. Atuando de forma participativa, todas as decisões serão democráticas, o que permite definir qual a melhor atitude, ação para o bem comum à sociedade. (ENTREVISTADO L).

Os mesmos afirmam que a gestão democrática se concretiza com a participação da sociedade no processo de tomada de decisão e sobre a aplicação dos recursos, se caracteriza como “o direito em propor diretriz e acompanhar sua execução” (ENTREVISTADO N). A sociedade a qual referem trata-se grupos criados com finalidade específica, reconhecidas por lei (DALLARI, 2013 p.56), a exemplo cita-se cooperativas, associações, sindicatos, outros.

Os conselhos municipais foram identificados como espaços importantes para o exercício de cidadania, pois desempenham um papel propositivo apresentando as necessidades e anseios da comunidade local, define junto à gestão municipal as ações prioritárias dentro das políticas públicas para resolução dos conflitos a eles direcionados e exige dos gestores uma atuação responsável e comprometida. “O conselho que atua de forma organizada, ganha confiança e credibilidade da comunidade, tornando-se um forte instrumento para as conquistas da sociedade” (ENTREVISTADO L).

Na análise dos gestores, uma das fragilidades dos conselhos para efetivação das políticas públicas, é em relação à participação ativa nas reuniões de tomadas de decisão, geralmente, a frequência dos conselheiros nestes encontros são relativamente baixas, inúmeras vezes é necessária à convocação de nova reunião o que dificulta o andamento dos trabalhos.

Um dos fatores relatados está relacionado à compreensão de seu papel neste processo, o que requer maior divulgação no município sobre a importância dos Conselhos Municipais, capacitação e sensibilização dos mesmos para exercício de sua função. Outra situação crítica apontada está relacionada à estrutura com equipamentos adequados para organização e funcionamento dos conselhos, pois não há no município uma estrutura específica para esta finalidade, tal abertura ampliaria o desempenho dos conselheiros e resultaria em melhor eficiência na execução das políticas públicas.

4.2 - Análise e constatações da pesquisa acerca do Controle Social: visão dos conselheiros municipais

A investigação acerca do Controle Social para efetivação das Políticas Públicas no município de Capela do Alto Alegre- BA foi realizada através da aplicação do questionário a conselheiros representantes do CMS, CME, CMAS, CMDS.

Em relação ao perfil dos representantes, o estudo mostrou que do total de 14 entrevistados, 60% são do sexo feminino e 40% do sexo masculino, sendo que 20% possui idade entre 20 à 30 anos, 40% entre 30 à 40 anos, 20% entre 40 à 50 anos e 20% acima de 60 anos, há uma relação intergeracional nos conselhos o que contribui de forma positiva na construção de propostas que contemple todas as fases do desenvolvimento humano.

Em relação ao grau de instrução o estudo revelou que 60% dos representantes concluíram o ensino médio, 20% o ensino concluíram o ensino superior e 20 % já possui alguma especialização, isso demonstra um nível de escolaridade satisfatório, visto que não houve nenhum caso com escolaridade abaixo do ensino médio.

No quesito profissões evidenciou uma diversificação positiva, sendo professores, agentes administrativos, lavradores, agricultor familiar, enfermeiros e aposentados, o que pressupõe haver permanente interação de informações dos diferentes setores públicos.

Algo que chamou atenção foi o percentual dos entrevistados que representam mais de um conselho, chega a aproximadamente 60%, uma análise sobre o envolvimento e participação pessoal destes, constatou uma sobrecarga de trabalhos em diversos momentos conforme expresso: “de acordo com o tempo que posso dispensar para participar das discussões tenho procurado estar em todas as discussões e deliberações” (ENTREVISTADO G), “participo das ações coletivas sempre que posso” (ENTREVISTADO F).

Estas afirmações levam a compreensão de que nem sempre há condições favoráveis para estes participarem de forma ativa no acompanhamento da execução das políticas, levando a uma fragilização na prática do controle social e exercício de cidadania.

Em relação ao processo de escolha 70% foram indicados para o cargo, 20% tiveram iniciativa própria e 10% não informaram, assim conclui-se que o método predominante de escolha não procede de forma democrática e sim por indicação.

Outro fator preocupante, identificado, é pouca rotatividade dos conselheiros da sociedade civil, cerca de 50% assumiram o posto há mais de 04 anos, isso pode se caracterizar como um fator crítico e requer uma avaliação das ações adotadas pelos conselhos junto à gestão municipal, no sentido de sensibilizar a população sobre a importância da participação no processo de conquista dos direitos e envolver mais pessoas neste processo.

Em relação a capacitação para exercício do cargo, apenas 10% informou ter participado antes de assumir o cargo, porém realizada em outras instituições públicas e particulares, a pesquisa também revelou que no município não existe capacitação continuada, e que as informações referidas ao papel do conselho são repassadas por profissionais do município nas reuniões de planejamento. Neste sentido foi questionado acerca da compreensão do papel de conselheiro, 80% dos entrevistados demonstraram nitidez e entendimento, segue algumas expressões,

O nosso papel enquanto conselheiro é contribuir para que as políticas públicas possam chegar aos cidadãos. (ENTREVISTADO B).

Papel fiscalizador na tomada de decisões e fiscalização dos gastos na área de saúde (ENTREVISTADO C)

O CMDS tem um papel importante na fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações voltadas para o desenvolvimento social do município. (ENTREVISTADO H)

Negociador de medidas e atitudes que promovam o bem comum. (ENTREVISTADO D)

O papel do conselho é para apontar as falhas eventualmente cometidas, bem como garantir efetivação das políticas públicas para a educação. (ENTREVISTADO E)

O conselho é fundamental no estabelecimento das metas, assim como no acompanhamento dos trabalhos para que estas sejam alcançadas. (ENTREVISTADO G).

Cerca de 20% ainda não consegue definir com clareza, revelam que tem participado de seminários, conferências e que destes tem surgido boas propostas, porém não consegue percebê-las na prática. Para os conselheiros mais atuantes, alguns membros ainda não despertaram para seu importante papel, conforme expresso, “Os mesmos ainda não se atentaram para o poder que tem enquanto conselheiro, caso isso acontecesse seria uma revolução.” (ENTREVISTADO C), essa situação resulta da ausência de capacitações, que deveria acontecer na primeira instância ao assumirem o cargo.

Vale ressaltar que foi unânime o reconhecimento dos entrevistados sobre o conselho como instrumento para o exercício de cidadania, a maioria avaliam sua participação de forma positiva, pois se envolve nas reuniões de tomada de decisão, realizam atividades em conjunto, a exemplo, seminários, conferências, elaboração e aprovação de planos, assumem cargos de chefia como de presidente e secretário, no entanto apresentam uma limitação no tempo e infraestrutura específica para acompanhamento das atividades.

Dentre os principais desafios no exercício da função apresentada pelos conselheiros destacam-se casos de estatuto defasado, alguns representantes descomprometidos e inativos, intervenções político partidárias para atendimento de interesses particulares, morosidade no recebimento de documentos e demora no retorno das planilhas para análise, termos técnicos de difícil interpretação utilizada nos relatórios de prestação de contas, vacância nas reuniões, manipulação político administrativa de representantes ligados à gestão. As situações apontadas também remetem para comprometimento e efetividade na participação dos conselhos e exercício de cidadania.

Para aprimoramento da gestão municipal democrática, foram sugeridas as seguintes ações: promoção de cursos e capacitações continuadas para os conselheiros; institucionalização da Casa dos Conselhos, ou seja, um local específico com estrutura e

equipamentos adequados para organização das atividades administrativas e realização das reuniões; disponibilização de transporte para acompanhamento das atividades; realização de audiências públicas com regularidade para ouvir as necessidades da população; divulgação e sensibilização das comunidades para se representarem nos conselhos através de reuniões, seminários, panfletos, rádio, carro de som, etc.; redução das intervenções político partidárias na bancada representativa dos conselhos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre “A efetivação das políticas públicas a partir da proposta de participação dos conselhos na gestão do município de Capela do Alto Alegre-BA”, possibilitou conhecer experiência de participação dos conselhos municipais no processo de implantação e efetivação das políticas públicas do município de Capela do Alto Alegre- BA e analisar os impactos a partir da gestão democrática praticada no município.

As políticas públicas é um conjunto de atividades interativas e sequenciais que agrupadas formam um processo, necessariamente requer análise, planejamento e tomada de decisão, esse conjunto de ações nas organizações públicas são caracterizadas como Gestão Pública. A participação social na gestão pública é um resultado da luta pelo reconhecimento dos direitos, que vem descentralizando a administração dos recursos públicos e proporcionando maior seriedade e transparência.

Os conselhos são espaços institucionais canais de participação política de gestão e controle público sobre a ação governamental sem os quais é vetado o repasse dos recursos federais aos estados e municípios. Os conselhos também são caracterizados com espaços e formação de opiniões de interesse público e articulação para que estas sejam absolvidas pelo poder executivo e transformados em políticas públicas.

Com o estudo realizado foi possível identificar a visão da estão em relação as ações de promoção da gestão democrática e a visão dos conselheiros municipais acerca do controle social, onde ambos fizeram uma avaliação sobre a participação dos conselhos municipais no exercício da cidadania e efetivação das políticas públicas.

Para os gestores os conselhos municipais são espaços importantes para o exercício de cidadania, pois desempenham um papel propositivo apresentando as necessidades e anseios da comunidade local, define junto à gestão municipal as ações prioritárias dentro das políticas públicas para resolução dos conflitos a eles direcionados e exige dos gestores uma atuação responsável e comprometida. As maiores dificuldades apontadas pela gestão foi à frequência relativamente baixa e ausência de estrutura adequada para realização das atividades com maior eficiência.

Para os conselheiros é de suma importância utilizar os conselhos como instrumento para o exercício de cidadania, no entanto apresentam limitações em relação ao tempo e infraestrutura específica para acompanhamento das atividades.

Os principais desafios no exercício da função apresentada pelos conselheiros estão relacionados a compreensão acerca do papel, vacância dos representantes nos encontros, intervenções político partidárias, dificuldades para interpretação dos documentos de prestação de contas, manipulação político que remetem para comprometimento e efetividade na participação dos conselhos e exercício de cidadania.

Para superar os desafios outrora apresentados a princípio se faz necessário a gestão municipal repensar suas ações no sentido de ampliar a divulgação destes órgãos e dos demais órgãos de controle, para que a população seja conhecedora deste direito e dever, sensibilizando-a para participar de forma ativa da gestão dos recursos e execução das políticas públicas. Deve-se assegurar capacitação continuada para que os mesmos tenham conhecimento de suas atribuições e desempenhe-as com clareza e compromisso, e garantir uma estrutura adequada para o funcionamento das atividades de responsabilidade dos conselhos municipais.

Em relação ao processo de escolha dos conselheiros, se faz necessário refletir essa prática no sentido de assegurar a inserção dos mesmos de forma democrática com a finalidade de garantir maior comprometimento no acompanhamento das ações desempenhadas pela gestão municipal. Também se faz necessária reflexão sobre as atuais práticas dos conselhos nos espaços, despertá-los para uma participação ativa com discussões, posicionamento democrático e transparente, no sentido de promover o fortalecimento da cidadania.

Acredita-se que a reeducação da população para participação ativa da vida política do município através dos conselhos é o caminho para que processo de tomada de decisão se

concretize de forma coletiva e democrática direcionando as políticas públicas às pessoas que realmente precisa, promovendo justiça, equidade e autonomia.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: editora da UNB, 2002;

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000;

CODES, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável-PTDS**. Território Bacia do Jacuípe, 2010.

COSTA, Lutosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reforma**. Revista de Administração Pública- RAP. Rio de Janeiro 42(5):829-74, SET/OUT. 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed.- São Paulo: Atlas, 2008;

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Bahia- Capela do Alto Alegre- Síntese das informações**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290685&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em julho de 2014.

INDAP, Instituto Nacional de Desenvolvimento em Administração Pública. **Prefeitura Municipal de Capela do Alto Alegre-BA**: Cidade da Gente- governo 2013 à 2016. Disponível em: http://www.indap.org.br/cidades/capeladoaltoalegre/?page_id=25 Acesso em julho de 2014.

LEIDE, Júnior Alcides Rodrigues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro- Florianópolis**: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

MASUETI, Cristina Fernandes. **Gestão Democrática e Conselhos municipais: um exemplo local**. Artigo apresentado à Escola Superior do Ministério Público, como exigência para

aprovação no Curso de Pós-Graduação em Direito Urbanístico e ambiental, Porto Alegre, 2012;

PENSAR FILMES. **Capela do Alto Alegre-BA.** Disponível em: <<http://www.baciadojacuipe.com.br/capela/>>. Acesso em março de 2014;

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Brasileiro-IDH.** Brasília: Ipea, FJP, 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** 2. Ed. Reimp.- Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012;

SALES, Helena da Mota. **Gestão democrática e participativa.** Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES : UAB, 2010;

SANTOS, Edna Patrícia Silvestre dos; RAMALHO, Rosângela Palhamo. **A participação da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais de Araruna: Exercício de cidadania?.** Trabalho de conclusão de curso- Especialização em Gestão Pública Municipal- UAB/UFPB, 2011.

SANTOS, Heber Moacir. **Controle Social e Gestão Pública.** Ensaio sobre o uso de indicadores de desempenho para ampliação da Democracia Participativa. Porto Alegre: Assessoria de Comunicação DMAE, 2004;

TAVARES, Fabrício André. **Pesquisa em serviço Social.** Indaial: Grupo Uniasselvi, 2011;

UNIVASF, Universidade Federal do Vale do São Francisco. **Manual de Normatização de trabalhos acadêmicos da UNIVASF.** – 2. Ed. Petrolina: UNIVASF, 2013;

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

GESTÃO PARTICIPATIVA E INTERSETORIALIDADE COMO FORMAS DE GERENCIAMENTO E ENFRENTAMENTO DE DIFICULDADES DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

André Luiz de Almeida Cavalcanti
andre_luizcavalcanti@hotmail.com
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Michelle Christini Araújo Vieira
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Maria de Fátima Ramos Brandão
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

RESUMO

Objetivo: Descrever as experiências vivenciadas pela gestão, no âmbito do Programa Academia da Saúde - PAS, com foco na gestão participativa e intersectorialidade como formas de enfrentamento de problemas e fortalecimento das ações de promoção da saúde e produção de cuidado. **Método:** Foi realizado um estudo descritivo, na modalidade de relato de experiência a partir da gestão do PAS. **Resultados:** Evidenciou-se a importância de uma gestão que permita o empoderamento dos sujeitos envolvidos na construção do processo saúde-doença. **Conclusão:** A utilização de tecnologias leves, como o PAS, se apresenta como uma potencialidade eficaz no processo de gestão participativa, com foco na intersectorialidade, para o trabalho de educação em saúde no grupo da 3ª idade, em nível de atenção básica.

Palavras-Chaves: Gestão em saúde. Promoção da saúde. Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

Aim: Describe lived experiences by public health management, in Health Gym Program - HGP, focusing on group management and intersectionality as tool to solve problems and promote public health. **Methods:** It was realized a descriptive study from the HGP management, in an experience report. **Results:** It was evidenced the relevance of a management that allows patients participation in the sickness-health process. **Conclusions:** The utilization of light tools, as HGP, may be an efficient in participatory management process, focusing on intersectionality, for health education with senior people, in basic attention.

Keywords: Health Management. Health Promotion. Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

O Programa Academia da Saúde (PAS) foi instituído através da portaria nº 719 de 07 de abril de 2011, após dois anos foi redefinido pela portaria nº 2.681 de 07 de novembro de 2013, como estratégia de promoção da saúde e produção do cuidado para os municípios brasileiros. A partir da implantação de polos com infraestrutura e profissionais qualificados, o objetivo principal do programa é promover atividades que estejam alinhadas aos seguintes eixos: prática de atividade física, segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar, práticas artísticas e organização do planejamento das ações do programa em conjunto com a equipe de Atenção Primária em Saúde (APS) e usuários (BRASIL, 2013).

A construção da nova Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito universal a saúde, atrelado ao novo panorâmico histórico do Sistema Único de Saúde (SUS), no qual o sujeito é visto de forma biopsicossocial, fizeram com que se intensificassem os processos de inovação nas políticas públicas, nas relações entre o Estado e sociedade, com a emergência de experiências de gestão participativa e intersetorial em todos os cantos do país. Tais experiências expressam tanto a necessidade e o desejo de desenvolver ações intersetoriais como as dificuldades encontradas para criar formatos viáveis para a sua execução – em termos de políticas e desenhos organizacionais e gerenciais (TAVARES et al, 2011). Para Mendes e Akerman (2007), não existe uma receita sobre o que é intersetorialidade, nem como fazê-la ou com quem construí-la. Não é entendida como um princípio, mas sim como uma prática concreta a ser estabelecida, um problema a ser enfrentado, um desafio a ser conquistado, que poderá haver erros e acertos.

O trabalho de promoção da saúde implica o resgate da perspectiva integral na abordagem da atenção, onde essa integralidade se reflete em mudanças nos diversos campos do exercício político como gestão intersetorial, intersetorialidade, a autonomia, a cura, o cuidado e a mobilização da comunidade (MATHIAS, 2010).

O Programa Academia da Saúde, diante da infraestrutura que o polo apresenta somado, sobretudo, aos recursos humanos e a efetivação de uma gestão, com foco na participação da comunidade adstrita ao polo e a intersetorialidade entre diferentes serviços de saúde e/ou outras secretarias municipais, se apresenta como instrumento de tecnologia leve, cujos processos de reestruturação produtiva e inovações tecnológicas vão incidir,

primordialmente, no terreno do trabalho vivo, expresso por relações que serão mediadas entre usuários e profissionais na construção de novos saberes em saúde (MERHY, 2002).

Alguns estudos têm-se utilizado das tecnologias leves, na atenção básica, como ferramenta importante para a promoção da saúde e educação permanente em saúde, na tentativa de minimizar a fragmentação na prestação da assistência em saúde nesse nível de atenção, que outrora foi marcado por um modelo hegemônico que fragiliza o processo do cuidado em saúde. (OBA; PINTO; SOUZA, 2010; COELHO; JORGE, 2009).

Diante do exposto o objetivo do presente trabalho foi descrever as experiências vivenciadas pela gestão, no âmbito do Programa Academia da Saúde, com foco na gestão participativa e na intersetorialidade como formas de enfrentamento de problemas e fortalecimento das ações de promoção da saúde e produção de cuidado.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa na modalidade de relato de experiência, a partir da vivência de atividades desenvolvidas pela gestão do PAS, com foco na gestão participativa e na intersetorialidade, no município de Cabrobó-PE, no período de 2013 e 2014, num total de 17 meses de trabalho. As atividades foram desenvolvidas no cenário do polo da academia da saúde e algumas vezes, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e em espaços públicos, todos localizados em Cabrobó, Pernambuco, Brasil. O polo localizava-se no bairro da periferia do município e o público alvo envolvido eram indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos.

O trabalho começou a partir da reunião de planejamento para execução das ações do PAS, realizada mensalmente. Nessa reunião participava o coordenador do PAS, do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), da Atenção básica e profissionais do NASF, composta pelos seguintes profissionais: Fisioterapeuta, Educador Físico, Nutricionista, Psicólogo e Fonoaudiólogo, todos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde. Nessa reunião discutia-se sobre as reais necessidades dos usuários que já participavam das atividades de rotina e a partir daí era decidido sobre outras ações que pudessem ser desenvolvidas durante o mês. Após escolha da atividade, eram observados os problemas que poderiam limitar os objetivos das ações, fosse por insuficiência de recursos humanos, ou por dificuldades de recursos didáticos

e/ou espaço físico. A partir daí visualizava-se outras parcerias, até mesmo de outras secretarias municipais, que pudessem potencializar os objetivos das ações. Esses parceiros eram procurados e falava-se sobre a ação a ser desenvolvida e a importância de tê-los como parceiros, discutindo sobre a opinião das parcerias em relação às atividades. A partir desse momento todos os envolvidos trabalhavam coletivamente para execução da ação.

No decorrer da realização das atividades foi criado o grupo de apoio à gestão do polo, formado por profissionais de saúde, da assistência social, usuários e gestor do polo com o propósito de que as ações não fossem planejadas apenas do ponto de vista da gestão e/ou de outros profissionais, mais, sobretudo a partir da ótica do usuário, na perspectiva de empoderamento destes sujeitos na produção do cuidado em saúde.

Vale ressaltar que existia um número expressivo de participantes em cada atividade, numa média de 35 que participavam com frequência, podendo chegar a cerca de 150 idosos em algumas ações, contemplando idosos de diversos bairros da cidade, sendo a maioria os que moravam em torno do polo.

RELATANDO A EXPERIÊNCIA

A partir do processo de admissão da gestão do PAS em 2013, foram realizadas pesquisas bibliográficas, utilizando-se a internet como principal fonte de dado, sobre o que preconizava o Ministério da Saúde para o PAS. No segundo momento foi realizada uma visita de campo ao polo da academia da saúde para conhecer melhor a infraestrutura do polo e poder enxergar como na prática, o espaço poderia se tornar palco de promoção da saúde e prevenção de doenças, alinhadas aos eixos temáticos estabelecidos pelo programa. A primeira estratégia foi tentar buscar aliados. Era preciso ter autores que protagonizassem esse trabalho na tentativa de otimizar as atividades, levando em consideração que, por metade do tempo da experiência o quadro de recursos humanos do polo encontrava-se totalmente fragilizado.

O momento de sensibilização ocorreu no primeiro encontro dos profissionais de saúde, proporcionado pela secretaria municipal de saúde, no intuito de apresentar os programas e serviços de saúde existentes no município para os novos profissionais que haviam sido admitidos em 2013, após realização de concurso público. Nesse encontro foi possível apresentar a todos os profissionais de saúde os objetivos do PAS e da importância

que estes profissionais teriam dentro do programa. O NASF se tornou o primeiro aliado, que somado a uma equipe interdisciplinar, contribuiu satisfatoriamente para uma visão mais diversificada sobre os modos de cuidados em saúde.

Era preciso pensar que público esta proposta deveria atingir. Lá estava o grupo da terceira idade, criado há mais de dez anos no município, sobre a gerência da secretaria de desenvolvimento social e cidadania. Até então não existia nenhuma participação direta dos profissionais de saúde no cuidado desse grupo, o que fez com que o grupo fosse pioneiro na participação das atividades desenvolvida pelo programa. Nasceu daí mais uma parceria: PAS e secretaria de desenvolvimento social e cidadania. As reuniões de planejamentos começaram a acontecer e como fruto surgiu a primeira atividade: que foi a exposição dialogada abordando conceitos e saberes sobre alimentação saudável e realização da avaliação das medidas antropométricas (massa corporal, estatura e IMC) e fisiológicas (Aferição da Pressão Arterial e Glicemia Capilar). Com esta ação foi possível avaliar os participantes para uma adequada prescrição de atividade física orientada e de forma segura. O objetivo da ação foi fortalecer a promoção da saúde como estratégia de produção de saúde.

O segundo encontro com o grupo foi marcado pela 1º Oficina Municipal de Atividade Física, na qual foi realizada uma demonstração das diversas modalidades de exercícios (ginástica aeróbica, exercícios respiratórios, alongamento e exercícios de mobilização articular). Em detrimento a esta atividade o polo começou a funcionar de forma rotineira com a execução de *atividade física orientada para idosos*. *A atividade ocorria regularmente duas vezes por semana, com duração de 1 hora, no espaço da academia da saúde, sob supervisão do professor de educação física do NASF. No ano de 2014, o polo da academia da saúde foi contemplado com dois novos profissionais de educação física, o que permitiu que a atividade física orientada pudesse acontecer três vezes por semana.*

Alguns estudos (VIDMAR et al., 2011; MATSUDO; MATSUDU; BARROS NETO, 2001) têm demonstrado que a prescrição do treinamento físico adequada para idosos, dentre eles a caminhada, é fundamental, pois resulta em importantes efeitos benéficos para a saúde por ser uma atividade que sustenta o peso corporal e de baixo impacto. Que pode ser feita em diferentes intensidades, em qualquer local, envolvendo grandes grupos musculares, contribuindo para aumentar o contato social, principalmente em grupos de risco de isolamento, depressão e demência, sem falar no efeito benéfico na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, como: hipertensão arterial e diabetes mellitus. Através dos dados

estatísticos do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) apresentados nas Tabelas 1 e 2, foi possível perceber que as doenças crônicas não transmissíveis eram os que mais acometiam a faixa etária na qual o grupo estava inserido, norteador, portanto, a realização de algumas ações.

Tabela 1– Número de indivíduos acometidos por algumas doenças crônicas por faixa etária até novembro de 2013, em Cabrobó-PE.

Faixa etária (anos)	Doenças crônicas		
	Diabetes	Hipertensão arterial	Total
0 a 14	0	0	
15 anos e mais	83	378	461
Total	83	378	461

Tabela 2 - Número de indivíduos acometidos por algumas doenças infectocontagiosas segundo faixa etária, até novembro de 2013, em Cabrobó-PE.

Faixa etária (anos)	Doenças infectocontagiosas		
	Hanseníase	Tuberculose	Total
0 a 14	0	0	0
15 anos e mais	5	0	5
Total	5	0	5

Com o desenvolvimento das atividades de forma intersetorial o movimento foi ganhando cada vez mais força, no entanto, ainda existiam alguns entraves, dentre eles, pouco recurso financeiro. A gestão municipal de saúde precisava participar das reuniões de planejamento da equipe e acompanhar de perto sobre as atividades que estavam sendo desenvolvidas. Pensou-se num momento onde não só a gestão municipal de saúde pudesse estar presente, mais também *autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, participando da ação como forma de institucionalização do programa e apoio às ações desenvolvidas.*

Diante da realidade foi desenvolvido o 1º grande encontro da boa idade. A ação já envolveu outras secretarias, que até então ainda não eram parceiras do programa, como a Secretaria de Cultura, Juventude e Segurança Cidadã e Secretaria de Articulação Social Política e Administrativa. O evento contou com mais de uma centena de idosos do município. Além das atividades de rotina do programa, foram promovidos momentos de participação dos idosos em apresentações lúdicas de cunho musical, teatral e dança, com o objetivo de potencializar as manifestações culturais locais e o conhecimento popular na construção de alternativas individuais e coletivas que favorecessem a promoção da saúde. A boa aceitação

dos usuários quanto às atividades de cunho artísticos e culturais, fez com que a equipe pensasse em resgatar o São João, tematizando sobre a cultura nordestina, no entendimento de que a dança é uma das formas de promover hábitos de vida saudáveis. Com essa proposta surgiu os ensaios para danças das festividades juninas durante o mês de maio e no final do mês de junho a culminância do projeto que teve como objetivo contribuir para ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social e potencialização das manifestações culturais locais.

Corroborando com nosso estudo, é possível perceber que a utilização de espaços públicos, utilizados através de atividades artísticas e culturais, não substitui tratamentos clínicos, no entanto, catalisam processos clínicos, favorecendo mudanças e transformações no tratamento e na saúde. Nessa logística de pensamento é possível se pensar na promoção da saúde como uma potencialidade para o autocuidado, num processo de empoderamento (CASTRO; SILVA, 2007).

As reuniões do grupo de apoio a gestão do polo traziam a necessidade de desenvolver ações que passassem pelas diversas áreas do conhecimento e foi nessa perspectiva que as ações foram desenvolvidas, levando-se em consideração a integralidade do sujeito. Nesse momento a gestão do PAS já se encontrava fortalecida. Nesse pensamento, com o trabalho desenvolvido de forma articulado, é possível ofertar ações de promoção da saúde, prevenção dos fatores de riscos e de assistência aos danos segundo o processo de saúde-doença (CAMPOS, 2003). Na Constituição Federal de 1988, está explícito que o atendimento integral, deve ser realizado com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistenciais (BRASIL, 1988).

Já eram vários parceiros envolvidos, vários profissionais, a gestão de saúde se encontrava sensibilizada com o programa. Em continuidade as atividades foi desenvolvida uma roda de conversa sobre os diversos tipos de violências contra o idoso (física, psicológica, moral e patrimonial). A conversa foi mediada pela psicóloga do NASF e assistente do social do CRAS e teve como objetivo fortalecer o vínculo do idoso com a família, bem como a sua inclusão social, com vista a diminuir a marginalização do idoso.

As ações desenvolvidas com o grupo dos idosos começaram a se destacar dentro do município e quando se realizavam ações pontuais, que não fossem de rotina, aumentava-se a presença de forma significativa de outros idosos da cidade. Com o intuito de promover a integração do projeto com a sociedade, os idosos desfilaram pela principal avenida da cidade,

em comemoração ao aniversário de emancipação política e administrativa do município de Cabrobó-PE. Dessa forma os idosos puderam expor algumas das atividades que eles faziam no âmbito do programa, como a dança. Além disso, foi comemorado em praça pública, o dia Internacional do Idoso. A atividade envolveu desde ação de saúde (palestras educativas sobre saúde, aferição de pressão arterial, teste de glicemia, mensuração de massa corporal e estatura), como atividades de caráter cultural e artístico.

Era perceptível como a dança tinha um poder de envolvê-los nas atividades. Estudo realizado na atenção básica também tem evidenciado que a dança é uma importante ferramenta educativa e lúdica, apresentando um enorme potencial como estratégia de promoção da saúde em diferentes faixas etárias (NOGUEIRA, 2009; COSTA, et al, 2004).

Diante do exposto, é possível verificar que o trabalho desenvolvido de forma intersetorial somado a uma gestão participativa contribuiu satisfatoriamente para o trabalho de educação em saúde. A educação em saúde pode orientar situações pedagógicas que despertem no profissional suas inquietações e indignações em relação ao sofrimento humano, a sensibilidade com a sutileza das manifestações das dinâmicas subjetivas e o engajamento com os movimentos sociais, que o desperte para a busca de soluções (VASCONCELOS, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho aponta indícios de que a utilização de tecnologias leves, como o PAS, se apresenta como uma potencialidade eficaz no processo de educação em saúde no grupo da 3^o idade, na tentativa de socializar os sujeitos envolvidos e encorajá-los na busca incessante por uma melhor qualidade de vida.

A gestão participativa e o trabalho desenvolvido de forma intersetorial se apresentam como ferramentas importantes na abordagem de educação em saúde, atrelado aos novos paradigmas desse processo, considerando sempre a integralidade do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Portaria nº 2.681 de 07 de novembro de 2013. Redefine o programa academia da saúde no âmbito do SUS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 de Nov. 2013. Seção 1, p. 37.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Cap. II, Seção II, Art. 198, 1988.

CAMPOS, C. E. A. O desafio da integralidade segundo as perspectivas da vigilância da saúde e da saúde da família. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 569-584, 2003.

CASTRO, L. D. de; SILVA, D. de M. Atos e fatos de cultura: Territórios das práticas, interdisciplinaridade e as ações na interface da arte e promoção da saúde. **Rev. Ter. Ocup. Da USP**, São Paulo, v.18, n. 3, p. 102-112, set./dez. 2007.

COELHO, M. O.; JORGE, M. S. B. Tecnologia das relações como dispositivo do atendimento humanizado na atenção básica à saúde na perspectiva do acesso, do acolhimento e do vínculo. **Rev. Ciência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. supl. 1, p. 1523-1531, 2009.

COSTA, A.G.M. et al. A dança como meio de conhecimento do corpo para a promoção da saúde dos adolescentes. **DST – J bras Doenças Sex Transm**, Fluminense, v. 16, nº3, p. 43-49, 2004.

DUARTE, S. J.H.; BORGES, A.P.; ARRUDA, G.L. Ações de enfermagem na educação em saúde no pré-natal: Relato de experiência de um projeto de extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Rev. Enferm. Cent. O. Min.** V.1, n. 2, p. 277-282, abr/jun, 2011.

MATHIAS, A. Cidades e comunidades saudáveis: Participação social e desenvolvimento de políticas públicas saudáveis. In: Organização Pan-Americana de Saúde (org.). Políticas integradas em rede e a construção de espaços saudáveis: boas práticas para a iniciativa dos rostos, vozes e lugares. Brasília: **Organização Pan-Americana de Saúde**, 2010. p. 89-103.

MATSUDO, S. M.; MATSUDO, V. K. R.; BARROS NETO, T. L. Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. **Rev. Bras. Med. Esporte**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 1-13, jan/fev, 2001.

MENDES, R.; AKERMAN, M. Intersetorialidade: reflexões e práticas. In: FERNANDES, J. C. A.; MENDES, R. (orgs). Promoção da saúde e gestão local. São Paulo: Hucitec, 2007. P. 54-70.

MERHY, E. E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v24n8/23.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

NOGUEIRA, J. L. A. et al. A dança como estratégia de promoção da saúde para crianças em risco de violências. In: Congresso Brasileiro de Enfermagem, 61., 2009, Fortaleza. **Trabalhos...** Fortaleza: CE, 2009. P.127-29.

OBA, M. do V.; PINTO, M. C. R. L. R.; SOUZA, M. G. de A. A tecnologia e a organização social das práticas de assistência à saúde da mulher. **Jornal Health Sci. Inst.**, São Paulo, v. 28, n. 1, p.42-6, 2010.

TAVARES, M. de F. L. et al. **Articulação intersetorial na gestão para a promoção da saúde**. In: GONDIM, R; GRABOIS, V; MENDES JÚNIOR, W. V.(orgs). **Qualificação dos Gestores do SUS**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP/EAD,p. 297-310, 2011.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V. 14, n. 1, p. 67-83, 2004.

VIDMAR, M. F. et al. Atividade física e qualidade de vida em idosos. **Rev. Saúde e Pesquisa**, V. 4, n. 3, p. 417-424, set.dez, 2011.

EDIÇÃO DOS ANAIS

Francisco Ricardo Duarte
francisco.duarte@univasf.edu.br

David Fernando de Moraes Neri
david.neri@univasf.edu.br

Edilson Beserra de Alencar Filho
edilson.beserra@univasf.edu.br

Mario Godoy Neto
mario.godoy@univasf.edu.br



www.sead.univasf.edu.br/sieadvaf

ISSN: 2358-890X

2014

Não é permitido fazer cópias deste trabalho visando o lucro ou vantagem comercial. É necessário ostentar a primeira página com a identificação dos autores. Este trabalho foi publicado nos Anais do I Simpósio de Educação a Distância do Vale do São Francisco (SIEaDVASF), 21 - 23 de novembro de 2014 - Petrolina - Pernambuco - Brasil - www.sead.univasf.edu.br/sieadvaf - ISSN: 2358-890X.